

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

BR-L 11.444 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

**PLANO DIRETOR DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À
REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PDRR**

Agosto, 2017

ÍNDICE

Apresentação.....	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	6
1.1. Município de Florianópolis	6
1.2. Desafio Metropolitano: A Questão da Mobilidade Urbana.....	6
1.3. Planos e Políticas relacionadas à Mobilidade Urbana	8
1.3.1. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS .	8
1.3.2. Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis	9
1.3.3. Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis – PMUF	10
2. PROGRAMA INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS – PIVF	14
2.1. Execução do Programa.....	15
2.1.1. Impactos Socioambientais Relevantes para o PDRR	15
3. QUESTÕES ABORDADAS EM CONSULTAS PÚBLICAS.....	17
4. SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA	23
4.1. Área de inserção do empreendimento.....	23
4.1.1. Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pelo Corredor do Anel Central	23
4.1.2. Caracterização socioeconômica da população residente nos bairros afetados pela implantação dos Binários	27
4.2. Aspectos Socioambientais relevantes	28
4.3. Estimativa do número de imóveis e lotes afetados	29
5. REQUERIMENTOS DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO DO BID OP-710.....	31
6. DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE RELOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE APOIO À REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – PDRR	33
7. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PDRR	41
8. PROJETOS ESPECÍFICOS DE RELOCAÇÃO DE POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÔMICAS – PERR	42
8.1. Considerações Gerais	42
8.2. Diretrizes Básicas de Referência.....	43
8.3. Procedimentos de Preparação e Execução dos PERR's	44
8.4. População e Negócios a serem atendidos.....	45
8.5. Áreas potenciais para reassentamento identificadas na região de inserção do empreendimento	45
8.6. Alternativas de solução para o atendimento à população e às atividades econômicas afetadas	45
8.6.1. Imóveis Regulares	47
8.6.1.1. Proprietários de Imóveis Residenciais	47
8.6.1.2. Inquilinos de Imóveis Residenciais Regulares	49
8.6.1.3. Proprietários de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas	49
8.6.1.4. Inquilinos de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas	49

8.6.1.5. Instituições	49
8.6.2. Imóveis Irregulares	50
8.6.2.1. Proprietário de Imóvel Residencial Irregular, mas Passível de Regularização	50
8.6.2.2. Moradores de Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários.....	50
8.6.2.3. Inquilinos ou Imóveis Cedidos em Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários	51
8.6.2.4. Proprietários de Benfeitorias de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas e Instituições.....	52
8.6.2.5. Inquilinos de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas.....	52
8.6.3. Ações Complementares.....	52
8.6.3.1. Situação de Transição.....	52
8.6.3.2. Novos ocupantes.....	53
8.6.3.3. Perdas de Empregos.....	53
8.6.3.4. Reassentamento para casos especiais	53
8.6.4. Critérios de Elegibilidade	53
8.6.5. Plano de Reabilitação Social	56
8.6.6. Pautas para o Trabalho Social.....	56
8.6.7. Plano de Comunicação.....	57
8.6.8. Mecanismos de Participação e Atendimento a Queixas e Reclamações	58
9. ASPECTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS	59
9.1. Procedimentos de Desapropriação	60
9.2. Legislação Trabalhista aplicada a Casos de Perda de Emprego Decorrente de Deslocamento de Atividades Econômicas.....	63
9.3. Estrutura de Coordenação e Gerenciamento do PDRR.....	64
10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	65
11. ESTIMATIVA DE CUSTOS	66
12. CRONOGRAMA PRELIMINAR	67

Índice de Figuras

Figura 1.01 Evolução da mancha urbana no município de Florianópolis	6
Figura 1.02 Recomendações no plamus para a região metropolitana de Florianópolis, quanto à mobilidade urbana	8
Figura 1.03 Sistema Troncal proposto para a RMF	9
Figura 1.04 Ações do Plano de Ação Florianópolis Sustentável incorporadas ao PMUF	11

Índice de Quadros

Quadro 1.01 Vias por onde circulam o sistema de BRT e faixas exclusivas	12
Quadro 2.01 Recursos e Componentes do PIVF	14
Quadro 3.01 Canais de divulgação das consultas públicas	19
Quadro 3.02 Manifestação dos participantes das consultas públicas de 02 e 03/06/2017	20
Quadro 4.01. Unidades de Conservação próximas do Corredor do Anel Central	29
Quadro 4.02. Estimativa das remoções nos Projetos da Amostra Representativa	30
Quadro 5.01. Requerimentos da Política de Reassentamento do BID OP – 710	31
Quadro 8.01. Quadro síntese das categorias e alternativas de soluções para as compensações do Programa de Infraestrutura Viária de Florianópolis	46
Quadro 8.02. Quadro síntese das categorias e alternativas de soluções para as compensações do Programa de Infraestrutura Viária de Florianópolis (cont.)	47
Quadro.12. 01. Cronograma estimativo das atividades doPDRR.....	67

Índice de Tabelas

Tabela 1.01 Porcentagem de viagens diárias realizadas por transporte motorizado individual na região metropolitana de Florianópolis	7
Tabela 4.01 Imóveis em florianópolis, segundo o tipo de uso e a ocupação do solo	23
Tabela 4.02. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central	24
Tabela 4.03. Forma de esgotamento sanitário encontrada nos bairros afetados – Corredor do Anel Central	25
Tabela 4.04. Renda per capta para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central.....	26
Tabela 4.05. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários	27
Tabela 4.06. Forma de esgotamento sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários	28
tabela 4.07 renda per capta para os domicílios localizados nos bairros – Binários	28

Apresentação

O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis – PIVF, objeto focal do presente *PDRR - Plano Diretor de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas*, visa melhorar a qualidade da mobilidade urbana do município de Florianópolis, estabelecendo conexões viárias e corredores exclusivos de transporte público, além de incentivar o uso do transporte não motorizado e promover a gestão sustentável do transporte público.

Esse Programa será financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo como mutuário a Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, por meio do acordo BR-L1.444, cujas condições de empréstimo e garantias implicam na necessidade de adaptar os procedimentos de implantação do Programa às políticas operacionais e salvaguardas do Banco.

No que diz respeito ao deslocamento involuntário de populações, comércios e imóveis, a política operativa OP – 710 do BID define as diretrizes e os procedimentos que devem ser adotados para promover a remoção e o reassentamento de todos os afetados, nas áreas requeridas pelo Projeto.

Um dos requerimentos da política de reassentamento é a formulação de um plano de intervenção que contemple todas as ações e diretrizes que serão necessárias para a liberação das áreas requeridas pelo Programa, bem como para as compensações correspondentes à população, aos comércios e imóveis afetados.

O presente Plano Diretor da Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas – PDRR é amplo e tem a finalidade de orientar a Prefeitura e os demais agentes intervenientes durante todas as fases de implantação do empreendimento, de forma que todas as remoções e afetações involuntárias tenham um tratamento digno e justo.

Em vista de se tratar de um Programa de obras múltiplas, optou-se pela preparação do presente plano diretor orientando suas diretrizes e compromissos para a elaboração, em cada trecho que sofrerá impactos diretos, de um Projeto Específico de Relocação de População e Atividades Econômicas – PERR, que deverá contar com a apreciação do BID antes do início das obras.

Neste PDRR encontram-se as exigências para elaboração dos PERR's, que devem quantificar a população e as atividades econômicas a serem relocadas, além de estabelecer as ações específicas que serão executadas em cada um dos trechos de obra com afetação direta. Nele também constam os requerimentos acordados entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o BID, oferecendo orientações quanto aos marcos legais e institucionais, estrutura de gerenciamento e coordenação, entre outros temas.

O PDRR contempla 12 capítulos, os quais podem ser organizados em três blocos principais. O primeiro, relativo aos capítulos 1, 2, 3 e 4, está orientado ao entendimento da contextualização do empreendimento, descrição do Programa e das áreas de intervenção, do perfil socioeconômico da população residente nas áreas afetadas e das questões abordadas em consultas públicas.

Um segundo bloco, correspondente aos capítulos 5 e 6, apresenta a correlação das ações propostas com as políticas do BID e estabelecem os requerimentos e procedimentos para a elaboração e a aprovação - pelo BID - dos PERR's para cada trecho do Programa. O capítulo 8 define as diretrizes para a elaboração dos PERR's e os critérios de atendimento que serão aplicados, incluindo as ações de comunicação, participação e trabalho social.

O terceiro bloco se relaciona aos aspectos vinculados com o marco jurídico, estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis de atenção a reclamações da população e as ações de monitoramento e avaliação. Finaliza o documento o orçamento e o cronograma previsto das ações do PDRR, dentro do planejamento geral de implementação do Programa.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1. Município de Florianópolis

O Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, ao lado de outros 21 municípios está inserido na chamada Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), que conta com uma população estimada de 453.285 habitantes¹. Já o chamado Núcleo Metropolitano (Grande Florianópolis) é formado por 13 municípios que totalizam uma população de 944.917 habitantes. Nesse Núcleo, os principais municípios são: Florianópolis, São José (224.779 habitantes), Palhoça (150.623 habitantes) e Biguaçu (62.383 habitantes). Da população desses quatro municípios, cerca de 60% mora na parte continental do aglomerado urbano e, o restante, na Ilha de Santa Catarina.

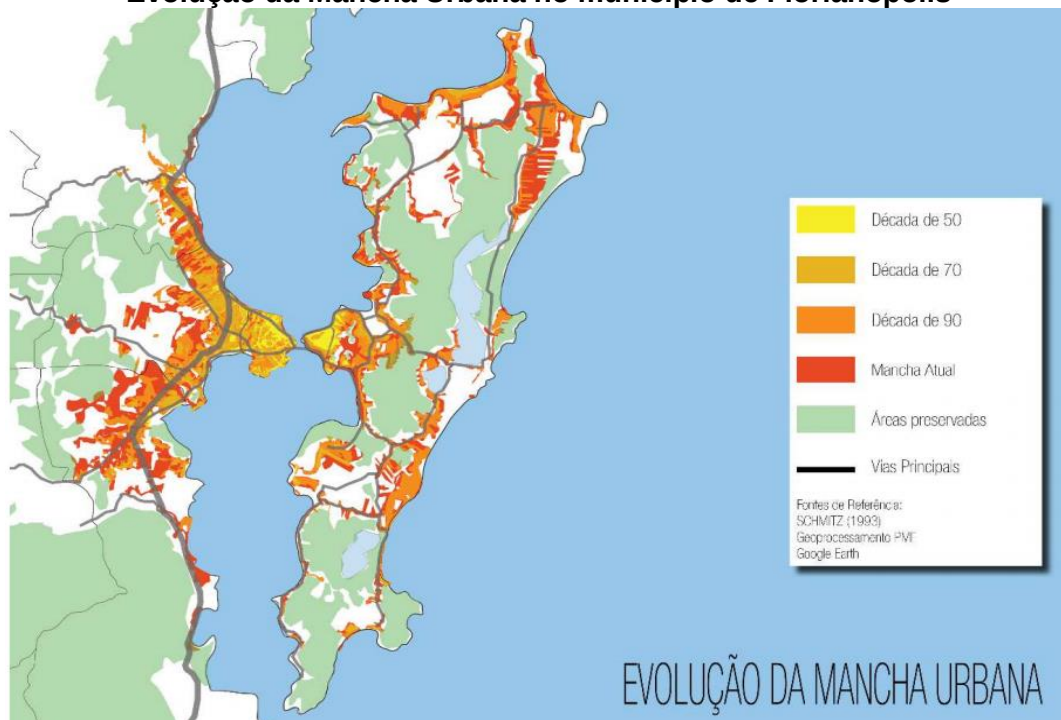
O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto – de 0,847², segundo o IBGE³. Também possui um PIB total, em 2013, de aproximadamente R\$ 15 bilhões (52º entre os municípios brasileiros) e um PIB *per capita* de R\$ 33.036,60 (568º lugar entre municípios brasileiros), também segundo os dados de 2013.

O setor de serviços é o mais relevante economicamente, contribuindo com 58% do PIB municipal; a administração e os serviços públicos contribuem com 12,25% do PIB do município, e o setor da indústria, com cerca de 10%.

1.2. Desafio Metropolitano: A Questão da Mobilidade Urbana

O Núcleo Metropolitano da RMF demonstrou um crescimento acelerado a partir dos anos 1970. Tal fato ocorreu em função do espraiamento urbano, tanto na porção continental quanto na insular, como demonstrado na figura apresentada na sequência.

Figura 1. Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.1
Evolução da Mancha Urbana no município de Florianópolis



¹ Estimativa Populacional IBGE, 2013.

² Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

³ IBGE, 2010.

O rápido crescimento da malha urbana, porém, não foi acompanhado de dispersão dos postos de trabalho, constituindo-se em um desafio no tocante à mobilidade. Cerca de 60% dos empregos estão concentrados na Ilha de Santa Catarina⁴ e essa concentração, justamente, caracteriza um padrão de deslocamento urbano pendular Continente-Ilha e Ilha-Continente.

Outro desafio à mobilidade no núcleo urbano de Florianópolis é a prevalência do uso de transporte motorizado individual (carro e moto). Pouco mais de 48% das viagens diárias na região são realizadas por carro ou moto, ao passo que 26% são realizadas por transporte coletivo (ônibus) e 25% por meios não motorizados (a pé e de bicicleta). Essa proporção de deslocamentos por meios motorizados individuais é bastante elevada, principalmente se comparada a outras Regiões Metropolitanas, como Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, conforme demonstrado na **Tabela 1.015**.

Tabela 1.01 Porcentagem de viagens diárias realizadas por Transporte Motorizado Individual na Região Metropolitana de Florianópolis

Região Metropolitana	Porcentagem de viagens diárias realizadas por Transporte Motorizado Individual
Florianópolis	48%
Curitiba	33%
São Paulo	32%
Belo Horizonte	25%
Rio de Janeiro	21%

Nos últimos anos, tal situação tem se acentuado em função do rápido crescimento da frota de veículos particulares. Ainda segundo o PLAMUS (2015), no período de 2003 a 2013, a frota de automóveis cresceu 91% na Grande Florianópolis, aumentando de 200 mil para 382 mil carros; desses, 54%⁶ são tão somente do município de Florianópolis.

Entre os motivos que podem ser apontados para o elevado uso do automóvel na região estão a facilidade e o baixo custo para estacionar, a malha viária, que não favorece outros modais, e a baixa frequência e irregularidade dos serviços de transporte coletivo. Em relação a este último, um indicador importante é o que mostra a diferença entre o tempo médio de viagem nos deslocamentos com carro e com ônibus. Enquanto para os veículos particulares o tempo médio é de 31,2 minutos, para os meios públicos esse tempo chega a 57,6 minutos⁷.

Como efeito, a dinâmica dos deslocamentos realizados nas Pontes Gov. Pedro Ivo e Gov. Colombo Machado Salles, que interligam as partes continental e insular do município de Florianópolis, é passível de análise. O predomínio nessas vias é do automóvel e da moto, os quais, somados, correspondem a 90% do total do tráfego, transportando 11 mil pessoas por hora. Já os ônibus, nessas mesmas vias, compõem 3% do tráfego, transportando cerca de 10 mil passageiros por hora.

⁴ PLAMUS, 2015.

⁵ Idem

⁶ Idem.

⁷ Volume I – Informação e Diagnóstico, PLAMUS, 2015.

1.3. Planos e Políticas relacionadas à Mobilidade Urbana

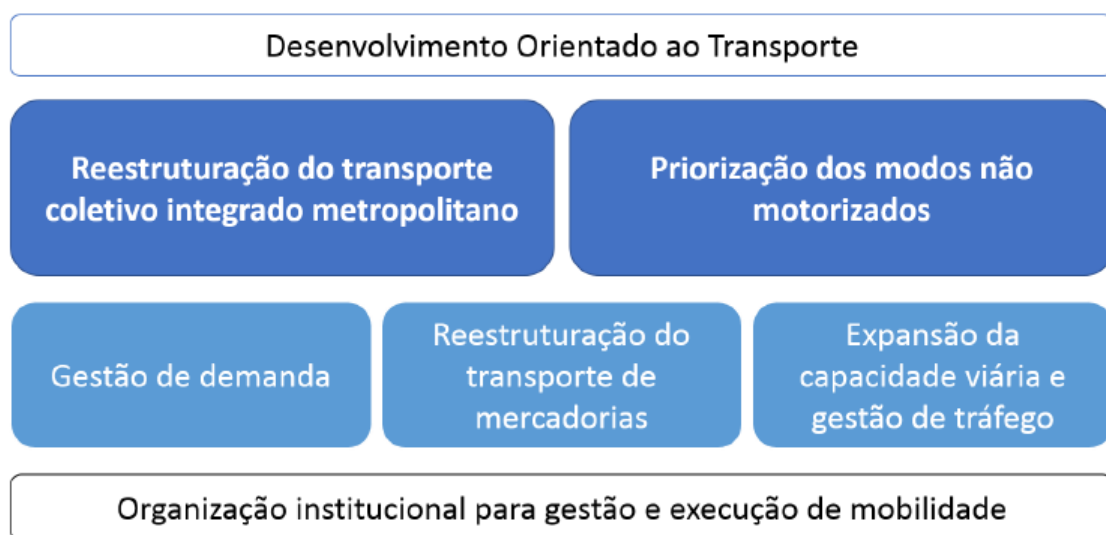
1.3.1. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS

A necessidade de enfrentar os desafios da mobilidade urbana no município provocou a concepção do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS –, que se dedica a dar soluções para os problemas de mobilidade da região.

O PLAMUS foi concebido pelo Governo do Estado de Santa Catarina em conjunto com os 13 municípios que compõem a Grande Florianópolis e se propõe a subsidiar a formulação de Planos Municipais de Mobilidade Urbana de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei Federal 12.587/12.

Para orientar as propostas a serem apresentadas, foram realizados Diagnósticos Urbanísticos de Mobilidade, de Transporte de Cargas, da Organização Jurídica e Institucional, além do Ordenamento Legal. Com base nesses estudos, foram realizadas recomendações para a região, sinteticamente resumidas na **Figura 1.02**, a seguir.

Figura 1.02 Recomendações no PLAMUS para a Região Metropolitana de Florianópolis, quanto à Mobilidade Urbana



Fonte e elaboração: PLAMUS, 2015.

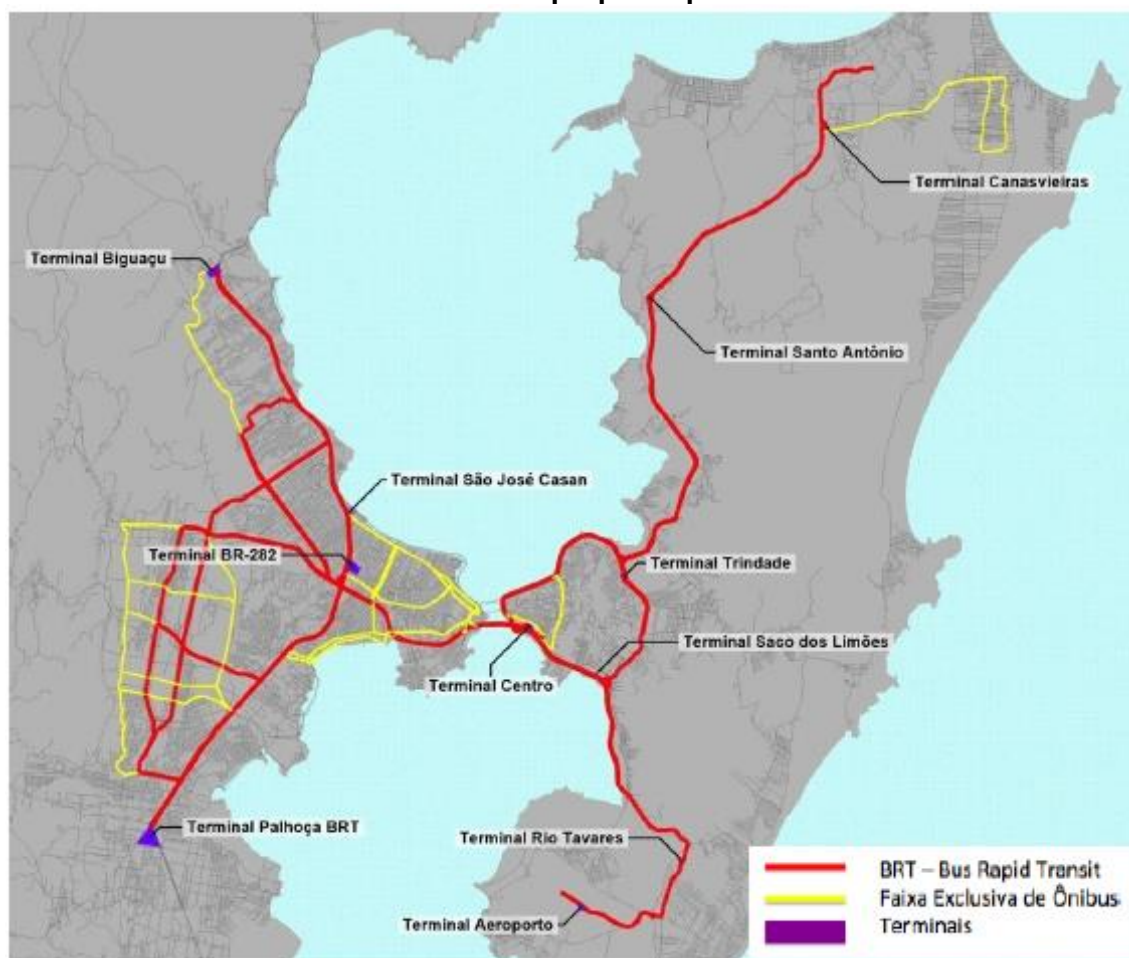
De acordo com a metodologia proposta, foi estabelecido um cenário base para representar projeções de situações futuras, mantendo os modelos vigentes de operação do sistema de transportes e de urbanização. Nesse cenário base, as alternativas e projeções ali constantes mensuram os benefícios socioeconômicos e a viabilidade financeira de cada uma das soluções propostas.

Estruturando-se nessas projeções, elaborou-se, então, uma proposta em que se priorizam: (i) os meios de deslocamento não motorizados; e (ii) o transporte público, em detrimento dos meios motorizados individuais.

Dessas leituras decorreram os passos necessários à estruturação das principais vias da Grande Florianópolis, que passou a se conectar a um sistema troncal, integrando uma rede alimentadora entre bairros e intra-bairros. Nesse sentido, a tecnologia que se apresentou como a mais adequada para atender aos critérios do Plano, de acordo com as alternativas simuladas para esse sistema, foi a do *BUS Rapid Transit - BRT*. A **Figura 1.03**, a seguir sintetiza espacialmente a concepção da solução encontrada.

Figura 1. Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.3

Sistema Troncal proposto para a RMF



Elaboração: PLAMUS, 2015

Além da construção dos corredores de ônibus, foi proposta a estruturação de sistemas de ligação entre bairros e no interior dos próprios bairros. Os objetivos desses sistemas são destinar faixas preferenciais para ônibus, favorecer a circulação de pedestres e implementar uma rede cicloviária.

Objetiva-se, ainda, orientar o desenvolvimento urbano numa perspectiva de transporte coletivo mais eficaz. As mudanças no padrão de mobilidade, entre outros aspectos, visam à criação de novas centralidades urbanas, à maior conectividade entre bairros e a promover a sustentabilidade econômica e social da Região Metropolitana de Florianópolis.

1.3.2. Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis

Instituído pela Lei Complementar 482 de 2014, o Plano Diretor de Florianópolis, inteiramente alinhado à Política Nacional Mobilidade Urbana, regula o uso e a ocupação do solo da capital catarinense. Parte da premissa de que se deve promover qualidade de vida, integração social e bem-estar aos cidadãos.

Já no seu artigo 4º, o Plano ressalta que a ocupação do território e o desenvolvimento urbano devem atender ao interesse geral da sociedade, sendo princípio elementar que o uso do espaço geográfico tem por finalidade maior promover a qualidade de vida, a integração social e o bem-estar dos cidadãos.

No tocante à mobilidade, o Plano destaca que há necessidades de mudanças de paradigmas e do padrão de deslocamento por transportes individuais, estabelecendo

conectividades e oferecendo diversificação de modais. Nesse sentido, referindo-se ao seu objetivo para a mobilidade urbana, o Plano estabelece o seguinte:

“A mudança dos paradigmas atuais, a estratégia de mobilidade e a acessibilidade complementada pela política de fortalecimento da multicentralidade conterão a previsão da instalação de corredores de transporte de passageiros, de linhas circulares e intrabairros para o transporte coletivo, bem como a diversificação dos modais de conexão entre as diversas localidades do Município, entre a Ilha e o Continente e entre este e a região metropolitana⁸.”

Assim como no PLAMUS, o Plano Diretor expressa a priorização das áreas para pedestres e para os ciclistas, bem como o transporte público em detrimento do transporte individual. Entre as ações previstas estão:

- (i) A destinação de faixas exclusivas de ônibus nas principais vias do município;
- (ii) A instalação de faixas preferenciais;
- (iii) A expansão da malha cicloviária;
- (iv) O alargamento e a qualificação das calçadas; e
- (v) A expansão de calçadas na área central do município.

Para oferecer conectividades e permeabilidade dos transportes nos bairros, e dentro deles, o Plano Diretor optou pela implementação dos Binários, a qual consiste em adequar vias do município que mantêm os dois sentidos do trânsito, tornando-as um sentido único, de forma a destinar espaços para bicicletas, para o transporte público, além de favorecer as melhorias nas calçadas.

1.3.3. Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis – PMUF

Em agosto de 2015, apresentou-se o Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis - PMUF, que se integra ao Plano Diretor do município e ao Plano Nacional de Mobilidade Urbana. O PMUF utiliza, entre outros, o PLAMUS como referência para a consolidação das suas propostas, valendo-se dos diagnósticos urbanísticos e das soluções nele apresentadas.

Outro documento que subsidiou a formulação do PMUF foi elaborado no âmbito das iniciativas das Cidades Emergentes Sustentáveis – ICES, documento denominado *“Plano de Ação Florianópolis Sustentável”*.

O documento é marcado pela construção de “linhas estratégicas”, que abordam alguns temas centrais ao desenvolvimento de cidades sustentáveis. O tema mobilidade urbana compõe a “Linha Estratégica – Repensar e Monitorar o Território e a Mobilidade”. Nela se estabelece uma série de ações, inclusive com estimativa de custos, a serem realizadas pelo município de Florianópolis a fim de se enfrentar os desafios da mobilidade urbana da cidade. Na **Figura 1.04** se evidenciam as diretrizes e as ações para a mobilidade urbana incorporadas pelo PMUF.

⁸ Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis Lei Municipal 482/2014, Art. 21.

Figura 1. Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento. 4
Ações do Plano de Ação Florianópolis Sustentável incorporadas ao PMUF

Ord.	Ação	Responsável	Foco de Atuação	Natureza da Ação				Custos (mil. R\$)				
				Ação Executiva		Ação Normativa Institucional	Ação Colaborativa	Pré-investi-mento	Investimen-to	Total		
				Recursos próprios	Recursos governa-mentais a fundo perdido						Finan-ciamento bancário/ agência de fomento	
Diretriz A: Estruturar a governança da mobilidade												
18	Complementação e detalhamento do Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transportes de Florianópolis	IPUF	P					5.000	0	5.000		
19	Implantação de um centro de controle operacional de trânsito e transporte público	SMMU e SMSGT	F					500	43.500	44.000		
20	Implantação de uma Câmara Técnica de Mobilidade Integrada	IPUF	F					30	0	30		
21	Desenvolvimento de estudos para a implantação de serviços aquaviários	IPUF	P					5.000	0	5.000		
Diretriz B: Melhorar a qualidade da infraestrutura para deslocamentos motorizados públicos												
22	Desenvolvimento de estudo de viabilidade para a implantação do Teleférico para a região central	SMO	Q					1.000	0	1.000		
23	Implantação de Anel Viário para Corredor de Transporte Público Coletivo na região central	SMO	Q					15.000	150.000	165.000		
24	Implantação e qualificação de corredores de ônibus na região Norte da Ilha	SMO	Q					19.900	199.000	218.900		
25	Implantação e Qualificação de Corredores de Ônibus na região sul da Ilha	SMO	Q					9.800	98.000	107.800		
26	Projeto de Implantação de Corredor Metropolitano Norte de Ônibus	Sup. da Gran-Fpolis	Q					10.000	0	10.000		
27	Aquisição de Sistema de Monitoramento ITS	SMMU	F					2.000	18.000	20.000		
28	Implantação do Corredor de Integração ao Anel Viário Central	SMO	Q					4.100	36.900	41.000		
29	Implantação de Terminais do Corredor Insular Sul	SMO	Q					1.100	9.900	11.000		
30	Implantação de Via Alimentadora do Corredor Insular Norte	SMO	Q					7.000	63.000	70.000		
31	Implantação do Corredor Insular Leste e Alimentadoras	SMO	Q					6.000	54.000	60.000		
32	Implantação do Corredor Continental Sul-Norte e Alimentadoras	SMO	Q					3.650	32.850	36.500		
33	Revitalização do acesso à Lagoa da Conceição e travessia	SMO	Q					2.200	437.800	440.000		
Diretriz C: Promover o deslocamento não-motorizado												
34	Desenvolvimento e implementação de um programa de melhoria de calçadas e transposições para pedestres	IPUF	Q					1.000	62.200	63.200		
35	Finalização e implementação do Programa Zona 30	IPUF	Q					2.000	48.000	50.000		
36	Desenvolvimento e implementação de um programa de melhoria de infra-estruturas para a circulação não motorizada (ou de baixa motorização)	IPUF	Q					200	60.220	60.420		
37	Implementação de serviço de bicicletas públicas em Florianópolis	IPUF	Q					100	1.900	2.000		

Fonte: Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis - PMUF, 2015.

As propostas e soluções apresentadas no PMUF foram agrupadas nestes cinco grandes grupos:

- (i) Priorização de modais não-motorizados;
- (ii) Gestão da demanda;
- (iii) Implantação do sistema BRT e revisão do modelo de transporte público;
- (iv) Transporte aquaviário complementar;
- (v) Reestruturação do transporte de carga.

A *priorização de modais não-motorizados* se estruturou em duas outras propostas: (i) a implementação das Zonas 30⁹ em vias que não tenham função de passagem ou conexão entre bairros e que apresentem grande movimento de pedestres, de ciclistas e de veículos particulares; e (ii) a transformação das Ruas Completas¹⁰ em vias com função de passagem ou com conexão entre bairros, apresentando maior movimento de pedestres, de ciclistas e de veículos particulares. Ainda nesse grupo está a implementação de rede cicloviária.

Por sua vez, na *gestão de demanda* inserem-se as ações de incentivo negativo ao uso do automóvel, como o aumento da fiscalização do uso do estacionamento e a realização de campanhas de incentivo ao uso preferencial do transporte público.

Para *Implantação do Sistema de Corredor Exclusivo de ônibus e a Revisão do modelo de transporte público* instaura-se a necessidade de revisão de rotas, que consiste na gestão do sistema de transporte de forma integrada. A proposta consiste em consolidar uma rede que seja estruturada em um Sistema Troncal, o qual deverá ser compatibilizado com linhas alimentadoras e auxiliares. O objetivo é otimizar o sistema, levando a ganhos de eficiência e de qualidade do serviço.

⁹ Vias cuja a velocidade máxima deve ser de 30 km/h, condizente com uma convivência harmoniosa entre os deslocamentos motorizados e aqueles realizados a pé ou por bicicleta” (Plamus, 2015).

¹⁰ Vias que incorporam espaços para todos os usuários (veículos motorizados, não motorizados e pedestres) incluindo no projeto calçadas largas, ciclovias e espaços exclusivos para circulação de transporte coletivo.

Apresenta-se, ainda, a proposta da rede de faixa exclusiva prevendo a utilização de vias estruturantes, quais sejam:

- a. Corredor Continental no espaço da BR-282;
- b. Corredor do Anel Central que contorna o Morro da Cruz;
- c. Corredor Norte na via SC 401;
- d. Corredor Sul na via SC 405; e
- e. Corredor Leste na Rodovia Admar Gonzaga.

Às vias estruturantes agrega-se uma rede alimentadora e auxiliar, onde se prevê a implementação de faixas exclusivas e preferenciais de ônibus, como se demonstra no **Quadro 1.01** que segue.

Quadro 1.01 Vias por onde circulam o sistema de BRT e faixas exclusivas

Descrição do Projeto	Vias Beneficiadas
Corredor do Anel Central	Av. Gustavo Richard
	Av. Paulo Fontes
	Av. Professor Waldemar Vieira
	Rua Dep. Antônio Edu Vieira
	Av. Professor Henrique da Silva Fontes
	Av. Governador Irineu Bornhausen
	Av. Jornalista Rubens Arruda Ramos
Corredor Norte	Av. Osvaldo Rodrigues Cabral
	SC-401
Corredor Sul	Av. Professor Waldemar Vieira
	Rod. Gov. Aderbal Ramos da Silva
Corredor Leste	SC-405
	Rodovia Admar Gonzaga
Corredor Continental	BR-282 (via expressa)
Av. Mauro Ramos	-
Av. Gustavo Richard	-
Av. Paulo Fontes	-
SC-403 até Luiz Boiteux	-
Av. Luiz Boiteux Piazza (1,6km) e Binário dos Ingleses (6,9)	Av. Luiz Boiteux Piazza
	SC-403
	Rod. João Gualberto Soares
	Rua Graciliano Manoel Gomes
Rod. João Gualberto Soares e Binário do Rio Vermelho	Rua Artur Luciano Garcia
	Rod. João Gualberto Soares
	Rua Caminho do Travessão
Ingleses	SC-403
Av. Madre Benvenuta	-
Binário Patrício e Binário Juscelino	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira
	Rua Coronel Caetano Costa
	Rua Irmã Bonavita
	Rua Felipe Neves
	Rua João Evangelista da Costa
	Rua Professor Barreiros Filho
	Rua Líbia Cruz
	Rua Vereador Nagib Jabor
	Av. Patrício Caldeira de Andrade
	Rua Hercílio de Alquino
	Rua Capitão Savas
Binário Atlântica	Rua João Meirelles
	-
Binário Aracy	-

Fonte: Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis, 2015.

Para o *Transporte aquaviário complementar* estão previstas rotas para a ligação de Florianópolis com os outros três principais municípios da região, quais sejam: Palhoça, Biguaçu e São José.

Por fim, para a *Reestruturação do transporte de carga* estão previstas as seguintes ações: otimização da distribuição urbana de mercadorias, através do uso de centros e plataformas logísticas; restrições de estacionamento para entrega de mercadorias; e adoção de medidas regulatórias ou de incentivo para a efetiva utilização do novo sistema proposto.

2. PROGRAMA INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS – PIVF

Em 2016, por meio da Lei Municipal nº 10.092, foi autorizada a contratação de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para a execução do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis - PIVF.

O PIVF planeja executar as soluções consolidadas nos planos de referência anteriormente descritos e, dessa maneira, se propõe a melhorar a qualidade da mobilidade urbana, estabelecendo conexões viárias e corredores exclusivos de transporte público, além de incentivar o uso do transporte não motorizado e, ainda, fortalecer a capacidade institucional do município de Florianópolis para a gestão sustentável do transporte público.

Os objetivos específicos do Programa são:

- (i) Melhorar a infraestrutura viária local do município de Florianópolis;
- (ii) Consolidar um sistema de transporte urbano eficiente, com a qualificação de vias e a segregação de corredores para o transporte público; e
- (iii) Promover o fortalecimento da gestão financeira, tributária, bem como do uso dos recursos públicos para o Transporte Público Coletivo.

Entre os principais resultados esperados, estima-se a redução dos custos de operação do transporte, a diminuição das emissões de gases de efeitos estufa e do tempo de viagem dos usuários e a melhoria da gestão dos recursos públicos destinados ao transporte coletivo.

Para alcançar os objetivos e resultados planejados, o Programa foi estruturado em componentes, com destinações específicas de recursos conforme demonstrado no **Quadro 2.01** abaixo. O total de recursos previstos para o Programa é de US\$ 291 milhões, sendo US\$ 145,5 milhões (50%) financiados pelo Banco e o restante como contrapartidas locais.

Quadro 2.01 Quadro de Recursos e Componentes do PIVF

Estudos e administração	12.000.000,00
Obras e supervisão de obras	244.000.000,00
Fortalecimento da Gestão Fiscal	15.000.000,00
Compensações Ambientais, Desapropriações e Reassentamentos	20.000.000,00
TOTAL	291.000.000,00

Trata-se de financiamento de obras múltiplas, destinado a “*financiar grupos de obras similares que sejam fisicamente independentes entre si e cuja viabilidade não dependa da implantação de projetos de outras obras*”¹¹.

Ressalte-se que o Programa adotou uma amostra representativa de projetos, correspondendo a pelo menos 30% das obras previstas. Esse recorte é assim caracterizado:

- (i) Corredor do Anel Central, com 18.391 metros, exclusivo de Ônibus na parte insular de Florianópolis, nos seguintes trechos:

¹¹ Cf. <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/financiamento-do-bid/emprestimos-de-investimento,6056.html> (Acessado em 09/05/2017).

- a. Trecho I nas vias: Av. Gustavo Richard, Av. Paulo Fontes, Av. Prefeito Waldemar Vieira e Rua Dep. Antônio Edu Vieira; e
 - b. Trecho II nas vias: Av. Professor Henrique da Silva Fontes, Av. Governador Irineu Bornhausen, Av. Jornalista Rubens Arruda Ramos e Av. Osvaldo Rodrigues Cabral.
- (ii) Implantação de 25.928,14 metros de Binários na porção continental de Florianópolis, denominados:
- a. Atlântica, com 4.691,96m de extensão;
 - b. Aracy, com 6.157,48m de extensão;
 - c. Juscelino, com 6.269,43m de extensão; e
 - d. Patrício, com 8.809,27m de extensão.

O projeto do **Corredor do Anel Central** consiste em implementar corredor exclusivo de transporte coletivo no conjunto de vias que circundam o Morro da Cruz, na porção insular do município. Esse é um dos componentes do Sistema Troncal de alta capacidade a ser desenvolvido, tal como indicado no PLAMUS e no PMUF.

Para a porção continental do Município, onde se prevê a implementação dos **Binários** Aracy, Juscelino, Patrício e Atlântica, haverá priorização do sentido único do tráfego nas vias, para a implementação de faixa de ônibus, de malha cicloviária, além da qualificação das calçadas. Esses projetos são parte da rede alimentadora e auxiliar planejada no PMUF, com o intuito de facilitar a conectividade do sistema ligando os bairros.

2.1. Execução do Programa

Até o momento da elaboração do presente documento, o Trecho I do Corredor do Anel Central já havia sido inteiramente licitado no Processo Licitatório 112/SMA/DLC/2016. O número do contrato de referência é 549/SMO/2016, de 24 de maio de 2016. A Ordem de Serviço expedida foi parcial, compreendendo obras em parte da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Eletrosul, num trecho correspondente a aproximadamente 900 metros.

Para o licenciamento ambiental, foi realizado um Relatório Ambiental Prévio (RAP), em fevereiro de 2015.

2.1.1. Impactos Socioambientais Relevantes para o PDRR

A proposta de implementação do sistema de corredor exclusivo de transporte coletivo é pensada para utilizar vias que já têm alta capacidade de tráfego, derivando um traçado em que a necessidade de remoções e de desapropriações é bastante reduzida.

Os principais impactos dessas obras são presumidos para o trecho entre a Rua Dep. Antônio Edu Vieira (entre o campus da Universidade Federal de Santa Catarina e a Av. Prefeito Waldemar Vieira) e em pontos localizados e dispersos dos binários. Ressalta-se que, no Corredor do Anel Central, este é o único trecho em que há a necessidade de remoções e desapropriações.

Nessa parte do traçado, justamente, há um estreitamento da via, imprimindo a necessidade de obras de alargamento, o que leva a desapropriações e remoções.

Quando do seu planejamento, os lotes, em sua maioria, obedeceram ao recuo previsto nos Planos Diretores de Florianópolis e, por esse motivo, as desapropriações e as remoções são, não raras vezes, para adequação das construções. O perfil de ocupação dos lotes é o

de imóveis destinados a atividades comerciais e de uso misto (comercial e residencial), tendo pouca incidência de imóveis exclusivamente residenciais.

No que se refere aos Binários, os prováveis projetos da amostra preveem desapropriações e remoções pontuais, cujo objetivo é o de adequar a estrutura viária existente em algumas rotas e em pontos onde serão construídas ligações entre ruas. Uma parte significativa das prováveis desapropriações se dá em terrenos vazios. Para os lotes construídos, porém, o perfil de ocupação dos prováveis imóveis a serem desapropriados e removidos é mais diverso, havendo imóveis residenciais e mistos consolidados, além daqueles destinados a atividades econômicas de pequeno e de médio porte.

Assim, os principais impactos esperados consistem nas(os):

- (i) Interrupção parcial do tráfego em decorrência das obras;
- (ii) Impacto na dinâmica de funcionamento das atividades econômicas conviventes com as obras;
- (iii) Necessidade de remoções pontuais de imóveis residenciais para a adequação do traçado do PIVF;
- (iv) Interferências ambientais e de mobilidade decorrentes das obras (geração de ruídos, emissão de partículas e de poeira no ar, geração de resíduos sólidos, problemas de tráfego, interrupção parcial de vias, interrupção parcial de acesso para pedestres etc.);
- (v) Reassentamento dos ocupantes das edificações afetadas;
- (vi) Realocação de equipamentos públicos;
- (vii) Afetação de bens;
- (viii) Afetação das condições de vida da população reassentada;
- (ix) Risco de que a mudança desorienta e dificulte a readaptação no novo local para a população reassentada;
- (x) Risco de perda de oportunidades de trabalho devido à realocação (para aqueles que trabalham em serviços, comércio etc.);
- (xi) Risco de mudanças negativas na organização comunitária e nas redes de apoio e de solidariedade para a população reassentada.

3. QUESTÕES ABORDADAS EM CONSULTAS PÚBLICAS

O Município de Florianópolis realizou uma série de encontros, reuniões e consultas públicas que envolveram a temática da mobilidade urbana, tanto no âmbito do Plano Diretor quanto para o PIVF.

Para o Plano Diretor foram realizadas 16 audiências públicas, sendo quatro delas realizadas nas sedes insular e continental. Os eventos mobilizaram mais de 2.500 participantes, envolvendo comunidades, lideranças e entidades de todos os bairros do município de Florianópolis. As estratégias de mobilidade identificadas pelo PLAMUS foram abordadas em todas as audiências públicas, com ênfase especial na adoção de faixas exclusivas para ônibus e implementação de ciclovias.

O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, igualmente foi alvo de debate em 2 audiências realizadas na sede insular (em 30/06/2016 e 01/08/2016, respectivamente) e nas outras 2 audiências ocorridas na sede continental (realizadas em 15/06/2016 e 09/08/2016), registrando-se mais de 1.000 participantes.

Nessas reuniões foram amplamente debatidos os espaços destinados exclusivamente ao transporte coletivo, especialmente na Rua Edu Vieira e na Beira Mar Norte, além do corredor Norte e Sul e priorização do transporte coletivo no Centro Histórico. Outros temas, como ciclovias e melhorias das calçadas, também foram destacados.

Com respeito às obras do Programa, foram realizadas diversas reuniões, coordenadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com representantes do Bairro Pantanal, nas proximidades da UFSC, onde estão concentrados os esforços de desapropriação necessários ao andamento das obras. Esse trecho foi licitado e as obras iniciaram no final de maio de 2016, nas áreas pertencentes à UFSC.

A primeira consulta pública sobre as obras do Programa foi realizada em dezembro de 2015, no auditório da UFSC. Foi dada ampla divulgação nos meios de comunicação, sendo que os convites impressos foram afixados no campus e nas imediações da Universidade. Representantes do Conselho Comunitário do Pantanal também foram convidados. Ao todo, 200 pessoas participaram da audiência, que contou com a presença de representantes da UFSC, da comunidade do Pantanal e estudantes, em grande parte usuários do sistema de transporte coletivo e das vias de circulação. Entre os temas discutidos, incluem-se:

- i. Dados Gerais do Projeto de Mobilidade;
- ii. Projeto Corredor do Anel Central;
- iii. Projeto da Rua Deputado Edu Vieira;
- iv. Empresa contratada e valor do projeto;
- v. Etapas de execução do projeto;
- vi. Cronograma de atividades por etapa;
- vii. Interferências junto à comunidade;
- viii. Alterações no trânsito de veículos – soluções;
- ix. Desapropriação – conceitos e etapas.

Foram apresentadas informações sobre mobilidade urbana sustentável, baseadas nos estudos do PLAMUS. Também foram apresentados os projetos do Corredor do Anel Central, com ênfase no traçado da Rua Deputado Edu Vieira. Foram apresentados os conceitos e quais as etapas do processo de desapropriação.

Uma segunda reunião ocorreu em julho de 2016, no CCPAN – Conselho Comunitário do Pantanal, e contou com a presença de lideranças e representações institucionais e comunitárias da localidade. O objetivo da reunião foi a apresentação do projeto de

duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, que integra as obras do Corredor do Anel Central, apontando a priorização do transporte coletivo e de ciclistas em detrimento ao transporte particular. Após as apresentações, os participantes puderam expressar suas dúvidas e opiniões sobre o projeto. Todos os questionamentos foram respondidos na reunião. Nessa segunda reunião, os temas abrangeram:

- i. Localização de estações de embarque;
- ii. Traçado de servidões;
- iii. Interrupções no andamento das obras;
- iv. Recursos para desapropriação;
- v. Reconstruções de benfeitorias (muros, etc);
- vi. Imóveis afetados;
- vii. Critérios para remanejamento de afetados;
- viii. Processo de desapropriação quando o imóvel atende a coletividade (por ex. igrejas, etc.).

Logo após a segunda reunião, houve um encontro entre técnicos da Prefeitura Municipal com representantes da Associação de Moradores. O objetivo dessa reunião “intermediária” consistiu na análise das informações apresentadas na primeira reunião, bem como a forma de apresentação e - caso fosse necessário – realizar ajustes para a próxima reunião geral.

A última reunião ocorreu em setembro de 2016, no CCPAN- Conselho Comunitário do Pantanal, com 56 presentes. Destes, 34 moradores de 28 propriedades diretamente afetadas foram envolvidos. Para abranger a totalidade da população diretamente afetada no Pantanal, os técnicos da Prefeitura realizaram contatos telefônicos e enviaram convites para os que possuíam endereços eletrônicos. Entre os temas abordados, destacaram-se:

- i. Questões técnicas de projeto;
- ii. Conceitos urbanísticos (boulevard, centralidade linear, áreas verdes, etc.);
- iii. Planos de trânsito (e interferências) durante as obras;
- iv. Áreas de lazer e revitalização arbórea;
- v. Acesso às informações de projeto;
- vi. Conexões de transporte e ciclovia;
- vii. Sinalização;
- viii. Recuos para as paradas de ônibus;
- ix. Regras e detalhes dos processos de desapropriação;
- x. Critérios para desapropriações em relação a IPTUs;
- xi. Planos de realocação dos moradores atingidos;
- xii. Recursos para as desapropriações;
- xiii. Cálculos do valor do imóvel;
- xiv. Com as dificuldades financeiras da PMF interferem nas desapropriações;
- xv. Espaços para habitação social (novas moradias);
- xvi. Expectativas quanto ao cronograma de interação com os proprietários;
- xvii. Expectativas para o envolvimento da população;
- xviii. Relação do Programa com o Plano Diretor Municipal;
- xix. Zoneamento Urbano;
- xx. Comércio e serviços para a região.

Em síntese, as questões levantadas pelos participantes sobre o projeto e as obras, ainda que tivessem gerado certo grau de expectativas e sugestões técnicas, foram respondidas nas consultas públicas. A Prefeitura Municipal de Florianópolis reiterou nos debates a sua preocupação em buscar a melhor alternativa de traçado, tanto do ponto de vista técnico quanto social, privilegiando o menor impacto possível sobre as residências, comércios e imóveis da região.

As questões relacionadas à indenização, remoção involuntária e desapropriação, conforme esperado, foram mais frequentes, em função das expectativas da população quanto às formas de atendimento e compensação, garantias de menor impacto sobre as atividades econômicas e interferências durante as obras (para as residências e comércios que permanecerão no local).

Além das reuniões acima mencionadas, outras três consultas públicas específicas para o Programa foram realizadas entre os dias 02 e 03 de junho de 2017. Tais consultas fazem parte do **Plano de Consultas Públicas** do PIVF (Anexo I), exigido pelo BID como parte dos requisitos para a viabilização da operação de crédito internacional. Assinale-se que, a esse respeito, as políticas normativas do BID apontam a necessidade da participação ampla e inclusiva da população em todos os projetos financiados pelo Banco. Para tanto, as consultas públicas representam garantia de acesso à informação consolidada e o direito de participação da população, assegurando que cada um dos atores sociais tenha oportunidade para expressar seus questionamentos.

Por se tratar de consulta realizada especificamente para o PIVF, realizou-se divulgação nos principais canais de comunicação do município com antecedência para que os munícipes pudessem se organizar para participar do evento. O **Quadro 3.01** abaixo indica o meio de comunicação utilizado, o conteúdo veiculado e a data em que se publicou a agenda das Consultas Públicas em questão. Salienta-se que tanto o detalhamento das informações sobre a divulgação das consultas quanto os aspectos preparatórios e seus resultados constam de relatório específico, denominado “Relatório das Consultas Públicas” apresentado no anexo II deste PDRR.

Quadro 3.01 Canais de Divulgação das Consultas Públicas

Veículo de Comunicação	Matéria/conteúdo veiculado	Data
Site da Prefeitura de Florianópolis	Publicação da agenda das Consultas Públicas	18/5
Jornal Notícias do Dia	Publicação da agenda das Consultas Públicas	18/5
Jornal Notícias do Dia - Coluna de Fábio Gadotti	Publicação da agenda das Consultas Públicas	19/5
Portal Informe	Prefeitura da Capital realiza a partir de sexta (2) consultas públicas voltadas à Infraestrutura Viária	19/5
Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis	Prefeitura fará três Consultas Públicas sobre obras de Infraestrutura Viária	19/5
Portal do Jornal Hora de SC	Audiências Públicas apresentarão os projetos dos binários e do anel viário em Florianópolis	25/5
Diário Catarinense - De Ponto a Ponto/Florianópolis	Publicação da agenda das Consultas Públicas	26/5
Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis	Prefeitura realiza Consultas Públicas sobre Infraestrutura Viária	30/5
Rádio CBN Diário - Programa Notícia na Manhã - apresentador Mário Motta	Entrevista do engenheiro Américo Pescador	30/5
Portal G1 SC	Prefeitura de Florianópolis realiza consultas públicas sobre obras de infraestrutura viária	30/5
Portal Tudo Sobre Floripa	Prefeitura promove consultas públicas para mostrar projetos de infraestrutura	30/5
Rádio CBN Diário - Programa Notícia na Tarde - apresentador Renato Igor	Entrevista do Diretor de Obras da Secretaria de Infraestrutura, Tiago Schmitt	01/6
TV Catarina (Band) / Programa Band Cidade	Reportagem sobre a Audiência	02/6

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2017

Além de publicação no diário oficial do município de Florianópolis, os locais selecionados para a realização das consultas também foram estrategicamente pensados e obedeceram ao disposto no Plano de Consultas Públicas, atendendo a critérios de acessibilidade, segurança e conforto e realizando-se nos bairros pertencentes aos projetos da amostra representativa do PIVF.

Os três eventos contaram com a presença de 206 participantes, incluindo 52 funcionários do poder público municipal e estadual, 70 moradores e comerciantes dos bairros afetados, 12 participantes pertencentes aos conselhos comunitários do município, 3 representantes do Consórcio responsável pelo transporte coletivo no município de Florianópolis, 2 representantes das organizações de ciclo-ativistas, 1 representante de organização ambiental, 26 participantes classificados como outros representantes e 2 representantes da imprensa local. Foram dois eventos realizados no dia 02/06/2017 e um evento no dia 03/06/2017, abrangendo as seguintes localidades:

- (i) 02/06/2017: Binários porção norte contou com 90 participantes;
- (ii) 02/06/2017: Binários porção sul contou com 64 participantes e;
- (iii) 03/06/2017: Corredor do Anel Central contou com 52 participantes.

Entre os temas com maior número de manifestações dos participantes, estão (i) questionamentos que requisitavam esclarecimentos de dúvidas ou informação sobre o PIVF; (ii) solicitações diversas, especialmente quando o participante requeria alguma demanda específica a ser atendida pelo Programa; (iii) sugestões para inserção de demandas mais abrangentes, a serem incorporadas pelas obras do PIVF; e (iv) recomendações, na forma de alertas aos dispostos em legislação municipal ou nos Planos e documentos reguladores da mobilidade urbana e de uso e ocupação do solo de Florianópolis. O **Quadro 3.02** abaixo detalha as manifestações dos participantes por tema, modalidade e tipo de manifestação de acordo com a qualificação do participante identificado.

Quadro 3.02 Manifestação dos participantes das consultas públicas de 02 e 03/06/2017

Participações por temas	Manifestações	Tipo	Qualificação dos participantes
Transporte ciclovitário	Cumprimento integral da Lei Municipal 78/01 (dispõem sobre o uso da bicicleta e sistema ciclovitário e dá outras providências)	recomendação	Representantes de organizações de cicloativistas
	Inclusão de ciclovia (continuidade) na Rua Gustavo Richard - sede insular	Sugestão	
	Qual a possibilidade de incluir interligação ciclovitária entre Coqueiros e Estreito (Ciclovía Beira Mar Estreito- sede continental)	Sugestão	
	Como fica a segurança de pedestres e ciclistas nos binários, que passa por áreas inseguras. Onde dispor as bicicletas no centro da cidade com segurança?	Questionamento	Morador
	Nos pontos multimodais, haverá bicicletário?		
Transporte coletivo e estruturas	Qual a proposta para transporte coletivo que integre todos os bairros do continente?	Questionamento	Representantes dos moradores
	Depois da obra, o Consórcio Fênix vai continuar?	Questionamento	Morador
	Inclusão de um ponto de ônibus em frente ao CIC – Centro Integrado de Cultura (sede insular)	Sugestão	Morador

Participações por temas	Manifestações	Tipo	Qualificação dos participantes
Integração viária	Qual a proposta de integração viária para ligar a parte norte e a parte sul do continente?	Questionamento	Representantes dos moradores
	Implantação da Beira Mar Continental, da PC3, pontes no lado norte e sul para desafogar as atuais pontes.	Recomendação	Morador
Outros Temas	O Anel Viário e os Binários foram pensados para estimular a centralidade em alguns bairros. O Plano Diretor prevê essas centralidades?	Questionamento	Morador
	Quem vai se certificar se a obra será executada com os padrões de garantia apresentados?	Questionamento	Funcionário do poder público
Transporte Coletivo e estrutura	O custo de tarifa será o mesmo para a região central e para os locais mais distantes no continente?	Questionamento	Morador
	O que acontecerá ao TICEN e ao Terminal Cidade de Florianópolis com a implantação de dois novos terminais pelo Programa?	Questionamento	Morador
Transporte ciclovitário	Está prevista conectividade do sistema ciclovitário como meio de transporte e não para lazer?	Questionamento	Anônimo
	Quando não for possível construir ciclovia, teremos mais trechos desconectados?	Questionamento	Morador
	As obras próximas da UFSC estão paradas. Alerta sobre alguns pontos: continuidade das passarelas para ciclistas e pedestres	Recomendação	Morador
	Continuidade das passarelas para ciclistas e pedestres	Recomendação	Morador
Ações da Prefeitura	O Programa teria mais benefício se fosse alinhado com o Plano de Mobilidade Urbana Municipal	Recomendação	Morador
	Quais as ações sociais voltadas para as comunidades do Maciço do Morro da Cruz?	Questionamento	Morador
	Quais as ações da Prefeitura para dialogar com as demais prefeituras da RMF, para uma gestão integrada?	Questionamento	Morador
Obras em andamento	A UFSC não dispõe da última versão do Projeto	Solicitação	Morador
	Alerta para alguns pontos como: barreiras acústicas/pavimentação	Solicitação	Morador
	Alerta para o direito de construir	Recomendação	Morador
	Qual a posição dos pontos e coleta seletiva de resíduos?	Questionamento	Morador
Outras questões	Vai haver corte de árvores no canteiro central?	Questionamento	Morador
	Qual será o juro pago ao BID no financiamento?	Questionamento	Morador
	Qual a ênfase para o transporte marítimo?	Questionamento	Morador

Fonte: APPE: 2017

Pelo quadro acima é possível concluir que a grande maioria dos participantes efetuou comentários pertinentes aos projetos e obras do PIVF e, também, aos aspectos relacionados à mobilidade urbana, multimodalidade e integração viária. Do ponto de vista das questões sociais, relacionadas às desapropriações e reassentamentos, embora adequadamente caracterizadas nas apresentações, as manifestações foram pontuais e

sem correspondência direta com as opções de atendimento social e/ ou diretrizes expressas neste PDRR (o qual foi disponibilizado para livre consulta).

Tal fato pode estar associado a dois fatores principais. Primeiramente, há que ser considerada a realização de várias reuniões entre a prefeitura e o público-alvo afetado, sobretudo no ano de 2016. Embora não tenha sido realizado o cadastro detalhado das famílias e imóveis, tais reuniões ensejaram uma atuação mais próxima da prefeitura, que tem orientado continuamente sobre a implementação do Programa. Um segundo aspecto está relacionado ao fato de que o processo de desapropriação e/ou de remoções ainda não se iniciou, não se dispondo do devido detalhamento dos projetos de engenharia, impedindo que sejam reconhecidos com precisão os locais a serem afetados. Nesse caso, é provável que haja maior número de manifestações à medida que os traçados definitivos sejam apresentados, que os laudos e avaliações de imóveis sejam concluídos e que as negociações com o público-alvo se iniciem. Essa etapa corresponde, justamente, à fase de execução dos PERR's, conforme descrito neste PDRR.

4. SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

4.1. Área de inserção do empreendimento

O PIVF e todos os seus empreendimentos estão localizados no município de Florianópolis. O Corredor do Anel Central tem os seguintes bairros afetados: Centro, Agronômica, Trindade, Pantanal, Saco dos Limões, Itacorubi, Córrego Grande, Santa Mônica e José Mendes. Para os binários na parte continental, os bairros afetados são: Bom Abrigo, Capoeiras, Estreito, Monte Cristo, Canto, Jardim Atlântico, Abraão, Coloninha e Itaguaçu.

O município possui uma área total de 451 km², sendo que a porção continental abrange cerca de 3% da área total do município, com 12,10 km². As áreas de preservação permanente (APP's) têm um total de 189,42 km²; já as áreas de preservação limitada (APL's) abrangem 74,60km² do município.

Em relação ao uso e à ocupação do solo, observa-se uma predominância das funções urbanas, com uma taxa de urbanização superior a 96%. Na **Tabela 4.01** abaixo é possível observar os tipos de uso e de ocupação do solo no município de Florianópolis, a quantidade de imóveis para cada um e a sua proporção em relação ao total.

Tabela 4.01 Imóveis em Florianópolis, segundo o tipo de uso e a ocupação do solo

Descrição	Imóveis	%
Residenciais	143.855	89,50
Comerciais	9.720	6,00
Serviços	5.854	3,60
Industriais	82	0,10
Mistas	1.239	0,80

Fonte: RAP para Licenciamento Ambiental de parte do Anel Viário, 2013.

4.1.1. Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pelo Corredor do Anel Central

O **centro de Florianópolis** é o bairro no município com maior população (44.315 habitantes, segundo o censo de 2010). A região é caracterizada por densa urbanização e ocupação diversificada, com áreas residenciais próximas à Avenida Mauro Ramos, se estendendo em direção ao Morro da Cruz, neste, com populações mais vulneráveis. Na região que perpassa as Ruas Conselheiro Mafra, Felipe Schmidt, Tenente Silveira, Deodoro, Trajano, João Pinto e Tiradentes há uma área de importante fluxo, com concentração de comércios e serviços.

Também no Centro está presente a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira Mar Norte, caracterizada por ter em seu entorno uma das áreas mais valorizadas do município, com edifícios de alto padrão. Além de residências, há hotéis, restaurantes e comércio de alto padrão.

O Centro possui cobertura quase total de serviços básicos de infraestrutura urbana, com 99,8% dos domicílios com abastecimento de água via rede geral e com coleta de lixo, 96,1% com esgotamento sanitário via rede geral e 99,9% com energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora. Grande parcela de sua população residente possui renda

elevada: 50% dos domicílios possuem uma renda *per capita* superior a 5 salários mínimos – SM enquanto que na outra extremidade encontra-se 5,9% dos domicílios com renda inferior a meio SM *per capita*.

A **Tabela 4.02**, a seguir, destaca os índices apurados pelo Censo Demográfico IBGE 2010 para a cobertura dos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo em todos os domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelo Corredor do Anel Central.

Tabela 4.02. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Agronômica	99,0%	99,0%	99,9%
Centro	99,8%	99,9%	99,8%
Córrego Grande	97,8%	99,9%	99,9%
José Mendes	99,7%	99,4%	99,9%
Pantanal	94,9%	100,0%	100,0%
Saco dos Limões	98,4%	98,4%	99,8%
Santa Mônica	98,6%	99,6%	99,8%
Trindade	98,9%	98,6%	99,9%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Situado na extremidade norte do Morro da Cruz, o **bairro Agronômica** apresentou uma população de 15.588 habitantes em 2010, segundo o IBGE, e se localiza entre o centro e o bairro de Trindade. Também sendo abrangido pela Avenida Beiramar Norte, mostra-se praticamente como uma área contínua ao centro, sendo também área de alto interesse imobiliário¹². O bairro passou por inúmeras transformações a partir dos anos 1980, com o aterro para a construção da avenida beira mar norte estimulando novas ocupações residenciais de maior padrão. Isso levou a uma fragmentação da comunidade pesqueira ali presente tendo, como impacto, a perda do contato com o mar pelas populações¹³.

Em termos de infraestrutura urbana, mais de 99% dos domicílios no bairro possuem fornecimento de água e luz pela rede geral de distribuição e coleta de lixo, enquanto que 94% possuem esgotamento sanitário ligado à rede geral. No que se refere, à renda no bairro da Agronômica, uma parcela de 8% dos domicílios possui ganhos de até meio SM enquanto que 28,7% com renda maior do que 5 SM por componente familiar. Importante ressaltar que neste bairro, segundo o Censo 2010, 20% da população reside em setores censitários classificados como subnormais¹⁴.

¹² PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. RAP para Licenciamento Ambiental de parte do Anel Viário, 2013.

¹³ Idem.

¹⁴ Segundo o IBGE, aglomerado subnormal “é um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das

O **bairro Trindade**, por sua vez, é o segundo mais populoso do município, com 18.812 habitantes em 2010, e tem parte de sua área abrangendo o Morro da Cruz. Uma de suas características importantes é a proximidade do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o que torna a região um polo de atração populacional e de tráfego. Caracteriza-se como um bairro predominantemente residencial, mas que possui uma grande presença de bares e restaurantes, principalmente ao longo da Rua Lauro Linhares, devido ao público universitário.

Os domicílios em Trindade são quase que em sua totalidade abrangidos pelos serviços regulares de fornecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, com 98,9%, 98,6% e 99,9% de cobertura respectivamente. O serviço de esgotamento sanitário possui uma inserção menor em relação aos anteriores, com 11% dos domicílios não ligados à rede geral.

Relativo à renda, 9,5% das famílias possuem renda de até meio SM *per capita*, sendo que em 6% dos domicílios foi declarado não haver renda. Uma proporção de 22% dos domicílios em Trindade declarou possuir renda maior do que 5 salários mínimos por pessoa. Destaca-se, ainda, que 6% dos moradores moram em setores censitários classificados como aglomerados subnormais. A **Tabela 4.03**, a seguir, evidencia a forma de esgotamento sanitário nos domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelo Corredor do Anel Central.

Tabela 4.03. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Anel do Corredor Central

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Agrônômica	94,0%	4,3%	1,5%
Centro	96,1%	2,5%	1,2%
Córrego Grande	66,1%	30,3%	3,6%
José Mendes	77,6%	18,9%	3,2%
Pantanal	62,7%	33,2%	3,9%
Saco dos Limões	75,8%	16,4%	7,8%
Santa Mônica	87,0%	12,6%	0,4%
Trindade	88,9%	8,6%	2,5%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O **bairro Pantanal**, por sua vez, tem como principal via a rua Dep. Antônio Edu Vieira, sendo ela o principal acesso entre a Avenida Beira Mar Norte e a Via Expressa Sul. Isso leva a um intenso fluxo de veículos nos horários de pico. Segundo o IBGE, em 2010, a população residente era de 5.496 habitantes.

O bairro é predominante residencial, com muita procura por parte de estudantes da UFSC, e conta com um comércio que atende as necessidades locais. Também tem importância na região a presença da sede da Eletrosul, empresa pública que atua nas áreas de geração, de transmissão e de comercialização de energia.

vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).”

No Pantanal todos os domicílios são cobertos pelos serviços regulares de coleta de lixo e energia elétrica, segundo o Censo IBGE 2010, e 95% tem abastecimento de água regular. Relativo ao esgotamento sanitário há uma cobertura inferior do serviço com quase 40% dos domicílios sem ligação com a rede geral. O padrão da renda neste bairro é similar ao encontrado em Trindade, com 9,5% dos domicílios com renda de até meio SM por pessoa e 21,4% com renda superior a 5 SM. Contudo, no Pantanal não há nenhum domicílio localizado em setores classificados como aglomerados subnormais.

A **Tabela 4.04**, a seguir, demonstra o valor da renda *per capita* para todos os domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelas obras do Corredor do Anel Central.

Tabela 4.04. Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Agronômica	8,1%	16,7%	23,6%	10,8%	12,2%	28,7%
Centro	5,9%	6,7%	13,0%	10,3%	17,7%	46,3%
Córrego Grande	3,0%	7,3%	16,6%	14,9%	23,0%	35,2%
José Mendes	13,9%	28,3%	29,5%	11,8%	9,4%	7,0%
Pantanal	9,5%	11,5%	25,0%	16,1%	16,5%	21,4%
Saco dos Limões	9,3%	18,5%	25,6%	13,1%	15,8%	17,8%
Santa Mônica	3,5%	3,1%	11,3%	14,0%	25,2%	42,9%
Trindade	9,5%	11,2%	22,4%	16,0%	18,7%	22,3%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O bairro do Córrego Grande, está localizado a leste do Morro da Cruz, próximo do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, e possui uma população de 10.563 habitantes. Relativo ao acesso aos serviços de infraestrutura básicos, 99,9% dos domicílios possuem fornecimento regular de energia elétrica e de coleta de lixo, 97,8% têm abastecimento de água pela rede geral e apenas 66% são ligados à rede geral de esgotamento sanitário.

Relativo a renda, apenas 3% dos domicílios se encontram na parcela de menor renda, recebendo até meio salário mínimo *per capita*. Já a parcela de maior renda, que recebe mais de 5 SM por componente familiar, corresponde a 35% do total no bairro.

O **bairro Santa Mônica** também está localizado próximo ao centro de Florianópolis e foi construído sobre uma área de manguezal. Possuía em 2010, segundo o IBGE, uma população de 1.658 habitantes. Atualmente o bairro teve um grande crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços diversificados.

Este bairro também possui quase que a totalidade de seus domicílios com cobertura de água (98,6%), energia elétrica (99,6%), além do serviço de coleta de lixo (99,8%). A ligação na rede geral de esgotamento sanitário é um pouco menor do que em relação aos outros serviços mencionados, chegando a 87% dos domicílios. Santa Mônica possui uma grande proporção de famílias de alta renda, com 42,9% dos domicílios com renda *per capita* maior do que 5 SM e apenas 3,5% com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Por fim, o **bairro Saco dos Limões** possui uma população de 10.563 habitantes. Ele se encontra na parte sul da região central do município junto ao Morro da Cruz. Neste bairro, mais de 98% dos domicílios são cobertos pelas redes regulares de água, energia elétrica e coleta de lixo, enquanto que um quarto das residências não possui ligação com a rede

geral de esgotamento sanitário. Quanto à renda, 9,3% dos domicílios possuem renda *per capita* de até meio SM, enquanto 17,8% possuem renda superior a 5 SM por pessoa. Destaca, ainda, que 15% dos moradores do Saco dos Limões residem em setores censitários localizados em aglomerados subnormais.

Por fim, ao sul da região central está o **bairro José Mendes**, que possui uma população de 3.385 habitantes. No que se refere aos serviços urbanos, 99,7% dos domicílios tem acesso à rede geral de distribuição de água, 99,4% a fornecimento regular de energia elétrica e 99,6% tem acesso ao serviço de coleta de lixo. Em relação à renda, José Mendes tem uma menor parcela de domicílios com renda *per capita* mais elevada em relação àqueles de menor renda: enquanto 13,9% das famílias possuem renda de até meio salário mínimo por componente familiar, 7% possuem renda maior do que 5 SM por pessoa.

4.1.2. Caracterização socioeconômica da população residente nos bairros afetados pela implantação dos Binários

Na porção continental do município de Florianópolis, onde se implementará os Binários, o bairro de afetação com maior população é o Capoeiras que possui 18.632 habitantes, seguido pelo bairro de Monte Cristo com população de 12.707 habitantes. Entre os bairros com menor população e que serão afetados pelas obras dos Binários estão Coloninha e Itaguaçu com 4.779 e 2.114 de população respectivamente.

No que se refere ao acesso a serviços urbanos, todos os bairros têm quase que em sua totalidade a cobertura pelos serviços de água e energia elétrica e são abrangidos pela coleta de lixo, conforme demonstrado na **Tabela 4.05**.

Tabela 4.05. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Abraão	99,1%	100,0%	99,8%
Canto	94,6%	99,7%	100,0%
Capoeiras	99,7%	99,9%	100,0%
Coloninha	99,3%	99,9%	99,9%
Itaguaçu	99,7%	100,0%	100,0%
Jardim Atlântico	99,5%	99,8%	100,0%
Monte Cristo	100,0%	99,6%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O esgotamento sanitário coletado pela rede oficial, por sua vez, possui abrangências muito distintas entre os bairros em questão. Aquele com maior proporção de domicílios com ligação são Itaguaçu e Canto, com 96% e 93,9% respectivamente. Já os bairros com menor difusão da rede de esgotamento sanitário são Capoeiras com 65,7% e Abraão com apenas 34,7%. Neste, 46,6% dos domicílios fazem o esgotamento sanitário via fossa séptica e cerca de 20% por meio improvisados como fossa rudimentar, valas, rio/mar/lago ou outras formas, conforme demonstra a **Tabela 4.06**.

Tabela 4.06. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Abraão	34,7%	46,4%	18,9%
Canto	93,9%	5,2%	0,9%
Capoeiras	65,7%	29,0%	5,2%
Coloninha	82,9%	12,7%	4,2%
Itaguaçu	96,0%	3,4%	0,5%
Jardim Atlântico	87,3%	9,2%	3,2%
Monte Cristo	80,7%	16,0%	3,1%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Quanto à renda *per capita*, o bairro de Monte Cristo é, entre os afetados na porção continental, o que possui maior proporção de domicílios com renda de até meio SM, sendo pouco mais de 20% do total. Esse bairro possui, também, a menor proporção de domicílios com renda *per capita* superior a 5 SM, com apenas 1% do total. Entre os bairros em questão, o que possui maior proporção de famílias de alta renda é Itaguaçu, com 41,5% dos domicílios com renda *per capita* superior a 5 salários mínimos e apenas 2,4% com renda inferior a meio SM por pessoa, conforma dados da **Tabela 4.07**.

Tabela 4.07 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Binários

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Abraão	5,2%	11,2%	22,7%	17,8%	21,7%	21,4%
Canto	2,7%	8,0%	22,2%	18,1%	24,3%	24,7%
Capoeiras	8,0%	16,1%	29,1%	16,8%	17,1%	13,0%
Coloninha	7,5%	18,2%	29,7%	17,4%	15,8%	11,4%
Itaguaçu	2,3%	6,0%	14,1%	11,2%	25,2%	41,0%
Jardim Atlântico	7,1%	18,1%	32,2%	16,5%	15,3%	10,7%
Monte Cristo	21,4%	34,9%	30,9%	8,1%	3,4%	1,2%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

4.2. Aspectos Socioambientais relevantes

Segundo o RAP para licenciamento ambiental de parte do Corredor do Anel, a área de implementação não atravessa qualquer Unidade de Conservação, estando próxima dos Parques Municipais Manguezal do Itacorubi e Morro da Cruz e da Reserva Particular do Patrimônio Natural Menino Deus.

Para a caracterização da paisagem de inserção do empreendimento, foram mapeadas pelo documento em questão as Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais. Nesse sentido, foram elencadas as unidades mais próximas ao Corredor do Anel Central, conforme **Quadro 4.01** a seguir.

Quadro 4.01. Unidades de Conservação próximas do Corredor do Anel Central

Nome da UC	Órgão Gestor/proprietário	Jurisdição	Decreto de criação
Parque Manguezal do Itacorubi	FLORAM	Municipal	Decreto Municipal nº 1529/2002
Reserva Particular do Patrimônio Natural Menino de Deus	Irmandade Sr. J. Passos Hospital de Caridade	Municipal	Portaria nº85-N, de 1999
Parque Natural Municipal do Morro da Cruz	FLORAM	Municipal	Lei Municipal nº6893 de 2005
Reserva extrativista Marinha Pirajubaé	ICMBIO	Federal	Decreto nº533 de 1992
Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira	FLORAM	Municipal	Decreto Municipal nº 4605/95
Estação Ecológica Carijós	ICMBIO	Federal	Decreto Federal nº94.656 de 1987

Ainda segundo o RAP, o empreendimento se desenvolverá em planície flúviomarinha com declividade próxima de zero, em grande parte junto à linha costeira e a áreas de mangue.

Tais características conferem à região locais susceptíveis de alagamento, principalmente no manguezal e nas áreas adjacentes, como nos bairros Santa Mônica e Itacorubi¹⁵.

A área conta, ainda, com alguns problemas no que diz respeito à estrutura de macrodrenagem, conferindo a algumas localidades o risco de inundações, como acontece em alguns pontos próximos do Campus da UFSC e no bairro de Santa Mônica.

Enfim, os problemas apresentados têm seu quadro agravado devido ao processo de urbanização avançado que vem ocorrendo há décadas nas regiões apontadas. Isso envolve a impermeabilização do solo, a alteração da calha de rios e córregos, a supressão de vegetação ciliar, os processos erosivos e, conseqüentemente, o assoreamento da rede de drenagem natural e artificial.

4.3. Estimativa do número de imóveis e lotes afetados

Após visita de campo da equipe de engenharia e de pesquisa socioeconômica da Secretaria Municipal de Infraestrutura, foram preliminarmente identificados os impactos diretos nos lotes, imóveis e usos da amostra representativas do PIVF (Corredor do Anel Central e Binários), contabilizando a quantidade que será afetada pelo provável traçado das obras, conforme demonstrado **Quadro 4.02** a seguir.

Ressalta-se que, por conceito, foram estabelecidas duas categorias básicas para os usos identificados: os usos abrangidos pelo Programa e os usos afetados. Os “usos abrangidos” correspondem à totalidade de áreas, entre imóveis e usos, que foram total ou parcialmente abrangidos pelos limites do Projeto (off set), mas que não envolvem afetação direta ou significativa de edificações, famílias, comércios e/ou serviços. Por outro lado, foram considerados “usos afetados” os casos de edificações residenciais, atividades econômicas e demais usos com afetação ou desapropriação direta e/ou integral, onde se verificam interferências diretas e/ou significativas nos meios de vida, no convívio social, nas características socioculturais, com impactos relevantes sobre bens e valores, meios de produção e renda, entre outros.

¹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. RAP para Licenciamento Ambiental de parte do Anel Viário, 2013.

Quadro 4.02. Estimativa das Remoções nos Projetos da Amostra Representativa

Local	Tipologias de Uso	Nº Imóveis Abrangidos	Nº Atividades/Usos Abrangidos	Nº Atividades/Usos Afetados
Corredor do Anel Central	Exclusivamente residencial	29	47	34
	Misto	10	3	2
	Atividade Econômica	29	60	58
	Terreno Baldio	5	5	0
	Institucional	10	10	8
TOTAL CORREDOR ANEL CENTRAL		83	125	102
Implantação dos Binários¹⁶	Exclusivamente residencial	12	21	21
	Misto	3	3	3
	Atividade Econômica	4	4	4
	Terreno Baldio	14	13	0
	Institucional	2	2	0
TOTAL BINÁRIOS		35	43	28
TOTAL DA AMOSTRA REPRESENTATIVA		118	168	130

Conforme apresentado no quadro acima, o total estimado dos usos afetados pelas obras da amostra representativa é de 130 atividades/usos, admitindo-se que esse universo corresponde a cerca de 30% do total da área afetada.

Caso se considere que os demais 70% de áreas afetadas mantenha o padrão de afetação dos binários, pode-se inferir, preliminarmente, que o número adicional de usos a serem afetados no PIVF será em torno de 80 atividades/usos complementares.

No total, portanto, estimam-se que 210 usos serão afetados no PIVF.

¹⁶O dimensionamento do número de imóveis afetados na implantação dos binários está em fase de consolidação. Por este motivo, as quantidades apresentadas são estimadas.

5. REQUERIMENTOS DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO DO BID OP-710

Quadro 5.01. Requerimentos da política de reassentamento do BID OP – 710

OP 710	Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis
Princípios	
Será envidado todo o esforço possível para evitar ou reduzir a necessidade de reassentamento involuntário	A quantidade de reassentamento foi reduzida ao mínimo necessário e, somente para possibilitar a liberação das áreas requeridas pelo traçado do projeto na versão que provoca menos impactos de remoção. As remoções atingem imóveis em área pública e particular, existindo, nos dois casos, características de assentamentos humanos precários. Estes terão prioridade no reassentamento.
Quando o deslocamento for inevitável, um plano de reassentamento deve ser preparado a fim de assegurar que as pessoas afetadas sejam indenizadas e reabilitadas de maneira equitativa e adequada	No Plano de reassentamento contempla-se: (i) Reassentamento em bairros inseridos na cidade com acesso às infraestruturas urbanas em condições ambientais adequadas. (ii) Admitem-se apenas imóveis regulares que serão repassados aos beneficiários por meio de instrumentos jurídicos perfeitos. (iii) Desenvolvimento de trabalho social de acompanhamento e auxílio no processo de adaptação e apropriação às novas condições de moradia, mesmo para os casos de reassentamento pulverizados, distribuídos pela Região Metropolitana de Florianópolis. (iv) Apoio social às atividades econômicas impactadas e acompanhamento social para o restabelecimento das condições de trabalho e renda por meio de parcerias institucionais. (v) Apoio às perdas temporárias para as atividades econômicas em decorrência da convivência com as obras; (vi) A população que necessite ser reassentada em condições especiais, identificadas no cadastro, terá acionada a rede de proteção social para acompanhamento destes casos em todas as fases do projeto.
Considerações Especiais	
Dimensão – se o número de reassentamento for pequeno é desnecessário um plano para tal finalidade	O dimensionamento das remoções, embora seja preliminar, já foi estimado em aproximadamente 310 imóveis, o que justifica a necessidade da elaboração de um Plano de intervenção.
A realocação como objetivo do projeto	O objetivo do projeto é a implantação do corredor exclusivo para transporte coletivo com vistas a resolver graves problemas de mobilidade urbana. Para sua implantação será necessária a remoção de famílias e atividades econômicas localizadas nas frentes de obras. O reassentamento destas famílias e atendimentos a atividades econômicas prevê a garantia de oferta de condições, no mínimo iguais, as que possuíam antes da relocação.
Análise de risco de empobrecimento	Aos grupos vulneráveis a remoção será sempre acompanhada de intervenções que impeçam ou minimizem riscos de empobrecimento. Ao contrário, será dada atenção especial e estímulo ao desenvolvimento familiar, comunitário e local.
Comunidades Indígenas	Nenhum grupo, etnia ou população indígena ou quilombola será afetada pelas intervenções do Projeto.
Empréstimos globais e setoriais	Não se aplica
Reassentamento temporário	As famílias a serem relocadas poderão contar com auxílio habitacional, quando em situação de transição até atendimento habitacional definitivo.
Critérios para a formulação e avaliação do Plano de Reassentamento	

Informações de base: “O reassentamento e a reabilitação tem que ser planejada detalhadamente e estar baseado em informações precisas e um quadro dos possíveis efeitos da realocação”.	Para elaboração dos PERR's se realizará cadastramento socioeconômico de todas as famílias e negócios impactados para se entender as particularidades de cada caso, além das expectativas em relação ao projeto, mecanismo com o qual se apresentam as soluções e se planejam os acompanhamentos necessários e a mitigação de impactos adversos ao processo de relocação da população afetada.
Participação da comunidade – “Quando possível, a população afetada deve participar do desenho do Plano de Reassentamento. A participação assegura que as medidas de compensação, as áreas de reassentamento, os projetos de reabilitação econômica e prestação de serviços reflitam as necessidade e expectativas da população afetada, além de propiciar maior transparência e equidade dos procedimentos de compensação”.	Este PDRR determina a elaboração dos PERRS, prevendo a criação de espaços de participação e compartilhamento de informações, bem como de estímulo à participação nos conselhos e fóruns institucionais como forma de estabelecer uma relação dialógica transparente com a população afetada. Mecanismos de consulta e de controle social também são previstos, seja com as partes interessadas, seja com a população de modo geral.
Compensação e reabilitação – “As opções de indenização e reabilitação deverão oferecer um valor equitativo de substituição dos ativos perdidos, assim como meios necessários para restabelecer a subsistência e a renda, reconstruir as redes sociais que respaldam a produção, serviços e assistência mútua e as dificuldades decorrentes da transição”.	Os PERR's tratam dos afetados segundo os critérios de indenização conforme a identificação das características das edificações, perfil de renda e ocupação da população e as perspectivas de restabelecimento da subsistência e estabelecimento de novas relações.

6. DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR DE RELOCALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DE APOIO À REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS – PDRR

As Diretrizes de Reassentamento do PIVF estão estruturadas na observação e no cumprimento das Políticas Operativas de reassentamento do BID (OP 710). Nelas, há orientações fundamentais para a mitigação de impactos socioeconômicos às populações e às atividades econômicas afetadas direta e/ou indiretamente pelas intervenções físicas nos territórios onde estão instalados.

A OP 710 aplica-se a todas as operações financiadas pelo Banco que envolvam qualquer deslocamento físico involuntário de populações em razão das intervenções dos projetos nas áreas de sua abrangência. Em busca das melhores opções de compensação, a fim de mitigar os impactos de reassentamento, o Plano deve oferecer:

- (i) Um padrão mínimo de acesso à terra, aos serviços e à reprodução das condições materiais, ao menos em níveis iguais ou equivalentes aos anteriores ao Projeto;
- (ii) Recuperar todas as perdas causadas pela transição;
- (iii) Buscar a menor perturbação possível das redes de vínculos sociais, das oportunidades de emprego e da produção e do acesso aos serviços;
- (iv) Oferecer acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

As Diretrizes da OP 710 devem também ser incorporadas aos Projetos Específicos de Relocação de População e Atividades Econômicas – PERR, os quais tratam especificamente dos territórios onde acontecerão remoções involuntárias de populações por ocasião das intervenções do Projeto.

Esse PDRR estrutura-se, ainda, nas políticas de reassentamento consolidadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura – Superintendência de Habitação –, conjugadas às formas de atendimento consolidadas pelas políticas públicas estaduais (Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB – e Secretaria do Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação) e federais (Ministério das Cidades).

As diretrizes de reassentamento orientam o planejamento, a desapropriação dos imóveis, a execução e o monitoramento dos trabalhos de remoção e de reassentamento das famílias, além de estabelecer diretrizes para o apoio à reinstalação das atividades econômicas, garantindo tratamento adequado a todos os imóveis cadastrados nas áreas de remoção obrigatória (áreas de intervenção direta), independente da legalidade da ocupação dos imóveis. A seguir, apresenta-se a descrição das diretrizes a serem adotadas.

➤ Minimizar o número de Deslocamentos Involuntários

Deslocamentos involuntários constituem impactos de grande dimensão nos territórios onde ocorrem. Isso porque eles quebram e/ou fragilizam todo um complexo de redes de sociabilidade consolidada nas quais se inserem as populações afetadas. A remoção atinge, portanto, aspectos multidimensionais da dinâmica social e, por esse motivo, é de difícil mitigação, envolvendo riscos de diversas naturezas.

O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis (PIVF) tentou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento involuntário, pois seus estudos de engenharia incorporaram o esforço de priorizar a permanência das famílias e das atividades econômicas ou produtivas instaladas nos territórios alvos de sua interferência.

A definição do melhor traçado para o Projeto do Corredor do Anel Central (na ilha de Florianópolis) e para a implantação dos Binários (na porção continental do município) procurou, assim, minimizar o número de remoções e de áreas a serem desapropriadas.

Vale ressaltar que parte da ampliação das estruturas viárias existentes foi objeto de planejamento urbano descrito e identificado nos Planos Diretores Municipais desde 1985, o

que demonstra um planejamento do padrão de ocupação das áreas que sofrerão intervenções diretas das obras. O exemplo prático dessa preocupação em minimizar os impactos no número de desapropriações em decorrência do traçado do projeto é o trecho de remoções do Corredor do Anel Central. O traçado do projeto, ali, passou por revisões em três momentos distintos, concluindo pela diminuição dos impactos no número de desapropriações e de remoções.

Também para a implantação dos Binários, há indicativos de adequações no Plano Diretor do município, associadas ao traçado de novas avenidas ou do alargamento de vias já existentes, o que provocou, também, a minimização dos impactos diretos sobre o número de desapropriações e de remoções como um todo.

Oferecer diferentes opções de atendimento, de forma a contemplar a diversidade das características da população afetada.

Nos projetos de implantação do Corredor do Anel Central e de implantação dos Binários podem-se identificar dois principais tipos de uso para os imóveis a serem removidos ou desapropriados:

- (i) Imóveis destinados às atividades econômicas; e
- (ii) Imóveis de uso residencial ou misto.

Para os dois casos, as soluções definidas para as compensações da população diretamente afetada devem oferecer uma diversidade tal que a abrangência da multiplicidade dos públicos afetados seja alcançada.

➤ **Imóveis destinados a atividades econômicas**

Entre os imóveis destinados a atividades econômicas, nas áreas que sofrerão desapropriações e remoções, encontram-se aqueles com atividades regulares e irregulares, majoritariamente de pequeno e médio porte, o que imprime alguns desafios ao processo de reinstalação dos negócios, como, por exemplo, a manutenção da renda proporcionada pela dinâmica dos estabelecimentos, a qual, hoje, está diretamente relacionada à localização dos mesmos.

Para facilitar o dimensionamento dos impactos provocados pelas intervenções físicas, todas as atividades econômicas direta e indiretamente afetadas devem ser devidamente caracterizadas por meio de cadastro social, contendo declaração dos responsáveis pelo seu funcionamento quanto aos rendimentos, tempo de existência da atividade econômica realizada, número de empregos diretos gerado, entre outros aspectos.

Essa caracterização se faz necessária para facilitar a coleta de dados sobre os quais se fará uma projeção da reposição dos custos sobre a perda da atividade econômica ou dos rendimentos dela advindos.

Assim, o apoio à reinstalação dos negócios deve acontecer de tal forma que seu funcionamento continue viabilizando a fonte de renda advinda da atividade realizada e, se possível, os postos de trabalhos gerados, reduzindo, então, o risco de empobrecimento dos núcleos familiares que dependem de tais rendimentos, principalmente os que os têm como única fonte de renda.

Nesse sentido, o processo de reinstalação deve contar com a oferta de meios de capacitação e de profissionalização dos atores, de acordo com as realidades identificadas, principalmente para os negócios informais/irregulares. Além disso, preveem-se incentivo à reinserção desses atores no mercado, além de estudos que indiquem locais potenciais para a reinstalação dos estabelecimentos, garantindo a demanda do seu público-alvo de acordo com o perfil da atividade econômica afetada.

De qualquer forma, o processo de reinstalação de atividades econômicas de pequeno e médio porte irregulares ou informais conjugam dois principais impactos cujos esforços de mitigação exigem maior atenção. O primeiro desafio a ser considerado é o de como estabelecer critérios, mecanismos e parâmetros de avaliação e de reconhecimento dos

direitos sobre a atividade econômica realizada. O outro desafio reside nas possibilidades de apoio social à formalização dos negócios diretamente afetados e no impacto sobre sua rentabilidade.

Quanto à comprovação de rendimentos, para os negócios regulares, a declaração de rendimento deve ser acompanhada de comprovação documental (balanços contábeis, declaração de imposto de renda, balancetes, comprovações de faturamento e rentabilidade etc.).

Para os negócios informais/irregulares, em que não será possível comprovar oficialmente o rendimento advindo da atividade, as opções de reposição da renda gerada com as atividades devem estabelecer um valor de referência que considere o tipo de estabelecimento, o porte da atividade realizada e o grau de incidência do faturamento na renda familiar, além de considerar os postos de trabalho gerados, entre outros aspectos.

➤ **Imóveis de uso residencial**

No que se refere aos imóveis residenciais localizados em lote público ou em lote particular onde residam famílias em vulnerabilidade econômica ou, ainda, com imóvel em condições precárias de habitabilidade, a remoção das famílias deve prever a substituição da moradia removida. Nesses casos, o reassentamento deve acontecer no menor tempo possível e em condições que contemplem o acesso à segurança jurídica na posse da nova moradia.

O mesmo tratamento deve ser dado às famílias inquilinas ou residente sem imóvel cedido localizados em lote particular, desde que não possua outro imóvel e que seja comprovada a vulnerabilidade socioeconômica do núcleo em questão.

As soluções de compensação habitacional propostas devem oferecer opções para a substituição das moradias cuja diversidade de tipologias se adeque às características dos núcleos habitacionais a serem reassentados. Caso haja impossibilidade de reassentamento imediato, soluções provisórias de atendimento podem se aplicar, desde que a garantia do atendimento habitacional seja prioridade.

Para os proprietários de lotes não residentes, as alternativas de atendimento devem priorizar a indenização pela perda do imóvel, no valor definido em laudo de avaliação elaborado por profissional habilitado, segundo a legislação vigente e as normas definidas pela ABNT.

➤ **Garantir espaço de participação para as comunidades/população afetadas direta e indiretamente em todas as fases do projeto**

O diálogo social com as populações afetadas pelo PIVF e, em especial, pelas obras de implantação do Corredor do Anel Central e dos Binários seguirá as diretrizes apontadas no Plano de Comunicação Social do Programa, que deve prever o envolvimento das partes interessadas, dos atores direta e indiretamente afetados, bem como de lideranças comunitárias formais e informais e o poder público.

Oferecer espaços de escuta e de consulta para as populações direta e indiretamente afetadas consiste em um importante passo para a sustentabilidade do projeto, principalmente no que se refere ao processo de apropriação das intervenções em sua potencialidade de melhoria da mobilidade urbana, mesmo quando considerada a mitigação de impactos diretos.

Dentro do Plano de Comunicação Social deve-se estabelecer o planejamento das consultas e das interações com os afetados, a partir do qual se instaura um processo de escuta e de consolidações de espaços de participação, o comprometimento coletivo e os compartilhamentos de decisões e de avaliação, tanto do programa como um todo quanto da execução de suas ações.

Para as populações e os negócios que conviverão com as obras, a consolidação de espaços para onde é possível remeter queixas, avarias ou sinistros em decorrência das intervenções deve ser estimulada e amplamente divulgada, permitindo o *feedback* de tais

demandas dentro de uma estrutura organizacional. Os atores, por exemplo, devem saber que tais canais existem para que os problemas ditos normais decorrentes de uma intervenção com tal magnitude estão disponíveis para estabelecer uma relação dialógica de transparência e de efetividade, construindo respostas aos conflitos não dimensionados previamente.

O Plano de Comunicação deve, ainda, consolidar uma rede de informações e de espaços sempre à disposição das populações direta e indiretamente afetadas. A esse propósito, deve-se incentivar a participação de espaços institucionalizados, como conselhos e fóruns nas instâncias municipais e estaduais, em locais onde se permite a reflexão acerca dos problemas estruturais. As estratégias de diálogo social devem superar os conflitos imediatos gerados pelas remoções, tirando o foco da esfera de impacto meramente individual e inserindo-o no contexto de impactos coletivos sobre a questão da mobilidade no município de Florianópolis.

Os PERR's devem incorporar a dimensão da participação inseridas nas diretrizes do PDRR, caracterizando detalhadamente as formas e as estratégias de diálogo social pensadas para as populações que serão alvo do processo de remoção, de desapropriação, de reassentamento e de reinstalação.

➤ **Estabelecer diálogo social que garanta autonomia na escolha da modalidade de atendimento**

Para os processos de reassentamento das famílias e/ou de reinstalação dos negócios, as estratégias de diálogo social adotadas devem permitir a criação de espaços de participação que promovam acesso às informações, de forma que seja possível dar-lhes autonomia para a escolha da modalidade de compensação que melhor atenda às suas características.

Os critérios de elegibilidade, bem como as opções de atendimento, devem, portanto, ser amplamente discutidas e informadas para cada caso identificado no cadastro socioeconômico do Programa. Para tanto, os espaços de participação e de diálogo com as populações devem proporcionar envolvimento na definição dos programas de apoio social à remoção e ao reassentamento, nas ações de desenvolvimento local e no detalhamento das opções de reinstalação dos negócios.

Para as populações vulneráveis, esse diálogo social deve adotar o caráter de formação cidadã, pois a modalidade de compensação, nesses casos, deve priorizar a substituição da moradia, como forma segura de atender/mitigar o impacto da moradia removida, bem como a recomposição das perdas de rendimento advindo das atividades econômicas, reduzindo ao máximo o risco de empobrecimento dessas populações.

➤ **Garantir que todas as áreas de intervenção que sofrerão desapropriação tenham o decreto de utilidade pública expedido**

Para todas as áreas que sofrerão intervenção direta de remoção ou indenização deve haver Decreto de Utilidade Pública, formalizando a necessidade da utilização de áreas para a implantação do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis. A legislação e os procedimentos usuais para a formalização desses atos administrativos devem ser seguidos integralmente.

➤ **Minimizar os impactos sobre a renda da população removida**

O trabalho social de apoio ao processo de remoção e os programas concebidos para mitigar os impactos advindos do deslocamento involuntário são fundamentais para se enfrentar os impactos na renda e nos postos de trabalho da população diretamente afetada. As ações de estímulo à melhoria na qualidade de vida da população reassentada devem ser pensadas de forma integral. Isso significa que, associada à manutenção da renda e à reinserção no mercado de trabalho, o trabalho social deve prever o acesso aos serviços públicos essenciais e a consolidação de redes de solidariedade comunitária, a fim de restabelecer os laços que se fragilizaram no deslocamento involuntário.

O objetivo é oferecer oportunidades que permitam tanto o desenvolvimento pessoal e profissional quanto propiciar formas de adaptação aos novos territórios de moradia, de trabalho, de educação e de desenvolvimento das atividades profissionais e econômicas. Acompanhar o processo de adequação a essas mudanças permite apoiar os mais vulneráveis em suas principais necessidades, estabelecendo, como meta, a conquista da autonomia e da melhora na qualidade de vida pela população afetada.

➤ **Reinserção social e econômica da população afetada**

Os programas de reinserção social e econômica devem considerar o processo de reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável, oportunizando acesso à terra urbanizada inserida dentro do tecido social da cidade.

Dessa forma, programas de capacitação profissional, de reinserção no mercado de trabalho e de estímulo ao empreendedorismo integrado com o apoio social aos mais vulneráveis são ações fundamentais, que devem se desenvolver com o objetivo de minimizar os impactos sobre a renda das famílias reassentadas. Atenção especial deve ser dada, portanto, aos trabalhos de pós-ocupação e de reinstalação dos negócios removidos.

Outro impacto de magnitude significativa reside nas populações e nas atividades econômicas que sofrem interferências diretas provocadas pela convivência com as obras, em função de localizarem-se nas áreas lindeiras às obras. Esses casos também recebem um olhar especial de programas e ações sociais, buscando minimizar os impactos sobre a moradia e a funcionalidade de suas atividades.

Cada PERR deve, a partir do diagnóstico socioeconômico, identificar os diferentes impactos sobre as formas de vivências e de convivência no antigo território, oferecendo subsídios que orientem as ações de apoio, de acompanhamento das remoções e do processo de adaptação/apropriação das famílias nos novos ambientes.

➤ **Análise de risco de empobrecimento**

O cadastro socioeconômico censitário realizado para caracterização das populações diretamente afetadas pelas obras do PIVF subsidiará a elaboração de diagnósticos socioeconômicos. Deverá, assim, conter dados e informações suficientes para a identificação das populações mais vulneráveis.

É do diagnóstico que se extraem as informações necessárias à efetivação das estratégias de acompanhamento social das vulnerabilidades. O acompanhamento das famílias vulneráveis, foco das políticas de atenção apresentadas neste PDRR, deve incorporar um olhar especial para o risco de empobrecimento, a fim de que a intervenção do Programa não provoque empobrecimento da população afetada. Assim, um tratamento específico para o desenvolvimento das ações do trabalho social deve se aplicar aos seguintes casos:

- (i) Famílias fragmentadas ou em processo de fragmentação;
- (ii) Indivíduos desempregados ou que perderam atividades de subsistência;
- (iii) Idosos;
- (iv) Deficientes;
- (v) Incapacitados; ou
- (vi) Qualquer outro grupo/pessoa em situação vulnerável. Esses casos, especificamente, devem ser identificados e caracterizados por meio de relatórios e de pareceres sociais elaborados por profissional habilitado.

➤ **Assegurar que as indenizações e as compensações sejam justas e adequadas**

Cumpramos ressaltar que neste PDRR se estabelecem todos os parâmetros para as indenizações e as compensações às populações e atividades econômicas afetadas. Os Projetos Específicos de Relocação de População e Atividades Econômicas – PERR –, tomando o PDRR como diretriz, devem aprofundar o conhecimento sobre as populações

diretamente impactadas visando à destinação de recursos bem como procedimentos eficazes garantindo justas e adequadas indenizações/compensações. As alternativas de solução, bem como os procedimentos de compensação instituídos pelos PERR's devem, também, estruturar-se nas Políticas Operacionais do BID em sua integralidade.

Nesse sentido, os PERR's serão preparados de acordo com os princípios e os procedimentos estabelecidos neste PDRR e aprovados pelo BID com suficiente antecedência à liberação de cada frente de obra a fim de permitir o remanejamento satisfatório da população antes das etapas de construção correspondentes.

➤ **Dimensionamento das remoções e das desapropriações**

O dimensionamento das remoções e das desapropriações apresentadas neste PDRR está estimada. Por esse motivo, os PERR's devem quantificar precisamente tal objeto por meio de cadastro socioeconômico da população diretamente afetada em cada trecho de obras. O cadastramento deve sempre estar de acordo com os critérios e as metodologias estabelecidas na seção que trata das Pautas para o desenvolvimento do Trabalho Social, sempre submetendo o documento a não objeção do BID.

➤ **Garantir habitação adequada e acesso satisfatório aos serviços**

As compensações e indenizações do Programa de Relocação da população e das atividades econômicas, além de contemplar habitações adequadas, acesso satisfatório aos serviços básicos (esgotamento sanitário, abastecimento de água e de energia elétrica) bem como acesso satisfatório aos equipamentos públicos de proteção social (educação, saúde e assistência social), deve incorporar o esforço de oferecer condições iguais ou melhores de infraestrutura urbana e social.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis deve indicar formas de reassentamento de tal maneira que proporcione dinâmicas de interação com a cidade, facilitando o acesso e a utilização das infraestruturas urbanas. Os PERR's devem, pois, incorporar esses esforços, adequando a identificação dos equipamentos existentes nas áreas de origem às potencialidades dos territórios destinados aos reassentamentos.

Ações de fortalecimento do desenvolvimento local e de apoio aos mais vulneráveis serão pensadas à luz da necessidade de oferta de equipamentos e de serviços, caso as áreas de relocação não atendam as especificidades da população afetada, tal como outrora, na origem, atendia.

➤ **Incorporar atenção à segurança social**

O trabalho de apoio social ao processo de relocação deve prever ações de acompanhamento e de apoio social voltadas às situações de violência doméstica, de segurança alimentar e de exclusão social, como forma de promoção da cidadania e da ampliação de direitos da população afetada.

O trabalho social deve, assim, dedicar atenção especial à população que sofre diferentes tipos de violência. Para tanto, esses indivíduos devem ser especificados nos PERR's, associando-lhes ações de acompanhamento social bem como encaminhamento à rede de proteção social, especialmente no período de pós-ocupação.

➤ **Promover ações de apoio à integração da população afetada com a população receptora**

O objetivo desta diretriz é minimizar os impactos negativos da relocação da população afetada pelo Programa em áreas de influência de outras comunidades, potencializando o processo de integração e de adaptação das famílias e das atividades econômicas nos novos territórios.

Dessa forma, o planejamento e a preparação da relocação da população e das atividades econômicas afetadas devem subsidiar os atores para o relacionamento com potenciais conflitos comumente ocasionados pela convivência com um novo território.

O trabalho social, nesse caso, deve analisar os impactos do reassentamento para a comunidade receptora, desenvolvendo ações potencializadoras à integração e ao desenvolvimento comunitário a fim de facilitar o processo de adaptação tanto da população a ser relocada com o novo *habitat* quanto da população receptora com as novas famílias e atividades econômicas recém instaladas.

➤ **Incluir os custos da relocação no custo geral do Projeto**

Os custos da relocação devem ser incorporados nos custos do Projeto, pois o reassentamento pertence ao Projeto e lhe é inerente. O orçamento geral do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis prevê um total de US\$ 20 milhões para as ações previstas neste PDRR.

Esse orçamento é indicativo e cada PERR incluirá um orçamento específico ajustado aos dados do cadastro socioeconômico e à definição das soluções e das medidas a serem aplicadas para cada subtrecho das obras.

➤ **Instituir marco institucional adequado**

O arcabouço jurídico institucional disponível na legislação municipal, estadual e federal deve respaldar a realização das compensações adotadas neste PDRR, dando-lhes efetividade.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis deve, pois, empreender uma análise desse arcabouço para identificar se as formas, as modalidades e as soluções aplicáveis à relocação da população e das atividades econômicas afetadas têm o respaldo legal necessário.

➤ **Estabelecer procedimentos independentes de supervisão e de arbitragem**

O PERR conta com mecanismos de monitoramento e de avaliação de desempenho para fornecer subsídios de correção de rumos e ajustes das ações em curso. Indicadores de valoração dos processos e dos procedimentos adotados se incorporam ao monitoramento e às avaliações, os quais devem ser realizados concomitantemente à execução dos trabalhos. O monitoramento, ademais, deve ser contínuo e sistemático, acompanhando todas as fases do Programa de relocação da população e das atividades econômicas.

Deve-se prever, ainda, mecanismos de avaliações externas de acordo com a política do BID, além de canais endógenos de resolução de controvérsias e de possíveis conflitos, a exemplo das ouvidorias abertas ao público e do fórum técnico *ad-hoc* de atendimento das reclamações.

Caso esses canais não consigam mediar ou encontrar conjuntamente alguma solução satisfatória para as partes, as controvérsias devem ser encaminhadas para a Defensoria Pública, que incorrerá nas tratativas mediadoras na tentativa de equacionar as questões. Se, mesmo assim, não for possível encontrar soluções aplicáveis ou aceitáveis para as partes, a judicialização dos casos através do Ministério Público é recomendável.

➤ **Sincronizar os cronogramas das obras com os das remoções e indenizações, evitando conflitos da população afetada**

A sincronização dos cronogramas de obras e de relocação da população e das atividades econômicas consiste em importante passo para a redução do tempo das obras, bem como para a manutenção do congelamento das áreas, quando da realização do cadastro socioeconômico. Por esse motivo, os PERR's devem realizar atualização sistemática do cadastro socioeconômico para fins de ajustes na quantificação das relocações, cujas áreas de afetação direta podem ter sofrido adensamento ou transformações urbanas.

A partir da liberação das áreas para o início das obras, o controle sobre as mesmas passa a ser de responsabilidade da empreiteira contratada, que deve implantar um sistema de proteção do perímetro desocupado, contratando serviços especializados de fiscalização e de segurança patrimonial. Assim, as empreiteiras serão contratualmente obrigadas a

contar com pessoal social adequado e coordenar suas ações com as áreas sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

É fundamental, também, que os cronogramas e o plano de ataque das obras sejam adequados para reduzir ao mínimo ou evitar os impactos, paralisações ou interrupções temporárias das atividades econômicas, dos serviços e do funcionamento de entidades e instituições afetadas. Tratando-se de um projeto de infraestrutura viária, deverão ser providenciados desvios, rotas alternativas, sinalização e operações diferenciadas de tráfego para que se previnam ou atenuem os efeitos sociais e econômicos sobre esses imóveis, evitando conflitos.

7. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PDRR

O objetivo geral do PDRR é estabelecer um marco regulatório com diretrizes que orientem os trabalhos de remoção, de relocação de populações, de apoio à reinstalação das atividades econômicas e das famílias residentes nas áreas de influência direta do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis.

Por sua vez, seus objetivos específicos são:

- (i) Promover a desocupação integral das áreas requeridas para o Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, através de indenizações justas e do reassentamento dirigido da população socialmente mais vulnerável, de forma a assegurar a reposição da moradia a todas as famílias afetadas;
- (ii) Proporcionar soluções habitacionais regulares (i.e., providas de todos os serviços básicos), socialmente adequadas e compatíveis com o perfil socioeconômico da população reassentada em condições iguais ou melhores às existentes antes do reassentamento;
- (iii) Possibilitar, para a população reassentada, melhores condições de residência e de convivência social nos novos locais de moradia, mediante processos participativos, educacionais e organizativos, além do acompanhamento social desde a elaboração do cadastro socioeconômico até o período adequado de pós-morar;
- (iv) Identificar as perdas econômicas dos negócios formais e informais ou das atividades de subsistência, de forma que se possa compensar os lucros cessantes e propor ações de apoio ao restabelecimento dos meios de vida das famílias afetadas;
- (v) Incorporar, nas atividades dos PERR's, inclusive nas de pós-reassentamento, ações de promoção socioeconômica, com o objetivo de garantir maior integração da população relocada com a nova moradia e seus territórios, gerando oportunidades de desenvolvimento familiar e local;
- (vi) Promover canais de diálogo social e formas de participação social interativa e transparente com a população afetada direta e indiretamente pelo Programa;
- (vii) Promover a integração com instituições públicas do Estado e do Governo Federal para a criação de alternativas e parcerias na produção de soluções habitacionais para o reassentamento;
- (viii) Dar cumprimento às políticas de desenvolvimento social e habitacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis, bem como às diretrizes operacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para programas de reassentamentos involuntários (OP 710).

8. PROJETOS ESPECÍFICOS DE RELOCAÇÃO DE POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÔMICAS – PERR

O objetivo dos PERR's é identificar, de forma aprofundada, as famílias e os negócios localizados nas áreas requeridas pelo PIVF, de forma que seja possível dimensionar os impactos diretos com o deslocamento involuntário da população e das atividades econômicas afetadas, subsidiando, assim, o planejamento de ações mitigadoras direcionadas a este público alvo.

Então, para cada área de influência direta onde residam famílias ou se desenvolvam atividades econômicas que serão removidas involuntariamente, deve-se elaborar um PERR específico de acordo com as diretrizes deste PDRR, o qual deverá ser devidamente aprovado do BID. Tal iniciativa é condição para o início das obras em cada trecho do Programa.

O Contrato de Empréstimo entre a PMF e o BID exigirá que a relocação em cada trecho do Programa seja realizada de acordo com o presente Plano Diretor de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação das Atividades Econômicas. Assim, para a não objeção do Banco, far-se-á necessária a apresentação dos seguintes objetos:

- Projeto Específico de Relocação de População e Reinstalação de Atividades Econômicas (PERR) para cada área, antes de liberar a frente de obras no trecho correspondente;
- Relatórios periódicos de execução dos PERR's, até que se efetivem completamente todas as relocações de famílias e atividades econômicas afetadas no respectivo trecho;
- Relatório final de implementação do PDRR até 12 meses depois de concluída a sua implementação, demonstrando que o PDRR foi completamente executado, incluindo o seu monitoramento *ex-post*.

8.1. Considerações Gerais

As estratégias sociais utilizadas para a desocupação das áreas requeridas para a realização das obras do Programa devem garantir a reposição da moradia e o acompanhamento para a reinstalação das atividades econômicas. Tais estratégias são orientadas pelos seguintes esforços:

- (i) Privilegiar o autoreassentamento da população afetada, através de ações indenizatórias que possibilitem a autogestão dos deslocamentos por parte dos setores economicamente mais capacitados; e
- (ii) Orientar as ações de reassentamento dirigidas aos setores mais vulneráveis da população e àquelas famílias que, mesmo sendo proprietárias dos terrenos que ocupam, demonstram que o valor da indenização de seus bens não é o suficiente para a aquisição de uma nova moradia.

A política de indenização atenderá não apenas os imóveis regulares, mas também será aplicada ao pagamento de acessões (benfeitorias) em terrenos públicos, desde que a posse seja reconhecida pela comunidade e o valor resultante da avaliação possibilite a compra de outro imóvel residencial em condições iguais ou melhores que as existentes.

O reassentamento atenderá todas as famílias identificadas como residentes nas áreas afetadas, incluindo inquilinos em áreas subnormais, independente da situação legal de ocupação dos imóveis. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Florianópolis deve indicar áreas e formas de construção de unidades habitacionais adequadas ao perfil socioeconômico das populações afetadas, preservando o caráter legal da posse, idealmente sem custos aos beneficiários.

Todas as ações de relocação, seja através de indenização, seja por meio de reassentamento, devem privilegiar as soluções amigáveis e negociáveis. Esgotados, porém, os canais de negociação e mediação, admite-se a utilização de recursos judiciais (expropriação judicial ou reintegração de posse, por exemplo), respaldados no Decreto de Utilidade Pública (DUP) emitido para as áreas requeridas à implantação do empreendimento. Os trâmites judiciais estarão a cargo da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O único **critério de elegibilidade** de atendimento a ser adotado para a elaboração dos PERR's será o de estar registrado no cadastro socioeconômico das famílias moradoras e atividades econômicas situadas nas áreas de interferência direta das obras do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis.

Coerente com as políticas públicas para habitação de interesse social, as famílias que já foram atendidas por algum programa habitacional do Estado, do Governo Federal ou do Município de Florianópolis não serão elegíveis para receber novas unidades habitacionais, mas o serão para a indenização de suas benfeitorias.

8.2. Diretrizes Básicas de Referência

As diretrizes de referência para a elaboração dos PERR's são:

- (i) Reduzir ao mínimo a necessidade de reassentamento em cada trecho do Programa e procurar manter a população deslocada o mais próximo possível dos locais originais de residência;
- (ii) Garantir o atendimento a todas as famílias registradas no cadastro socioeconômico como residentes nas áreas requeridas para a implantação do Programa (incluindo inquilinos em áreas subnormais), independente da situação de ocupação legal do domicílio. Os casos de coabitação identificados na realização do cadastro socioeconômico serão incorporados ao universo de famílias a serem atendidas de forma a assegurar a não reprodução de situações inadequadas de coabitação;
- (iii) Incorporar soluções e ações de apoio social para evitar riscos de empobrecimento da população relocada, em particular para os setores mais vulneráveis;
- (iv) Garantir um processo dialógico orientado, possibilitando a livre escolha de alternativas de reassentamento por parte das famílias a serem removidas;
- (v) Possibilitar a reinserção social e econômica das famílias relocadas com o propósito de restabelecer os meios de vida das mesmas;
- (vi) Promover as ações de indenização e de reassentamento concomitantemente com o avanço do cronograma de obras, de maneira a evitar a reocupação das áreas liberadas;
- (vii) Estipular a base operativa para realizar as remoções e o reassentamento de acordo com o PDRR, especificamente para:
 - a. Identificação e caracterização dos afetados;
 - b. Análise de riscos de empobrecimento;
 - c. Processos participativos de seleção das alternativas de soluções aplicáveis ao reassentamento e unidades habitacionais;
 - d. Promover e estimular a consolidação de espaços onde a participação da população afetada permita planejar, conjuntamente, as medidas de reinserção social e reinstalação econômica;
 - e. Atendimento às dúvidas e reclamações da população;

- f. Planejamento e execução das mudanças;
- g. Pagamento das indenizações;
- h. Atendimento e acompanhamento social.

Ademais, o Anexo IV contempla a formulação de um PERR completo e conceitualmente alinhado com as Políticas Operativas do BID para que seja utilizado como padrão de elaboração dos PERR's quando da execução dos trabalhos de relocação das populações, imóveis e atividades econômicas diretamente afetadas pelo PIVF.

8.3. Procedimentos de Preparação e Execução dos PERR's

Os primeiros passos para a elaboração dos PERR's são a identificação dos imóveis (selagem/arrolamento), a realização do cadastro socioeconômico e o congelamento das ocupações nas áreas que serão liberadas às obras do PIVF, sempre obedecendo aos Projetos Executivos do traçado das vias e de seus acessos.

Os PERR's serão formulados tendo como referência as pautas da política de atenção e as diretrizes definidas neste PDRR. Com isso, os PERR's devem organizar o processo de remoção e de liberação das áreas, de maneira a agilizar o desenvolvimento das obras no terreno e a facilitar as aprovações do BID, as quais, como se apontou anteriormente neste documento, são necessárias para a liberação de frentes de obras.

Cada PERR deve partir de uma linha de base socioeconômica confiável e suficientemente ampla para estabelecer as necessidades e requerimentos das comunidades a serem deslocadas. Por esse motivo, devem incorporar em seu conteúdo:

- (i) Quantificação das famílias afetadas: Número de famílias e pessoas que sofrerão deslocamento involuntário. Esse número deve ser obtido por meio do cadastramento socioeconômico censitário, o qual define, também, a data de corte para a planificação das soluções e das ações correlatas. O PERR deve descrever as medidas e as ações que serão implantadas para o controle das novas ocupações nas áreas liberadas.
- (ii) Perfil socioeconômico da população afetada: Diagnóstico socioeconômico das áreas de intervenção direta, destacando os indicadores de qualidade de vida das famílias, as redes sociais, as expectativas e anseios das comunidades, além da identificação das situações de vulnerabilidade social (especialmente a população de idosos e de deficientes) e dos principais impactos decorrentes do processo de relocação. O diagnóstico deve incorporar uma análise dos riscos de empobrecimento para os diferentes extratos sociais e para a diversidade de atividades econômicas identificadas, bem como a identificação de casos e situações que possam requerer atenção especial do Programa.
- (iii) Alternativas e Soluções Previstas: Compatibilização entre demanda e oferta das alternativas previstas em sintonia com as realidades e as situações diagnosticadas e de acordo com as soluções ofertadas. Assim, os PERR's deverão indicar origem e destino de cada família que será relocada, assim como os prazos de espera em soluções transitórias.
- (iv) Estratégias do trabalho social: Elaboração do plano de trabalho, especificando a metodologia de intervenção social para as etapas de preparação, de mudança e de pós-ocupação.
- (v) Reinserção social e econômica dos afetados: Detalhar as ações destinadas a garantir a mitigação dos impactos socioeconômicos sobre a população afetada, especificando, inclusive, a reposição dos meios devida.
- (vi) Reabilitação e apoio social: Detalhar os programas de apoio social e de desenvolvimento comunitário e local a serem desenvolvidos nos períodos de

planejamento, de remoção e de pós-ocupação.

- (vii) Apoio às perdas transitórias: Definir ações de mitigação dos impactos para as perdas temporárias das atividades econômicas que conviverão com as obras.
- (viii) Processo de participação: Descrever a metodologia de fomento para a criação de espaços e de instâncias para a participação das comunidades, os mecanismos de *feedback* e de atendimento às reclamações e controvérsias, adotando estratégias de comunicação social, de consulta, de esclarecimentos e de informação.
- (ix) Estrutura operacional de execução: Apresentar quadro de responsabilidades institucionais.
- (x) Equipe técnica: Dimensionamento das equipes (pessoal institucional e terceirizado) de coordenação, de supervisão e de execução dos PERR's.
- (xi) Cronograma de execução: Especificação contendo indicação de todas as etapas do trabalho social de remoção, de indenização e de relocação, inclusive o período em que se pode permanecer em solução temporária.
- (xii) Coordenação com o plano de ataque de obras do trecho: Apresentação da estratégia de coordenação entre as intervenções físicas e as ações sociais de remoção, de indenização e de relocação dos afetados no respectivo trecho.
- (xiii) Orcamento detalhado, inclusive com a indicação das fontes dos recursos.

8.4. População e Negócios a serem atendidos

Embora o dimensionamento, neste PDRR, seja preliminar, pois a quantificação precisa dos impactos está em fase de elaboração, os PERR's devem apontar esses números baseando-se no cadastramento socioeconômico de cada trecho. No caso da amostra representativa (Corredor do Anel Central e Binários), a pesquisa socioeconômica foi realizada em agosto de 2017, concluindo-se pela afetação de 130 usos nessas áreas de abrangência, conforme demonstrado no PERR correspondente.

As modalidades e as alternativas de solução para cada trecho das obras também constam dos PERR's, detalhando o dimensionamento indicado para cada situação.

Dessas prerrogativas, justamente, se extrai o dimensionamento das afetações e atendimentos, que provavelmente totaliza, cerca de 210 imóveis, conforme já apresentado no Quadro 4.02 deste PDRR.

8.5. Áreas potenciais para reassentamento identificadas na região de inserção do empreendimento

A PMF deve indicar áreas ou estratégias de reassentamento nas regiões de inserção do empreendimento, de forma a atender as soluções apresentadas neste PDRR.

8.6. Alternativas de solução para o atendimento à população e às atividades econômicas afetadas

As soluções aplicáveis às populações e aos negócios a serem reassentados ou indenizados foram pensadas a partir das experiências dos projetos BID, incorporando práticas já consolidadas da Prefeitura Municipal de Florianópolis para questões de deslocamentos involuntários e de indenizações.

Como descrito acima, há um histórico de planejamento urbano e de destinação de áreas específicas voltadas à intenção do município de projetar soluções para os problemas relativos à mobilidade urbana. Por esse motivo, os lotes localizados nas áreas de

intervenção direta das obras, não raras vezes, são surpreendidos com construções que se projetam ora na parte pública, ora no lote particular, ou ainda, na divisa entre os dois limites.

Todavia, para efeito de consolidação e agregação das opções de atendimento social às diversas categorias e tipologias de imóveis e comunidades afetadas, as alternativas de soluções foram organizadas segundo a situação regular ou irregular dos imóveis, conforme apontado no **Quadro 8.02** adiante.

Quadro 8.01. Quadro Síntese das Categorias e Alternativas de Soluções para as Compensações do Programa de Infraestrutura Viária de Florianópolis

Síntese das Categorias e Alternativas de Soluções IMÓVEIS REGULARES			
Situação do imóvel	Categorias		Alternativas de Soluções
REGULAR	Imóveis Residenciais	Proprietário	Indenização do imóvel no valor do laudo de avaliação
			Indenização assistida, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel
			Auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo (aplicável para famílias em condição de vulnerabilidade social e que estejam em situação de transição, até o atendimento habitacional definitivo)
		Inquilino/ cedido	Indenização assistida, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel
			Auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo (aplicável para famílias em condição de vulnerabilidade social e que estejam em situação de transição, até o atendimento habitacional definitivo)
	Atividades Econômicas	Proprietário	Indenização do imóvel
		Inquilino/ cedido	Indenização
	Instituições	Proprietário	Indenização do imóvel no valor do laudo de avaliação
			Compensações nos termos da Lei Complementar 609/17

Quadro 8.02. Quadro Síntese das Categorias e Alternativas de Soluções para as Compensações do Programa de Infraestrutura Viária de Florianópolis (cont.)

Síntese das Categorias e Alternativas de Soluções IMÓVEIS IRREGULARES			
Situação do imóvel	Categorias		Alternativas de Soluções
IRREGULAR	Imóveis Residenciais	Proprietário de imóveis irregulares, mas passível de regularização	Indenização do imóvel no valor do laudo de avaliação, se comprovada a cadeia dominial e desde que não esteja em condição de vulnerabilidade
			Indenização assistida, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel
			Auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo (aplicável para famílias em condição de vulnerabilidade social e que estejam em situação de transição, até o atendimento habitacional definitivo)
		Moradores de áreas irregulares (assentamentos precários)	Reassentamento em UH
			Reassentamento em UH em condições especiais*
			Indenização das acessões (benfeitorias) e acompanhamento social
			Indenização Assistida ou Carta de Crédito condicionada à compra de outro imóvel
			Auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo (aplicável para famílias em condição de vulnerabilidade social e que estejam em situação de transição, até o atendimento habitacional definitivo)
		Inquilinos	Indenização assistida ou Carta de Crédito, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel
			Auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo (aplicável para famílias em condição de vulnerabilidade social e que estejam em situação de transição, até o atendimento habitacional definitivo)
	Atividades Econômicas e Instituições	Proprietários das benfeitorias	Indenização das acessões (benfeitorias), com apoio e acompanhamento social à reinserção da atividade
		Inquilinos/cedido	Apoio e acompanhamento social à reinserção da atividade

(*): Entendem-se como condições especiais as situações de vulnerabilidade social que abrangem deficientes físicos, doentes crônicos, idosos, etc.

Por oportuno e pertinente, descreve-se, a seguir, a definição para enquadramento de cada alternativa de solução ora enunciada.

8.6.1. Imóveis Regulares

8.6.1.1. Proprietários de Imóveis Residenciais

Aos proprietários de imóveis regulares e de uso residencial aplicam-se duas alternativas de solução para o atendimento social, quais sejam:

➤ **Indenização do imóvel no valor do laudo de avaliação**

Esta solução aplica-se preferencialmente aos proprietários legítimos de imóveis residenciais. Trata-se de pagamento em dinheiro para reposição da perda do imóvel a ser removido. A avaliação do valor a ser pago é realizada por meio de laudo de avaliação expedido por profissionais especializados, segundo regras normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O processo de desapropriação, por sua vez, deve ser instruído com os elementos necessários ao ato administrativo e/ou judicial, contendo cópia do Decreto de Utilidade Pública (DUP) e levantamento do cadastro físico/dominial da área e suas benfeitorias.

O pagamento de valores praticados no mercado visa a possibilitar a aquisição de outro imóvel em situação similar ao expropriado.

Os procedimentos de desapropriação devem atender ao cronograma de obras, com a liberação das áreas afetadas através das imissões de posse e respectivas transferências dominiais. A negociação deve ser realizada individualmente com cada família, possibilitando ajustes no sentido de facilitar a adesão e o processo de expropriação.

Ressalta-se que, quando não existir acordo com relação ao valor da indenização, o afetado pode contestar na justiça, pedindo revisão do seu processo de expropriação.

Constituem-se, porém, exceções a essa prerrogativa:

- (i) Imóveis com família residente economicamente vulnerável: comprovado por meio de parecer social, podem caracterizar famílias cujos responsáveis sejam deficientes, idosos ou aqueles cuja fonte de renda advinha de Programas Sociais de Transferência ou, ainda, aqueles com renda instável, além dos desempregados;
- (ii) Imóvel em condições precárias de habitabilidade.

Nesses dois casos devem-se adotar soluções específicas.

➤ **Indenização Assistida, desde que a família seja vulnerável e não possua outro imóvel**

É facultado a todo proprietário, cujo valor da indenização seja insuficiente para adquirir outro imóvel, permutar sua indenização pelo atendimento habitacional, através de indenização assistida para aquisição de outro imóvel.

Esta opção deve ser considerada quando, comprovando a situação de vulnerabilidade por meio de parecer social, a indenização do imóvel não custear a substituição da moradia removida. A PMF completa o valor da indenização para aquisição de novo imóvel até o valor máximo de R\$ 90.000,00.

O executor das remoções deverá fornecer o apoio logístico para a realização da mudança, quer seja pela mobilização de caminhões, de ajudantes, de lanches e de embalagens, devendo ser definida a sequência de atividades para a devida informação das famílias a respeito do cronograma de remoção, garantindo apoio material para a mudança através de meios que ofereçam o menor transtorno.

Uma vez que a solução habitacional não esteja disponível, está previsto um auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo. Essa prática já é aplicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

8.6.1.2. Inquilinos de Imóveis Residenciais Regulares

➤ Indenização Assistida, desde que a família seja vulnerável e não possua outro imóvel

Aos inquilinos de imóveis regulares e para as famílias residentes em imóveis cedidos, desde que estejam em condição de vulnerabilidade social e que não possuam outro imóvel, a substituição da moradia será realizada por meio de indenização assistida, quando a PMF complementa o valor indenizatório, até o valor máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial, conforme já informado.

Para as situações de transição, ou seja, em que a opção de atendimento habitacional não esteja disponível, pagar-se-á auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo, prática já aplicada pela Prefeitura nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

8.6.1.3. Proprietários de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas

➤ Indenização do imóvel

Nesse caso aplica-se o pagamento de indenização em dinheiro, para reposição das perdas verificadas. A avaliação do valor a ser pago é realizada por meio de laudo de avaliação expedido por profissionais especializados, segundo as regras normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os cálculos indenizatórios serão realizados com base no que dispõe o Decreto-Lei nº 3.365/1941, suas atualizações e demais legislações pertinentes, observando, também, as disposições do Código Civil Brasileiro.

8.6.1.4. Inquilinos de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas

Aos inquilinos de imóveis destinados para as atividades econômicas será assegurado o direito à indenização, observando-se as condições contratuais estabelecidas entre o inquilino e o proprietário do imóvel. A avaliação do valor a ser pago será realizada, igualmente, por meio de laudo de avaliação.

Os cálculos indenizatórios serão realizados com base no que dispõe a legislação pertinente e, também, as disposições do Código Civil Brasileiro.

8.6.1.5. Instituições

➤ Indenização do Imóvel

Nesse caso, aplicam-se as mesmas disposições para indenização do imóvel, com base na legislação vigente, conforme já apresentado.

➤ Compensações nos termos da Lei Complementar 609/2017

A Lei Complementar 609/2017 foi promulgada em 02/02/2017 e autoriza o município de Florianópolis a utilizar-se dos instrumentos de Política Urbana, firmar parceria Público-Privada, bem como, a convencionar transação ou promover compensação nos casos de desapropriação por interesse público ou social.

A PMF já realizou compensações em situações específicas, flexibilizando instrumentos urbanísticos, tais como o coeficiente de aproveitamento, cuja estratégia pode ser aplicada às afetações no âmbito do PIVF.

Para a aplicação desta solução, serão avaliadas as características de cada caso, observando as orientações e diretrizes do Plano Diretor Municipal e da legislação de uso e ocupação de solo.

8.6.2. Imóveis Irregulares

8.6.2.1. Proprietário de Imóvel Residencial Irregular, mas Passível de Regularização

➤ Indenização do Imóvel

Determinada com base em laudo de avaliação realizado de acordo com as normas da ABNT. Para a definição e a atualização de valores dos laudos serão aplicadas as Normas vigentes de Avaliação de Imóveis Urbanos e ritos administrativos utilizados em Florianópolis.

A indenização das acessões (benfeitorias) será aplicada nos casos em que existam famílias que manifestem, por exemplo, desejo de receber a indenização pelas benfeitorias a fim de se estabelecer em outras cidades fora da região metropolitana de Florianópolis ou para retornar aos seus locais de origem. Outras situações especiais serão analisadas individualmente e fundamentadas com o estudo de caso.

Não será aplicável para famílias de alta vulnerabilidade, de acordo com a caracterização do cadastro socioeconômico censitário.

➤ Indenização assistida para família vulnerável e que não possui outro imóvel

A substituição da moradia poderá, nesse caso, ser realizada por meio de indenização assistida, quando a PMF complementa o valor indenizatório, até o valor máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial. Também poderá ocorrer a utilização de uma carta de crédito condicionada à compra de um imóvel residencial escolhido pelo beneficiário, que receberá o valor correspondente ao valor do imóvel escolhido, igualmente respeitado o teto de R\$ 90.000,00.

Terminado o processo de compra, é realizado um termo de compromisso com o beneficiário.

Conforme comentado, uma vez que as soluções não estiverem disponíveis no momento da remoção destes imóveis deve ser realizar pagamento de auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para essas situações de transição até o atendimento habitacional definitivo.

8.6.2.2. Moradores de Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários

➤ Reassentamento em Unidade Habitacional de Interesse Social

Aos moradores de áreas irregulares e/ou assentamentos precários destinam-se, preferencialmente, o reassentamento em Unidades Habitacionais de Interesse Social (HIS), regularizadas, providas de infraestrutura básica de saneamento e equipamentos sociais. As UH's devem ser adjudicadas com título de propriedade sem qualquer custo ao beneficiário.

A PMF deve indicar áreas para produção habitacional ou viabilizar a substituição das moradias nas condições mencionadas acima por meio de outras alternativas de soluções de atendimento, tais como a produção habitacional própria ou por meio de programas habitacionais específicos.

O trabalho social de acompanhamento das famílias a serem relocadas também se incorpora à substituição das moradias, inclusive se entrarem em situação de transição até o atendimento habitacional definitivo. Toda a logística para a mudança e o reassentamento é de responsabilidade do executor que deve realizar as mudanças sem custo algum para os beneficiários, seja oferecendo os serviços e a infraestrutura necessária, seja repassando aos beneficiários o valor correspondente aos gastos de transporte com a mudança.

➤ **Reassentamento em UH em condições especiais**

Esse caso se aplica ao reassentamento em condições especiais para famílias que apresentem situações de vulnerabilidade (deficientes físicos, doentes crônicos, idosos, etc.) que necessitem de cuidados especiais.

As unidades habitacionais para essas famílias devem prever as adaptações necessárias para atender as demandas específicas da situação diagnosticada e ser localizada de maneira a facilitar seu acesso aos recursos necessários.

Os empreendimentos devem incluir o Desenho Universal aplicado a habitação popular, o que permite que os ambientes privativos e públicos atendam indiscriminadamente as necessidades de todos os indivíduos, em qualquer estágio e circunstância de vida, como pessoas com deficiências, temporárias ou permanentes; idosos; gestantes, obesos e crianças.

A análise de risco de empobrecimento identificará os casos que requeiram soluções especiais e que serão encaminhados para programas de qualificação e obtenção de empregos.

➤ **Indenização das acessões (Benfeitorias)**

A indenização é determinada com base em laudo de avaliação realizado de acordo com as normas da ABNT. Para a definição e a atualização de valores dos laudos serão aplicadas as Normas vigentes de Avaliação de Imóveis Urbanos e ritos administrativos utilizados em Florianópolis.

A indenização das acessões será aplicada nos casos em que existam famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para se restabelecer em outras cidades fora da região metropolitana de Florianópolis ou para retornar a seus locais de origem, bem como em outras situações especiais que serão analisadas individualmente e fundamentadas com o estudo de caso.

A PMF aplicará as práticas já empregadas de apoio social e acompanhamento dessa transição, através do acionamento da rede de proteção social (CRAS, CREAS, CAPS, CRMVV, Conselho Tutelar, entre outros), promovendo o apoio necessário a essas famílias.

➤ **Indenização assistida ou Carta de Crédito**

Aplica-se, da mesma forma, essa alternativa, a moradores de área irregulares, a qual é condicionada à compra de um imóvel residencial regular escolhido pelo beneficiário, que receberá o valor correspondente ao total do imóvel (carta de crédito) ou o valor da avaliação das benfeitorias complementado pela PMF até o limite de R\$ 90.000,00, para a aquisição de imóvel regularizado, conforme enunciado anteriormente.

➤ **Auxílio Habitacional**

Para as situações de transição em que as UH's (produzidas ou adquiridas por meio de indenização assistida/carta de crédito) não estejam ainda disponíveis, pagar-se-á auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo, prática já aplicada pela Prefeitura nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

8.6.2.3. Inquilinos ou Imóveis Cedidos em Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários

➤ **Indenização Assistida ou Carta Crédito**

Aos inquilinos de imóveis irregulares e para as famílias residentes em imóveis cedidos, a substituição da moradia será realizada por meio de indenização assistida ou carta de crédito, quando a PMF complementa o valor indenizatório ou dispõe do valor integral do

imóvel, até o limite máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial, conforme já informado.

Para as situações de transição, ou seja, em que a opção de atendimento habitacional não esteja disponível, pagar-se-á auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo, prática já aplicada pela Prefeitura nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

8.6.2.4. Proprietários de Benfeitorias de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas e Instituições

➤ Indenização das Benfeitorias, com Apoio e Acompanhamento à Reinserção da Atividade

Aos proprietários das benfeitorias é previsto o pagamento de indenização pelas acessões afetadas, sendo calculado com base nos parâmetros estabelecidos pelo cadastro social.

Em função das atividades econômicas serem interrompidas, será realizado amplo acompanhamento social desses proprietários no sentido de (i) efetuar a abordagem e o diagnóstico/cadastro social com antecedência ao início das intervenções físicas e obras; (ii) estudo das características das atividades e da renda dos afetados; (iii) acionamento da rede de proteção social e encaminhamento aos programas e iniciativas relacionadas à capacitação e qualificação profissional, empreendedorismo, gestão de negócios etc. (estabelecendo convênios e parcerias com entidades novas ou que já interagem com a PMF, tais como SEBRAE, ACIF, IGEOF, etc.); e (iv) acompanhamento social das reinserções das atividades.

8.6.2.5. Inquilinos de Imóveis Destinados a Atividades Econômicas

➤ Apoio e Acompanhamento à Reinserção da Atividade

Aos inquilinos de imóveis com atividades econômicas, prevê-se a realização de acompanhamento social, nos mesmos termos indicados para os proprietários (abordagem e o diagnóstico/cadastro social com antecedência; estudo das características das atividades e da renda; acionamento da rede de proteção social e encaminhamentos; acompanhamento social das reinserções das atividades).

8.6.3. Ações Complementares

8.6.3.1. Situação de Transição

O apoio às situações de transição destina-se ao atendimento das remoções por meio de auxílio habitacional, que objetiva custear as despesas com moradia até que seja disponibilizada uma solução habitacional definitiva. O valor do auxílio habitacional é de 70% do salário mínimo, o que representa - em valores atuais - aproximadamente R\$ 655,90. Trata-se de pagamento em dinheiro para a família residir temporariamente em imóvel de sua escolha, até o atendimento habitacional em definitivo, nos termos da Lei Municipal 9.855 de 08/09/2015

Um termo de compromisso assinado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis – especificamente junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura –, com informações nominais sobre os responsáveis pelo núcleo familiar em questão, deve garantir o atendimento habitacional assim que se disponibilize a opção adotada pela família.

8.6.3.2. Novos ocupantes

Apesar das ações de congelamento aplicadas após o cadastramento da população residente nas áreas de intervenção, é possível surgirem novos ocupantes durante o processo de liberação das áreas. Para esses casos, que não atendem ao critério de elegibilidade do PDRR, será utilizado, como alternativa de solução, a aplicação de medidas judiciais de reintegração de posse ou a desocupação amigável com o pagamento de um bônus, a fim de subsidiar os gastos com o transporte de mudança.

8.6.3.3. Perdas de Empregos

Para o caso das empresas desalojadas e possíveis funcionários desempregados, a PMF através do IGEOF poderá formalizar convênios e/ou parcerias (por exemplo, SEBRAE, ACIF, etc.) as quais, uma vez dispendo de manifestação favorável, colaborarão com a PMF através de ações de (i) verificação de demandas para inserção em programas de recolocação profissional e identificação e cadastramento dos trabalhadores que desejam se valer destes serviços; (ii) disponibilização e/ou encaminhamento a Programas já instituídos, entre outras iniciativas que possam contribuir para a inserção no mercado de trabalho dos empregados afetados; (iii) celebração de novas parcerias; (iv) assistência técnico-jurídica a empresários; (v) assistência aos empresários que desejam continuar no mesmo ramo, auxiliando na busca de locais propícios para a realocação do negócio, de forma ágil, para que a empresa não tenha que demitir funcionários; entre outras atividades relacionadas ao empreendedorismo, regularização de negócios e capacitação.

Com tais iniciativas, o processo de desapropriação e realocação tenderá a gerar o menor grau de impacto possível na população afetada, tanto aos proprietários quanto aos inquilinos e empregados, sobretudo àqueles que se encontram em posição de maior vulnerabilidade.

8.6.3.4. Reassentamento para casos especiais

Entre as populações a serem relocadas há sempre de se considerar um olhar atento para os casos especiais, isto é, casos em que as características do núcleo familiar são tão peculiares que é necessário dispor de diferenciados mecanismos de reassentamento. Estas situações devem compor um quadro de acompanhamento social para que se justifiquem as especificidades das situações encontradas e se busque um processo de negociação, até que se chegue a uma alternativa de solução adequada à situação apresentada. Entre os casos especiais se inclui:

- A existência de famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para se restabelecer em outras cidades fora da Região Metropolitana de Florianópolis;
- A existência de famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para retornar a suas cidades de origem;
- Casos de vulnerabilidade ou incapacidade que requeiram soluções específicas vinculadas com programas de promoção social e que exigem Unidades Habitacionais adaptadas.

8.6.4. Critérios de Elegibilidade

Assim como as soluções aplicáveis às indenizações e aos reassentamentos, os critérios e as regras de elegibilidade foram estabelecidos de forma objetiva, atendendo as orientações da OP 710 e as diretrizes dos programas sociais consolidados nas políticas públicas no município de Florianópolis, bem como do Governo do Estado de Santa Catarina e, ainda, do Governo Federal, os quais tratam dos deslocamentos involuntários, dos processos de reassentamento e das indenizações.

Para a definição das condições de vulnerabilidade social das famílias – item central dos critérios de elegibilidade - comumente costuma-se associa-las aos regramentos de âmbito nacional para a definição da situação de vulnerabilidade, tendo como principais referências as leis e normas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para a produção habitacional por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e portarias do Ministério das Cidades. Citam-se, a esse respeito, a Leis Federais 11.977/09 e nº 12.424/11 e as Portarias 610/11 e 595/13 do Ministério das Cidades, ambas relacionadas ao PMCMV. Neste caso, as condições para se beneficiar do programa podem ser associadas à condição de vulnerabilidade.

A LF 11.977/09 e 12.424/11, ao qualificar o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, indica que o Programa tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00. Porém, quando vincula-se ao FAR, o Minha Casa Minha Vida constrói imóveis populares que são vendidos para famílias que recebem mensalmente até R\$ 1.800,00, com financiamento de até 90% do valor venal do imóvel. Neste caso, a indicação das famílias que podem ser beneficiadas é feita pelo Governo do Estado ou pelas prefeituras de cada município. A construção das residências é realizada por construtoras contratadas (no caso dos imóveis pelos recursos do FAR, esses ficam alienados).

Os imóveis devem ter dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com acessibilidade de área útil mínima de 36 m². A renda bruta da família não pode ultrapassar R\$ 1.800,00 por mês.

Além do critério de renda familiar, são comumente analisados os parâmetros de renda *per capita*, correspondente à relação entre a renda familiar em o número de integrantes da família (composição familiar). Nesse caso, são adotados como referência conceitual os padrões e valores do Decreto Nº 8.794, de 29 de junho de 2016, que altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. No artigo 18 do referido decreto, estabelece-se que o “...Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente”.

Já nas Portarias do Ministério das Cidades são estabelecidos critérios complementares, tais como:

“...4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Para fins de seleção de candidatos serão observados critérios nacionais e adicionais, conforme segue:

4.1 Critérios nacionais, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.”(grifo nosso)

“...4.2.3 O ente público poderá definir critérios de territorialidade ou de vulnerabilidade social, priorizando candidatos:

a) que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos intra-urbanos extensos; ou

b) que se encontrem em situação de rua e recebam acompanhamento sócio assistencial do DF, estados e municípios, bem como de instituições privadas sem fins lucrativos, que trabalhem em parceria com o poder público.”

Em âmbito municipal, há que se destacar a política habitacional e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (este aprovado em 23/08/2012), a Lei Municipal 9.448/14 e o Decreto 12.716 de 18/02/2014 e a Portaria nº 1/2014 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, os quais estabelecem os critérios para a seleção das famílias candidatas ao atendimento habitacional no âmbito do município (respeitados os critérios nacionais, definidos na Portaria do Ministério das Cidades nº 595 de 18/12/2013).

No Decreto Municipal 12.716, de 18 de fevereiro de 2014, por exemplo, define-se que para a seleção dos candidatos serão observados os critérios nacionais, estabelecidos na Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades e que, de forma a complementar os critérios nacionais, estabelece critérios adicionais a serem utilizados pelo município de Florianópolis, na seleção de famílias beneficiárias de projetos habitacionais, quais sejam:

- a) famílias que tenham em sua composição crianças, adolescentes e idosos;
- b) famílias com vínculos sócio empregatícios na região; e
- c) tempo de moradia no município.

Para as remoções do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, as soluções aplicáveis nas compensações pelas perdas da moradia serão realizadas independentemente da renda familiar. Ou seja, desde que a moradia esteja localizada em área de intervenção direta, sua substituição será providenciada.

Há, porém, a obrigatoriedade de acompanhamento social e a inserção das famílias em programas sociais no caso de serem elas de condição vulnerável. Elas devem ser incorporadas nos programas de apoio e de proteção social comprometidos com a mitigação dos impactos na renda e nos trabalhos decorridos do deslocamento involuntário. Ademais, o apoio dos organismos ou das entidades de assistência social também é importante para a elevação dos índices de qualidade de vida desses núcleos familiares. Assim, deve também ser realizado o acompanhamento social do processo de apropriação da nova moradia de todos os núcleos familiares a serem reassentados.

Para a complementação dos critérios já adotados pelo município de Florianópolis, acrescenta-se o atendimento à OP 710, que dispõe sobre a necessidade de atendimento habitacional a todos os removidos, além de abordar questões procedimentais que facilitam o processo de identificação do contingente populacional a ser compensado com moradia.

Para os reassentamentos dos núcleos familiares residentes em domicílios, ainda que de uso misto, as soluções aplicáveis devem compreender os núcleos familiares como unidade de atendimento, sendo possível identificar casos de coabitação com elementos de independência financeira e separação. Para tanto, deve-se realizar selagem, arrolamento e cadastramento socioeconômico completo das famílias e dos negócios atingidos diretamente pelas obras, cadastro este utilizado também como momento de congelamento dos territórios e, portanto, de identificação quantitativa do número de indenizações e de remoções. Assim, o cadastro socioeconômico passa a ser um critério de quantificação dos beneficiários e das soluções aplicáveis.

Aos cadastros realizados de forma censitária, somam-se pesquisa documental e dados secundários para o levantamento das condições de posse, a titularidade das propriedades, além do *status* de regularidade e irregularidade para as atividades econômicas identificadas. A complementação do cadastro censitário identificará o tipo de atendimento destinado a cada caso, tal como se descreve adiante.

Por fim, a concordância com as regras, as condições e as alternativas de atendimento ofertadas para cada caso se manifesta como um critério de elegibilidade fundamental à

compensação dos impactos gerados pela perda da moradia, da propriedade ou da atividade econômica.

Para os imóveis regulares, os critérios de elegibilidade seguem as políticas e legislações relacionadas aos processos de expropriação e indenização prévia, justa e em dinheiro, observados os laudos de avaliação e os processos de instrução administrativa ou judicial. Além disso, de acordo com a OP 710, as compensações deverão oferecer um valor equitativo de substituição dos ativos perdidos, assim como os meios necessários para restabelecer a subsistência e a renda, a reconstrução das redes sociais, a produção, os serviços e a assistência mútua por conta da transição.

8.6.5. Plano de Reabilitação Social

O Plano de Reabilitação Social tem por objetivo executar ações de apoio ao restabelecimento das famílias e à reinstalação das atividades econômicas nos novos territórios. Por este motivo, deve olhar a relocação como oportunidade de desenvolvimento local proporcionada pela consolidação das redes de solidariedade orgânica entre as comunidades e pela integração das redes de apoio e proteção social.

Todas as ações de apoio ao desenvolvimento familiar e comunitário devem prever a participação de entidades governamentais e não governamentais, enquanto formação de uma rede, acionada com os objetivos de potencializar o acesso aos programas, projetos sociais e parcerias existentes.

Deverão ser criadas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico para as famílias reassentadas e atividades econômicas reinstaladas que procurem promover capacitação, profissionalização, empreendedorismo e reinserção no mercado formal de trabalho.

Para o reassentamento em conjuntos habitacionais devem-se prever, ainda, ações que auxiliem na apropriação da nova moradia, além das atividades de organização formal dos condomínios, sem deixar de oportunizar formas de integração com as comunidades receptoras.

As ações e programas específicos, assim como os indicadores para o monitoramento do Plano de Reabilitação Social, devem ser detalhados nos PERR's e formulados de acordo com as características e perfil socioeconômico da população a ser relocada em cada trecho das obras.

8.6.6. Pautas para o Trabalho Social

Para que todo o processo de remoção de famílias e relocação de atividades econômicas ocorra de forma organizada e estruturada, é recomendável que o trabalho social seja pautado por diversas atividades e tarefas, ponderada a capacidade institucional e operacional da Prefeitura Municipal de Florianópolis e as eventuais contratações decorrentes. Nessa pauta, a ser oportunamente detalhada, incluem-se:

- a) Caracterização das áreas objeto de intervenção;
- b) Cadastramento dos imóveis;
- c) Estudo socioeconômico;
- d) Avaliação dos imóveis e benfeitorias;
- e) Instalação de Plantão Social e/ou Canais Específicos de Atendimento aos Afetados;
- f) Esclarecimentos e critérios/políticas de atendimento;
- g) Plano de atendimento;
- h) Alternativas de Atendimento;

- i) Acompanhamento social às famílias e atividades econômicas, nas áreas a serem liberadas;
- j) Atualização dos dados cadastrais;
- k) Preparação das remoções e desapropriações;
- l) Ações gerais (para todas as modalidades);
- m) Atendimento às famílias proprietárias de negócios;
- n) Realização das remoções;
- o) Acompanhamento social às famílias da fase de transição/moradias provisórias;
- p) Distribuição das unidades habitacionais;
- q) Mudança para as unidades habitacionais;
- r) Desenvolvimento de ações educativas;
- s) Estudo do entorno dos empreendimentos;
- t) Criação de oportunidades econômicas para a população deslocada;
- u) Acompanhamento social no Pós –Ocupação;
- v) Fluxograma das atividades do Reassentamento.

Essas atividades deverão ser detalhadas, sistematizadas e compatibilizadas ao cronograma de realização de remoções, relocações e desapropriações.

8.6.7. Plano de Comunicação

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, implantará um Plano de Comunicação Social e manterá um programa de ações ao longo de todas as etapas do PIVF, tendo início na fase pré-constructiva e se estendendo até a pós-ocupação.

Esse Programa de Comunicação abrangerá atividades nas seguintes etapas:

- a) divulgação geral do empreendimento;
- b) realização de consultas públicas (vide Plano de Consultas Públicas);
- c) comunicação e diálogo social na etapa pré-obras;
- d) comunicação e diálogo social durante a execução das obras;
- e) comunicação e diálogo social durante a operação das obras, por prazo determinado.

O Plano destina-se ao atendimento da população diretamente afetada e ao público desse PDRR, levando-se em conta as características socioculturais dos diferentes grupos sociais envolvidos.

A principal estratégia utilizada envolve reuniões nas comunidades, por meio das consultas públicas prévias, e o funcionamento permanente de canais de comunicação e atendimento à população em todo o período de implementação do empreendimento.

Tal Plano foi preliminarmente especificado, conforme consta do Anexo III deste PDRR, devendo estar em execução até o início dos PERR's, estabelecendo canais permanentes de diálogo e esclarecimentos às populações, direta e indiretamente afetadas pela implantação do empreendimento.

8.6.8. Mecanismos de Participação e Atendimento a Queixas e Reclamações

Entre os principais mecanismos de interação e participação das partes interessadas no PIVF destacam-se as reuniões e consultas públicas com a comunidade. Conforme já mencionado em capítulos anteriores, já foram realizadas 4 reuniões preparatórias sobre o projeto (além de 16 reuniões do Plano Diretor, que também abordaram questões de mobilidade urbana e aspectos do PIVF).

Novas consultas serão realizadas e, ao longo de todo o projeto, a participação das comunidades e de todos os afetados será assegurada.

Da mesma forma, conforme exige a OP 710 do BID, exige-se a existência de um mecanismo de atendimento a queixas e reclamações que dê condições de se atender a população, proprietários de imóveis e expropriados quando existirem situações que gerem reclamações ou controvérsias ocasionadas pela implantação do Projeto.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibiliza diversas instâncias para o acolhimento de reclamações.

Para as queixas, reclamações, solicitações de informação, etc. relativas ao PIVF, atualmente, as Ouvidorias da SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Ouvidoria Geral são as instâncias usualmente acionadas, pelos seguintes telefones:

- OUVIDORIA DA SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura - (48) 3251-6351
- OUVIDORIA GERAL - (48) 3251-6043

Ainda sim, está prevista a estruturação de uma sistemática específica de atendimentos no âmbito do Programa, mediante a existência de entidades, procedimentos e recursos próprios para o acolhimento de queixas, gestão da informação e acompanhamento dos atendimentos realizados.

Nas Ouvidorias o cidadão pode apresentar suas sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Municipal colaborando para a melhoria dos processos de gestão, na qualidade do serviço prestado e no atendimento dos anseios da coletividade. Em todas as instâncias, porém, os reclamantes podem encaminhar queixas, manifestações, comentários, opiniões, etc. da seguinte forma:

- Por meio de cartas ou e-mails;
- Por meio de contato telefônico com a Ouvidoria.

Todas as reclamações e reivindicações recebidas são devidamente encaminhadas para tratamento nas áreas de competência da Prefeitura e são respondidas em até 48 horas. As respostas são encaminhadas por telefone, e-mail ou correspondência, ou ainda, através de visitas técnicas.

A função desse mecanismo é de tratar as questões que geram desconfortos à população antes que se instalem controvérsias ou conflitos que normalmente demandam soluções mais complexas e desgastem a imagem do Projeto.

Aquelas reclamações consideradas mais complexas e/ou não resolvidas nessas instâncias poderão, a critério do reclamante, ser encaminhadas para a Defensoria Pública, que é o organismo oficial de defesa dos direitos da população e que, de acordo com as características do caso, poderá estabelecer um processo de resolução assistida ou de judicialização através do Ministério Público.

A existência e as formas de acesso ao mecanismo de atenção a queixas e reclamações será amplamente divulgado junto às partes interessadas.

9. ASPECTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

A legislação municipal, estadual e federal vigente é suficientemente ampla e respalda todas as ações propostas nesse PDRR, não necessitando de nenhum instrumento complementar para a execução do PIVF.

A Lei de Expropriação vigente garante não só o justo ressarcimento do patrimônio afetado como também cobre todos os aspectos trabalhistas quando a expropriação envolve estabelecimentos produtivos e de serviços. Todos os procedimentos de apropriação (laudo técnico) e avaliação são normatizados e consideram não só o patrimônio tangível como o intangível, garantindo uma valoração justa e adequada do imóvel afetado.

As ações de remoção e reassentamento de famílias ocupantes de terrenos de domínio público dispõem de vários instrumentos na legislação, que dão suporte e garantem a consolidação das medidas adotadas. Entre os dispositivos vigentes se destacam:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano (modificada pela Lei nº 9.875/1999);
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade
- Decreto-Lei Nº 3.365/41 - desapropriações por utilidade pública
- Decreto-Lei Nº 4.152, de 06 de junho de 1942;
- Decreto-Lei Nº 7.426, de 31 de março de 1945;
- Lei Nº 2.786, de 21 de maio de 1956;
- Lei Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que define casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação;
- Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra;
- Lei Nº 4.686, de 21 de junho de 1965, que introduz a correção monetária para o pagamento das indenizações;
- Lei Nº 4.947, de 06 de abril de 1966;
- Decreto-Lei Nº 856, de 11 de setembro de 1969;
- Decreto-Lei Nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, que regula a imissão de posse “initio litis” para imóveis residenciais urbanos;
- Lei Nº 6.701, de 03 de julho de 1974;
- Lei Nº 6.306, de 15 de dezembro de 1975;
- Lei Nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978;
- Lei Federal 11.977/09: dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;
- Lei Federal 12.424/11: dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;
- Portarias 610/11 do Ministério das Cidades: dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
- Portaria 595/13 do Ministério das Cidades: dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV;
- Decreto Nº 8.794, de 29 de junho de 2016, que altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004: cria o Programa Bolsa Família;
- Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria.

Em nível municipal ou do Estado de Santa Catarina, destacam-se os seguintes regramentos:

- Constituição Estadual de 1989;

- Lei Estadual Nº 6.063 de 24 de maio de 1982. – (DOSC 25.05.82) - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências;
- Lei Estadual Nº 10.957 de 23 de novembro de 1998. – (DOSC 24.11.98) - Revoga os incisos II e III do art. 5º, o art. 7º e dá nova redação ao inciso II do art. 13 da Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982;
- Lei Complementar Municipal nº 609 de 02/02/2017, que dispõe sobre a utilização de instrumentos de política urbana, firmar parceria publico-privada e convencionar transação ou promover compensação nos casos de desapropriação por interesse público ou social;
- Lei nº 9.855 de 08 de setembro de 2015, que dispõe sobre os subsídios financeiro na forma de auxílio habitacional no âmbito da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- Decreto 13.120 de 27 de maio de 2014, que dispõe sobre seleção de famílias beneficiárias dos programas habitacionais - Programa Minha Casa Minha Vida,
- Lei Nº 5.793 DE 15 de outubro de 1980. – (DOSC 22.10.80) - Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências;
- Lei Nº 10.720, DE 13 de janeiro de 1998. – (DOSC 13.01.98) - Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e estabelece outras providências;
- Lei Complementar nº 186, de 20 de novembro de 1999 - "Altera a redação da Lei Complementar nº 104, de janeiro de 1994, que dispõe sobre a regionalização do Estado;
- Lei Complementar nº 162, de 06 de janeiro de 1998 - "Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e estabelece outras providências."
- Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre os princípios de regionalização do Estado e adota outras providências.
- Lei Orgânica do Município de Florianópolis;
- Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, que institui o Plano Diretor de Florianópolis;
- Lei Complementar nº 060/2000, de 28 de agosto de 2000, que institui o Código de Obras e Edificações de Florianópolis;
- Lei Municipal 9.448/14, Decreto 12.716 de 18/02/2014 e Portaria nº 1/2014 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, os quais estabelecem os critérios para a seleção das famílias candidatas ao atendimento habitacional no âmbito do município.

9.1. Procedimentos de Desapropriação

Os procedimentos usuais de expropriação, com base na legislação brasileira, baseiam-se em duas categorias: desapropriações de natureza declaratória e de natureza executória. Enquanto o primeiro apoia-se na declaração de Utilidade Pública referente ao imóvel desapropriado, o outro efetua o cálculo do valor da indenização e transferência do imóvel desapropriado para o domínio do expropriador, na hipótese de desapropriação.

O Decreto de Utilidade Pública deverá descrever claramente as áreas sujeitas ao mesmo, justificando as razões de referida promulgação, de acordo com os dispositivos estabelecidos no artigo 5º da Lei Nº 3365/41, que contempla os casos de interesse público em sua Seção I - "a abertura, conservação e melhoramentos de logradouros públicos ou faixas de domínio".

A fim de se conhecer o valor da indenização deve ser elaborado um Laudo Geral de Avaliação, em conformidade as normas técnicas de avaliações vigentes no país.

A desapropriação será realizada através de acordo administrativo entre as partes ou por ordem judicial. Após a publicação do Decreto de Utilidade Pública, a autoridade pública ou seus representantes terão um prazo de 5 (cinco) anos para preparar o acordo com o

proprietário ou arquivar o processo. Pode-se concluir, portanto, que caso nenhum acordo seja alcançado, a parte interessada terá apenas a alternativa de entrar com uma Ação para Desapropriação.

Os procedimentos necessários para a compra de imóveis para a execução do empreendimento são estabelecidos pelo Código de Processo Civil brasileiro, enquanto os direitos e deveres de desapropriados e desapropriante são regidos pelo Decreto-Lei Nº 3.365/41 e alterações posteriores.

O Poder Público (nos termos do artigo 3º da Lei Nº 3.365/41) têm o direito de solicitar a imissão de posse de um imóvel de forma a executar uma obra de interesse público. Esta solicitação é efetuada de forma judicial, por meio de uma Ação de Desapropriação com Base no decreto de Utilidade Pública, o que garante a execução das obras mesmo sem obter a adesão dos proprietários.

Caso o ocupante do imóvel não possua a titularidade do mesmo (comprovada pela certidão de propriedade), este terá, no transcorrer do processo judicial, todas as oportunidades de comprovar a legitimidade da posse, sendo assegurados os direitos de indenização. Mediante análise individual dos casos, o Juiz decidirá se o pagamento da indenização deverá ser liberado.

Os proprietários ou ocupantes que residam ou desempenhem atividade econômica no imóvel desapropriado terão direito à indenização pela mudança e custo de relocação por parte do desapropriante.

Questões Processuais em Florianópolis

Quando há um processo de desapropriação, há que serem esclarecidos os procedimentos pertinentes às alterações formais e registrarias dos imóveis, com efeitos diretos sobre as escrituras públicas, registros e inscrição imobiliária, revisão da planta genérica de valores e mudanças no IPTU.

Qualquer alteração do imóvel requer o atendimento a um procedimento específico (que depende das características da área – se é unifamiliar ou multifamiliar, residência ou comércio, etc), que passa pela aprovação de várias instâncias da Prefeitura Municipal de Florianópolis e, também, pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Todas as ações são motivadas pelo expropriante (Prefeitura), que é o responsável pela averbação das áreas e pela obtenção dos novos registros imobiliários junto aos Cartórios de Registros de Imóveis. Esse procedimento é aplicável tanto às afetações totais quanto parciais (desapropriação de parte dos terrenos e/ou imóveis). Nesse caso, os custos de assessoria jurídica, taxas e emolumentos, são de responsabilidade do poder expropriante e, como a Prefeitura é isenta do pagamento, não serão dispendidos recursos nesse processo.

Após a materialização dos novos registros, cumpre à Prefeitura promover o devido ajuste na Planta Genérica de Valores¹⁷ (PGV) do Município e no respectivo IPTU, respeitadas as formas de cálculo indicadas nas leis e decretos municipais.

O IPTU é um tributo que incide sobre a propriedade imobiliária, incluindo todos os tipos de imóveis – residências, prédios comerciais e industriais, terrenos e chácaras de recreio. O fato gerador do IPTU é a propriedade predial e territorial, assim como o seu domínio útil e a posse.

A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel o qual, de acordo com a legislação, é o valor pelo qual um bem é comercializado, com pagamento à vista, em condições normais de mercado. Para o seu cálculo, consideram-se:

¹⁷ A PGV é um mapa que subdivide as áreas urbanizadas (a cidade, os distritos e as chácaras) em zonas de valor. Para cada zona de valor desenhada no mapa é atribuído um único valor venal por metro quadrado para todos os terrenos que pertencem àquela região. Cada zona de valor tem um código que consta nos carnês do IPTU.

1. O tamanho do terreno
2. A localização deste terreno na Planta Genérica de Valores
3. A sua área construída
4. A sua qualificação, ou seja, o tipo de acabamento desta construção

No caso de Florianópolis, o cálculo é regido por um Decreto Municipal (art. 34 a 37 do Decreto Municipal 5156/07). Quando há uma alteração de terrenos ou áreas de edificações, há que serem seguidas as legislações municipais pertinentes a:

- Plano diretor;
- Lei municipal de parcelamento do solo;
- Lei municipal de meio ambiente;
- Lei de uso e ocupação do solo;
- Lei do perímetro urbano;
- Planos setoriais, em especial os de habitação, de transporte e mobilidade e de saneamento.
- Normas edilícias, como código de obras e edificações.

Também se aplicam outros regramentos, tais como as instruções normativas e portarias da PMF (SMDU). Neste caso, há uma série de procedimentos, incluindo desde a apresentação de documentação pessoal, ART, Projeto Arquitetônico, Levantamento Planialtimétrico da Área, entre outros documentos. Nas instruções, há uma série de informações, por exemplo, sobre regras de desmembramento e amembramento (divisão e união de lotes), recuos e desapropriações.

A PMF possui, inclusive, um “Guia do Parcelamento do Solo Urbano”, onde constam esclarecimentos sobre os procedimentos, leis aplicáveis, etc.

Ressalte-se, ainda, que a Prefeitura possui o chamado IPTU SOCIAL, aplicado aos imóveis que seguem as seguintes regras:

- Tenha uso exclusivamente residencial e não edificados (terrenos);
- Seja unifamiliar (casa), exceto os multifamiliares que sejam projetos habitacionais de iniciativa governamental;
- Que se enquadrem na faixa de valor venal até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);
- Desde que seja o único imóvel do proprietário no município de Florianópolis;
- Que contenha área edificada de no máximo 70m² (setenta metros quadrados), e;
- Que se encontre em áreas destinadas a resolver problemas de assentamento de população de baixa renda, consolidadas e delimitadas pela Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.

O valor é de R\$ 20,00, correspondente ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU + a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (IPTU + TCRS).

Também há a figura do IPTU SUSTENTÁVEL, que oferece descontos de até 5% no valor do imposto ao imóvel que se enquadrar na categoria de uso sustentável, nos termos da regulamentação própria (e dos critérios) do órgão responsável pelo desenvolvimento urbano do Município.

9.2. Legislação Trabalhista aplicada a Casos de Perda de Emprego Decorrente de Deslocamento de Atividades Econômicas

No Brasil, os funcionários são protegidos pela Constituição Brasileira de 1988 e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com a legislação, os custos da rescisão sem justa causa de funcionários portadores de contrato de trabalho por período indeterminado são os seguintes:

- Saldo de salário: total de dias trabalhados desde o último pagamento.
- Aviso Prévio: a menos que o empregador informe o funcionário sobre a dispensa com a antecedência suficiente, o funcionário receberá um salário mensal nominal.
- Férias integrais e/ou férias proporcionais: o funcionário tem direito ao pagamento de um salário nominal por ano de trabalho. De acordo com a Constituição, um bônus equivalente a 1/3 do montante assim calculado será igualmente pago.
- Décimo terceiro salário: o pagamento de um salário extra por ano é devido no mês de dezembro.
- FGTS (Fundo de garantia): Em caso de rescisão sem justa causa, o funcionário poderá sacar 100% do fundo de garantia acumulado. Além disso, terá direito a um valor extra de 40% a ser pago pelo empregador como uma multa.

No caso de empregados domésticos, aplica-se toda a indenização supramencionada, com exceção do FGTS (fundo de garantia) e respectiva multa (40% sobre o referido montante).

Situações de emprego sem registro são resolvidas de forma privada entre empregador e empregado. Observa-se, porém, que os tribunais trabalhistas brasileiros são extremamente rigorosos com empregadores que não respeitam a legislação. Assim, a ameaça de uma ação legal resulta, na maioria dos casos, em acordos comparáveis àqueles aplicáveis aos empregados domésticos legalmente contratados.

No caso de demissão sem justa causa, os funcionários legalmente contratados (com registro e sem registro) que trabalharam no mínimo seis meses antes da demissão, têm direito a receber o Auxílio Desemprego do Instituto de Seguro Social por um período não superior a 6 meses.

- Nos casos onde o estabelecimento afetado decide mudar-se para outra região, as seguintes formas de indenização poderão ser aplicadas:
- caso exista a possibilidade do funcionário continuar morando em sua residência anterior, o estabelecimento terá de pagar a diferença entre o que ele costumava gastar com o transporte entre sua residência e a empresa, em até 6% do salário;
- caso o funcionário precise mudar o local de residência para outra cidade ou estado, o estabelecimento terá de pagar as despesas referentes à mudança do funcionário;
- caso o funcionário não deseje mudar, apesar da necessidade em fazê-lo, o estabelecimento terá de dispensá-lo sem justa causa, pagando-lhe todos os direitos conforme descrição acima;
- Relocação de equipamentos públicos sociais.

A relocação dos equipamentos de uso social deverá obedecer aos seguintes critérios: implantação em terreno o mais próximo possível da localização atual; não interrupção do atendimento; a compatibilidade da qualidade da futura edificação em comparação com a atual; e a facilidade de acesso ao novo equipamento.

9.3. Estrutura de Coordenação e Gerenciamento do PDRR

Todo o processo de remoção, desapropriação e reassentamento será coordenado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis.

Em função da extensão do trabalho social, dos procedimentos de comunicação e dos processos expropriatórios envolvidos, serão abrangidos— direta ou indiretamente - na execução do PDRR os seguintes órgãos:

- Procuradoria Geral do Município;
- Superintendência de Comunicação;
- Secretaria Municipal da Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana;
- Conselho Municipal de Direitos LGBT;
- Conselho Municipal de Habitação;
- Coordenadoria da Juventude;
- Coordenadoria da Mulher;
- Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial;
- IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis;
- IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Todos os órgãos e entidades contam com pessoal especializado e registram uma longa experiência nas diversas funções associadas ao projeto, desde a liberação de áreas para a execução de obras viárias quanto o atendimento social no município.

Esse conjunto de entidades comporá o grupo de apoio às atividades de coordenação. As ações de cadastramento, avaliações e gerenciamento serão realizadas pela Prefeitura com o apoio de empresas especializadas disponíveis no mercado, que serão contratadas através de processos de licitações públicas.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

De acordo com as políticas do Banco, todas as etapas do PDRR deverão ser acompanhadas e monitoradas, por meio de duas avaliações externas, sendo uma de meio termo e outra “ex post”.

O objetivo do monitoramento é promover um acompanhamento permanente de todas as ações implementadas com a finalidade de detectar – sobre a marcha da implantação - os problemas de execução que possam surgir, identificar as causas e propor alternativas de solução.

O monitoramento é uma atividade permanente e deve acompanhar todo período de execução das ações de remoção e reassentamento da população e realocação das atividades econômicas.

Todas as etapas e estratégias metodológicas dos processos de monitoramento e avaliação deverá se basear na identificação e acompanhamento de indicadores físicos e socioeconômicos e sua execução deve contemplar várias técnicas de investigação (pesquisas amostrais, entrevista qualificadas, grupos focais etc.).

A participação e envolvimento direto da população serão fundamentais para dar maior confiabilidade aos resultados e recomendações do monitoramento.

Os termos de referência e as modalidades de contratação dos serviços serão acordados com o BID.

11. ESTIMATIVA DE CUSTOS

As ações de remoção, reassentamento, desapropriações e realocação de atividades econômicas preveem, com base no PERR da amostra representativa e nas demais análises e estimativas preliminares e nos prováveis traçados, um custo estimado de **US\$ 27 milhões**, que abrange atividades de desapropriações, Remoções (Auxílio Habitacional, Apoio à Mudança, etc.), Aquisições de Unidades Habitacionais e Gerenciamento Social e Execução do PDRR, **conforme Quadro 11.01 a seguir**.

Quadro.21. 01. Orçamento Estimativo do PDRR

Descrição	TOTAL (US\$)
Indenizações da Amostra Representativa (Corredor do Anel Central e Binários)	22.948.652,63
Indenizações do Programa	3.200.000,00
Apoio e Supervisão Social	900.000,00
TOTAL	27.048.652,63

12. CRONOGRAMA PRELIMINAR

A seguir apresenta-se o cronograma estimativo das atividades do PDRR. Esse cronograma toma por base a previsão de implantação das obras.

Quadro.32. 01. Cronograma estimativo das atividades do PDRR

Atividades	Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13 a 36
Elaboração e Publicação do DUP	■												
Projeto de Engenharia	■												
Processo de contratação Apoio a Desapropriações	■	■	■										
Caracterização das áreas objeto de intervenção		■	■	■	■								
Mobilização da população		■	■	■	■								
Cadastramento dos imóveis			■	■	■	■	■						
Início das Obras					■	■							
Estudo socioeconômico			■	■	■	■	■						
PERR's						■	■						
Avaliação dos imóveis e benfeitorias						■	■	■	■	■			
Instalação do Plantão Social		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Definição de Critérios/Políticas de atendimento	■	■	■	■	■	■	■						
Plano de atendimento					■	■	■						
Implementação das Alternativas de Atendimento					■	■	■	■	■	■	■	■	■
Acompanhamento social às famílias nas áreas					■	■	■	■	■	■	■	■	■
Atualização dos dados cadastrais						■	■	■	■				
Preparação das remoções						■	■	■	■	■	■	■	
Ações operacionais para remoções						■	■	■	■	■	■	■	
Atendimento às famílias proprietárias de negócios			■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Realização das remoções						■	■	■	■	■	■	■	
Demolição das benfeitorias						■	■	■	■	■	■	■	
Acompanhamento social às famílias da fase de transição/moradias						■	■	■	■	■	■	■	■
Acompanhamento do repasse da verba de transição						■	■	■	■	■	■	■	■
Distribuição das unidades habitacionais										■	■	■	■
Mudança para as unidades habitacionais										■	■	■	■
Desenvolvimento de ações educativas						■	■	■	■	■	■	■	■
Estudo do entorno dos empreendimentos						■	■	■	■	■	■		
Acompanhamento social no Pós - Ocupação										■	■	■	■

ANEXOS

Anexo I – Plano de Consultas Públicas

Anexo II – Relatório das Consultas Públicas

Anexo III – Plano de Comunicação Social

Anexo IV – Projetos Específicos de Relocação de População e Atividades Econômicas - PERR

Anexo V – Avaliação Ambiental e Social - AAS

**BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

BR-L 11.444 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

**PLANO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À
REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PERR**

Agosto, 2017

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	9
2.1	Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pelo Corredor do Anel Central	10
2.2	Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pela implantação dos Binários	14
2.3	Imóveis, Atividades e Usos Afetados	15
3	ETAPAS DO TRABALHO SOCIAL.....	25
3.1	Identificação e Mobilização de Lideranças, Moradores e Comerciantes	25
3.2	Cadastramentos, Diagnóstico Socioeconômico e Avaliação de Benfeitorias	27
3.3	Instalação de Plantão Social e/ou Canais Específicos de Atendimento aos Afetados.....	28
4	FORMULAÇÃO DO PLANO ESPECÍFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PERR	30
4.1	Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico	30
5	ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO	46
5.1	Premissas, Critérios e Estratégias de Atendimento	46
5.2	Situações de Vulnerabilidade Social	47
5.3	Caracterização dos Grupos de Interesse da Área.....	49
5.4	Caracterização das Modalidades de Atendimento	57
6	IMPLEMENTAÇÃO DO PERR	64
6.1	Etapa de Preparação para a Remoção.....	64
6.2	Assinatura do Termo de Compromisso.....	64
6.3	Etapa de Remoção	65
6.4	Etapa de Transição.....	65
6.5	Etapa de Pós-Ocupação.....	66
6.6	Acompanhamento Social às Famílias no Entorno da Obra	67
6.7	Indicadores de Monitoramento do PERR.....	67
7	MEDIDAS DE APOIO À REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS AFETADOS	69
7.1	Impactos Previstos	69
7.2	Estratégias, ações e programas para Reinserção Social e Econômica das Famílias e Comércio afetados.....	70
7.3	Riscos de Empobrecimento	73
8	ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO.....	78
8.1	Processo de Consulta e Negociação	78
8.2	Mecanismos de Participação e Atendimento a Queixas e Reclamações	78

8.3	Plano de Comunicação.....	79
9	ESTRUTURA OPERACIONAL DE EXECUÇÃO.....	80
10	COORDENAÇÃO COM O PLANO DE ATAQUE DE OBRAS	81
11	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	82
12	ORÇAMENTO DETALHADO	83
13	ANEXOS	85

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.01. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central	11
Quadro 2.02. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Anel do Corredor Central	12
Quadro 2.03. Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central	13
Quadro 2.04. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários	14
Quadro 2.05. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários	14
Quadro 2.06 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Binários	15
Quadro 2.07. Imóveis e Usos Abrangidos e Afetados nos Projetos da Amostra Representativa	16
Quadro 4.01. Distribuição das Famílias e Pessoas Residentes nas Áreas.....	31
Quadro 4.02. Distribuição da População Segundo Sexo	31
Quadro 4.03. Distribuição de Responsáveis Segundo Sexo	31
Quadro 4.04. Distribuição da População Segundo Faixa Etária.....	31
Quadro 4.05. Distribuição dos Responsáveis Segundo Faixa Etária.....	31
Quadro 4.06. Distribuição das Famílias Residentes Segundo Número de Integrantes	32
Quadro 4.07. Distribuição das Pessoas com Deficiência	33
Quadro 4.08. Distribuição das Pessoas por Tipo de Deficiência	33
Quadro 4.09. Distribuição da População Segundo Grau de Escolaridade	33
Quadro 4.10. Distribuição dos Responsáveis Segundo Grau de Escolaridade	34
Quadro 4.11. Distribuição da População Trabalhadora Segundo Situação Ocupacional	35
Quadro 4.12. Distribuição das Famílias Segundo Faixa de Renda	36
Quadro 4.13. Distribuição dos Responsáveis Segundo Faixa de Renda.....	36
Quadro 4.14. Distribuição das Famílias segundo Renda per capita	36
Quadro 4.15. Distribuição das Mulheres (segundo a População em Idade Ativa - PIA) por Faixa de Renda.....	36
Quadro 4.16. Situação de Vulnerabilidade	38
Quadro 4.17. Distribuição dos Responsáveis Trabalhadores Segundo Local de Trabalho	39
Quadro 4.18. Material Predominante na Construção do Domicílio	39
Quadro 4.19. Tempo de Residência na Área.....	40
Quadro 4.20. Tempo de Funcionamento	40
Quadro 4.21. Porte da Empresa	41

Quadro 4.22. Número de Funcionários	41
Quadro 4.23. Empresa Formal ou Informal	42
Quadro 4.24. Regime de Ocupação - Empresas	42
Quadro 4.25. Natureza da atividade.....	42
Quadro 4.26. Número de Associados.....	43
Quadro 4.27. Número de Pessoas que Trabalham na Entidade	43
Quadro 4.28. Caracterização da entidade	44
Quadro 4.29. Regime de Ocupação - Instituições	45
Quadro 4.30. Atividade desenvolvida.....	45
Quadro 5.01. Síntese das Opções e das Indicações de Atendimento.....	51
Quadro 5.02. Atividades e Usos, por Alternativa de Atendimento – Corredor do Anel Central	52
Quadro 5.03. Atividades e Usos, por Alternativa de Atendimento – Binários	55
Quadro 6.01. Sistemática de Monitoramento e Indicadores	68
Quadro 7.01. Principais Estratégias, Ações e Programas para Reinserção Social e Econômica dos Afetados	72
Quadro.11. 01. Cronograma das atividades – Corredor do Anel Central e Binários.....	82
Quadro.12.01. Orçamento Estimativo (R\$).....	83
Quadro.12.02. Orçamento Estimativo (US\$)	84

1 INTRODUÇÃO

O presente *PERR - Plano Específico de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas* detalha o plano de intervenções que serão necessárias para a liberação das áreas requeridas pelo Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis – PIVF, bem como para as compensações correspondentes à população, aos comércios e imóveis afetados.

O PIVF visa melhorar a qualidade da mobilidade urbana do município de Florianópolis, estabelecendo conexões viárias e corredores exclusivos de transporte público, além de incentivar o uso do transporte não motorizado e promover a gestão sustentável do transporte público. Esse Programa será financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, tendo como mutuário a Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, por meio do acordo BR-L1.444, cujas condições de empréstimo e garantias implicam na necessidade de adaptar os procedimentos de implantação do Programa às políticas operacionais e salvaguardas do Banco.

O PERR ora apresentado põe em prática as orientações e diretrizes expressas no *PDRR - Plano Diretor de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas*, ambos elaborados – o PERR e o PDRR – com base nas premissas da política operativa OP – 710 do BID, na legislação municipal, estadual e nacional e, também, nas demais normas e regimentos pertinentes às questões sociais. Este Plano foi concebido para ser um instrumento de gestão na execução das ações de desapropriação, indenização e remoção das áreas abrangidas pela amostra representativa do PIVF, respeitando um planejamento geral que pode ser ajustado com a execução da obra. É importante assinalar que o Plano está respaldado pela Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e encontra-se em conformidade com legislação vigente no Estado de Santa Catarina.

O presente PERR, por isso, é amplo e tem a finalidade de orientar a Prefeitura e os demais agentes intervenientes durante todas as fases de implantação do empreendimento, de forma que todas as remoções e afetações involuntárias tenham um tratamento digno e justo.

Para cada área de influência direta onde residam famílias ou se desenvolvam atividades econômicas que serão removidas involuntariamente, no âmbito da amostra representativa do PIVF, aplica-se o presente PERR, de acordo com as diretrizes do PDRR e das salvaguardas sociais do BID. Tal iniciativa deve ser condição para o início das obras em cada trecho do Programa.

Por esse motivo, a população afetada é caracterizada segundo os critérios de indenização, conforme a identificação das características das edificações, perfil de renda e ocupação da população e as perspectivas de restabelecimento da subsistência e estabelecimento de novas relações, visando garantir:

- (i) Um padrão mínimo de acesso à terra, aos serviços e à reprodução das condições materiais, ao menos em níveis iguais ou equivalentes aos anteriores ao Projeto;
- (ii) Recuperar todas as perdas causadas pela transição;
- (iii) Buscar a menor perturbação possível das redes de vínculos sociais, das oportunidades de emprego e da produção e do acesso aos serviços;
- (iv) Oferecer acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

O Contrato de Empréstimo entre a PMF e o BID exigirá que a relocação em cada trecho do Programa seja realizada de acordo com o PDRR. Assim, para a não objeção do Banco, far-se-á necessária a apresentação dos seguintes produtos:

- Projeto Específico de Relocação de População e Reinstalação de

Atividades Econômicas (PERR) para cada área, antes de liberar a frente de obras no trecho correspondente;

- Relatórios periódicos de execução dos PERRs, até que se efetive completamente todas as relocações de famílias e atividades econômicas afetadas no respectivo trecho;
- Relatório final de implementação do PDRR até 12 meses depois de concluída a sua implementação, demonstrando que o PDRR foi completamente executado, incluindo seu monitoramento *ex-post*.

As diretrizes de referência para a elaboração dos PERRs podem ser sistematizadas por meio dos pontos destacados abaixo:

- (i) Reduzir ao mínimo a necessidade de reassentamento em cada trecho do Programa e procurar manter a população deslocada o mais próximo possível dos locais originais de residência;
- (ii) Garantir o atendimento a todas as famílias registradas no cadastro socioeconômico como residentes nas áreas requeridas para a implantação do Programa, independente da situação de ocupação legal do domicílio. Os casos de coabitação identificados na realização do cadastro socioeconômico serão incorporados ao universo de famílias a serem atendidas de forma a assegurar a não reprodução de situações inadequadas de coabitação;
- (iii) Incorporar soluções e ações de apoio social para evitar riscos de empobrecimento da população relocada, em particular para os setores mais vulneráveis;
- (iv) Garantir um processo dialógico orientado, possibilitando a livre escolha de alternativas de reassentamento por parte das famílias a serem removidas;
- (v) Possibilitar a reinserção social e econômica das famílias relocadas com o propósito de restabelecer os meios de vida das mesmas;
- (vi) Promover as ações de indenização e de reassentamento concomitantemente com o avanço do cronograma de obras, de maneira a evitar a reocupação das áreas liberadas;
- (vii) Estipular a base operativa para realizar as remoções e o reassentamento de acordo com o PDRR e com este PERR, especificamente para:
 - a. Identificação e caracterização dos afetados;
 - b. Análise de riscos de empobrecimento;
 - c. Processos participativos de seleção das alternativas de soluções aplicáveis ao reassentamento e unidades habitacionais;
 - d. Promover e estimular a consolidação de espaços onde a participação da população afetada permita planejar, conjuntamente, as medidas de reinserção social e reinstalação econômica;
 - e. Atendimento às dúvidas e reclamações da população;
 - f. Planejamento e execução das mudanças;
 - g. Pagamento das indenizações;
 - h. Atendimento e acompanhamento social;
 - i. Monitoramento *ex-post* da população e negócios relocados.

Neste PERR são quantificadas a população e as atividades econômicas a serem relocadas, além de estabelecer as ações específicas que serão executadas em cada um dos trechos de obra com afetação direta. Nele também constam os requerimentos acordados entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o BID, oferecendo orientações quanto aos marcos legais e institucionais, estrutura de gerenciamento e coordenação, entre outros temas.

As áreas objeto desta intervenção foram cadastradas pela equipe da Prefeitura, com apoio de empresa de consultoria especializada, a partir de pesquisas socioeconômicas de imóveis e usos presentes no Corredor centra e nos Binários.

Considerando todos os apontamentos referentes ao processo que será instaurado para promover o adequado reassentamento das famílias, este documento apresenta o conteúdo relacionado aos trabalhos que serão desenvolvidos, incluindo as estratégias metodológicas para garantir que as diretrizes operativas determinadas pelo BID e apresentadas no PDRR sejam implementadas.

De modo geral, o PERR foi estruturado em 12 capítulos, apresentando o detalhamento executivo das ações sociais. No Capítulo 2 são apresentadas as características gerais da área de intervenção (Corredor do Anel Central e Binários) e o contexto urbano dos bairros nessa área de abrangência, cujo conteúdo já fora demonstrado e comentado no PDRR e, também, é replicado e complementado neste PERR. Destaca-se, nesse âmbito, o item 2.3 que aborda o conjunto de imóveis, atividades e usos afetados pelas obras do PIVF, incluindo o mapeamento e a localização das áreas afetadas.

O Capítulo 3 abrange as etapas do trabalho social, essenciais para pôr em prática as orientações e diretrizes do PDRR. O Capítulo 4 diz respeito à formulação do PERR e à pesquisa socioeconômica realizada pela Prefeitura de Florianópolis em agosto de 2017, fruto de um esforço consistente de levantamento e diagnóstico socioeconômico nas áreas afetadas.

O Capítulo 5, ao abordar as alternativas de atendimento social, destaca os conceitos, critérios e estratégias de atendimento e as noções e parâmetros para identificação das situações de vulnerabilidade social, em estrita atenção às normas vigentes no Brasil, no Estado de Santa Catarina, no município de Florianópolis e nas políticas do Banco.

O capítulo 6 diz respeito à implementação do PERR, discutindo todas as etapas prévias, executivas e posteriores de remoção, incluindo-se a proposta de monitoramento e acompanhamento da implantação do PERR por meio de indicadores. Já o capítulo 7 trata das medidas de apoio à reabilitação e reinserção social e econômica dos afetados, incluindo-se as abordagens de identificação e mitigação dos riscos de empobrecimento.

Os Capítulos 8, 9 e 10 tratam de aspectos mais executivos, relativos à organização do processo de participação, da estrutura operacional de execução das intervenções e do PERR e da necessária coordenação do PERR (e das ações sociais) com o plano de ataque das obras. Por fim, os capítulos 11 e 12 apresentam o cronograma de execução previsto e o orçamento geral para a implementação do PERR.

2 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Conforme mencionado no PDRR, o Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, ao lado de outros 21 municípios, está inserido na chamada Região Metropolitana de Florianópolis (RMF), que conta com uma população estimada de 453.285 habitantes. Já o chamado Núcleo Metropolitano (Grande Florianópolis) é formado por 13 municípios que totalizam uma população de 944.917 habitantes. Nesse Núcleo, os principais municípios são: Florianópolis, São José (224.779 habitantes), Palhoça (150.623 habitantes) e Biguaçu (62.383 habitantes). Da população desses quatro municípios, cerca de 60% mora na parte continental do aglomerado urbano e, o restante, na Ilha de Santa Catarina.

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto – de 0,847, segundo o IBGE . Também possui um PIB total, em 2013, de aproximadamente R\$ 15 bilhões (52º entre os municípios brasileiros) e um PIB per capita de R\$ 33.036,60 (568º lugar entre municípios brasileiros), também segundo os dados de 2013.

O setor de serviços é o mais relevante economicamente, contribuindo com 58% do PIB municipal; a administração e os serviços públicos contribuem com 12,25% do PIB do município, e o setor da indústria, com cerca de 10%.

Ressalte-se que o Programa adotou uma amostra representativa de projetos, correspondendo a pelo menos 30% das obras previstas. Esse recorte é assim caracterizado:

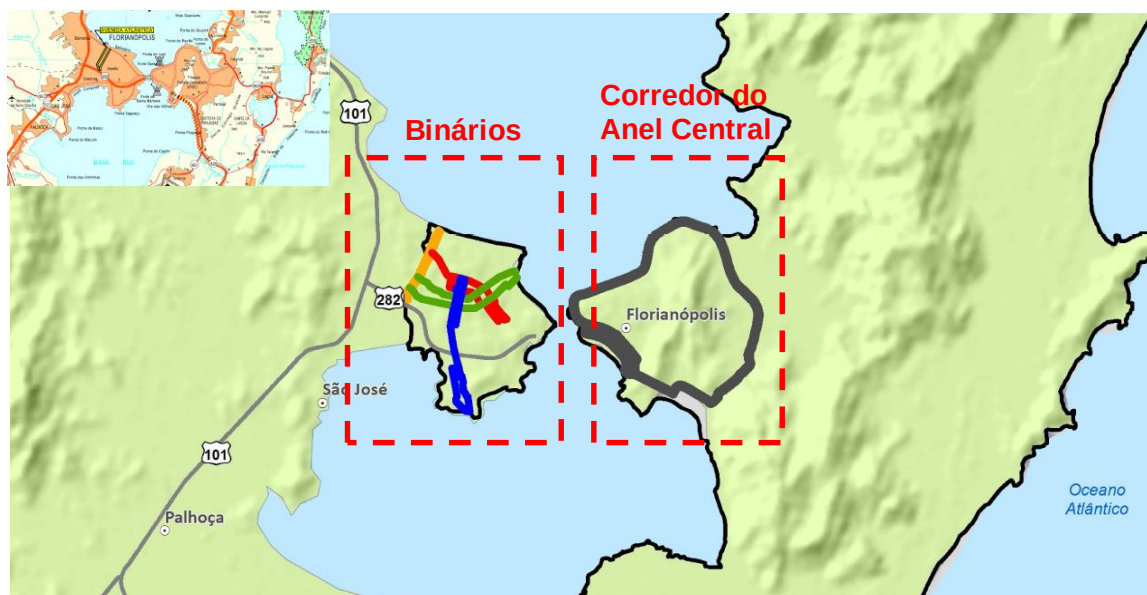
- (i) Corredor do Anel Central, com 18.391 metros, exclusivo de Ônibus na parte insular de Florianópolis, nos seguintes trechos:
 - a. Trecho I nas vias: Av. Gustavo Richard, Av. Paulo Fontes, Av. Prefeito Waldemar Vieira e Rua Dep. Antônio Edu Vieira; e
 - b. Trecho II nas vias: Av. Professor Henrique da Silva Fontes, Av. Governador Irineu Bornhausen, Av. Jornalista Rubens Arruda Ramos e Av. Osvaldo Rodrigues Cabral.
- (ii) Implantação de 25.928,14 metros de Binários na porção continental de Florianópolis, denominados:
 - a. Atlântica, com 4.691,96m de extensão;
 - b. Aracy, com 6.157,48m de extensão;
 - c. Juscelino, com 6.269,43m de extensão; e
 - d. Patrício, com 8.809,27m de extensão.

O projeto do Corredor do Anel Central consiste em implementar corredor exclusivo de transporte coletivo no conjunto de vias que circundam o Morro da Cruz, na porção insular do município. Esse é um dos componentes do Sistema Troncal de alta capacidade a ser desenvolvido, tal como indicado no PLAMUS e no PMUF.

Para a porção continental do Município, onde se prevê a implementação dos Binários Aracy, Juscelino, Patrício e Atlântica, haverá priorização do sentido único do tráfego nas vias, para a implementação de faixa de ônibus, de malha cicloviária, além da qualificação das calçadas. Esses projetos são parte da rede alimentadora e auxiliar planejada no PMUF, com o intuito de facilitar a conectividade do sistema ligando os bairros.

A **Figura 2.01** abaixo ilustra as áreas abrangidas pelo Programa.

Figura 2.01. Áreas abrangidas pelo PIVF – Amostra representativa (Corredor do Anel Central e Binários)



Fonte: Adaptado da AAS - PIVF

2.1 Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pelo Corredor do Anel Central

O **centro de Florianópolis** é o bairro no município com maior população (44.315 habitantes, segundo o censo de 2010¹). A região é caracterizada por densa urbanização e ocupação diversificada, com áreas residenciais próximas à Avenida Mauro Ramos se estendendo em direção ao Morro da Cruz, neste, com populações mais vulneráveis. Na região que perpassa as Ruas Conselheiro Mafra, Felipe Schmidt, Tenente Silveira, Deodoro, Trajano, João Pinto e Tiradentes há uma área de importante fluxo, com concentração de comércios e serviços.

Também no Centro está presente a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira Mar Norte, caracterizada por ter em seu entorno uma das áreas mais valorizadas do município, com edifícios de alto padrão. Além de residências, há hotéis, restaurantes e comércio de alto padrão.

O Centro possui cobertura quase total de serviços básicos de infraestrutura urbana, com 99,8% dos domicílios com abastecimento de água via rede geral e com coleta de lixo, 96,1% com esgotamento sanitário via rede geral e 99,9% com energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora. Grande parcela de sua população residente possui renda elevada: 50% dos domicílios possuem uma renda *per capita* superior a 5 salários mínimos – SM enquanto que na outra extremidade encontra-se 5,9% dos domicílios com renda inferior a meio SM *per capita*.

O **Quadro 2.01**, a seguir, destaca os índices apurados pelo Censo Demográfico IBGE 2010 para a cobertura dos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo em todos os domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelo Corredor do Anel Central.

¹ IBGE, Censo, 2010.

Quadro 2.01. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Agronômica	99,0%	99,0%	99,9%
Centro	99,8%	99,9%	99,8%
Córrego Grande	97,8%	99,9%	99,9%
José Mendes	99,7%	99,4%	99,9%
Pantanal	94,9%	100,0%	100,0%
Saco dos Limões	98,4%	98,4%	99,8%
Santa Mônica	98,6%	99,6%	99,8%
Trindade	98,9%	98,6%	99,9%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Situado na extremidade norte do Morro da Cruz, o **bairro Agronômica** apresentou uma população de 15.588 habitantes em 2010, segundo o IBGE, e se localiza entre o centro e o bairro de trindade. Também sendo abrangido pela Avenida Beiramar Norte, mostra-se praticamente como uma área contínua ao centro, sendo também área de alto interesse imobiliário². O bairro passou por inúmeras transformações a partir dos anos 1980, com o aterro para a construção da avenida beira mar norte estimulando novas ocupações residenciais de maior padrão. Isso levou a uma fragmentação da comunidade pesqueira ali presente tendo, como impacto, a perda do contato com o mar pelas populações³.

Em termos de infraestrutura urbana, mais de 99% dos domicílios no bairro possuem fornecimento de água e luz pela rede geral de distribuição e coleta de lixo, enquanto que 94% possuem esgotamento sanitário ligado à rede geral. No que se refere à renda no bairro da Agronômica, uma parcela de 8% dos domicílios possui ganhos de até meio SM enquanto que 28,7% com renda maior do que 5 SM por componente familiar. Importante ressaltar que neste bairro, segundo o Censo 2010, 20% da população reside em setores censitários classificados como subnormais⁴.

O **bairro Trindade**, por sua vez, é o segundo mais populoso do município, com 18.812 habitantes em 2010, e tem parte de sua área abrangendo o Morro da Cruz. Uma de suas características importantes é a proximidade do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o que torna a região um polo de atração populacional e de tráfego. Caracteriza-se como um bairro predominantemente residencial, mas que possui uma grande presença de bares e restaurantes, principalmente ao longo da Rua Lauro Linhares, devido ao público universitário.

Os domicílios em Trindade são quase que em sua totalidade abrangidos pelos serviços regulares de fornecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, com

²PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. RAP para Licenciamento Ambiental de parte do Anel Viário, 2013.

³Idem.

⁴ Segundo o IBGE, aglomerado subnormal “é um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).”

98,9%, 98,6% e 99,9% de cobertura respectivamente. O serviço de esgotamento sanitário possui uma inserção menor em relação aos anteriores com 11% dos domicílios não ligados à rede geral.

Relativo à renda 9,5% das famílias possuem renda de até meio SM *per capita* sendo que em 6% dos domicílios foi declarado não haver renda. Uma proporção de 22% dos domicílios em Trindade declarou possuir renda maior do que 5 salários mínimos por pessoa. Destaca-se ainda, que 6% dos moradores moram em setores censitários classificados como aglomerados subnormais. O **Quadro 2.02**, a seguir, evidencia a forma de esgotamento sanitário nos domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelo Corredor do Anel Central.

Quadro 2.02. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Anel do Corredor Central

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Agronômica	94,0%	4,3%	1,5%
Centro	96,1%	2,5%	1,2%
Córrego Grande	66,1%	30,3%	3,6%
José Mendes	77,6%	18,9%	3,2%
Pantanal	62,7%	33,2%	3,9%
Saco dos Limões	75,8%	16,4%	7,8%
Santa Mônica	87,0%	12,6%	0,4%
Trindade	88,9%	8,6%	2,5%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O **bairro Pantanal**, por sua vez, tem como principal via a rua Dep. Antônio Edu Vieira, sendo ela o principal acesso entre a Avenida Beira Mar Norte e a Via Expressa Sul. Isso leva a um intenso fluxo de veículos nos horários de pico. Segundo o IBGE, em 2010, a população residente era de 5.496 habitantes.

O bairro é predominante residencial, com muita procura por parte de estudantes da UFSC, e conta com um comércio que atende as necessidades locais. Também tem importância na região a presença da sede da Eletrosul, empresa pública que atua nas áreas de geração, de transmissão e de comercialização de energia.

No Pantanal todos os domicílios são cobertos pelos serviços regulares de coleta de lixo e energia elétrica segundo o Censo IBGE 2010 e 95% tem abastecimento de água regular. Relativo ao esgotamento sanitário há uma cobertura inferior do serviço com quase 40% dos domicílios sem ligação com a rede geral. O padrão da renda neste bairro é similar ao encontrado em Trindade, com 9,5% dos domicílios com renda de até meio salários mínimo por pessoa e 21,4% com renda superior a 5 SM. Contudo, no Pantanal não há nenhum domicílio localizados em setores classificados como aglomerados subnormais.

O **Quadro 2.03**, a seguir, demonstra o valor da renda *per capita* para todos os domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelas obras do Corredor do Anel Central.

Quadro 2.03. Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Agronômica	8,1%	16,7%	23,6%	10,8%	12,2%	28,7%
Centro	5,9%	6,7%	13,0%	10,3%	17,7%	46,3%
Córrego Grande	3,0%	7,3%	16,6%	14,9%	23,0%	35,2%
José Mendes	13,9%	28,3%	29,5%	11,8%	9,4%	7,0%
Pantanal	9,5%	11,5%	25,0%	16,1%	16,5%	21,4%
Saco dos Limões	9,3%	18,5%	25,6%	13,1%	15,8%	17,8%
Santa Mônica	3,5%	3,1%	11,3%	14,0%	25,2%	42,9%
Trindade	9,5%	11,2%	22,4%	16,0%	18,7%	22,3%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O **bairro Santa Mônica** também está localizado próximo ao centro de Florianópolis e foi construído sobre uma área de manguezal. Possuía em 2010, segundo o IBGE, uma população de 1.658 habitantes. Atualmente o bairro teve um grande crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços diversificados.

Este bairro também possui quase que a totalidade de seus domicílios com cobertura de água (98,6%), energia elétrica (99,6%), além do serviço de coleta de lixo (99,8%). A ligação na rede geral de esgotamento sanitário é um pouco menor do que em relação aos outros serviços mencionados, chegando a 87% dos domicílios. Santa Mônica possui uma grande proporção de famílias de alta renda, com 42,9% dos domicílios com renda *per capita* maior do que 5 SM e apenas 3,5% com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo.

Por fim, o **bairro Saco dos Limões** possui uma população de 10.563 habitantes. Ele se encontra na parte sul da região central do município junto ao Morro da Cruz. Ele se encontra na parte sul da região central do município junto ao Morro da Cruz. Neste bairro, mais de 98% dos domicílios são cobertos pelas redes regulares de água, energia elétrica e coleta de lixo, enquanto que um quarto das residências não possui ligação com a rede geral de esgotamento sanitário. Quanto à renda, 9,3% dos domicílios possuem renda *per capita* de até meio SM, enquanto 17,8% possuem renda superior a 5 SM por pessoa. Destacam-se, 15% dos moradores do Saco dos Limões residem em setores censitários localizados em aglomerados subnormais.

Por fim, ao sul da região central está o **bairro José Mendes**, que possui uma população de 3.385 habitantes. No que se refere aos serviços urbanos, 99,7% dos domicílios tem acesso à rede geral de distribuição de água, 99,4% a fornecimento regular de energia elétrica e 99,6% tem acesso ao serviço de coleta de lixo. Em relação à renda, José Mendes tem uma menor parcela de domicílios com renda *per capita* mais elevada em relação àqueles de menor renda: enquanto 13,9% das famílias possuem renda de até meio salário mínimo por componente familiar, 7% possuem renda maior do que 5 SM por pessoa.

2.2 Caracterização Socioeconômica da população residente nos bairros afetados pela implantação dos Binários

Na porção continental do município de Florianópolis, onde se implementará os Binários, o bairro de afetação com maior população é o Capoeiras que possui 18.632 habitantes, seguido pelo bairro de Monte Cristo com população de 12.707 habitantes. Entre os bairros com menor população e que serão afetados pelas obras dos Binários estão Coloninha e Itaguaçu com 4.779 e 2.114 de população respectivamente.

No que se refere ao acesso a serviços urbanos, todos os bairros têm quase que em sua totalidade a cobertura pelos serviços de água e energia elétrica e são abrangidos pela coleta de lixo, conforme demonstrado no **Quadro 2.04**.

Quadro 2.04. Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Abraão	99,1%	100,0%	99,8%
Canto	94,6%	99,7%	100,0%
Capoeiras	99,7%	99,9%	100,0%
Coloninha	99,3%	99,9%	99,9%
Itaguaçu	99,7%	100,0%	100,0%
Jardim Atlântico	99,5%	99,8%	100,0%
Monte Cristo	100,0%	99,6%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O esgotamento sanitário coletado pela rede oficial, por sua vez, possui abrangências muito distintas entre os bairros em questão. Aquele com maior proporção de domicílios com ligação são Itaguaçu e Canto, com 96% e 93,9% respectivamente. Já os bairros com menor difusão da rede de esgotamento sanitário são Capoeiras com 65,7% e Abraão com apenas 34,7%. Neste, 46,6% dos domicílios fazem o esgotamento sanitário via fossa séptica e cerca de 20% por meio improvisados como fossa rudimentar, valas, rio/mar/lago ou outras formas, conforme demonstra o **Quadro 2.05**.

Quadro 2.05. Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Abraão	34,7%	46,4%	18,9%
Canto	93,9%	5,2%	0,9%
Capoeiras	65,7%	29,0%	5,2%
Coloninha	82,9%	12,7%	4,2%
Itaguaçu	96,0%	3,4%	0,5%
Jardim Atlântico	87,3%	9,2%	3,2%
Monte Cristo	80,7%	16,0%	3,1%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Quanto à renda *per capita*, o bairro de Monte Cristo é entre os afetados na porção continental o que possui maior proporção de domicílios com renda de até meio SM, sendo pouco mais de 20% do total. Esse bairro possui, também, a menor proporção

de domicílios com renda *per capita* superior a 5 SM com apenas 1% do total. Entre os bairros em questão, o que possui maior proporção de famílias de alta renda é Itaguaçu, com 41,5% dos domicílios com renda *per capita* superior a 5 salários mínimos e apenas 2,4% com renda inferior a meio SM por pessoa, conforma dados do **Quadro 2.06**.

Quadro 2.06 Renda per capta para os domicílios localizados nos bairros – Binários

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Abraão	5,2%	11,2%	22,7%	17,8%	21,7%	21,4%
Canto	2,7%	8,0%	22,2%	18,1%	24,3%	24,7%
Capoeiras	8,0%	16,1%	29,1%	16,8%	17,1%	13,0%
Coloninha	7,5%	18,2%	29,7%	17,4%	15,8%	11,4%
Itaguaçu	2,3%	6,0%	14,1%	11,2%	25,2%	41,0%
Jardim Atlântico	7,1%	18,1%	32,2%	16,5%	15,3%	10,7%
Monte Cristo	21,4%	34,9%	30,9%	8,1%	3,4%	1,2%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

2.3 Imóveis, Atividades e Usos Afetados

Para a identificação e a caracterização dos imóveis, edificações e usos afetados pelo Programa, a Prefeitura de Florianópolis, por meio de visitas de campo da equipe de engenharia e de trabalho social da Secretaria Municipal de Infraestrutura, realizou levantamentos e cadastros dos lotes, imóveis, edificações e usos que seriam abrangidos e afetados pelas obras do PIVF.

Esses levantamentos ocorreram em diversos momentos, abrangendo desde a identificação preliminar dessas áreas (mediante o reconhecimento de matrículas e registros dos imóveis, por exemplo) até o cadastramento físico mais detalhado das famílias e comércios afetados.

Por óbvio, esses levantamentos foram sendo aprimorados ao longo do desenvolvimento e detalhamento dos projetos de engenharia, cujos ajustes e consolidações provocaram mudanças nas bases de dados de desapropriações e remoções previstas.

Com base nos levantamentos e cadastros mais recentes, além do diagnóstico socioeconômico realizado em agosto de 2017, apresenta-se no **Quadro 2.07** adiante uma síntese dos imóveis e usos “abrangidos” e “afetados” pelo Projeto.

Os “usos abrangidos” pelo Programa correspondem à totalidade de áreas, entre imóveis e usos, que foram total ou parcialmente abrangidos pelos limites do Projeto (off set), mas que não envolvem afetação direta ou significativa de edificações, famílias, comércios e/ou serviços. Por outro lado, foram considerados “usos afetados” os casos de edificações residenciais, atividades econômicas e demais usos com afetação ou desapropriação direta e/ou integral, onde se verificam interferências diretas e/ou significativas nos meios de vida, no convívio social, nas características socioculturais, com impactos relevantes sobre bens e valores, meios de produção e renda, entre outros.

Pelo Quadro abaixo, conclui-se que são 118 imóveis abrangidos pelo Programa (ou seja, 118 inscrições imobiliárias), sendo 83 no Corredor do Anel Central (70%) e 35 nos Binários (30% do universo). Esses 118 imóveis serão expropriados no âmbito do Programa, possuindo valores previamente estimados, conforme consta do orçamento

previsto no presente PERR e dos laudos constantes do **Anexo V (Volume 3 dos Projetos de Engenharia)**.

Nesses 118 imóveis estão presentes 168 usos, o que significa dizer que num mesmo imóvel podem conviver mais de uma atividade e/ou uso (por exemplo, usos residenciais uni ou multifamiliares, comerciais e de serviços e institucionais num mesmo imóvel). Esse grupo dos 168 registros enquadram-se como usos abrangidos pelo Programa.

Nestes 168 registros identificados incluem-se 130 atividades e/ou usos diretamente afetados, sendo, por isso, considerados como “usos afetados”, conforme caracterizado anteriormente. Dos 130 registros, 102 (78,5%) está localizado no Corredor do Anel Central e 28 (21,5%) nos Binários. No Corredor, há a predominância de atividades econômicas (comércios e serviços), que perfazem 58 registros (57% do total), ao passo que nos binários prevalecem os usos residenciais (21 dos 28 registros, ou 75%).

Quadro 2.07. Imóveis e Usos Abrangidos e Afetados nos Projetos da Amostra Representativa

Local	Tipologias de Uso	Nº Imóveis Abrangidos	Nº Atividades/Usos Abrangidos	Nº Atividades/Usos Afetados
Corredor do Anel Central	Exclusivamente residencial	29	47	34
	Misto	10	3	2
	Atividade Econômica	29	60	58
	Terreno Baldio	5	5	0
	Institucional	10	10	8
TOTAL CORREDOR ANEL CENTRAL		83	125	102
Implantação dos Binários⁵	Exclusivamente residencial	12	21	21
	Misto	3	3	3
	Atividade Econômica	4	4	4
	Terreno Baldio	14	13	0
	Institucional	2	2	0
TOTAL BINÁRIOS		35	43	28
TOTAL DA AMOSTRA REPRESENTATIVA		118	168	130

Em termos das áreas dos terrenos e edificações afetadas, de acordo com os levantamentos da PMF, está prevista a desapropriação total de 85.156,98 m² de terrenos e 9.770,10 m² de edificações, sendo:

- Corredor: 70.074,50 m² de terrenos e 4.582,60 m² de edificações a serem desapropriadas;
- Binários: 15.082,48 m² de terrenos e 5.187,50 de edificações.

As informações completas dos registros acima enunciados constam de tabelas específicas, para o Corredor e para os Binários, sendo apresentadas no **Anexo I** deste PERR. Nas referidas tabelas são demonstrados os seguintes dados: número do processo administrativo; nome do proprietário (conforme registro imobiliário); endereço

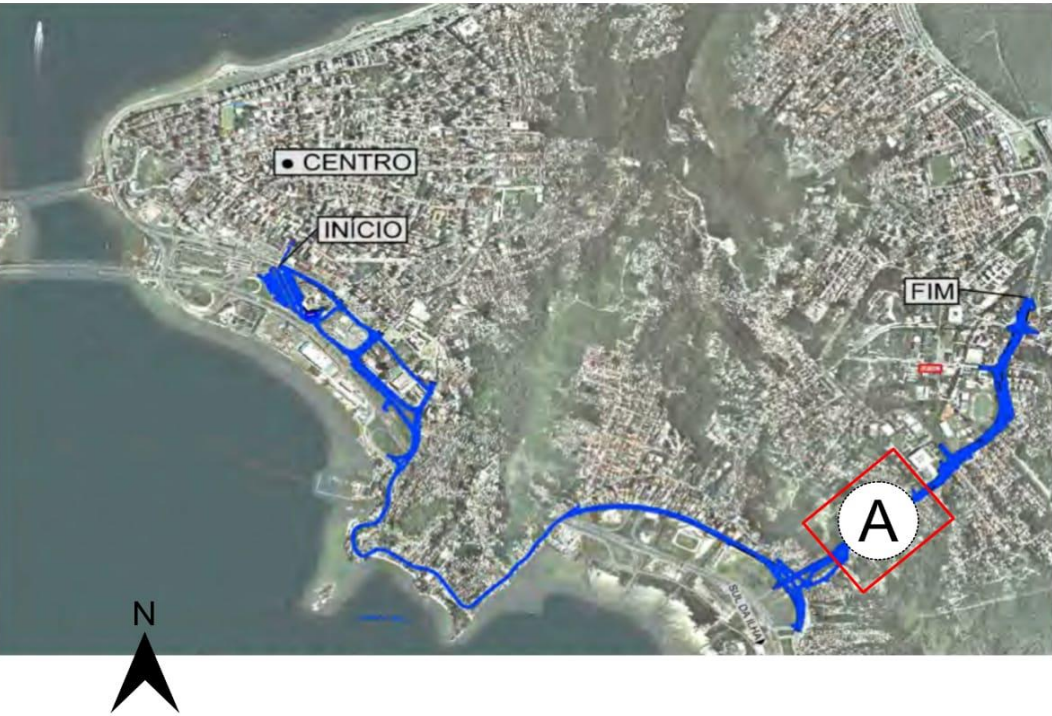
⁵O dimensionamento do número de imóveis afetados na implantação dos binários está em fase de consolidação. Por este motivo, as quantidades apresentadas são estimadas.

para contato; número da matrícula / cartório; número da inscrição imobiliária; atividades (usos); situação da afetação; área terreno (total e atingida); presença e área de edificação; uso da propriedade; decretos e regramentos aplicáveis; valores estimados da desapropriação (R\$); e observações.

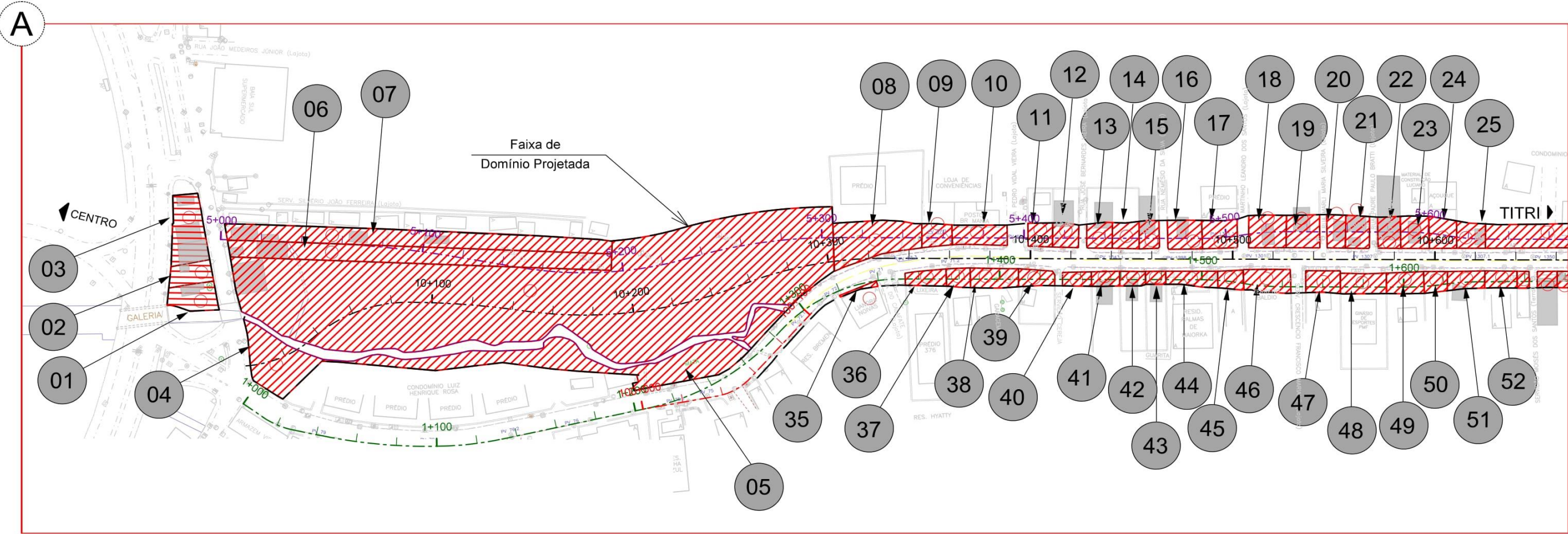
Com relação às áreas afetadas, do ponto de vista espacial, as Figuras apresentadas adiante indicam a localização dos imóveis em relação aos traçados do projeto de engenharia, cujo detalhamento igualmente se encontra no **Anexo V (Volume 3 dos Projetos de Engenharia)**.

Projeto de Desapropriações do Corredor do Anel Central – Trecho 1

Parte 1



- 00 – N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR



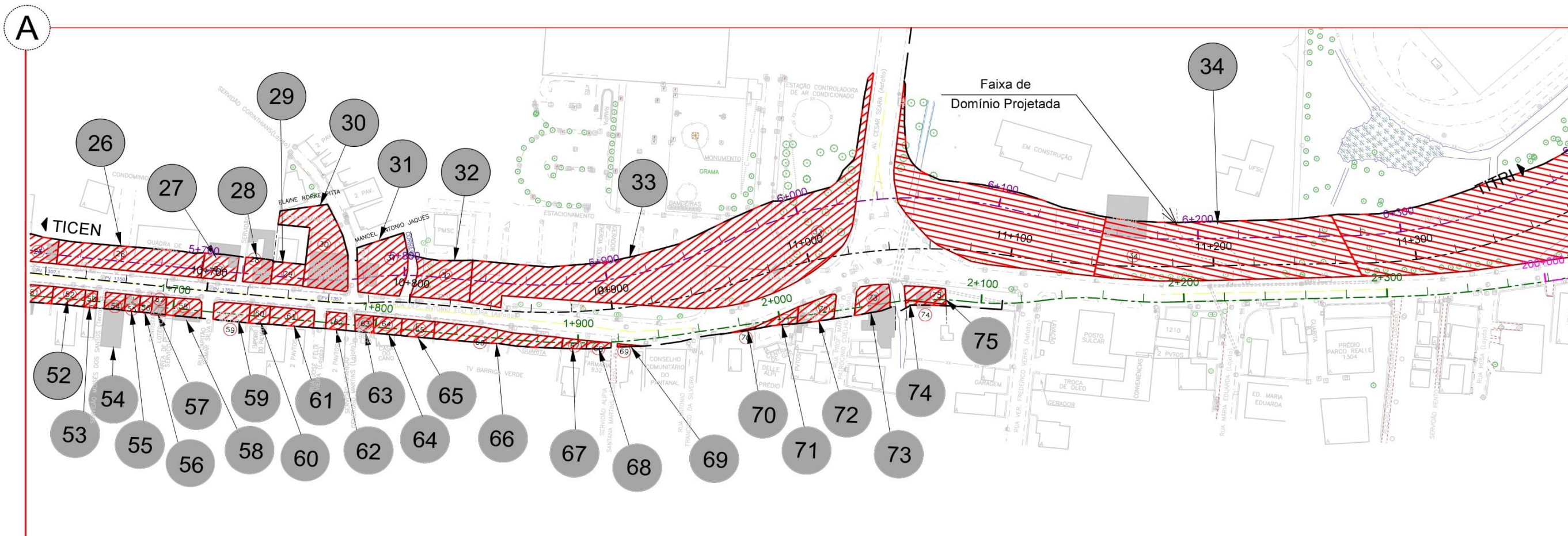
sem escala

Projeto de Desapropriações Corredor do Anel Central – Trecho 1

Parte 2



- 00 – Nº DA PROPRIEDADE
-  – ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
-  – ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR



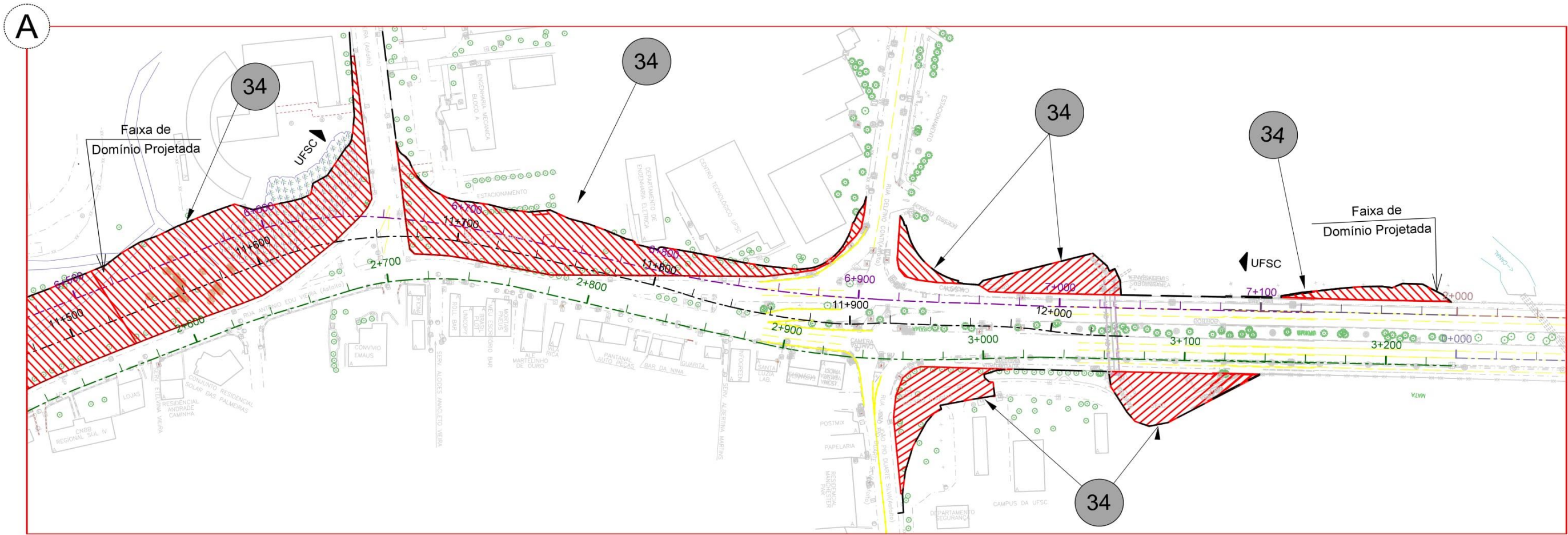
sem escala

Projeto de Desapropriações Corredor do Anel Central – Trecho 1

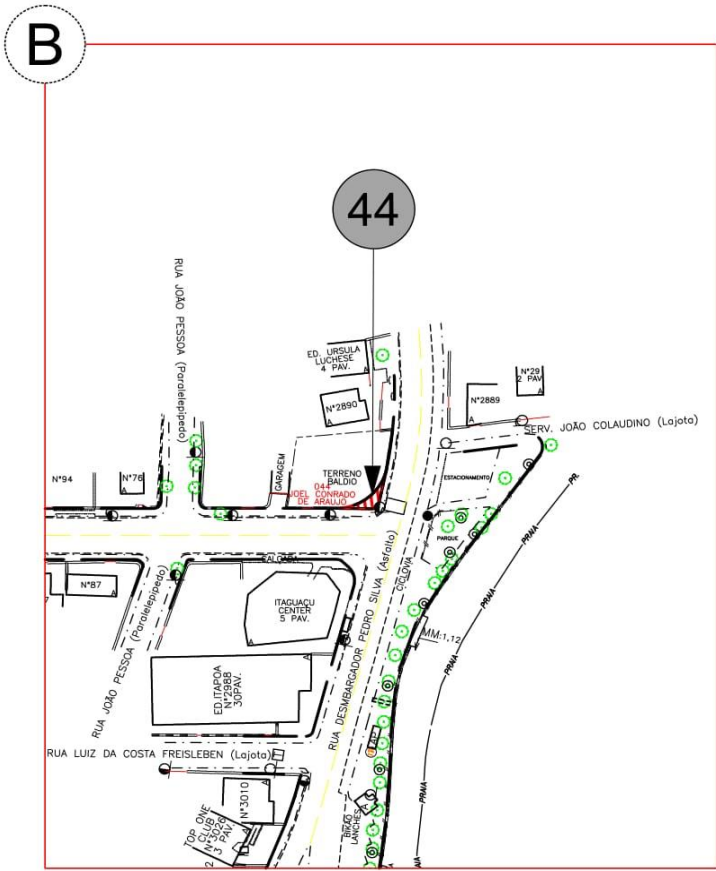
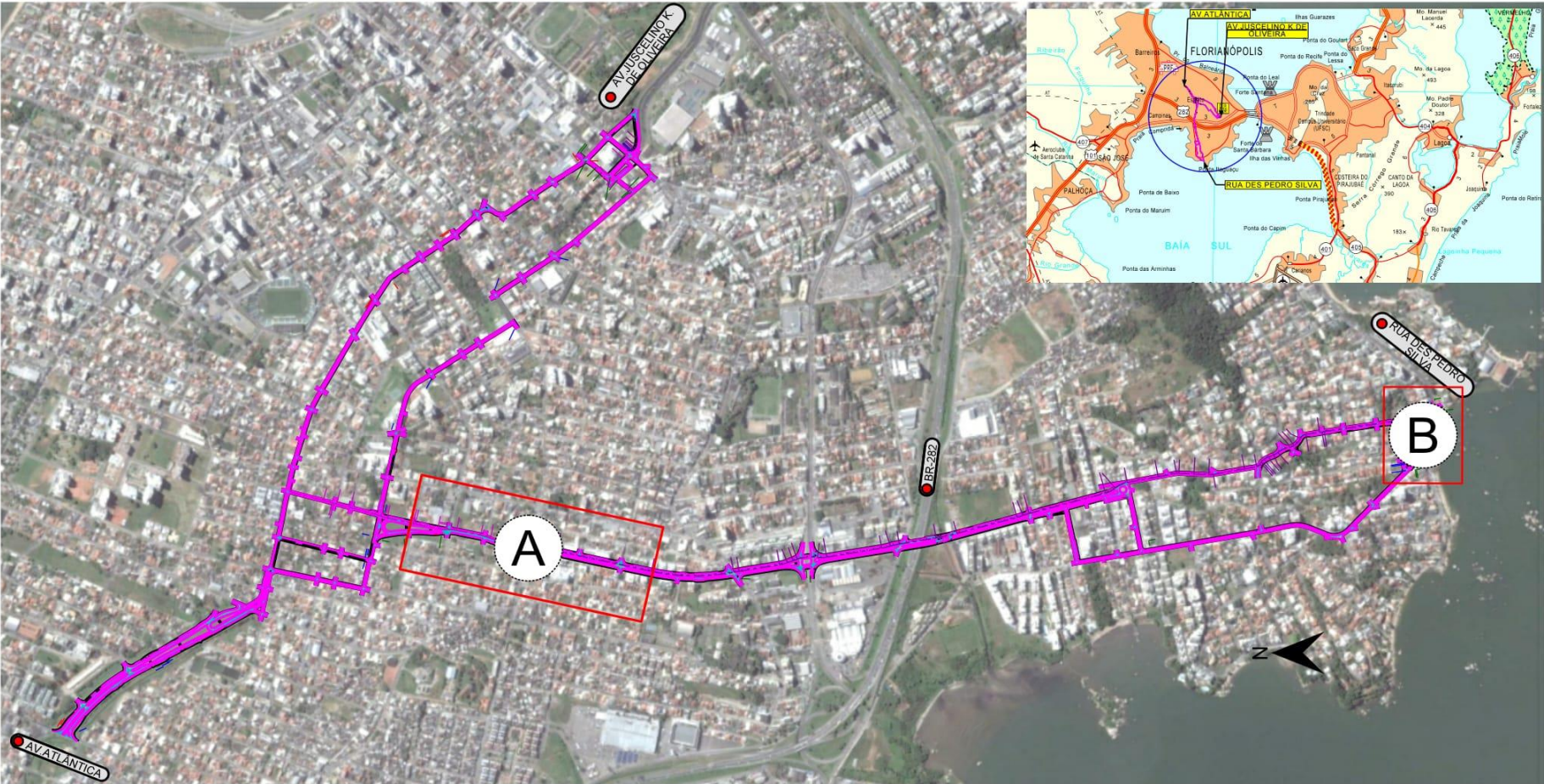
Parte 3



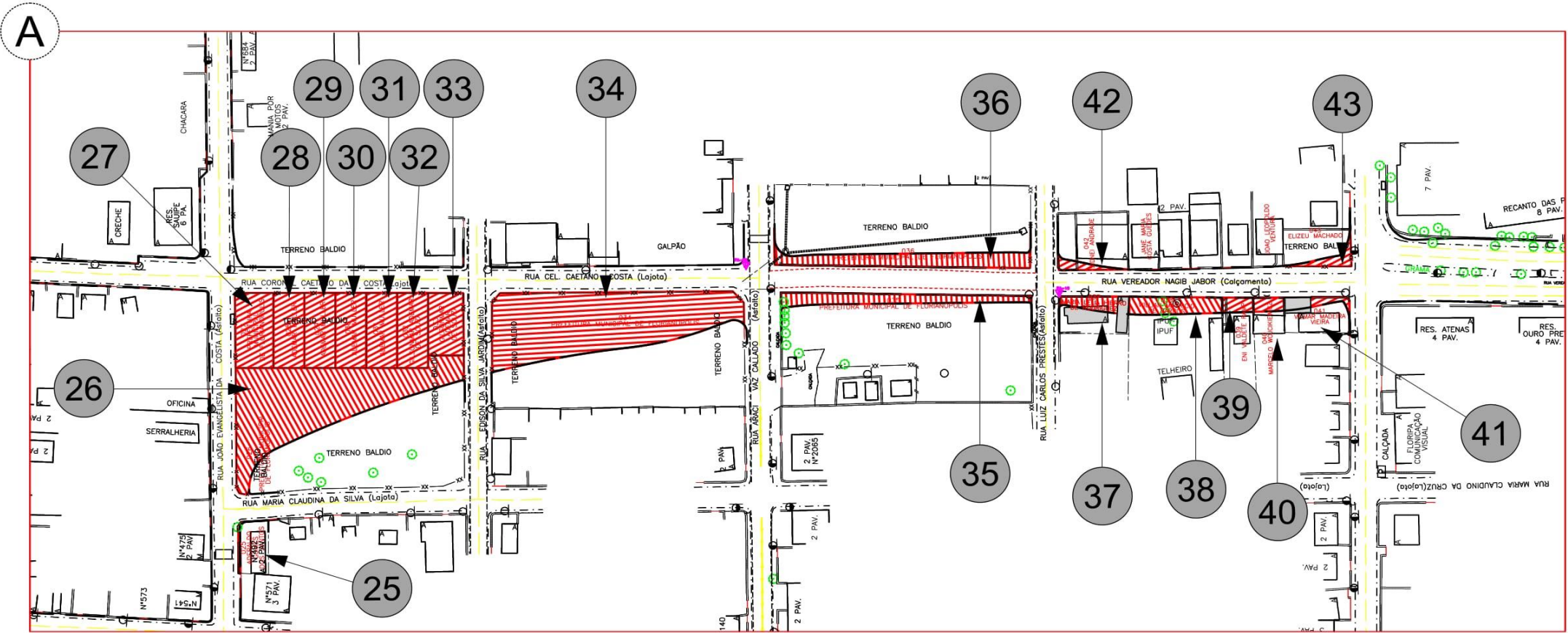
- 00 – N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR



Projeto de Desapropriações Binário Patrício Caldeira



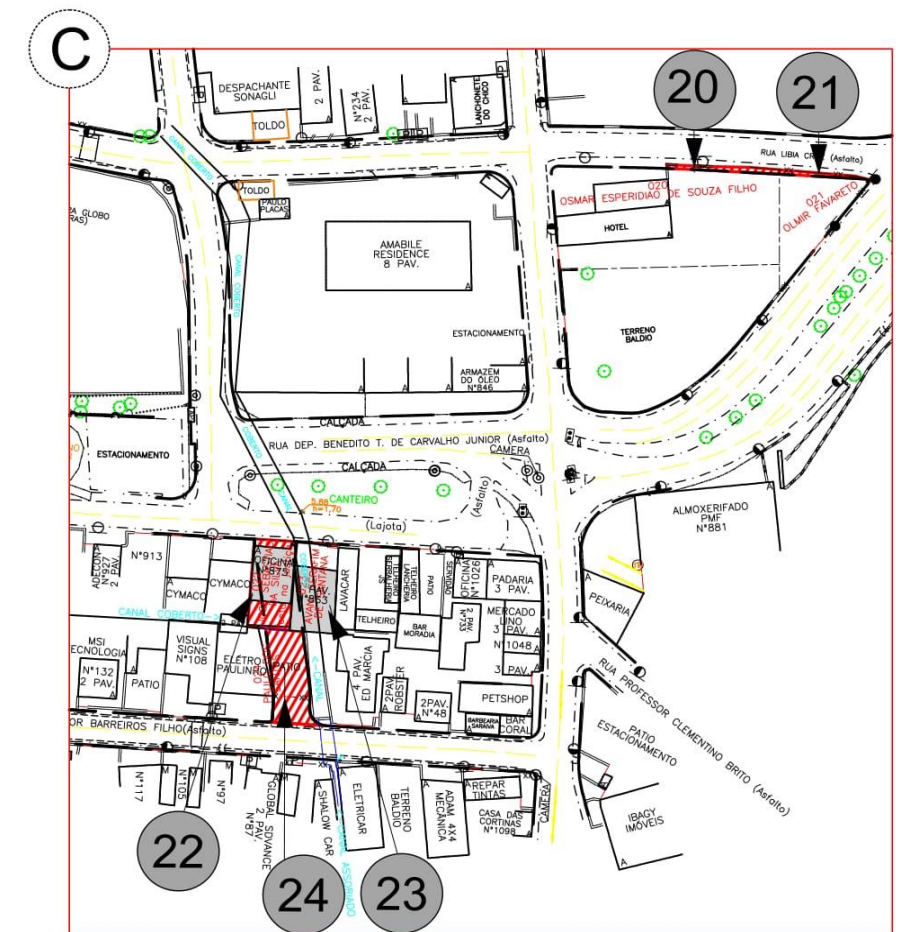
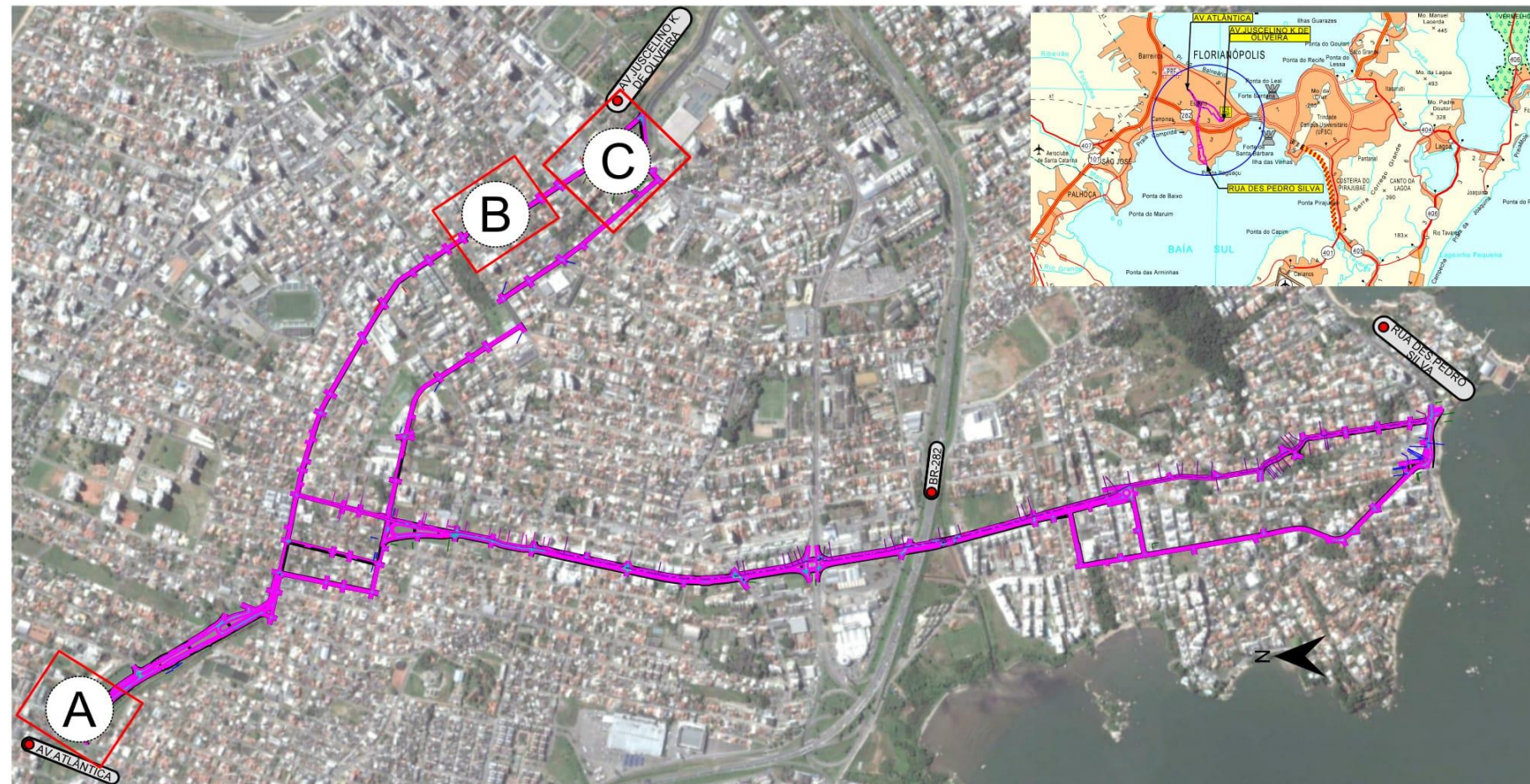
sem escala



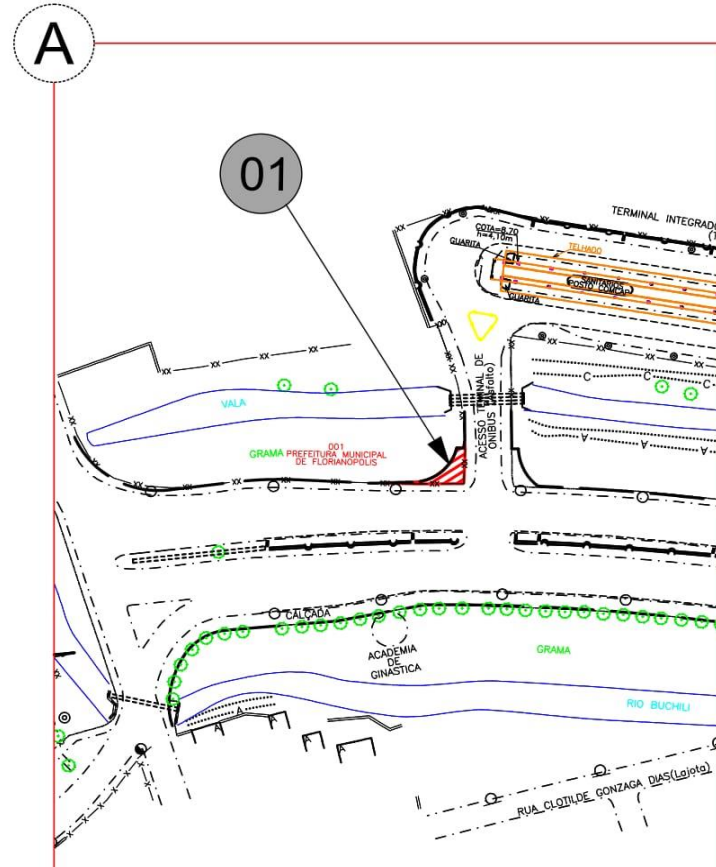
sem escala

- 00 - N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR

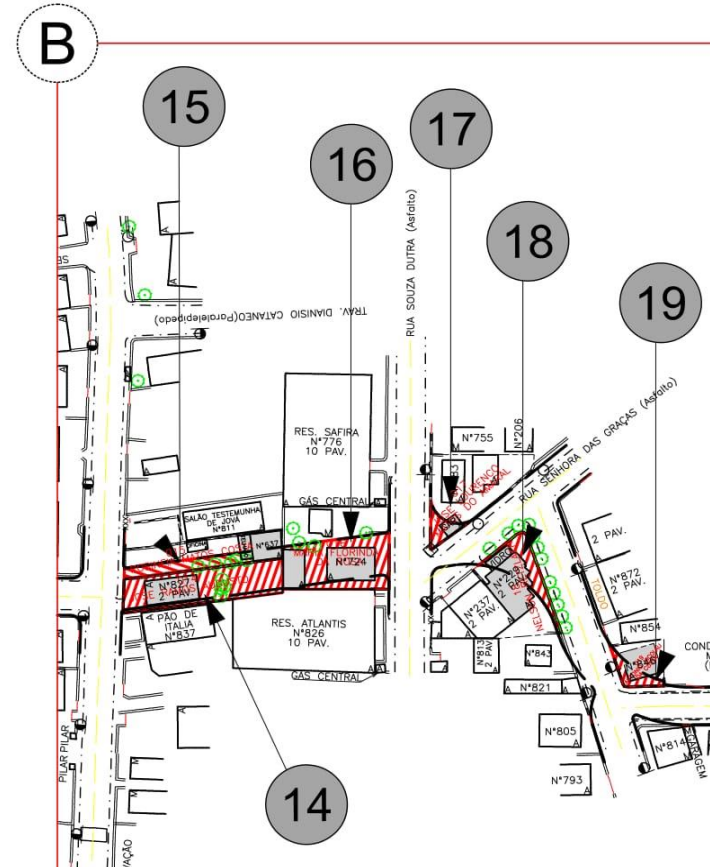
Projeto de Desapropriações Binário Juscelino Kubitschek



sem escala



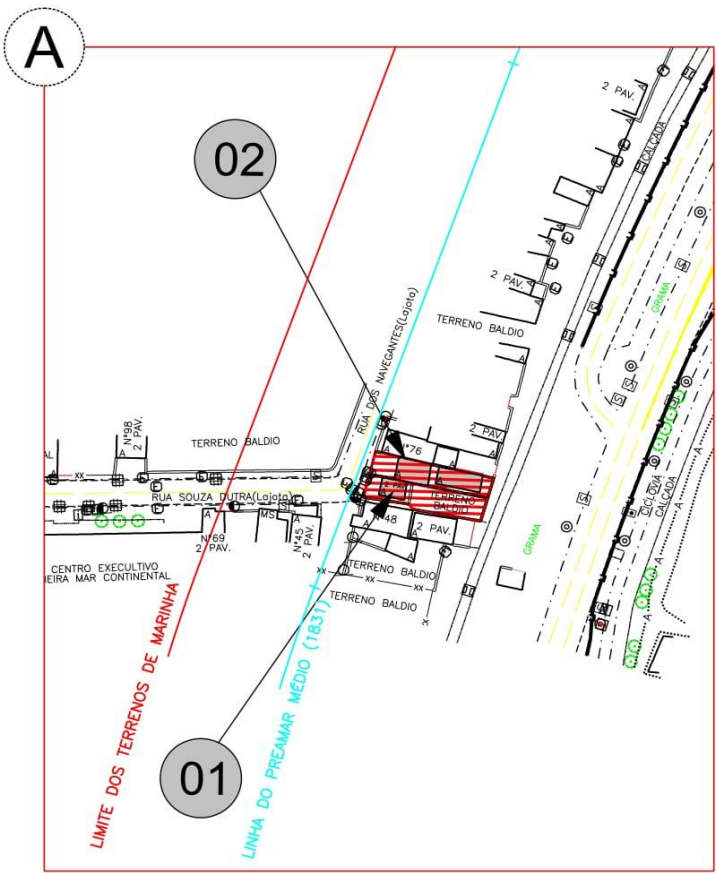
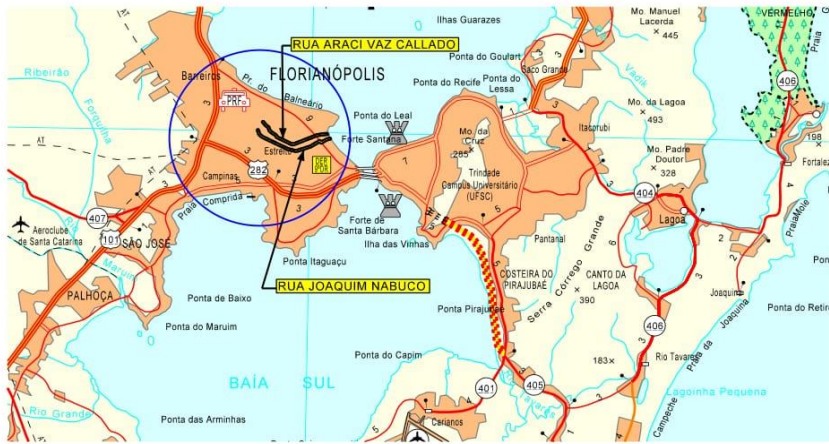
sem escala



sem escala

- 00 — N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR

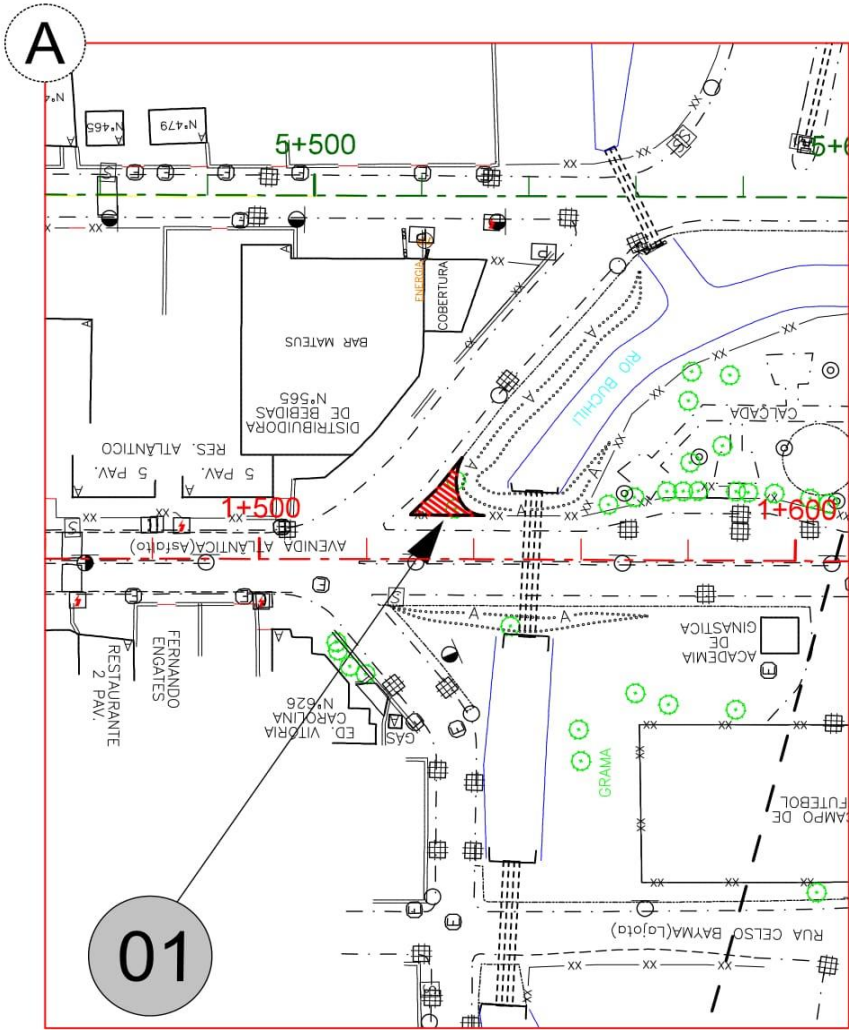
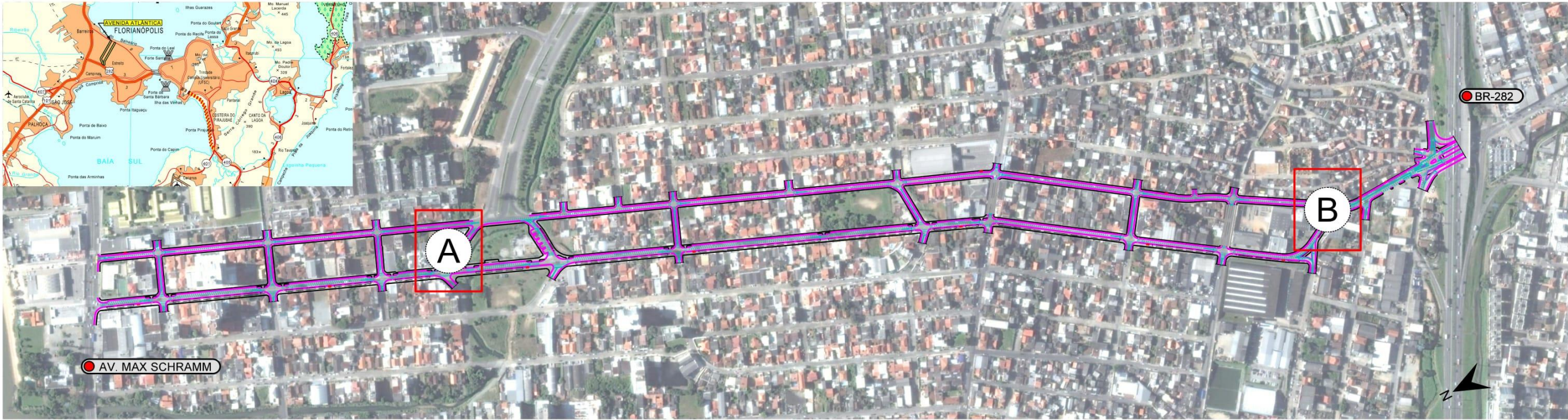
Projeto de Desapropriações Binário Aracy Vaz Callado



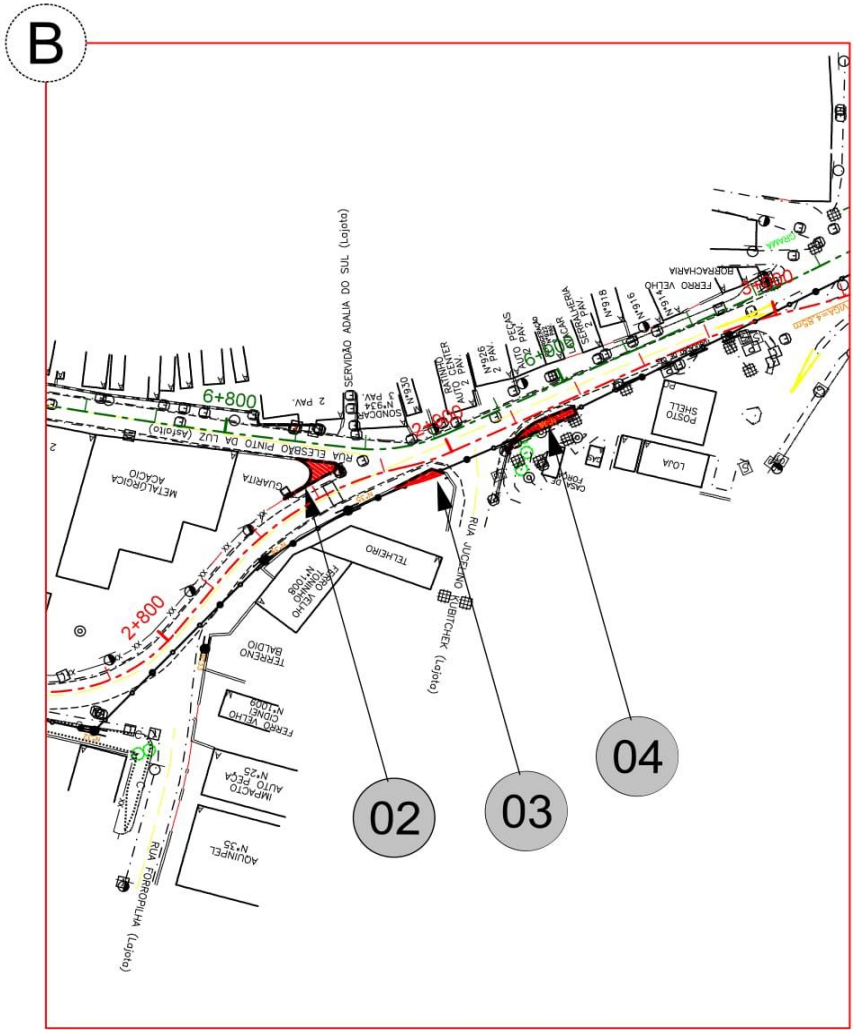
sem escala

- 00 - N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR

Projeto de Desapropriações Binário Avenida Atlântica



sem escala



sem escala

LEGENDA

- 00 - N° DA PROPRIEDADE
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
- ÁREA DE BENFEITORIA À DESAPROPRIAR

3 ETAPAS DO TRABALHO SOCIAL

3.1 Identificação e Mobilização de Lideranças, Moradores e Comerciantes

O processo de identificação e mobilização de lideranças, moradores e comerciantes foi iniciado já na elaboração dos projetos de engenharia, mediante os levantamentos topográficos e reconhecimento das áreas-objeto de intervenção. Os projetos de engenharia foram iniciados em agosto de 2014 e, à época, motivaram a caracterização das áreas de projeto e, por conseguinte, dos bairros e lideranças locais.

Daí por diante, a Prefeitura do Município de Florianópolis realizou uma série de encontros, reuniões e consultas públicas que envolveram a temática da mobilidade urbana, tanto no âmbito do Plano Diretor quanto para o PIVF, conforme fartamente documentado no **PDRR, no Plano e nos Relatórios das Consultas Públicas** realizadas.

Em síntese, para o Plano Diretor, foram realizadas 16 audiências públicas, sendo quatro delas realizadas nas sedes insular e continental. Os eventos mobilizaram mais de 2.500 participantes, envolvendo comunidades, lideranças e entidades de todos os bairros do município de Florianópolis. As estratégias de mobilidade identificadas pelo PLAMUS foram abordadas em todas as audiências públicas, com ênfase especial na adoção de faixas exclusivas para ônibus e implementação de ciclovias.

O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, igualmente, foi alvo de debate em 2 audiências realizadas na sede insular (em 30/06/2016 e 01/08/2016, respectivamente) e nas outras 2 audiências ocorridas na sede continental (realizadas em 15/06/2016 e 09/08/2016), registrando-se mais de 1.000 participantes.

Nessas reuniões foram amplamente debatidos os espaços destinados exclusivamente ao transporte coletivo, especialmente na Rua Edu Vieira e na Beira Mar Norte, além do corredor Norte e Sul e priorização do transporte coletivo no Centro Histórico. Outros temas, como ciclovias e melhorias das calçadas, também foram destacados.

Com respeito às obras do Programa, foram realizadas diversas reuniões, coordenadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com representantes do Bairro Pantanal, nas proximidades da UFSC, onde estão concentrados os esforços de desapropriação necessários ao andamento das obras. Esse trecho foi licitado e as obras iniciaram no final de maio de 2016, nas áreas pertencentes à UFSC.

A primeira consulta pública sobre as obras do Programa foi realizada em dezembro de 2015, no auditório da UFSC. Foi dada ampla divulgação nos meios de comunicação, sendo que os convites impressos foram afixados no campus e nas imediações da Universidade. Representantes do Conselho Comunitário do Pantanal também foram convidados. Ao todo, 200 pessoas participaram da audiência, que contou com a presença de representantes da UFSC, da comunidade do Pantanal e estudantes, em grande parte usuários do sistema de transporte coletivo e das vias de circulação.

Foram apresentadas informações sobre mobilidade urbana sustentável, baseadas nos estudos do PLAMUS. Também foram apresentados os projetos do Corredor do Anel Central, com ênfase no traçado da Rua Deputado Edu Vieira. Foram apresentados os conceitos e quais as etapas do processo de desapropriação.

Uma segunda reunião ocorreu em julho de 2016, no CCPAN – Conselho Comunitário do Pantanal, e contou com a presença de lideranças e representações institucionais e comunitárias da localidade. O objetivo da reunião foi a apresentação do projeto de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, que integra as obras do Corredor do Anel Central, apontando a priorização do transporte coletivo e de ciclistas em detrimento ao transporte particular. Após as apresentações, os participantes puderam expressar suas dúvidas e opiniões sobre o projeto. Todos os questionamentos foram respondidos na reunião.

Logo após a segunda reunião, houve um encontro entre técnicos da Prefeitura Municipal com representantes da Associação de Moradores. O objetivo dessa reunião “intermediária” consistiu na análise das informações apresentadas na primeira reunião, bem como a forma de apresentação e - caso fosse necessário – realizar ajustes para a próxima reunião geral.

A última reunião ocorreu em setembro de 2016, no CCPAN- Conselho Comunitário do Pantanal, com 56 presentes. Destes, 34 moradores de 28 propriedades diretamente afetadas foram envolvidos. Para abranger a totalidade da população diretamente afetada no Pantanal, os técnicos da Prefeitura realizaram contatos telefônicos e enviaram convites para os que possuíam endereços eletrônicos.

Em síntese, as questões levantadas pelos participantes sobre o projeto e as obras, ainda que tivessem gerado certo grau de expectativas e sugestões técnicas, foram respondidas nas consultas públicas. A Prefeitura Municipal de Florianópolis reiterou nos debates a sua preocupação em buscar a melhor alternativa de traçado, tanto do ponto de vista técnico quanto social, privilegiando o menor impacto possível sobre as residências, comércios e imóveis da região.

As questões relacionadas à indenização, remoção involuntária e desapropriação, conforme esperado, foram mais frequentes, em função das expectativas da população quanto às formas de atendimento e compensação, garantias de menor impacto sobre as atividades econômicas e interferências durante as obras (para as residências e comércios que permanecerão no local).

Além das reuniões acima mencionadas, outras 3 consultas públicas específicas para o Programa foram realizadas entre os dias 02 e 03 de junho de 2017, cujos eventos foram capitaneados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

Por se tratar de consulta realizada especificamente para o PIVF, realizou-se a divulgação nos principais canais de comunicação do município, com antecedência, para que os munícipes pudessem se organizar para participar do evento. Além de publicação no diário oficial do município de Florianópolis, os locais selecionados para a realização das consultas também foram estrategicamente pensados e obedeceram ao disposto no Plano de Consultas Públicas, atendendo a critérios de acessibilidade, segurança e conforto e realizando-se nos bairros pertencentes aos projetos da amostra representativa do PIVF.

Os três eventos contaram com a presença de 206 participantes, incluindo 52 funcionários do poder público municipal e estadual, 70 moradores e comerciantes dos bairros afetados, 12 participantes pertencentes aos conselhos comunitários do município, 3 representantes do Consórcio responsável pelo transporte coletivo no município de Florianópolis, 2 representantes das organizações de ciclo-ativistas, 1 representante de organização ambiental, 26 participantes classificados como outros representantes e 2 representantes da imprensa local.

Foram dois eventos realizados no dia 02/06/2017 e um evento no dia 03/06/2017, abrangendo as seguintes localidades:

- (i) 02/06/2017: Binários porção norte contou com 90 participantes;
- (ii) 02/06/2017: Binários porção sul contou com 64 participantes e;
- (iii) 03/06/2017: Corredor do Anel Central contou com 52 participantes.

Entre os temas com maior número de manifestações dos participantes, estão (i) questionamentos que requisitavam esclarecimentos de dúvidas ou informação sobre o PIVF; (ii) solicitações diversas, especialmente quando o participante requeria alguma demanda específica a ser atendida pelo Programa; (iii) sugestões para inserção de

demandas mais abrangentes, a serem incorporadas pelas obras do PIVF; e (iv) recomendações, na forma de alertas aos dispostos em legislação municipal ou nos Planos e documentos reguladores da mobilidade urbana e de uso e ocupação do solo de Florianópolis. As manifestações dos participantes constam do PDRR e do Relatório das Consultas Públicas, organizadas por tema, modalidade e tipo de manifestação, de acordo com a qualificação do participante identificado.

De modo geral, somados todos os eventos e mobilizações efetuadas pela PMF relativas ao PIVF, pôde-se identificar o seguinte conjunto de atores-chave:

No Corredor do Anel Central e obras viárias localizadas na parte insular, foram identificadas as seguintes partes interessadas:

Representantes dos moradores:

- Representantes do Comitê gestor do Maço do Morro da Cruz
- Representantes de Associações e Conselhos comunitários dos bairros e comunidades afetadas- com destaque aos representantes da Associação de Moradores do Saco dos Limões e Conselho Comunitário do Pantanal, presentes nas discussões do Plano Diretor e consultas específicas

Lideranças Institucionais locais:

- Agentes Comunitários de Saúde
- Conselhos de Segurança
- Representantes Distritais
- Representantes de Escolas, Hospitais, Centros e Postos de Saúde
- Representantes do CRAS

Público em geral:

- População em geral- usuários das obras do Programa
- População diretamente afetada
- Usuários do transporte coletivo e cicloviário
- Representantes das empresas do consórcio Fênix- que opera o sistema de transporte coletivo
- Polícia militar
- Representantes da UFSC
- Representantes da Celesc
- Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas

Em resumo, o processo de reconhecimento do território, dos órgãos públicos, comerciantes, proprietários de imóveis, moradores e organizações da sociedade civil, foi coordenado pela PMF de forma a iniciar os primeiros contatos e garantir o acesso permanente desses atores às informações e dados do PIVF, assegurando o diálogo social com vistas à execução dos trabalhos.

3.2 Cadastramentos, Diagnóstico Socioeconômico e Avaliação de Benfeitorias

Para reconhecimento da área foram realizados levantamentos *in loco*, delimitando os bairros, setores e imóveis que seriam abrangidos e sofreriam algum nível de interferência provocada pelas obras da amostra representativa do PIVF.

Esse trabalho foi realizado no âmbito da elaboração dos projetos de engenharia (**Vide Anexo V - Volume 3 do Projeto**) e foi necessário para identificar a situação real da área de interferência proposta.

Todos os imóveis (residenciais, não residenciais, em construção e vazios, dentre outros), foram previamente identificados e avaliados no âmbito do projeto de

engenharia e, posteriormente, foram visitados por conta da pesquisa socioeconômica realizada em agosto de 2017.

Esses trabalhos, além de se constituir em um importante instrumento para orientação e controle do diagnóstico socioeconômico, possibilitaram a quantificação dos imóveis e usos existentes na área. Também permitiram caracterizar a área em relação ao gabarito (nº de pavimentos), adensamento, infraestrutura, dentre outros aspectos iniciais do reconhecimento urbanístico. Um dos produtos desse processo foi a planta cadastral (numérica), contendo a identificação e localização dos imóveis, permitindo o georreferenciamento das informações (**Anexo V - Volume 3 do Projeto**). Além disso, foi realizado o processo de avaliação das benfeitorias, que consiste na análise e mensuração dos valores das edificações, de acordo com os procedimentos estabelecidos nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Norma Técnica NBR 14.653/04), garantindo valores atuais que permitam a reposição dos bens afetados. Os afetados terão pleno conhecimento dos resultados dos laudos técnicos, de modo a que possam consolidar ou alterar a alternativa de indicação preferencial de atendimento constante do presente PERR.

Com vistas a caracterizar as famílias e apontar para quais opções de atendimento elas são elegíveis, foram aplicados questionários (pesquisa) com dupla função: a primeira para obtenção de informações referentes à família, imóvel, comércio, organização comunitária, dentre outras, em relação ao processo de intervenção, permitindo o estudo de caracterização da população em suas dimensões social, econômica e associativa; a segunda, para efetivar o cadastramento das famílias no âmbito do processo de realocação de população e apoio à reinstalação de atividades econômicas.

O detalhamento metodológico relativo à citada pesquisa consta do **Anexo II** a este PERR, assim como os modelos de questionários aplicados aos diversos públicos envolvidos (residenciais, comércios/serviços e instituições).

Após o processamento dos dados dos questionários, foram obtidos os Quadros e elaboradas as análises para estudo e formulação do diagnóstico socioeconômico das áreas de interferência direta do empreendimento.

Também foram realizados estudos do entorno das áreas de intervenção, conforme constam no PDRR e neste PERR, indicando a situação da infraestrutura e renda, por exemplo, nos bairros abrangidos pelo PIVF. O Corredor do Anel Central abrange os seguintes bairros com populações e imóveis afetados: Centro, Agrônômica, Trindade, Pantanal, Saco dos Limões, Córrego Grande, Santa Mônica e José Mendes. Para os binários na parte continental, os bairros afetados são: Capoeiras, Monte Cristo, Canto, Jardim Atlântico, Abraão, Coloninha e Itaguaçu.

3.3 Instalação de Plantão Social e/ou Canais Específicos de Atendimento aos Afetados

Os Plantões Sociais e/ou os Canais Específicos de Atendimento aos Afetados configuram-se como espaços destinados a manter um canal de comunicação aberto entre a PMF e a população, instituições e atividades econômicas afetadas. Os plantões deverão ser estruturados para garantir o acesso dos afetados a todas as informações sobre as obras, interferências, cronograma de intervenções, características do processo de desapropriação e compensação pelos bens e imóveis afetados, etc.

A PMF deverá manter esses Plantões e/ou canais de atendimento disponíveis durante o Projeto ou até que todos os atendimentos sejam concluídos, devendo contar com equipes habilitadas para:

- Atendimento e orientação individual aos interessados;
- Fornecimento de informações sobre o andamento dos trabalhos;
- Realização de reuniões informativas;
- Encaminhamento para atividades de apoio social;
- Identificação e encaminhamentos de casos especiais.

Uma vez que se espera que o maior número de atendimentos esteja voltado à obtenção de esclarecimentos com relação ao processo de formalização das desapropriações e compensações, a PMF deve contar com pessoal preparado e previamente orientado quanto às políticas e alternativas de atendimento, quanto aos procedimentos formais e normas aplicáveis e, principalmente, sobre o enquadramento das diversas situações socioeconômicas frente à necessidade de reabilitação e apoio ao restabelecimento das famílias e à reinstalação das atividades econômicas.

Esses plantões e canais de atendimento devem, por fim, definir e comunicar os horários e locais de atendimento, respeitadas as premissas de transparência e amplo acesso, constantes do Plano de Comunicação anexo ao PDRR.

4 FORMULAÇÃO DO PLANO ESPECÍFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PERR

4.1 Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico

As diferentes variáveis analisadas com base na aplicação do questionário de cadastramento das famílias foram sistematizadas, compondo um quadro de indicadores das condições de infraestrutura urbana; das condições socioeconômicas da população; e das condições habitacionais e do vínculo das famílias com o território. Em relação às condições de infraestrutura urbana, é possível generalizar o perfil da população como característico de uma zona caracteristicamente urbana, dotada de boa infraestrutura e serviços públicos disponíveis, cujas condições correspondem a áreas densamente ocupadas e com razoável nível de consolidação urbanística. Isso é demonstrado pela grande presença de usos comerciais e de serviços no Corredor do Anel Central (com predominância de atividades econômicas) e de residências e bairros consolidados nos Binários. É praticamente inexistente a situação de informalidade ou precariedade das ocupações e edificações, nas áreas de interferência direta da amostra representativa do PIVF.

No que concerne às condições socioeconômicas, habitacionais e vínculos sociais da população, fica evidente que – conforme se observa pelos resultados da pesquisa socioeconômica, objeto do presente capítulo – se verificam poucos casos de vulnerabilidade social⁶ entre os usos residenciais, sendo identificados apenas 10 casos entre os 55 usos residenciais afetados (18% do universo) e 7,7% do universo dos 130 usos afetados pela amostra representativa do PIVF. Assinale-se que os detalhes dos procedimentos metodológicos pertinentes à realização da pesquisa socioeconômica (assim como os questionários aplicados) constam do **Anexo II** deste PERR.

4.1.1 Perfil Socioeconômico da População

As principais variáveis consideradas para efeito do presente PERR foram: população residente (famílias e pessoas); gênero (geral e do responsável); faixa etária (geral e do responsável); famílias segundo número de integrantes; pessoas com deficiência; escolaridade (geral e do responsável); situação ocupacional (geral); renda familiar (geral e do responsável); localização do trabalho; tipo de material construtivo predominante nas edificações e tempo de moradia.

Com relação às informações sobre os comércios e prestadores de serviço, foram analisados os dados de tempo de funcionamento, número de funcionários, porte da empresa, caracterização do negócio (formal ou informal), regime de ocupação e natureza de atividade.

Para as atividades institucionais das regiões analisadas foram verificados os dados de número de associados, número de trabalhadores envolvidos, caracterização da entidade, regime de ocupação e atividade desenvolvida.

Os Quadros a seguir, apontam o número total de famílias e população residentes.

⁶ A metodologia e os critérios para a definição da “vulnerabilidade social” foram acordados e discutidos com a Prefeitura de Florianópolis, os quais se baseiam na legislação nacional e municipal vigentes, conforme comentado no Item 5.2 do Capítulo 5 deste PERR.

Quadro 4.01. Distribuição das Famílias e Pessoas Residentes nas Áreas

Área	Nº Famílias Residentes	Nº de Pessoas
Corredor do Anel Central	38	84
Binários	23	63

Gênero**Quadro 4.02. Distribuição da População Segundo Sexo**

Área	População						Total População
	Masculino		Feminino		Não informado		
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	39	46	41	49	4	5	84
Binários	34	54	25	40	4	6	63

Quadro 4.03. Distribuição de Responsáveis Segundo Sexo

Área	Responsável						Total Famílias
	Masculino		Feminino		Não informado		
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	17	45	17	45	4	11	38
Binários	9	39	11	48	3	13	23

Nota-se que a população local é bem dividida na proporção homem/ mulher, sendo a mulher predominante como responsável pela residência nas áreas que abrangem os binários, seguindo a tendência do novo perfil de famílias brasileiras, que cada vez mais vêm sendo chefiadas por mulheres.

Faixa Etária**Quadro 4.04. Distribuição da População Segundo Faixa Etária**

Área	0 – 3 anos		4 – 5 anos		6 – 14 anos		15 – 17 anos		18 – 59 anos		Acima de 60 anos		Não Informado		Total População
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	1	1	1	1	4	5	2	2	42	50	30	36	4	5	84
Binários	3	5	1	2	7	11	2	3	34	54	13	21	3	5	63

Quadro 4.05. Distribuição dos Responsáveis Segundo Faixa Etária

Área	15- 17 anos		18-59 anos		Acima de 60 anos		Não Informado		Total Famílias
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	0	0	18	47	16	42	4	11	38
Binários	0	0	12	52	8	35	3	13	23

É possível observar nos quadros que indicam a classificação etária da população, um percentual elevado de pessoas na faixa entre 18 e 59 anos em ambas as regiões. Há poucas crianças e adolescentes, com apenas 9% da amostra referente ao corredor e 21% nos binários.

Quanto aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, os resultados apresentam um percentual elevado, sendo 36% na região do corredor do anel central e 21% na região dos binários.

Entre os responsáveis, pode-se observar que a maior parte está incluída na faixa etária entre 18 e 59 anos. Não há casos de menores responsáveis e, conforme se verifica, há um índice elevado de idosos responsáveis pelo lar.

Integrantes das Família

Quadro 4.06. Distribuição das Famílias Residentes Segundo Número de Integrantes

Nº de Integrantes	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr de Famílias	%	Nr de Famílias	%
1	12	32	6	26
2	12	32	7	30
3	10	26	4	17
4	3	8	3	13
5	0	0	2	9
6	1	3	1	4
7	0	0	0	0
Total	38	100%	23	100%

Admitindo-se os valores inicialmente informados no **Quadro 4.01**, tem-se um número médio estimado de 2,2 e 2,6 pessoas por família no Corredor e Binários, respectivamente, cujo índice é inferior ao registrado pela PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE em 2011 (3,1 em 2011).

O **Quadro 4.06** ratifica a tendência acima exposta, já que mais de 50% das famílias analisadas são compostas por 1 ou 2 integrantes, fixando-se o maior índice naquelas compostas por dois membros (32% e 30%).

Outras parcelas significativas a serem consideradas se referem às famílias unicelulares, (13,7%) e aquelas compostas por 4 membros (8% e 13%).

Em menor escala, podem ser destacadas aquelas famílias cuja composição está compreendida entre 5 e 7 pessoas, registrando um percentual total de 3% e 13%, no corredor e binários respectivamente.

Pessoas com Deficiência

Quadro 4.07. Distribuição das Pessoas com Deficiência

Área	Sim		Não		Não Informado		Total Famílias
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	3	8	30	79	5	13	38
Binários	1	4	20	87	2	9	23

Quadro 4.08. Distribuição das Pessoas por Tipo de Deficiência

Área	Tipo												Total	
	Física Motora		Física Não Motora		Mental		Visual		Auditiva		Múltipla			
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%
Corredor do Anel Central	1	33	0	0	1	33	0	0	0	0	1	33	3	100
Binários	0	0	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	1	100

Procurou-se avaliar, no presente estudo, as diferentes deficiências de estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica da população cadastrada, com a seguinte classificação: física motora, física não motora, mental, visual, auditiva e múltipla.

Na amostra, conforme se verifica, há poucos casos de pessoas com deficiência, sendo apenas 3 casos na área do Corredor do Anel Central (sendo uma deficiência física motora, uma deficiência mental e uma múltipla - visual e auditiva). Já na área de implantação dos Binários, foi verificado apenas um caso de deficiência visual. Tais situações foram abordadas com especial atenção, sobretudo na definição das vulnerabilidades e dos atendimentos sociais, pressupondo condições adequadas de acesso e mobilidade para essas demandas.

Escolaridade

Quadro 4.09. Distribuição da População Segundo Grau de Escolaridade

Área	1º ao 9º ano Ensino Fundamental		1º ao 3º ano Ensino Médio		Ensino Técnico		Superior Incompleto		Superior Completo		Nunca estudou/ Não concluiu nenhum ano		Não Informado		Total População
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	21	25	10	12	1	1%	10	12	28	33	4	5	10	12	84
Binários	21	33	19	30	1	2%	4	6	8	13	5	8	5	8	63

Quadro 4.10. Distribuição dos Responsáveis Segundo Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade – Última Série Concluída	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr	%	Nr	%
1º ao 9º ano Ensino Fundamental	11	29	6	26
1º ao 3º ano Ensino Médio	3	8	9	39
Ensino Técnico	1	3	1	4
Superior Incompleto	3	8	2	9
Superior Completo	14	37	3	13
Nunca estudou/ Não concluiu nenhum ano	1	3	0	0
Não Informado	5	13	2	9
Total	38	100%	23	100%

Com respeito à escolaridade, observa-se que na região do Corredor do Anel Central há maior grau de escolaridade, onde 28 pessoas apresentaram-se com ensino superior completo (33% do total pesquisado), enquanto 21 pessoas declararam-se apenas com o ensino fundamental (25%). Já no caso da região de implantação dos Binários, a maioria declarou-se com ensino fundamental (21 pessoas, ou 33%) e ensino médio (19 pessoas, ou 30% do universo da região).

Em relação aos responsáveis, as características ilustradas para a população mantêm proporções bastante semelhantes. Além do número “não informado”, chama a atenção o número de pessoas sem estudo, totalizando 4 pessoas no Corredor (5%) e 5 pessoas nos binários (8% da amostra).

Situação Ocupacional

Quadro 4.11. Distribuição da População Trabalhadora Segundo Situação Ocupacional

Situação Ocupacional	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr	%		
Assalariado com Carteira	9	11	11	17
Servidor Público	1	1	0	0
Autônomo	10	12	9	14
Empregador	6	7	2	3
Aposentado/Pensionista	25	30	14	22
Bolsista/Estagiário	2	2	0	0
Assalariado sem Carteira	0	0	0	0
Trabalho Eventual (bico)	0	0	0	0
Profissional Liberal	1	1	0	0
Desempregado	1	1	4	6
Do Lar	4	5	1	2
Estudante	13	15	10	16
Inativo**	1	1	0	0
Não declarado	11	13	12	19
Total Geral	84	100%	63	100%

(**) Inativo - Quando o trabalhador declara que não exerce nenhuma atividade: não estuda, não trabalha, não está procurando emprego e não realiza trabalhos eventuais.

Legenda:

	Trabalho formal
	Trabalho informal
	Desempregados
	Outras situações

Do total da população entrevistada, no eixo do Corredor do Anel Central, foram verificadas 53 pessoas empregadas formalmente, com registro em carteira, funcionários públicos, autônomos contribuintes, aposentados, ou pensionistas e bolsistas, correspondendo a 63% do total. Já nos Binários, 36 pessoas apresentam trabalhos formais (56% do total da amostra).

Cabe observar a incidência de situações ocupacionais tais como do lar, estudantes e inativos, cujo percentual não é desprezível (21% no Corredor e 18% nos Binários).

Ressalta-se que, embora seja considerada a idade mínima de 10 anos, para efeito da PEA – População Economicamente Ativa, não foi identificado, na pesquisa socioeconômica, nenhum indivíduo na faixa que antecede os 14 anos de idade, em situação de trabalho.

Faixa de Renda

Quadro 4.12. Distribuição das Famílias Segundo Faixa de Renda

Área	Até 1 Salário Mínimo		>1 a 2 Salários Mínimos		>2 a 3 Salários Mínimos		>3 a 5 Salários Mínimos		> 5 Salários Mínimos		Não Informado		Total Famílias
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	3	8	4	11	3	8	5	13	10	26	13	34	38
Binários	8	35	0	0	3	13	2	9	8	35	2	9	23

Quadro 4.13. Distribuição dos Responsáveis Segundo Faixa de Renda

Área	Até 1 Salário Mínimo		>1 a 2 Salários Mínimos		>2 a 3 Salários Mínimos		>3 a 5 Salários Mínimos		> 5 Salários Mínimos		Não Informado		Total Famílias
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	3	8	8	21	4	11	5	13	2	5	16	42	38
Binários	1	4	8	35	2	9	5	22	2	9	5	22	23

Quadro 4.14. Distribuição das Famílias segundo Renda *per capita*

Área	Até 1 Salário Mínimo		>1 a 2 Salários Mínimos		>2 a 3 Salários Mínimos		>3 a 5 Salários Mínimos		> 5 Salários Mínimos		Não Informado		Total Famílias
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	7	18	6	16	5	13	6	16	1	3	13	34	38
Binários	8	35	6	26	6	26	0	0	1	4	2	9	23

Quadro 4.15. Distribuição das Mulheres (segundo a População em Idade Ativa - PIA) por Faixa de Renda

Área	Até 1 Salário Mínimo		> 1 a 2 Salários Mínimos		> 2 a 3 Salários Mínimos		> 3 a 4 Salários Mínimos		> 4 a 5 Salários Mínimos		> 5 Salários Mínimos		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	3	14	9	41	2	9	5	23	1	5	2	9	22
Binários	1	7	9	64	0	0	3	21	1	7	0	0	14

A análise dos dados apresentados nos **Quadros 4.12 a 4.15** acima, demonstra uma maior concentração de famílias no Corredor do Anel Central com renda maior que 5

salários mínimos, totalizando 26%, o que difere da situação na área referente aos Binários, com 35% das famílias com renda de até um salário mínimo e também 35% com renda maior que 5 salários mínimos.

No **Quadro 4.13**, pertinente à faixa de renda dos responsáveis, apresentam-se em ambas as regiões o fato de que a maioria destes possui renda entre 1 a 2 salários mínimos (21% e 35%, entre corredor e binários respectivamente). Apenas 5% (corredor) e 9% (binários) dos responsáveis declararam renda superior a 5 salários mínimos.

Com relação à renda *per capita*, a grande maioria encontra-se em situação de renda de até um salário mínimo, porém nunca menor do que os R\$ 170,00 apontados no Programa Bolsa Família como referência conceitual para a linha de pobreza⁷.

A participação da mulher no mercado de trabalho é crescente nos últimos anos e, por essa razão, também estão aqui destacadas. Segundo dados do IBGE, o papel das mulheres como chefes de família é cada vez maior no Brasil. No ano 2000, 22,2% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, e no último censo, em 2010, esse número chegou a 37,3%.

A análise relativa à contribuição feminina, conforme dados e resultados da presente pesquisa socioeconômica, revela que 41% e 64% (Corredor e Binários respectivamente) percebem uma renda equivalente de 1 a 2 salários mínimos.

Para os casos considerados vulneráveis, com renda familiar de R\$ 1.800,00 ou inferior (combinada a outros critérios e ao estudo socioeconômico de cada caso) estes foram analisados separadamente, conforme indica o **Quadro 4.16** abaixo. Verificam-se apenas 3 casos na área do Corredor do Anel Central e 7 casos na área referente aos Binários, totalizando 10 casos. Os critérios adotados para a caracterização da vulnerabilidade são contextualizados no item 5.2 do capítulo 5 adiante.

Ainda que a condição de vulnerabilidade tenha sido identificada em função dos citados critérios, é necessário lembrar que a situação socioeconômica – observada durante as pesquisas e nas visitas domiciliares – nem sempre condiz com essas condições de fragilidade social. Nesse universo de 10 casos vulneráveis, por exemplo, há pelo menos 3 situações que sugerem que a renda familiar pode ser maior que a auto-declarada, cuja questão somente poderá ser completamente esclarecida no momento da formalização das desapropriações e remoções, mediante instrução documental dos processos. Nesse sentido, ainda que enquadradas na condição de vulnerabilidade, essas situações devem ser relativizadas.

⁷ Valores baseados no DECRETO Nº 8.794, DE 29 DE JUNHO DE 2016, que altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria.

Quadro 4.16. Situação de Vulnerabilidade

Nr Ficha (Codigo)	Composição familiar	Idade	Renda Familiar	Renda Per capita	Escolaridade (responsável)	Trabalho (condição)	Criança	Idoso	Deficiente	Doente	Imóvel Próprio
Corredor do Anel Central											
25	Morador 1	92	1800	1800	Fundamental Incompleto	Aposentado/ Pensionista	-	X	-	X	Próprio
41	Morador 1	60	988	247	Superior Completo	Aposentado/ Pensionista	-	X	X	-	Próprio
	Morador 2	96									
	Morador 3	62									
	Morador 4	52									
73	Morador 1	21	1500	1500	Médio Completo	Assalariado com Carteira	-	-	-	-	Alugado
Binários											
2.5	Morador 1	53	1800	600	Médio Completo	Desempregado	-	-	-		-
	Morador 2	47									
	Morador 3	19									
3.1	Morador 1	38	1100	367	Médio Completo	Assalariado com Carteira	X	-	-		Próprio
	Morador 2	37									
	Morador 3	14									
1.2	Morador 1	34	1200	200	Médio Incompleto	Auxiliar de cozinha	X	-	-		Alugado
	Morador 2	14									
	Morador 3	10									
	Morador 4	2									
	Morador 5	33									
	Morador 6	12									
1.2	Morador 1	35	1220	610	Médio Completo	Aposentado/ Pensionista	X	-	X		Alugado
	Morador 2	13									
1.2	Morador 1	29	1000	500	Médio Completo	Desempregado	-	-	-	X	Alugado
	Morador 2	58									
3.17	Morador 1	68	1200	600	Médio Completo	Aposentado/ Pensionista	-	X	-	X	Próprio
	Morador 2	84									
2.2	Morador 1	-	1500	1500	Fundamental Incompleto	Aposentado/ Pensionista	-	-	-	X	Próprio

Localização do Trabalho

Quadro 4.17. Distribuição dos Responsáveis Trabalhadores Segundo Local de Trabalho

Área	No domicílio		No bairro		Bairro próximo		Bairro distante		Outro município		Sem local fixo		Sem Informação		Total População
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	1	3	4	11	0	0	6	16	3	8	1	3	23	61	38
Binários	2	9	3	13	0	0	1	4	1	4	1	4	15	65	23

A informação sobre o local de trabalho propicia o entendimento sobre a mobilidade dos trabalhadores da área em análise e pode ser utilizada como importante indicador de avaliação das possíveis implicações decorrentes da futura intervenção do projeto.

Observando-se os dados apurados para a área do Corredor do Anel Central, tem-se que boa parte desses moradores trabalha em bairros distantes de suas atuais residências, percentual que, se somado ao de pessoas que trabalham em outro município e sem local fixo, corresponde ao significativo índice de 26%. Mediante tais resultados, pode-se inferir que os impactos frente às mudanças a serem introduzidas na rotina das famílias não serão acentuados, considerando-se que, atualmente, esses moradores já enfrentam grandes distâncias para acessar o seu local de trabalho (ao contrário, o projeto tende a melhorar a acessibilidade aos locais de trabalho, em função das melhorias viárias). Já para a área referente aos Binários, a maioria trabalha na própria residência ou no bairro (22%).

Material Construtivo Predominante

Quadro 4.18. Material Predominante na Construção do Domicílio

Área	Alvenaria		Madeira		Misto (*)		Restos de Material		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	30	79	1	3	2	5	0	0	5
Binários	15	65	1	4	1	4	0	0	6

Conforme se verifica no **Quadro 4.18**, há predominância de edificações de alvenaria na área em análise, alcançando o índice de 79% e 65%, respectivamente (Corredor e Binários).

As demais construções se distribuem entre madeira (3% e 4%) e construções mistas, compostas pela combinação de alvenaria e madeira (5% e 4%). No caso das propriedades e edificações de Florianópolis, como característica da região sul do país, as construções em madeira não implicam necessariamente em uma condição de habitação rústica (sem paredes de alvenaria), como é comum em favelas e comunidades de baixa renda das periferias brasileiras. Nesse caso, esse tipo de revestimento é tradicional e culturalmente empregado há décadas, sobretudo como isolamento térmico.

Deve-se ressaltar que esse resultado, isoladamente, não é um indicativo de qualidade das condições de habitabilidade, devendo para tanto, estar relacionado a outros dados sobre a área, tais como as condições de acessos e serviços.

Tempo de Residência

Quadro 4.19. Tempo de Residência na Área

Faixa Tempo	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr	%	Nr	%
0 a 1 ano	1	3	2	9
+ 1 a 3 anos	1	3	0	0
+ 3 a 6 anos	2	5	1	4
+ 6 a 10 anos	3	8	0	0
+ 10 a 20 anos	3	8	2	9
+ 20 anos	16	42	14	61
s/informação	12	32	4	17
TOTAL	1	3%	23	100%

Como forma de complementar o perfil das famílias analisadas, buscou-se identificar o tempo de residência das mesmas nas áreas de interferência. A análise dos dados do **Quadro 4.19** indica a predominância de ocupantes mais antigos, já que 42% da população do corredor e 61% dos binários residem no local há mais de 20 anos. Tal situação denota, em princípio, vínculos sociais e de convívio já estabelecidos.

Estabelecimentos Comerciais/Serviços e Instituições Locais

É de se registrar que os estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços são classificados isoladamente (uso não residencial) ou como uso misto, quando a edificação agregar, no mesmo espaço, área residencial e não residencial (indústria, comércio, serviços e instituições).

Entre os estabelecimentos de comércio e/ou serviços, foram pesquisados 39 estabelecimentos, representando 56% do universo dos 70 usos afetados pelo Projeto.

Quadro 4.20. Tempo de Funcionamento

Faixa Tempo	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr	%	Nr	%
0 a 1 ano	0	0	0	0
+ 1 a 3 anos	6	17	0	0
+ 3 a 6 anos	6	17	0	0
+ 6 a 10 anos	6	17	0	0
+ 10 a 20 anos	9	25	3	100
+ 20 anos	5	14	0	0
s/informação	4	11	0	0
TOTAL	36	100%	3	100%

Com relação ao tempo de funcionamento dos estabelecimentos pesquisados, o **Quadro 4.20** acima ilustra que metade (51%) daqueles situados no Corredor Central (onde estão concentrados os usos comerciais da amostra representativa) estão em

funcionamento há menos de 10 anos. No caso dos binários, ao contrário, todos os comércios/serviços pesquisados estão em funcionamento entre 10 e 20 anos.

Quadro 4.21. Porte da Empresa

Área	Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	32	89	3	8	1	3	0	0	36
Binários	3	100	0	0	0	0	0	0	3

Quadro 4.22. Número de Funcionários

Área	1 a 9 Funcionários		10 a 49 Funcionários		50 a 99 Funcionários		Mais de 100 Funcionários		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	32	89	3	8	1	3	0	0	36
Binários	3	100	0	0	0	0	0	0	3

Do ponto de vista do porte da empresa, faz-se necessário caracterizar que a legislação brasileira (como por exemplo o artigo 966 do Código Civil Brasileiro) define claramente as características das empresas, sendo que o porte geralmente é especificado em legislações específicas, em função do faturamento. Para empresas de pequeno porte, a classificação segue os critérios da Lei Complementar 123/2006, também chamada de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Em resumo, esses pequenos negócios são divididos da seguinte maneira:

- Microempreendedor Individual - Faturamento anual até R\$ 60 mil;
- Microempresa - Faturamento anual até R\$ 360 mil;
- Empresa de Pequeno Porte - Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões;
- Pequeno Produtor Rural - Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

As médias e grandes empresas são, geralmente, compreendidas à luz da legislação tributária (bastante extensa) e da Receita Federal do Brasil, conforme segue:

- Médio porte – faturamento anual entre R\$ 3,6 milhões até R\$ 12 milhões; e
- Grande porte – faturamento anual superior a R\$12 milhões.

O **Quadro 4.21** acima demonstra que somente 1 dos estabelecimentos (no Corredor) enquadra-se como empresa de médio porte, sendo que quase 90% está classificado como microempresa.

No que concerne ao número de funcionários, tanto o IBGE quanto o SEBRAE-SC associam as classificações do porte das empresas com base no número de funcionários, ainda que essa formatação não conte com fundamentação legal. No SEBRAE-SC utiliza-se a seguinte classificação (indicativa):

Indústria:

- Micro: com até 19 empregados
- Pequena: de 20 a 99 empregados
- Média: 100 a 499 empregados
- Grande: mais de 500 empregados

Comércio e Serviços

- Micro: até 9 empregados
- Pequena: de 10 a 49 empregados
- Média: de 50 a 99 empregados
- Grande: mais de 100 empregados

O **Quadro 4.22**, ao abordar a classificação de número de funcionários, corrobora as informações levantadas quanto ao faturamento (porte da empresa).

Quadro 4.23. Empresa Formal ou Informal

Área	Formal		Informal		Total
	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	36	100	0	0	36
Binários	3	100	0	0	3

Entre os 39 estabelecimentos pesquisados, nenhuma foi declarada como comércio e/ou serviço de caráter informal.

Quadro 4.24. Regime de Ocupação - Empresas

Área	Próprio		Alugado		Cedido		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	7	19	28	78	1	3	36
Binários	2	67	1	33	0	0	3

Com relação ao regime de ocupação, conforme demonstra o **Quadro 4.24** acima, no Corredor a maior parte das áreas é alugada (78%), enquanto nos Binários 67% (2 dos 3 estabelecimentos pesquisados) são de imóveis próprios.

Quadro 4.25. Natureza da atividade

Situação Ocupacional	Corredor do Anel Central		Binários	
	Nr	%	Nr	%
Prestação de Serviço	16	44	2	67
Comércio	20	56	1	33

Total Geral	36	100%	3	100%
--------------------	-----------	-------------	----------	-------------

No que se refere à natureza da atividade, o Corredor Central admite distribuição equilibrada entre comércios e serviços, ambos com cerca de metade da amostra pesquisada. No caso dos binários, 2 dos 3 estabelecimentos são de prestação de serviços.

Institucional

Quadro 4.26. Número de Associados

Área	1 a 9		10 a 49		50 a 99		Mais de 100		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	0	0	1	25	2	50	1	25	4

Quadro 4.27. Número de Pessoas que Trabalham na Entidade

Área	1 a 9 Funcionários		10 a 49 Funcionários		50 a 99 Funcionários		Mais de 100 Funcionários		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	4	100	0	0	0	0	0	0	4

Com relação às instituições, ao todo foram pesquisadas 4 entidades localizadas no Corredor Central, a saber: Associação Recreativa e Cultural Renaux; Igreja Batista do Pantanal; Recreativo Clube Corinthians Catarinense; e Conselho Comunitário do Pantanal.

Com relação ao número de associados, 3 das 4 instituições possuem mais de 50 associados. Já com relação ao número de pessoas que trabalham, todas as entidades declararam possui entre 1 e 9 funcionários.

Quadro 4.28. Caracterização da entidade

Situação Ocupacional	Corredor do Anel Central	
	Nr	%
Esportiva	1	25
Associação Religiosa	1	25
Associação Civil	1	25
Associação Comunitária	1	25
Total Geral	4	100%

Do ponto de vista das tipologias das entidades, o Quadro 4.28 demonstra a presença de 1 entidades esportiva e 3 associações (religiosa, civil e comunitária).

Quadro 4.29. Regime de Ocupação - Instituições

Área	Próprio		Alugado		Cedido		Total
	Nr	%	Nr	%	Nr	%	
Corredor do Anel Central	2	50	0	0	2	50	4

Quadro 4.30. Atividade desenvolvida

Situação Ocupacional	Corredor do Anel Central	
	Nr	%
Apoio Pedagógico	1	25
Socioassistencial	1	25
Outros	2	50
Total Geral	4	100%

No regime de ocupação, metade das entidades estão localizadas em imóveis próprios, enquanto a outra metade em áreas cedidas. E, por fim, do ponto de vista da situação ocupacional, apenas duas caracterizaram suas atividades na pesquisa, como apoio pedagógico e socioassistencial.

5 ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO

5.1 Premissas, Critérios e Estratégias de Atendimento

Conforme constante no PDRR, os planos específicos de realocação de população e apoio à reinstalação de atividades econômicas – PERRs devem identificar, de forma aprofundada, as famílias e os negócios localizados nas áreas requeridas pelo PIVF, de forma que seja possível dimensionar os impactos diretos com o deslocamento involuntário da população e das atividades econômicas afetadas, subsidiando, assim, o planejamento de ações mitigadoras e a implementação de estratégias específicas direcionadas a este público alvo.

As estratégias sociais utilizadas para a desocupação das áreas requeridas à realização das obras do PIVF devem garantir o atendimento e/ou indenização justa, a reposição da moradia e o acompanhamento para a reinstalação das atividades econômicas. Tais estratégias são orientadas pelos seguintes esforços:

- (i) Privilegiar o auto reassentamento da população afetada, através de ações indenizatórias que possibilitem a autogestão dos deslocamentos por parte dos setores economicamente mais capacitados; e
- (ii) Orientar as ações sociais e de reassentamento dirigidas aos setores mais vulneráveis da população e àquelas famílias que, mesmo sendo proprietárias dos terrenos que ocupam, demonstram que o valor da indenização de seus bens não é o suficiente para a aquisição de uma nova moradia.

É pressuposto deste PERR que o processo de indenização atenderá não apenas os imóveis regulares, mas também será aplicada ao pagamento de acessões (benfeitorias) em terrenos públicos, desde que a posse seja reconhecida pela comunidade e o valor resultante da avaliação possibilite a compra de outro imóvel residencial em condições iguais ou melhores que as existentes.

O reassentamento atenderá todas as famílias identificadas como residentes nas áreas afetadas, incluindo inquilinos em áreas subnormais, independente da situação legal de ocupação dos imóveis.

Todas as ações de relocação, seja através de indenização, seja por meio de reassentamento, privilegiam as soluções amigáveis e negociáveis. Esgotados, porém, os canais de negociação e mediação, admite-se a utilização de recursos judiciais (expropriação judicial ou reintegração de posse, por exemplo), respaldados no Decreto de Utilidade Pública (DUP) emitido para as áreas requeridas à implantação do empreendimento. Os trâmites judiciais estarão a cargo da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O principal critério de elegibilidade de atendimento adotado neste PERR da Amostra Representativa do PIVF é o de estar registrado no cadastro socioeconômico (famílias moradoras e atividades econômicas situadas nas áreas de interferência direta das obras do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis), devendo estar em conformidade com as políticas públicas para habitação de interesse social e políticas operacionais do BID.

Assinale-se que as famílias que já foram atendidas por algum programa habitacional do Estado, do Governo Federal ou do Município de Florianópolis não são elegíveis para receber novas unidades habitacionais, mas o serão para a indenização de suas benfeitorias.

Um dos pontos de destaque, entre os critérios de elegibilidade, são as situações de vulnerabilidade social e habitacional e os riscos de empobrecimento para pessoas e atividades produtivas. Nesse sentido, foram discutidas e selecionadas algumas variáveis constantes do questionário socioeconômico aplicado junto à população

atingida que identificam aspectos de vulnerabilidade social, permitindo a formulação de planejamento indicativo para a realocação de população e reinstalação de atividades econômicas.

5.2 Situações de Vulnerabilidade Social

No Brasil, o enquadramento da situação de vulnerabilidade social geralmente se associa a um conjunto nada desprezível de critérios e condições relativas aos imóveis, famílias e atividades econômicas, dos proprietários ou ocupantes.

Com relação às propriedades, é comum associa-las à situação de irregularidade, ilegalidade e precariedade. A ilegalidade é vinculada aos assentamentos irregulares em áreas de preservação ambiental, em áreas de risco, construções em áreas anteriormente destinadas a construção de ruas, áreas verdes ou equipamentos públicos, etc. Pela irregularidade entendem-se os casos onde não existe a aprovação do município para a ocupação e/ou quando não atende aos padrões urbanísticos previstos nas leis de parcelamento e uso e ocupação do solo, como é o caso típico de favelas, cortiços, loteamentos clandestinos ou irregulares, edifícios públicos ou privados abandonados, que acabam por abrigar moradores.

Já a situação de precariedade corresponde àqueles casos em que se ocupam construções que não atendem padrões de habitabilidade, sendo consideradas como moradias inadequadas, localizadas em terrenos de propriedade alheia (área pública ou privada), cujo acesso se dá através de invasão, cessão, compra informal, aluguel irrisório ou por herança.

No caso das condições das famílias, comumente costuma-se associa-las aos regimentos de âmbito nacional para a definição da situação de vulnerabilidade, tendo como principais referências as leis e normas do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para a produção habitacional por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e portarias do Ministério das Cidades. Citam-se, a esse respeito, a Leis Federais 11.977/09 e nº 12.424/11 e as Portarias 610/11 e 595/13 do Ministério das Cidades, ambas relacionadas ao PMCMV. Neste caso, as condições para se beneficiar do programa podem ser associadas à condição de vulnerabilidade.

A LF 11.977/09 e 12.424/11, ao qualificar o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, indica que o Programa tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00. Porém, quando vincula-se ao FAR, o Minha Casa Minha Vida constrói imóveis populares que são vendidos para famílias que recebem mensalmente até R\$ 1.800,00, com financiamento de até 90% do valor venal do imóvel. Neste caso, a indicação das famílias que podem ser beneficiadas é feita pelo Governo do Estado ou pelas prefeituras de cada município. A construção das residências é realizada por construtoras contratadas (no caso dos imóveis pelos recursos do FAR, esses ficam alienados).

Os imóveis devem ter dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com acessibilidade de área útil mínima de 36 m². A renda bruta da família não pode ultrapassar R\$ 1.800,00 por mês.

Além do critério de renda familiar, são comumente analisados os parâmetros de renda per capita, correspondente à relação entre a renda familiar em o número de integrantes da família (composição familiar). Nesse caso, são adotados como referência conceitual os padrões e valores do Decreto Nº 8.794, de 29 de junho de 2016, que altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. No artigo 18

do referido decreto, estabelece-se que o “...Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente”.

Já nas Portarias do Ministério das Cidades são estabelecidos critérios complementares, tais como:

“....4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS

Para fins de seleção de candidatos serão observados critérios nacionais e adicionais, conforme segue:

4.1 Critérios nacionais, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009:

a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.”(grifo nosso)

“....4.2.3 O ente público poderá definir critérios de territorialidade ou de vulnerabilidade social, priorizando candidatos:

a) que habitam ou trabalham próximos à região do empreendimento, de forma a evitar deslocamentos intra-urbanos extensos; ou

b) que se encontrem em situação de rua e recebam acompanhamento sócio assistencial do DF, estados e municípios, bem como de instituições privadas sem fins lucrativos, que trabalhem em parceria com o poder público.”

Em âmbito municipal, há que se destacar a política habitacional e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (este aprovado em 23/08/2012), a Lei Municipal 9.448/14 e o Decreto 12.716 de 18/02/2014 e a Portaria nº 1/2014 do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, os quais estabelecem os critérios para a seleção das famílias candidatas ao atendimento habitacional no âmbito do município (respeitados os critérios nacionais, definidos na Portaria do Ministério das Cidades nº 595 de 18/12/2013).

No Decreto Municipal 12.716, de 18 de fevereiro de 2014, por exemplo, define-se que para a seleção dos candidatos serão observados os critérios nacionais, estabelecidos na Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades e que, de forma a complementar os critérios nacionais, estabelece critérios adicionais a serem utilizados pelo município de Florianópolis, na seleção de famílias beneficiárias de projetos habitacionais, quais sejam:

- a) famílias que tenham em sua composição crianças, adolescentes e idosos;
- b) famílias com vínculos sócio empregatícios na região; e
- c) tempo de moradia no município.

Para as remoções do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, as soluções aplicáveis nas compensações pelas perdas da moradia serão realizadas independentemente da renda familiar. Ou seja, desde que a moradia esteja localizada em área de intervenção direta, sua substituição será providenciada.

Há, porém, a obrigatoriedade de acompanhamento social e a inserção das famílias em programas sociais no caso de serem elas de condição vulnerável. Elas devem ser incorporadas nos programas de apoio e de proteção social comprometidos com a mitigação dos impactos na renda e nos trabalhos decorridos do deslocamento involuntário. Ademais, o apoio dos organismos ou das entidades de assistência social também é importante para a elevação dos índices de qualidade de vida desses núcleos familiares. Assim, deve também ser realizado o acompanhamento social do processo de apropriação da nova moradia de todos os núcleos familiares a serem reassentados.

Para a complementação dos critérios já adotados pelo município de Florianópolis, acrescenta-se o atendimento à OP 710, que dispõe sobre a necessidade de atendimento habitacional a todos os removidos, além de abordar questões procedimentais que facilitam o processo de identificação do contingente populacional a ser compensado com moradia.

Por fim, tendo como base o critério de renda familiar (menor que R\$ 1.800) e renda *per capita*, juntamente com os critérios acima enunciados (idade; composição familiar; renda *per capita*; escolaridade do responsável; situação ocupacional; presença de crianças, idosos, deficientes e doentes crônicos; e regime de ocupação), foram analisados os cadastros e resultados das pesquisas socioeconômicas realizadas pela PMF em agosto de 2017, concluindo-se pela existência de 3 situações de vulnerabilidade social no Corredor do Anel Viário e outros 7 casos nos Binários, cujas características estão comentadas no diagnóstico socioeconômico anteriormente apresentado (Capítulo 4).

5.3 Caracterização dos Grupos de Interesse da Área

Em função das características das famílias, comércios e instituições afetadas pelas intervenções do PIVF e, também, das opções de atendimento indicadas no PDRR, foram estruturados três grupos principais de interesse, para efeito de enquadramento em alternativas preferenciais de atendimento (mais recomendáveis em função das características socioeconômicas), ainda que se assegure o direito incondicional do afetado escolher de forma livre e desimpedida por qualquer opção elegível, conforme segue:

Grupo de Atendimento 1 – Indicação preferencial para indenização do imóvel/uso no valor do laudo de avaliação:

- Proprietários de imóveis residenciais, atividades econômicas e instituições, todas em situação regular;
- Proprietário de imóveis irregulares residenciais, mas passível de regularização, desde que comprovada a cadeia dominial e desde que não esteja em condição de vulnerabilidade;
- Proprietários das benfeitorias, de atividades econômicas e instituições em situação irregular, desde que a indenização seja acompanhada de apoio social à reinserção da atividade.

Grupo de Atendimento 2 - Indicação para Indenização Assistida:

- Proprietários de imóveis residenciais regulares, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel;
- Inquilinos/cedidos em imóveis residenciais regulares, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel;
- Proprietário de imóveis irregulares residenciais, mas passível de

regularização, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel;

- Inquilinos de imóveis irregulares residenciais, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel.

Grupo de Atendimento 3 -- Indicação preferencial para o Reassentamento em Unidades Habitacionais:

- Moradores de áreas irregulares (assentamentos precários) residenciais, desde que seja família em situação vulnerável e desde que não possua outro imóvel.

Abaixo é apresentado um Quadro síntese no qual é possível observar o total de imóveis/usos cadastrados, o total elegível por modalidade de atendimento e o total indicado para cada uma destas modalidades.

Em seguida, através de Quadros específicos, há o detalhamento da indicação de atendimento para as áreas.

A listagem dos imóveis e usos (famílias, comércios, etc, devidamente identificados) consta do **Anexo I** do presente PERR, denominada **Relação Nominal dos Imóveis e Usos Abrangidos pelo PIVF**.

Na medida em que os afetados forem aderindo às modalidades do PDRR, o Quadro Nominal será adequado à opção escolhida.

Quadro 5.01. Síntese das Opções e das Indicações de Atendimento

Principais Modalidades de Atendimento	Corredor do Anel Central		Binários		TOTAL	
	Total Elegível	Total Indicado	Total Elegível	Total Indicado	Total Elegível	Total Indicado
Indenização do Imóvel	45	39	24	18	69	57
Indenização dos Usos e Benfeitorias	59	59	7	7	66	66
Indenização Assistida	3	1	7	3	10	4
Compensações nos termos da Lei Complementar 609/17	3	3	0	0	3	3
Reassentamento em Unidade Habitacional	0	0	0	0	0	0
Apoio e acompanhamento social à reinserção da atividade	0	0	0	0	0	0
TOTAL	110	102	38	28	148	130

Fonte: Pesquisa Socioeconômica – Prefeitura Municipal de Florianópolis – Agosto/2017

Nota: Para diversas situações, há indicações simultâneas para a indenização do imóvel e indenização dos usos/benfeitorias. Nesses casos, o valor é indicado em ambas as categorias sendo, portanto, cumulativos.

A seguir apresentam-se as listagens nominais identificadas por área (Corredor Central e Binários), que contém uma análise das opções e indicações de atendimento, nas quais constam as informações individuais da situação cadastral no que concerne aos critérios para indicação preferencial.

Nos Quadros, verifica-se a inclusão de uma última coluna na qual há previsão de registro de opção indicada, cuja informação – no entanto – somente será consolidada a partir das devolutivas (opção escolhida pela família/comércio/instituição afetada, referendada por meio do termo de compromisso) e informada nos relatórios de implementação do PERR, a ser encaminhado posteriormente (e periodicamente) ao BID.

Quadro 5.02. Atividades e Usos, por Alternativa de Atendimento – Corredor do Anel Central

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
1	Rua João Motta Espezim, S/Nº	Terreno Baldio	Indenização imóvel	Indenização imóvel
2	Não Informado	Residência Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Desconhecido (vide observação)	Indenização imóvel	Indenização imóvel
3	Rua João Motta Espezim, 1452	residencia unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
6	Rua Lauro Linhares, 897, Apto 501E - Trindade	locação de andaimes	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
7	Rua João Motta Espezim, 1453	Residência Unifamiliar: Luiz Carlos Martins de Andrade	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residência Unifamiliar: Isabel Cristina de Andrade	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residência Unifamiliar: Bruna de Andrade Anselmo	Indenização imóvel	Indenização imóvel
9	Rua Madre Benvenuta, 1477 Sl. 04 - Santa Monica	Posto de Gasolina	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Conveniencias	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Barbearia	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Chaveiro	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
10		Lavação de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
11	Rua Souza Dutra, 377 - Estreito	Corpo e Saúde Academia	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Comercio de Madeira	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
12	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 443	Cabelereiro	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Lanchonete	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
13	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 101	Salão de Beleza	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Residência Unifamiliar: Rozeno Alberto Lúcio	Indenização imóvel	Indenização imóvel
15	Não Informado	Hostel	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
16	Não Informado	Lanchonete	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
17	Rua Presidente Coutinho, 523 Apto 904 - Centro	Comercio de Alimentos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Comercio Livro Usado	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Restaurante	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
18	Rua Martinho Leandro dos Santos, 120 / Casa - Pantanal	Comunicação Visual	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
19	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 126 - Pantanal	Pet Shop	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
20	Rua Marli Maria da Silveira, 587 - Pantanal	Lavação de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
21	Não Informado	Dividido em 3 residências. República de Estudantes	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residência Unifamiliar: Valmir Lima da Silva	Indenização imóvel	Indenização imóvel
22	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 615 - Pantanal	Mecânica Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
23	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 615 - Pantanal	Associação Esportiva	Indenização imóvel e Compensações Legais	Compensações nos termos da Lei Complementar 609/17
		Mecânica Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
24	Rua Duque de Caxias, 347 - Saco dos Limões	Comercio de Alimentos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Açougue	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Assados	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
25	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 651 - Pantanal	Bar	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Residência Unifamiliar: Erica Lopes Vieira	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
26	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 679 Casa 4 - Pantanal	Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Cond. Horizontal Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
27	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 745 - Pantanal	Residência Unifamiliar: Sílvio Dias	Indenização imóvel	Indenização imóvel
28	Rua Joaquim Nabuco, 1737 Apto 203 - Capoeiras	Funilaria de Veículo	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Borracharia	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
29	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 775, Casa - Pantanal	Restaurante (1)	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Restaurante (2)	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
30	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 797 - Pantanal	Associação Recreativa	Indenização imóvel e Compensações Legais	Compensações nos termos da Lei Complementar 609/17
31	Rua Juvenal Pereira, 19, Ap 304 - Kobrasol SJ	Comercio Fechado	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização imóvel
		Residencial Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Lavação de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
32	Não Informado	Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel
33	Não Informado	Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel
34	Não Informado	Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Institucional	Indenização imóvel	Indenização imóvel

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
37	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 394, Casa	Residencia Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
38	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 408	Residencia Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
39	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/Nº	Residência Unifamiliar: Syrio José Dias (filho)	Indenização imóvel	Indenização imóvel
41	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 464	Residência Unifamiliar: Júlio Cesar Bravo	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
43	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 490 - Pantanal	Acessórios de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
45	Não Informado	Comércio de Alimentos (1)	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Comércio de Alimentos (2)	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
47	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 580	Residência Unifamiliar: Mariana Andrade Carvalho	Indenização imóvel	Indenização imóvel
49	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 622	Residência Unifamiliar: João Virgílio Manoel Inácio	Indenização imóvel	Indenização imóvel
51	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 679 Casa 1 - Pantanal	Estofaria	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Oficina de Automóveis	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
52	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 670, Igreja - Pantanal	Instituição Religiosa	Indenização imóvel e Compensações Legais	Compensações nos termos da Lei Complementar 609/17
53	Rua dos Peixes Elétricos, 30, Casa - Jurerê Internacional	Residencia Transitória	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Salão de Beleza	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
54	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 55, Casa - Pantanal	Acessórios de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
55	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 708 - Pantanal	Residência Unifamiliar: Miguel Anicelso Cavalheiro	Indenização imóvel	Indenização imóvel
56	Rua Santa Tereza, 330 - Balneario	Residencia Unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
57	Rua Martinho Leandro dos Santos, 146, Apto 103 - Pantanal	loterica	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		dentista	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
58	Avn. Campeche, 1830, Bl 4B, Apto 202 - Campeche	corretor de seguro	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		residencia unifamiliar	Indenização imóvel	Indenização imóvel
59	Avn. Jorn. Rubens de Arruda Ramos, 1416, Apto 701 - Centro	Lavação de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
60	Rua Cap. Romualdo de Barros, 694, Bl C, Apto 202 - Saco dos Limões	lanchonete	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		salão de beleza	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		academia	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
61	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 784 - Pantanal	restaurante	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
62	Rua Cap. Osmar Silva, 60, Casa - Pantanal	Salão de Beleza	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Comercio de Alimentos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
63	Rua Nilo Cordeiro Dutra, 57, Casa - Carvoeira	restaurante	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
64	Av. Madre Benvenuta, 40, Apto 302 - Santa Monica	Comércio materiais de construção	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
66	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 880 - Pantanal	tv Barriga Verde	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
67	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 920, Casa - Pantanal	residencia unifamiliar/roupas	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
69	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 948 - Pantanal	restaurante	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		restaurante	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		serviço de impressão	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
72	Rua Profa Maria do Patrocinio Coelho, 1040 - Pantanal	Comércio de veículos e Residência Unifamiliar	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria
73	Rua Maria Alexandre Machado, 212, Casa - Itacorubi	banca de revista	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		lanchonete	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Acessórios de Veículos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Residência Unifamiliar: Fernanda de Fátima Maciel	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residência Unifamiliar: Renata Valentini	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residência Unifamiliar: Igor Carneiro Lobo	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
74	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 694, Apto 207 - Pantanal	Residência Unifamiliar: Roseli da Aparecida Alves Silva Costa	Indenização imóvel	Indenização imóvel

Fonte: Pesquisa Socioeconômica – Prefeitura Municipal de Florianópolis – Agosto/2017

Quadro 5.03. Atividades e Usos, por Alternativa de Atendimento – Binários

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
BINÁRIO ARACY V. CALLADO /JOAQUIM NABUCO				
1.1	Rua dos Navegantes ,58	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
1.2	Rua dos Navegantes, 66 Casa 01	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
	Rua dos Navegantes, 66 Casa 02	Gilvânio Augusto dos Santos	Indenização imóvel	Indenização imóvel
	Rua dos Navegantes, 66 Casa 03	Vanderli Serafim da Silva	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
	Rua dos Navegantes, 66 Fundos	Mariela Mimosso	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
	Rua dos Navegantes, 66 Lado	Paulo Edson da Cunha Rosa	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
BINÁRIO JUSCELINO KUBITSCHEK				
2.2	Rua Afonso Penna, 827	Pizzaria	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
		Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residencial	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
2.3	Rua Afonso Penna, 637	Residencial/Escritório	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria
2.4	Rua Souza Dutra, 724	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
2.5	Rua Souza Dutra, 783	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
		Residencial	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida

Nº	ENDEREÇO	ATIVIDADES (USOS)	ALTERNATIVAS ELEGÍVEIS	ALTERNATIVAS INDICADAS
2.6	Rua Nsa Das Gracas, 229	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
2.7	Rua Des Gil Costa, 846	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
2.8	Rua Santos Saraiva, 923	Comercio	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
2.10	Rua Dep Benedito Teresio Carvalho Junior, 875	Comercio	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
2.11	Rua Dep Benedito Teresio Carvalho Junior, 863	Residência/Escritório	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria
2.12	Rua Prof Barreiros Filho, 90	Oficina Veiculos	Indenização Uso/Benfeitoria	Indenização Uso/Benfeitoria
BINÁRIO PATRÍCIO CALDEIRA DE ANDRADE				
3.1	Rua Joao Evangelista Da Costa, 492	Residencial	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
3.13	Rua Luiz Carlos Prestes, 417	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
3.14	Trv Pedro Antonio Corvalao, 85	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
3.15	Trv Pedro Antonio Corvalao, 49	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
3.16	Trv Pedro Antonio Corvalao, 37	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel
3.17	Rua Joaquim Nabuco, 1894	Residencial	Indenização imóvel/ Indenização Assistida	Indenização imóvel/ Indenização Assistida
3.18	Rua Luiz Carlos Prestes, 900	Residencial/Comercio	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria	Indenização do Imóvel e Indenização de Uso/Benfeitoria
3.20	Rua Des Pedro Silva, 3052	Residencial	Indenização imóvel	Indenização imóvel

Fonte: Pesquisa Socioeconômica – Prefeitura Municipal de Florianópolis – Agosto/2017

5.4 Caracterização das Modalidades de Atendimento

As modalidades de atendimento abaixo relacionadas seguem, estritamente, as orientações constantes do PDRR, as quais se permite replicar e sistematizar neste PERR, de acordo com as características das famílias, comércios/serviços e instituições da amostra representativa, cadastradas pela PMF.

Proprietários de Imóveis Residenciais Regulares

Aos proprietários de imóveis regulares e de uso residencial aplicam-se duas alternativas de solução para o atendimento social, quais sejam:

➤ **Indenização do imóvel no valor do laudo de avaliação**

Esta solução aplica-se preferencialmente aos proprietários legítimos de imóveis residenciais. Trata-se de pagamento em dinheiro para reposição da perda do imóvel a ser removido. A avaliação do valor a ser pago é realizada por meio de laudo de avaliação expedido por profissionais especializados, segundo regras normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O processo de desapropriação, por sua vez, deve ser instruído com os elementos necessários ao ato administrativo e/ou judicial, contendo cópia do Decreto de Utilidade Pública (DUP) e levantamento do cadastro físico/dominial da área e suas benfeitorias.

O pagamento de valores praticados no mercado visa a possibilitar a aquisição de outro imóvel em situação similar ao expropriado.

Os procedimentos de desapropriação devem atender ao cronograma de obras, com a liberação das áreas afetadas através das imissões de posse e respectivas transferências dominiais. A negociação deve ser realizada individualmente com cada família, possibilitando ajustes no sentido de facilitar a adesão e o processo de expropriação.

Ressalta-se que, quando não existir acordo com relação ao valor da indenização, o afetado pode contestar na justiça, pedindo revisão do seu processo de expropriação.

Constituem-se, porém, exceções a essa prerrogativa:

- (i) Imóveis com família residente economicamente vulnerável: comprovado por meio de parecer social, podem caracterizar famílias cujos responsáveis sejam deficientes, idosos ou aqueles cuja fonte de renda advenha de Programas Sociais de Transferência ou, ainda, aqueles com renda instável, além dos desempregados;
- (ii) Imóvel em condições precárias de habitabilidade.

Nesses dois casos devem-se adotar soluções específicas.

➤ **Indenização Assistida, desde que a família seja vulnerável e não possua outro imóvel**

É facultado a todo proprietário, cujo valor da indenização seja insuficiente para adquirir outro imóvel, permutar sua indenização pelo atendimento habitacional, através de indenização assistida para aquisição de outro imóvel.

Esta opção deve ser considerada quando, comprovando a situação de vulnerabilidade por meio de parecer social, a indenização do imóvel não custear a substituição da moradia removida. A PMF completa o valor da indenização para aquisição de novo imóvel até o valor máximo de R\$ 90.000,00.

O executor das remoções deverá fornecer o apoio logístico para a realização da mudança, quer seja pela mobilização de caminhões, de ajudantes, de lanches e de embalagens, devendo ser definida a sequência de atividades para a devida informação das famílias a respeito do cronograma de remoção, garantindo apoio

material para a mudança através de meios que ofereçam o menor transtorno.

Uma vez que a solução habitacional não esteja disponível, está previsto um auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo. Essa prática já é aplicada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

Inquilinos de Imóveis Residenciais Regulares

➤ Indenização Assistida, desde que a família seja vulnerável e não possua outro imóvel

Aos inquilinos de imóveis regulares e para as famílias residentes em imóveis cedidos, desde que estejam em condição de vulnerabilidade social e que não possuam outro imóvel, a substituição da moradia será realizada por meio de indenização assistida, quando a PMF complementa o valor indenizatório, até o valor máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial, conforme já informado.

Para as situações de transição, ou seja, em que a opção de atendimento habitacional não esteja disponível, pagar-se-á auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo, prática já aplicada pela Prefeitura nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

Proprietários de Imóveis Regulares Destinados a Atividades Econômicas

➤ Indenização do imóvel

Nesse caso aplica-se o pagamento de indenização em dinheiro, para reposição das perdas verificadas. A avaliação do valor a ser pago é realizada por meio de laudo de avaliação expedido por profissionais especializados, segundo as regras normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os cálculos indenizatórios serão realizados com base no que dispõe o Decreto-Lei nº 3.365/1941, suas atualizações e demais legislações pertinentes, observando, também, as disposições do Código Civil Brasileiro.

Inquilinos de Imóveis Regulares Destinados a Atividades Econômicas

Aos inquilinos de imóveis destinados para as atividades econômicas será assegurado o direito à indenização, observando-se as condições contratuais estabelecidas entre o inquilino e o proprietário do imóvel. A avaliação do valor a ser pago será realizada, igualmente, por meio de laudo de avaliação.

Os cálculos indenizatórios serão realizados com base no que dispõe a legislação pertinente e, também, as disposições do Código Civil Brasileiro.

Instituições em Imóveis Regulares

➤ Indenização do Imóvel

Nesse caso, aplicam-se as mesmas disposições para indenização do imóvel, com base na legislação vigente, conforme já apresentado.

➤ Compensações nos termos da Lei Complementar 609/2017

A Lei Complementar 609/2017 foi promulgada em 02/02/2017 e autoriza o município de Florianópolis a utilizar-se dos instrumentos de Política Urbana, firmar parceria

Público-Privada, bem como, a convencionar transação ou promover compensação nos casos de desapropriação por interesse público ou social.

A PMF já realizou compensações em situações específicas, flexibilizando instrumentos urbanísticos, tais como o coeficiente de aproveitamento, cuja estratégia pode ser aplicada às afetações no âmbito do PIVF.

Para a aplicação desta solução, serão avaliadas as características de cada caso, observando as orientações e diretrizes do Plano Diretor Municipal e da legislação de uso e ocupação de solo.

Proprietário de Imóvel Residencial Irregular, mas Passível de Regularização

➤ Indenização do Imóvel

Determinada com base em laudo de avaliação realizado de acordo com as normas da ABNT. Para a definição e a atualização de valores dos laudos serão aplicadas as Normas vigentes de Avaliação de Imóveis Urbanos e ritos administrativos utilizados em Florianópolis.

A indenização das acessões (benfeitorias) será aplicada nos casos em que existam famílias que manifestem, por exemplo, desejo de receber a indenização pelas benfeitorias a fim de se estabelecer em outras cidades fora da região metropolitana de Florianópolis ou para retornar aos seus locais de origem. Outras situações especiais serão analisadas individualmente e fundamentadas com o estudo de caso.

Não será aplicável para famílias de alta vulnerabilidade, de acordo com a caracterização do cadastro socioeconômico censitário.

➤ Indenização assistida para família vulnerável e que não possui outro imóvel

A substituição da moradia poderá, nesse caso, ser realizada por meio de indenização assistida, quando a PMF complementa o valor indenizatório, até o valor máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial. Também poderá ocorrer a utilização de uma carta de crédito condicionada à compra de um imóvel residencial escolhido pelo beneficiário, que receberá o valor correspondente ao valor do imóvel escolhido, igualmente respeitado o teto de R\$ 90.000,00.

Terminado o processo de compra, é realizado um termo de compromisso com o beneficiário.

Conforme comentado, uma vez que as soluções não estiverem disponíveis no momento da remoção destes imóveis deve ser realizar pagamento de auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para essas situações de transição até o atendimento habitacional definitivo.

Moradores de Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários

➤ Reassentamento em Unidade Habitacional de Interesse Social

Aos moradores de áreas irregulares e/ou assentamentos precários destinam-se, preferencialmente, o reassentamento em Unidades Habitacionais de Interesse Social (HIS), regularizadas, providas de infraestrutura básica de saneamento e equipamentos sociais. As UH's devem ser adjudicadas com título de propriedade sem qualquer custo ao beneficiário.

A PMF deve indicar áreas para produção habitacional ou viabilizar a substituição das moradias nas condições mencionadas acima por meio de outras alternativas de soluções de atendimento, tais como a produção habitacional própria ou por meio de programas habitacionais específicos.

O trabalho social de acompanhamento das famílias a serem relocadas também se incorpora à substituição das moradias, inclusive se entrarem em situação de transição até o atendimento habitacional definitivo. Toda a logística para a mudança e o reassentamento é de responsabilidade do executor que deve realizar as mudanças sem custo algum para os beneficiários, seja oferecendo os serviços e a infraestrutura necessária, seja repassando aos beneficiários o valor correspondente aos gastos de transporte com a mudança.

➤ **Reassentamento em UH em condições especiais**

Esse caso se aplica ao reassentamento em condições especiais para famílias que apresentem situações de vulnerabilidade (deficientes físicos, doentes crônicos, idosos, etc.) que necessitem de cuidados especiais.

As unidades habitacionais para essas famílias devem prever as adaptações necessárias para atender as demandas específicas da situação diagnosticada e ser localizada de maneira a facilitar seu acesso aos recursos necessários.

Os empreendimentos devem incluir o Desenho Universal aplicado a habitação popular, o que permite que os ambientes privativos e públicos atendam indiscriminadamente as necessidades de todos os indivíduos, em qualquer estágio e circunstância de vida, como pessoas com deficiências, temporárias ou permanentes; idosos; gestantes, obesos e crianças.

A análise de risco de empobrecimento identificará os casos que requeiram soluções especiais e que serão encaminhados para programas de qualificação e obtenção de empregos.

➤ **Indenização das acessões (Benfeitorias)**

A indenização é determinada com base em laudo de avaliação realizado de acordo com as normas da ABNT. Para a definição e a atualização de valores dos laudos serão aplicadas as Normas vigentes de Avaliação de Imóveis Urbanos e ritos administrativos utilizados em Florianópolis.

A indenização das acessões será aplicada nos casos em que existam famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para se restabelecer em outras cidades fora da região metropolitana de Florianópolis ou para retornar a seus locais de origem, bem como em outras situações especiais que serão analisadas individualmente e fundamentadas com o estudo de caso.

A PMF aplicará as práticas já empregadas de apoio social e acompanhamento dessa transição, através do acionamento da rede de proteção social (CRAS, CREAS, CAPS, CRMVV, Conselho Tutelar, entre outros), promovendo o apoio necessário a essas famílias.

➤ **Indenização assistida ou Carta de Crédito**

Aplica-se, da mesma forma, essa alternativa, a moradores de área irregulares, a qual é condicionada à compra de um imóvel residencial regular escolhido pelo beneficiário, que receberá o valor correspondente ao total do imóvel (carta de crédito) ou o valor da avaliação das benfeitorias complementado pela PMF até o limite de R\$ 90.000,00, para a aquisição de imóvel regularizado, conforme enunciado anteriormente.

Inquilinos ou Imóveis Cedidos em Áreas Residenciais Irregulares e/ou Assentamentos Precários

➤ **Indenização Assistida ou Carta Crédito**

Aos inquilinos de imóveis irregulares e para as famílias residentes em imóveis cedidos, a substituição da moradia será realizada por meio de indenização assistida ou carta de

crédito, quando a PMF complementa o valor indenizatório ou dispõe do valor integral do imóvel, até o limite máximo de R\$ 90.000,00, para aquisição de imóvel residencial, conforme já informado.

Para as situações de transição, ou seja, em que a opção de atendimento habitacional não esteja disponível, pagar-se-á auxílio habitacional no valor de 70% do salário mínimo, aplicável para as situações de transição até o atendimento habitacional definitivo, prática já aplicada pela Prefeitura nos termos da lei municipal 9855 de 08/09/2015.

Proprietários de Benfeitorias de Imóveis Irregulares Destinados a Atividades Econômicas e Instituições

➤ Indenização das Benfeitorias, com Apoio e Acompanhamento à Reinserção da Atividade

Aos proprietários das benfeitorias é previsto o pagamento de indenização pelas acessões afetadas, sendo calculado com base nos parâmetros estabelecidos pelo cadastro social.

Em função das atividades econômicas serem interrompidas, será realizado amplo acompanhamento social desses proprietários no sentido de (i) efetuar a abordagem e o diagnóstico/cadastro social com antecedência ao início das intervenções físicas e obras; (ii) estudo das características das atividades e da renda dos afetados; (iii) acionamento da rede de proteção social e encaminhamento aos programas e iniciativas relacionadas à capacitação e qualificação profissional, empreendedorismo, gestão de negócios etc. (estabelecendo convênios e parcerias com entidades novas ou que já interagem com a PMF, tais como SEBRAE, ACIF, IGEOF, etc.); e (iv) acompanhamento social das reinserções das atividades.

Inquilinos de Imóveis Irregulares Destinados a Atividades Econômicas

➤ Apoio e Acompanhamento à Reinserção da Atividade

Aos inquilinos de imóveis com atividades econômicas, prevê-se a realização de acompanhamento social, nos mesmos termos indicados para os proprietários (abordagem e o diagnóstico/cadastro social com antecedência; estudo das características das atividades e da renda; acionamento da rede de proteção social e encaminhamentos; acompanhamento social das reinserções das atividades).

5.5 Ações Complementares

Situação de Transição

O apoio às situações de transição destina-se ao atendimento das remoções por meio de auxílio habitacional, que objetiva custear as despesas com moradia até que seja disponibilizada uma solução habitacional definitiva. O valor do auxílio habitacional é de 70% do salário mínimo, o que representa - em valores atuais - aproximadamente R\$ 655,90. Trata-se de pagamento em dinheiro para a família residir temporariamente em imóvel de sua escolha, até o atendimento habitacional em definitivo, nos termos da Lei Municipal 9.855 de 08/09/2015.

Um termo de compromisso assinado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis – especificamente junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura –, com informações nominais sobre os responsáveis pelo núcleo familiar em questão, deve garantir o atendimento habitacional assim que se disponibilize a opção adotada pela família.

Assinale-se que a PMF (como executora das remoções) deverá, também, fornecer o apoio logístico para a realização da mudança, quer seja pela mobilização de caminhões, de ajudantes, de lanches e de embalagens, devendo ser definida a sequência de atividades para a devida informação das famílias e comércios a respeito do cronograma de remoção, garantindo apoio material para a mudança através de meios que ofereçam o menor transtorno.

Novos ocupantes

Apesar das ações de congelamento aplicadas após o cadastramento da população residente nas áreas de intervenção, é possível surgirem novos ocupantes durante o processo de liberação das áreas. Para esses casos, que não atendem ao critério de elegibilidade do PDRR, será utilizado, como alternativa de solução, a aplicação de medidas judiciais de reintegração de posse ou a desocupação amigável com o pagamento de um bônus, a fim de subsidiar os gastos com o transporte de mudança.

Perdas de Empregos

Para o caso das empresas desalojadas e possíveis funcionários desempregados, a PMF através do IGEOF formalizará convênios e/ou parcerias (por exemplo, SEBRAE, ACIF, etc.) as quais, uma vez dispendo de manifestação favorável, colaborarão com a PMF através de ações de (i) verificação de demandas para inserção em programas de recolocação profissional e identificação e cadastramento dos trabalhadores que desejam se valer destes serviços; (ii) disponibilização e/ou encaminhamento a Programas já instituídos, entre outras iniciativas que possam contribuir para a inserção no mercado de trabalho dos empregados afetados; (iii) celebração de novas parcerias; (iv) assistência técnico-jurídica a empresários; (v) assistência aos empresários que desejam continuar no mesmo ramo, auxiliando na busca de locais propícios para a realocação do negócio, de forma ágil, para que a empresa não tenha que demitir funcionários; entre outras atividades relacionadas ao empreendedorismo, regularização de negócios e capacitação.

Com tais iniciativas, o processo de desapropriação e realocação tenderá a gerar o menor grau de impacto possível na população afetada, tanto aos proprietários quanto aos inquilinos e empregados, sobretudo àqueles que se encontram em posição de maior vulnerabilidade.

Reassentamento para casos especiais

Entre as populações a serem relocadas há sempre de se considerar um olhar atento para os casos especiais, isto é, casos em que as características do núcleo familiar são tão peculiares que é necessário dispor de diferenciados mecanismos de reassentamento. Estas situações devem compor um quadro de acompanhamento social para que se justifiquem as especificidades das situações encontradas e se busque um processo de negociação, até que se chegue a uma alternativa de solução adequada à situação apresentada. Entre os casos especiais se inclui:

- A existência de famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para se restabelecer em outras cidades fora da Região Metropolitana de Florianópolis;
- A existência de famílias que manifestem desejo de receber a indenização pelas benfeitorias para retornar a suas cidades de origem;
- Casos de vulnerabilidade ou incapacidade que requeiram soluções específicas vinculadas com programas de promoção social e que exigem Unidades

Habitacionais adaptadas.

O cadastro realizado pela PMF em agosto de 2017 ainda não permite identificar a existência de tais demandas entre os usos afetados, devendo, no entanto, serem identificados quando da assinatura dos Termos de Compromisso.

Casos Especiais

Situações que não se enquadrem nos critérios de elegibilidade ora tratados nesse plano ou situações de recusa das alternativas e benefícios propostos para desocupação do imóvel serão objetos de estudos de caso para subsidiar o processo de negociação de solução mais adequada ao caso particular dos afetados.

Também serão analisados e conduzidos os casos de vulnerabilidade que requeiram soluções específicas vinculadas aos programas de assistência e seguridade social.

Incluídos em critérios especiais de indenização estão os equipamentos de uso coletivo como Igrejas, Associações de Bairro etc. e os donos de benfeitorias não residentes (benfeitorias em construções e vagas, ou alugadas, cedidas e arrendadas para terceiros, que as utilizam como comércio ou residência).

Essas situações serão consubstanciadas em estudos de casos, elaborados por profissionais qualificados da Prefeitura de Florianópolis e empresas contratadas, dotadas de equipes especializadas.

As opções de atendimento nas quais se enquadram cada caso, são amplamente divulgadas às famílias afetadas, através dos plantões sociais e material informativo distribuído em área. As opções de atendimento são também apresentadas às famílias, comércios e instituições pelos técnicos sociais, de forma individualizada, no ato da entrega dos laudos. Após tempo para reflexão sobre os tipos de atendimento aos quais tem direito, o afetado é orientado a procurar o Plantão Social e/ou o Canal de Atendimento da PMF para o preenchimento dos Termos de Compromisso correspondentes (Termo de Escolha do Atendimento).

6 IMPLEMENTAÇÃO DO PERR

6.1 Etapa de Preparação para a Remoção

Na etapa de preparação das remoções, deverá ser apresentado a cada um dos afetados (proprietários de imóveis e de usos, inquilinos, moradores, etc.) o respectivo laudo do imóvel/edificação/uso, sendo apresentado individualmente a cada um mediante visita domiciliar, momento em que também serão detalhadas as opções de atendimento ofertadas. Caso haja solicitação, os laudos deverão ser revistos e reapresentados.

Nessa ocasião, serão atualizadas as informações cadastrais mediante a aplicação de relatório síntese. Esse procedimento permite identificar alterações que possam demandar encaminhamentos específicos, como desagregação familiar, falecimento do responsável, etc.

Mediante situações não previstas, serão realizados Estudos de Caso para que cada especificidade seja tratada de maneira correta, buscando o menor impacto negativo possível para a família, inclusive com realização de visitas domiciliares.

Caso necessário, as seguintes ações também serão ofertadas às famílias:

- Identificação e encaminhamento dos afetados à assessoria jurídica, para aqueles casos com problemas de documentação pessoal, que impeçam a formalização do atendimento;
- Visitas domiciliares para acompanhamento dos casos de resistência;
- Atendimento das famílias em plantão social e/ou em canal de atendimento específico da Prefeitura de Florianópolis (observadas as premissas do plano de comunicação) até a finalização do trabalho social;
- Reuniões com os afetados para orientações sobre o processo de transição;
- Articulação de parcerias com instituições governamentais e não governamentais para orientação, conforme o caso.

6.2 Assinatura do Termo de Compromisso

Em seguida, ocorrerá a formalização da escolha de atendimento através da assinatura dos instrumentos legais que firmam o acordo entre as partes e garantem o atendimento dos afetados, o chamado Termo de Compromisso.

O Termo de Compromisso será elaborado, mediante a escolha de modalidade de atendimento, condicionando à saída do imóvel com o atendimento que garanta a reposição da moradia e/ou das condições sociais e econômicas, que será assinado pelo responsável.

Todo o processo será acompanhado por equipe social apta a prestar todos os esclarecimentos necessários, sobretudo para aquelas famílias cujos membros possuem baixa ou nenhuma escolaridade e apresentarem dificuldade de compreensão.

Através da assinatura do Termo de Compromisso o morador deverá se comprometer com a desocupação do imóvel, cuja data de desocupação deverá ser acertada com a PMF, a fim de que a remoção seja agendada e a família acompanhada pela equipe social.

Conforme a adesão, o banco de dados será alimentado para manter atualizadas as informações acerca dos Termos já assinados.

6.3 Etapa de Remoção

Quando os afetados se encontram suficientemente seguros quanto ao atendimento e, sobretudo, participando ativamente das decisões, a preparação para a sua saída é mais tranquila.

A partir da definição do tipo de atendimento pretendido são realizadas atividades por modalidade de atendimento, visando prepara-los para a desocupação dos imóveis, além de solucionar questionamentos, discutir as próximas etapas do atendimento, apresentar o cronograma de desocupação e coletar o endereço de destino mediante preenchimento de instrumental específico.

Serão elaboradas plantas de demolição para orientar os trabalhos em campo, indicando as datas e imóveis a serem descaracterizados, bem como agenda de pagamento, tanto para os casos de indenização, quanto para o pagamento do auxílio aluguel ou apoio habitacional.

Os moradores receberão acompanhamento social para o recebimento dos valores indenizatórios e durante o processo de desocupação do imóvel, que será descaracterizado ou demolido para evitar novas ocupações. Todo o processo de programação e remoção será balizado por uma planta de remoção na qual serão registradas todas as atividades previstas e executadas no dia, seguindo o planejamento integrado realizado junto com os diversos agentes envolvidos no processo.

Após a desocupação, as áreas são entregues às construtoras contratadas, que as receberão por meios formais (a depender do contrato estabelecido com a construtora, esta deverá assumir formalmente a entrega de imóvel para demolição das benfeitorias e guarda da área), conforme cadastro realizado, responsabilizando-se por manter o imóvel livre de invasões ou ocupações, cabendo-lhe em caso de esbulho, tomar as providências cabíveis junto aos órgãos policiais para o pronto desalojamento de eventuais invasores.

6.4 Etapa de Transição

Poderá ocorrer situação em que decorra um lapso temporal entre a data de remoção e a data de ingresso no novo imóvel. Mediante tal situação, às famílias removidas e com direito a uma UH, será garantido o repasse mensal da verba de auxílio habitacional (moradia provisória) durante o período em que aguardam o reassentamento nas Unidades Habitacionais. Conforme já comentado, o auxílio habitacional objetiva custear as despesas com moradia até que seja disponibilizada uma solução habitacional definitiva, de forma que o valor é de 70% do salário mínimo, o que representa - em valores atuais - aproximadamente R\$ 655,90. Esse apoio se baseia na Lei Municipal 9.855 de 08/09/2015.

Havendo opção por UHs, a equipe social, nessa etapa, transmitirá as informações atualizadas e promoverá reuniões preparatórias para escolha e distribuição das unidades. Caberá, ainda, particular atenção às demandas específicas das famílias (situações de vulnerabilidade social), dentre outras atribuições até o reassentamento definitivo das famílias.

Tanto na fase de transição quanto na de pós-ocupação serão desenvolvidas ações que favoreçam a reinserção socioeconômica da população, adaptando-as ao novo meio de convivência, de forma a garantir que o PERR seja implementado de acordo com o PDRR.

O apoio ao desenvolvimento dos trabalhos da fase de transição se dará na execução das atividades:

- Pagamento de auxílio habitacional aos afetados cadastrados e controle dos pagamentos;
- Implementação do Plantão Social e/ou Canais de Atendimento, para atendimento aos afetados;
- Divulgação do diagnóstico socioeconômico e discussão das demandas apresentadas pelos afetados, com mapeamento dos interesses e das potencialidades e fragilidades;
- Implementação das ações de apoio social, conforme grupos de interesse e calendário de atividades;
- Reunião de pré-mudança para preparação das famílias para a ocupação das Unidades Habitacionais, orientando sobre o traslado das famílias e seus pertences, informando sobre a programação das mudanças;
- Articulação com Secretarias de Educação (Municipal e Estadual) para reinserção da demanda escolar;
- Articulação com concessionárias de energia e água para obtenção de tarifa social, para os casos de vulnerabilidade evidente e/ou acentuada.

As equipes da PMF deverão identificar e encaminhar os casos com pendências documentais aos órgãos competentes para regularização, a fim de viabilizar os atendimentos sociais correspondentes.

Também serão acompanhados os casos que apresentarem demandas específicas como reclusão, falecimento, invalidez de responsável domiciliar; dentre outras ocorrências. Cada caso será atendido individualmente e receberá os encaminhamentos para que o atendimento habitacional definitivo seja concluído com êxito.

Serão também coletadas e atualizadas as informações de contato dos afetados em fase de transição, como telefone, endereço etc.

6.5 Etapa de Pós-Ocupação

Serão desenvolvidas atividades que visam à organização da comunidade, incluindo ações educativas necessárias à preservação da qualidade das moradias e ao estabelecimento de condições adequadas de convivência entre os moradores no novo ambiente. Essas ações são particularmente importantes para as situações de reassentamento em UHs, indenizações assistidas e cartas de crédito, conforme opções de atendimento ora apresentadas (e também no PDRR).

Os objetivos a serem alcançados são:

- Organização das famílias para a autogestão dos empreendimentos;
- Inserção na vida da nova comunidade e seu entorno (garantir a absorção das demandas de saúde, educação e transporte das famílias pelos órgãos, instituições locais);
- Conservação e manutenção da qualidade dos equipamentos das áreas públicas e comuns dos novos assentamentos;
- Orientação de reformas das Unidades Habitacionais.

Além dos objetivos elencados, outros deverão ser alcançados, relativamente à reabilitação e apoio social, que visam gerar oportunidade de desenvolvimento socioeconômico às famílias moradoras nas áreas de interferência do PIVF.

Nesse sentido estão previstas atividades de mobilização, capacitação e encaminhamento das demandas aos recursos sociais de qualificação e requalificação profissional e de acesso ao mercado de trabalho, mediante atuação da PMF através do IGEOF, que poderá formalizar convênios e/ou parcerias com entidades tais como SEBRAE, ACIF, etc., conforme já indicado.

Entre as principais atividades de pós-ocupação previstas, incluem-se::

- Recepção das famílias nas UHs (controle da ocupação). Entrega das chaves e acompanhamento durante o *check-list* das unidades;
- Acompanhamento dos atendimentos nos Plantões Sociais e/ou Canais de Atendimento, com a presença de equipe social e uma equipe de obras específica para atendimento das demandas de pós-ocupação por um período de 6 meses;
- Avaliação das condições pós-ocupação.

6.6 Acompanhamento Social às Famílias no Entorno da Obra

As obras do PIVF são caracteristicamente intra-urbanas, utilizando equipamentos de grande porte, fluxo intenso de veículos diversos e movimentação contínua de trabalhadores. Tanto a circulação de pessoas e veículos, quanto o processo inerente à obra – como movimento de terra, poeiras e particulados, etc. – podem ocasionar transtornos à população e às edificações existentes na área limítrofe às obras, assim como o corte temporário no fornecimento de água, energia elétrica e telefone, por exemplo.

A fim de minimizar tais impactos, é previsto o acompanhamento social às famílias, comércios e instituições remanescentes do processo de remoção, que venham a registrar problemas com as obras. Serão realizados atendimentos individualizados, inclusive com visitas domiciliares, para a verificação dos questionamentos apresentados e encaminhamento para soluções.

Nos casos em que os imóveis ou bens da população venham a sofrer avarias ou sinistros será realizado cadastro da família e da edificação. Com o cadastro físico da edificação será realizado laudo avaliativo, incluindo croqui da edificação, benfeitorias diversas, preenchimento de planilha indicando estado de conservação do imóvel, percentual construtivo e tipo da edificação.

Os laudos indicarão a situação do imóvel, podendo resultar na realização de reparos, na saída temporária ou definitiva daquele afetado. Para cada um dos casos, os afetados serão acompanhados até a solução do caso.

6.7 Indicadores de Monitoramento do PERR

Uma vez que o PERR deve ser implementado e acompanhado, é recomendável a adoção de indicadores os quais subsidiem a elaboração de Relatórios periódicos de execução dos PERR's, até que se efetivem completamente todas as relocações de famílias e atividades econômicas afetadas no respectivo trecho, conforme definido no PDRR.

Nesse sentido, admitindo-se os objetivos do PDRR e as diretrizes expressas neste PERR, propõe-se que os indicadores e critérios abaixo enunciados sejam monitorados e avaliados durante a implementação do PERR, possibilitando acompanhar periodicamente o alcance das metas por meio da evolução dos indicadores e dos riscos inerentes ao processo de realocação e remoção.

Quadro 6.01. Sistemática de Monitoramento e Indicadores

Objetivo (PDRR)	Indicador	Periodicidade	Meios de Verificação	Verificação e Riscos
Promover a desocupação integral das áreas requeridas para a implantação dos projetos do Corredor e Binários do PIVF	Número de remoções e realocações (atividade e usos)	Mensal	Planilha Matriz	- Problemas de compatibilidade entre a programação das remoções e o plano de ataque das obras; - Rejeição dos afetados; - Falta de recursos para pagamento das indenizações; - Problemas nos fluxos de pagamentos das indenizações (administrativos / financeiros); - Rejeição da família em relação ao termo de compromisso.
Reestabelecer os meios de vida das famílias afetadas por perdas econômicas dos projetos do Corredor e Binários do PIVF	Número de atividade e usos afetados por perdas econômicas	Semestral	Pesquisa amostral	- Falta de compatibilidade entre possibilidades de programas a serem oferecidos e reais necessidades da pessoa em atendimento; - Falta de comunicação / divulgação sobre os tipos de programas existentes; - Dificuldades operacionais na inclusão / inscrição dos interessados nos programas; - Falta de agilidade dos órgãos responsáveis nos encaminhamentos para efetivação da inclusão dos interessados nos programas.
Acesso amplo a informações do PIVF e às alternativas de compensação, refletindo as necessidades e expectativas dos afetados, além de propiciar maior transparência e equidade dos procedimentos de compensação	Número de queixas e reclamações, sem o devido atendimento e/ou solução definitiva	Mensal	Planilha Matriz	- Registro inadequado das queixas e reclamações dos afetados - Processamento e encaminhamento inadequado dos problemas verificados - Oferta (ou escolha) inadequada das opções de atendimento - Falta de recursos para as compensações - Problemas na instalação e/ou manutenção dos plantões sociais e/ou canais de atendimento

7 MEDIDAS DE APOIO À REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS AFETADOS

7.1 Impactos Previstos

A análise social dos riscos a que estão submetidos os afetados do PIVF se refere à situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências). Além dessas, por vezes são encontradas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, egressos do sistema prisional, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras, presentes nos casos de “reassentamento involuntário”, quer por uma ou por um conjunto dessas carências.

Essas situações requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção objetivada, atuação desenvolvida pelo conjunto dos serviços municipais incluídos no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, em sua política pública de proteção social. A implementação da Proteção Social Básica pelo SUAS tem nos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social uma das principais referências, sendo um marco na materialização da prevenção em um equipamento da Política de Assistência Social, identificando-se como a “porta de entrada” para o seu acesso.

Conforme indica a pesquisadora Camila Becker Xavier (em trabalho realizado em 2016), cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis a prerrogativa de realizar o controle social no município, fiscalizando e acompanhando a estruturação e o desenvolvimento dos serviços prestados nesse âmbito. Em Florianópolis, são ao todo 10 unidades do CRAS (CRAS Saco Grande, CRAS Rio Tavares, CRAS Tapera, CRAS Capoeiras, CRAS Canasvieiras, CRAS Ingleses do Rio Vermelho, CRAS Saco dos Limões, CRAS Trindade, CRAS Centro e CRAS Jardim Atlântico).

Os CRAS do município ofertam serviços e benefícios que caracterizariam a oferta do PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias (acolhida, ações comunitárias, oficinas com famílias, encaminhamentos, etc.). É importante compreender sobre o seu papel, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para ter conhecimento sobre o seu impacto na prevenção da ruptura de vínculos das famílias.

O trabalho social com famílias no CRAS articula meios, condições, pressupostos éticos e conhecimentos teórico-metodológicos, com a finalidade de assegurar direitos e aquisições relacionadas à autonomia e ao fortalecimento da cidadania dos usuários, pelo desenvolvimento de suas capacidades e de condições objetivas de fazer frente às necessidades sociais de existência (YAZBEK et al., 2014, p. 175).

Sobre o público prioritário dos equipamentos, praticamente todos tem como alvo as famílias usuárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa Bolsa Família – PBF e Benefícios Eventuais.

Os técnicos sociais no plantão social e/ou nos canais de atendimento das áreas estão habilitados a realizar o estudo do caso, orientação e encaminhamento às organizações conveniadas com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, entre outros recursos, para o atendimento às situações mencionadas.

Também tem relevância na análise dos riscos decorrentes dos processos de remoção, as famílias que tiram seu sustento de um pequeno comércio ou serviço instalado nas áreas de influência do presente PERR. A depender das características socioeconômicas dessas famílias, podem requerer um acompanhamento

individualizado, mediado por instituições especializadas e por profissionais capacitados para intervirem por meio de ações de empreendedorismo e/ou associativismo.

Ainda sobre o aspecto do risco social, há que se considerarem eventuais situações verificadas no processo de pós-ocupação de empreendimentos, relativamente aos encargos decorrentes da nova moradia.

Essas situações demandam atuação social voltada à inserção econômica da família no mercado de trabalho, consecução de vagas para crianças em creches e escolas de educação infantil, de modo a permitir o trabalho das mães, entre outros aspectos.

7.2 Estratégias, ações e programas para Reinserção Social e Econômica das Famílias e Comércio afetados

Os impactos decorrentes das remoções não poderão fragilizar ainda mais as condições sociais já apresentadas pelas famílias e comércios, devendo melhorar suas condições de inserção econômica e territorial a partir das realocações, associadas às ações estatais e não governamentais em consonância com a realidade de cada afetado. Busca-se, também, um redirecionamento da situação de exclusão das famílias mais carentes.

Nos casos de famílias, comércios e serviços em situação regular, os mecanismos de indenização e compensação são bastante conhecidos. Uma vez que também foram identificadas condições especiais ou de vulnerabilidade, justificam-se estratégias específicas de reinserção. Para os casos de famílias e comércios em situação de irregularidade e/ou vulnerabilidade, há que ser viabilizado e implantado, de forma consistente, uma estratégia de apoio social e desenvolvimento comunitário, especificamente voltado à promoção social das famílias diretamente atingidas pelas obras do Corredor do Anel Central e dos Binários do PIVF, de maneira a garantir não apenas a reposição da moradia, mas também que seja possível gerar oportunidades de desenvolvimento socioeconômico para as famílias e, por conseguinte, a melhoria das condições de vida.

Entre esses tipos de imóveis e usos destinados à moradias e atividades econômicas, restam alguns desafios ao processo de reassentamento e reinstalação dos negócios, como, por exemplo, a manutenção da renda proporcionada pela dinâmica familiar e/ou dos estabelecimentos, a qual, hoje, está diretamente relacionada aos vínculos e redes sociais e, no caso dos comércios, à localização dos mesmos.

Assim, o apoio à reinstalação dos negócios deve acontecer de tal forma que seu funcionamento continue viabilizando a fonte de renda advinda da atividade realizada e, se possível, os postos de trabalhos gerados, reduzindo, então, o risco de empobrecimento dos núcleos familiares que dependem de tais rendimentos, principalmente os que os têm como única fonte de renda.

Nesse sentido, o processo de reinstalação deve contar com a oferta de meios de capacitação e de profissionalização dos atores, de acordo com as realidades identificadas, principalmente para os negócios informais/irregulares. Além disso, preveem-se incentivo à reinserção desses atores no mercado, além de estudos que indiquem locais potenciais para a reinstalação dos estabelecimentos, garantindo a demanda do seu público-alvo de acordo com o perfil da atividade econômica afetada.

De qualquer forma, o processo de reinstalação de atividades econômicas de pequeno e médio porte irregulares ou informais conjugam dois principais impactos cujos esforços de mitigação exigem maior atenção. O primeiro desafio a ser considerado é o de como estabelecer critérios, mecanismos e parâmetros de avaliação e de reconhecimento dos direitos sobre a atividade econômica realizada. O outro desafio

reside nas possibilidades de apoio social à formalização dos negócios diretamente afetados e no impacto sobre sua rentabilidade.

Nesse âmbito, entre as opções de atendimento indicadas no PDRR e detalhadas neste PERR, incluem-se as parcerias junto a agentes tanto da esfera governamental, quanto não-governamental, voltadas à reinserção dessas atividades. Conforme já comentado, a PMF já se preparou para efetuar o acompanhamento social desses proprietários no sentido de (i) efetuar a abordagem e o diagnóstico/cadastro social com antecedência ao início das intervenções físicas e obras; (ii) estudo das características das atividades e da renda dos afetados; (iii) acionamento da rede de proteção social e encaminhamento aos programas e iniciativas relacionadas à capacitação e qualificação profissional, empreendedorismo, gestão de negócios etc. (estabelecendo convênios e parcerias com entidades novas ou que já interagem com a PMF, tais como SEBRAE, ACIF, IGEOF, etc.); e (iv) acompanhamento social das reinserções das atividades.

Nesse sentido, a PMF poderá contar com o apoio de equipes e empresas especializadas, a seu critério, para o apoio no estabelecimento de acordos, contratos e convênios, protocolos, termos de parcerias, etc., no sentido de constituir uma rede de apoio social à população impactada pelo empreendimento. A partir do cadastro e do diagnóstico constante desse PERR, a PMF deverá estabelecer as parcerias para todos os casos identificados.

Quadro 7.01. Principais Estratégias, Ações e Programas para Reinserção Social e Econômica dos Afetados

Impactos	Estratégias	Objetivos Específicos	Programas/Projetos Parceiros (Sugeridos)
Aumento de despesas decorrentes dos compromissos assumidos com a mudança para a nova unidade habitacional	Oferta de oportunidades para o aumento da renda familiar	Oferecer apoio para a busca de nova colocação no mercado de trabalho; Oferecer apoio para a inserção ou reinserção dos indivíduos que não possuem fonte de renda; Apresentar possibilidades de capacitação profissional para melhorar remuneração; Recomendar a inclusão em programas de educação continuada (médio prazo)	Governo do Estado de Santa Catarina – Santa Catarina conta com uma rede de postos do Sistema Nacional de Emprego (Sine), facilitando a inserção ou reinserção dos profissionais no mercado de trabalho. Um dos serviços prestados é a intermediação de mão de obra, onde é realizado um cruzamento entre os dados do trabalhador com as vagas disponíveis nos postos de atendimento. A vantagem da intermediação é que o profissional tem acesso às vagas de acordo com o seu perfil e ainda a indicação para cursos de qualificação que possam adequá-lo ao mercado de trabalho, reduzindo os custos e o tempo de espera por uma vaga. Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE – Oferece cursos por meio do Centro de Educação e Trabalho (CENET), que desde 1981 promove a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho através do Serviço de Colocação no Mercado de Trabalho. SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: promove o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, mediante cursos de capacitação, acesso a serviços financeiros, estímulo à cooperação entre as empresas, organização de feiras e rodadas de negócios e incentivo ao desenvolvimento de atividades que contribuem para a geração de emprego e renda. O Sebrae de Santa Catarina, em 2016, realizou 2.132 cursos, 264,5 mil orientações técnicas; 2,7 mil palestras, oficinas e seminários e mais de 108 mil atendimentos. ACIF - Associação Comercial e Industrial de Florianópolis: apoia medidas políticas e econômicas que favorecem o empreendedorismo e permitam a geração de trabalho e renda IGEOP - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis: promoção de cursos, eventos e oportunidades de geração de emprego e renda no município de Florianópolis. O IGEOP mantém no seu portal as conexões com o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (ação de formação profissional voltada para os beneficiários de programas federais do BPC, entre outros) e com as oportunidades do Instituto Federal de Santa Catarina, SENAI, SEST SENAT e SENAC. CRAS – Centro Referência da Assistência Social Programas de Transferência de Renda Empreiteiras: Fluxo de encaminhamento de currículos dos moradores visando a contratação de mão-de-obra local

7.3 Riscos de Empobrecimento

Conforme previsto no PDRR, o cadastro e o diagnóstico socioeconômico realizado em agosto de 2017 - constante deste PERR - subsidiou a caracterização das populações diretamente afetadas pelas obras do PIVF.

Desse diagnóstico foram extraídas as informações necessárias à efetivação das estratégias de acompanhamento social das vulnerabilidades. O acompanhamento das famílias vulneráveis, foco das políticas de atenção apresentadas, deve incorporar um olhar especial para o risco de empobrecimento, a fim de que a intervenção do PIVF não provoque empobrecimento da população afetada. Assim, um tratamento específico para o desenvolvimento das ações do trabalho social deve se aplicar aos seguintes casos:

- (i) Famílias fragmentadas ou em processo de fragmentação;
- (ii) Indivíduos desempregados ou que perderam atividades de subsistência;
- (iii) Idosos;
- (iv) Deficientes;
- (v) Incapacitados; ou
- (vi) Qualquer outro grupo/pessoa em situação vulnerável. Esses casos, especificamente, devem ser identificados e caracterizados por meio de relatórios e de pareceres sociais elaborados por profissional habilitado, em complemento ao diagnóstico socioeconômico realizado.

7.3.1 Matriz de Monitoramento e Trabalho com Famílias e Comércio com Maior Potencialidade de Empobrecimento

A proposta aqui apresentada surge da demanda de Análise de Risco de Empobrecimento prevista entre as diretrizes vinculantes do PDRR e nos termos dos requerimentos da política de reassentamento do BID (OP 710).

Busca, portanto, apresentar metodologia de monitoramento e linhas de ações para mitigar os impactos decorrentes da remoção para a realização de obras de implantação do Corredor do Anel Central e dos Binários, e consequentemente subsidiar a análise de risco de empobrecimento das famílias e comércio.

Convém destacar que a metodologia e ações, aqui apresentadas, se referem para todas as áreas, não apenas a deste PERR especificamente.

7.3.2 Diretrizes gerais da construção metodológica

A desigualdade social, de renda e poder, se expressa no cotidiano das cidades e bairros e essas diferenciações internas são fundamentais para orientar respostas das políticas públicas. Nesse sentido, desdobra-se a necessidade de compreender as particularidades de cada território e incorporar a perspectiva territorial na formulação e implementação das políticas públicas.

Koga e Nakano indicam a necessidade de compreender que os diferentes segmentos da população, *“podem apresentar configurações muito distintas a depender do lugar/lugares onde se encontram, onde se concretizam como sujeitos coletivos de ações*

político-territoriais, onde se fazem realidade e onde acontecem como vida” (KOGA e NAKANO, 2005, p. 74)⁸.

Dessa forma, é preciso reconhecer a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais, nos diversos territórios, que levam o indivíduo e a família a situações de vulnerabilidade e risco social. Assim, faz-se necessário considerar o significativo crescimento de famílias chefiadas por mulheres, arcando sozinhas com os cuidados dos filhos e com a manutenção da casa, desempenhando atividades de baixa remuneração e muitas em trabalho informal dependendo cada vez mais das políticas públicas e do apoio da rede de serviços de proteção social.

Diversos estudos apontam que a situação de vulnerabilidade social deve ser considerada para além da renda, pois a pobreza envolve múltiplas dimensões que refletem a falta de acesso aos serviços sociais, a espaços de participação e à possibilidade de desfrutar das riquezas socialmente construídas. Revelam, ainda, que a perda do emprego, doenças ou mortes dos responsáveis dos domicílios, separação entre cônjuges e desocupação terra urbana ocupada são fatores que incidem fortemente no risco de empobrecimento e no aumento da situação de privação da população. Para as famílias chefiadas por mulheres ou pessoas idosas as chances para enfrentar essas situações se tornam mais complexas, o que as tornam mais vulneráveis, quando associadas a condições de baixa renda domiciliar; situação que é compensada pelo papel desempenhado pela família estendida⁹.

Os mesmos estudos também apontam que a formalização e a permanência do emprego, que permite uma situação de estabilidade na renda familiar, o acesso à educação e aos serviços públicos, são condições estratégicas para a superação da pobreza.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que o risco de empobrecimento pode derivar de diferentes situações, dentre elas a mudanças e deterioração da inserção no mercado de trabalho, e, de forma decorrente, da piora do nível de renda familiar; e pela ausência ou perda do acesso a serviços e benefícios sociais que dão suporte e completam as condições de inclusão social das famílias.

Para dar suporte ao trabalho social e às ações do PDRR, a avaliação e o monitoramento foram desenhados como processos sistemáticos, que têm início no começo das ações, percorrem e atravessam toda execução e se estendem durante o processo de pós-ocupação. Por conta disso, tornam-se estratégicos como instrumentos para a tomada de decisões, pois quantificam e qualificam dados de desempenho das ações, identificam resultados e mudanças no decorrer da intervenção e permitem a construção de informações, a sua análise e comparação.

Para tanto, é vital estruturar o monitoramento, no sentido de construir um processo sistemático de coleta, armazenamento, análise e utilização das informações, retroalimentando as ações, e, especialmente, iluminando as estratégias do trabalho social para mitigar o potencial de empobrecimento das famílias. Nesse sentido, não há avaliação sem monitoramento e a definição de momentos de coleta e atualização de dados ao longo do processo são fundamentais para alimentar o processo de avaliação. Portanto, informação, monitoramento e avaliação caminham juntos, de forma a buscar a melhor apreensão e vigilância contínua, do programa em ação. No monitoramento devem-se buscar informações oportunas, simples e objetivas para que todos os implicados na ação, sobretudo executores e beneficiários, possam apreendê-las e utilizá-las para o aprimoramento ou mudanças de soluções.

⁸KOGA, D.; RAMOS, F e NAKANO, K. Perspectivas territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras. ABONG nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social.

⁹Vozes dos Pobres. Relatório participativo sobre a pobreza preparado para o Poverty Reduction and Economic Management Network, Banco Mundial, Maio, 2000.

O acompanhamento (via indicadores) é feito com base nos dados quantitativos e qualitativos coletados e num diálogo constante entre todos os parceiros. O cadastro inicial, nesse sentido, representa não só a porta de entrada do programa, mas também uma fonte estratégica de sinalização das condições das famílias e de prevenção e monitoramento de riscos que possam derivar no processo de remoção e mudança do local de moradia. O monitoramento aqui proposto busca apontar e iluminar aspectos da realidade que mereçam a atenção do trabalho social, fortalecendo o caráter de preservação e melhoria das condições de vida da população.

É fundamental, portanto, a construção de um sistema de monitoramento capaz de capturar as informações necessárias e definidas como prioritárias, criando insumos precisos para a avaliação.

O sistema de monitoramento pode envolver múltiplos aspectos do PIVF, mas a proposta aqui realizada foca um aspecto específico que requer um acompanhamento e análise sistemática.

O monitoramento deve olhar para as necessidades daqueles para quem a ação foi criada e para as mudanças mais imediatas e observáveis com relação à situação inicial e aos objetivos estabelecidos.

7.3.2.1 Objetivos

A proposta de avaliação e monitoramento das famílias com maior potencialidade de empobrecimento foi desenhada numa dupla perspectiva:

- De um lado, busca construir insumos que auxiliem na identificação da perda ou precarização das condições de vida e empobrecimento das famílias, durante a execução do PIVF, possibilitando a redefinição das estratégias do trabalho social para mitigar tais situações;
- De outro, pretende construir parâmetros para comparar as condições iniciais e as mudanças finais ocorridas no potencial de empobrecimento das famílias, após a intervenção do programa.

7.3.2.2 Público-alvo

Serão monitoradas e avaliadas as famílias, residentes em imóveis de uso exclusivo residencial com potencial de empobrecimento, definidas a partir da identificação de renda familiar de até um salário mínimo e com três membros ou mais, combinado com a presença de um ou mais dos seguintes critérios:

- Responsável com 60 anos ou mais;
- Presença de deficiente no domicílio;
- Responsável domiciliar que trabalha no próprio bairro e
- Responsável domiciliar sem cônjuge e com filho menor de 14 anos.

7.3.2.3 Indicadores da Matriz de Monitoramento

As referências anteriores traduzem a necessidade de delimitar muito bem a escolha das dimensões de análise e dos indicadores para o monitoramento e a avaliação do programa.

Entendem-se os indicadores como sinalizadores de algum aspecto da realidade a ser observado, medido e analisado. A principal finalidade do indicador social é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou

construída (ação de programa), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Assim conceituados, orientam o processo de monitoramento e a definição da escolha dos instrumentais que devem ser utilizados para coletar informações.

A base de referência para a construção da Matriz de Indicadores levou em consideração as Fichas de Pesquisa Socioeconômica (Questionários) aplicadas às famílias no momento do cadastro, pois é ponto de partida para analisar a evolução das condições de vida e potencial de empobrecimento das famílias. Assim, a Matriz de Monitoramento define pelo menos duas dimensões principais de análise, priorizadas para o acompanhamento e avaliação do programa:

- **Inserção no Mercado de Trabalho e Economia Familiar:** Refere-se às atividades produtivas remuneradas (formal e informal) exercidas pelos moradores, cujos resultados permitem apreender os elementos que constituem a economia familiar como: inserção no mercado de trabalho, geração de renda, escolaridade, renda média familiar e renda obtida de benefícios contributivos e não contributivos eventuais e permanentes.
- **Acesso a Serviços Sociais:** Refere-se à oferta e uso dos serviços sociais públicos de educação, assistência social e acesso a benefícios, de acordo com as necessidades básicas do perfil das famílias com potencialidade de empobrecimento. Refere-se também ao acesso a programas de qualificação profissional, de empreendedorismo e de apoio à reinserção no mercado de trabalho ofertado ao longo da implementação do Programa.

A partir destas três dimensões são apontados indicadores e instrumentos de coleta de dados de referência, como base conceitual para a montagem do programa de monitoramento dos riscos de empobrecimento de famílias, quando aplicáveis:

- Renda familiar proveniente de atividades da inserção no mercado de trabalho
- Renda proveniente de atividades da inserção no mercado de trabalho do responsável da família
- Percentual (%) de famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais (público potencial do Programa Bolsa Família).
- Percentual (%) de famílias com idosos com 65 anos ou mais e renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (público potencial do Programa de Prestação Continuada).
- Percentual (%) de mulheres responsáveis da família com atividade no lar.
- Percentual (%) de adultos da família inativos.
- Percentual de responsáveis e adultos da família com vínculos informais (empregado sem registro, autônomo não contribuinte e trabalho eventual).
- Percentual de responsáveis dos domicílios sem escolaridade

No caso específico dos comerciantes, a proposta ora apresentada tem como objetivo apontar procedimentos de monitoramento direcionados especificamente à parcela de comerciantes e prestadores de serviços que possam ser impactados por perdas econômicas, em decorrência do encerramento de suas atividades, nas áreas que compõem o traçado de intervenção da amostra representativa (Corredor e Binários) do PIVF.

Uma análise preliminar da situação dos comércios e serviços identificados na Pesquisa Socioeconômica aplicada aponta somente a existência de comércios e

serviços de pequeno porte regulares. Nesse sentido, os procedimentos abaixo enunciados, caso haja alguma eventual identificação de condições de informalidade em fases posteriores de detalhamento executivo e plantões sociais, deverão ser aplicados.

Nesse último caso, os procedimentos serão aplicáveis quando se verificarem:

- Condições de irregularidade evidente, do ponto de vista formal / jurídico (habilitação junto ao CNPJ, contribuição junto aos órgãos de seguridade social, etc);
- Construções precárias, com material simples como madeirite, alguns em alvenaria, porém, sem acabamento;
- Faturamento médio mensal de até cinco salários mínimos.

Mediante esse cenário, a proposta de avaliação e monitoramento a seguir delineada visa conhecer as reais condições de reassentamento e reinserção econômica dessa demanda, propiciando informações sistemáticas que subsidiem a análise dos potenciais riscos de empobrecimento, resultantes das intervenções.

Para orientar a escolha dos indicadores e a construção da matriz de monitoramento e avaliação deste público-alvo, utilizou-se como referência a mesma metodologia adotada no estudo dos riscos de empobrecimento das famílias diretamente afetadas pelas obras. Nesse âmbito, adotou-se como dimensões de referência as seguintes:

- Caracterização física e tipo de negócio – referindo-se às condições das instalações físicas do estabelecimento, qualificação do espaço para desenvolvimento do negócio, número de empregados, porte da empresa, tipo de uso;
- Resultados /reinserção socioeconômica – refere-se ao desejo de continuar com o negócio ou área de atuação.

A partir dessas dimensões foi possível estabelecer os seguintes indicadores, sugestivamente apontados:

- Percentual de atividades econômicas que mantiveram as características do negócio (ramo de atividade; Número de Funcionários; porte/classificação da empresa);
- Percentual (%) de comerciantes/prestadores de serviços que restabeleceram a rede de contatos no novo local;
- Valores das despesas para manutenção do comércio: aluguel, contas de água, luz, telefone (comparativo entre os valores anteriores e o atual, após a reinserção no novo local)

8 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Processo de Consulta e Negociação

A socialização de informações, o envolvimento na tomada de decisões dentro do processo de planejamento, de elaboração do diagnóstico socioeconômico e de execução dos trabalhos de campo e/ou iniciativas serão estimulados nas ações sociais desenvolvidas em momentos decisórios dos processos de intervenção.

No processo de consulta e negociação serão adotadas visitas domiciliares, reuniões grupais e a realização de assembleias/reuniões gerais, que informarão as comunidades, comércios, serviços e instituições, preservando-se a ética e o direito à individualidade.

Momento importante do processo de consulta e negociação é o da apresentação, em contato individualizado com os afetados, dos laudos de avaliação, em que os afetados terão conhecimento detalhado dos valores relativos às benfeitorias (acessões) construídas, valor dos imóveis e demais bens. Nesse contato, os afetados serão esclarecidos sobre as alternativas de atendimento e orientados quanto aos procedimentos de mudança e pagamento dos valores referentes aos benefícios e da avaliação dos imóveis, benfeitorias e usos, devendo a decisão do responsável corresponder ao anseio do núcleo familiar (no caso das famílias) e estratégico (negócios).

8.2 Mecanismos de Participação e Atendimento a Queixas e Reclamações

Conforme consta do PDRR, entre os principais mecanismos de interação e participação das partes interessadas no PIVF destacam-se as reuniões e consultas públicas com a comunidade. Conforme já mencionado, já foram realizadas 4 reuniões preparatórias sobre o projeto (além de 16 reuniões do Plano Diretor, que também abordaram questões de mobilidade urbana e aspectos do PIVF).

Novas interações serão realizadas e, ao longo de todo o projeto, a participação das comunidades e de todos os afetados será assegurada.

Da mesma forma, conforme exige a OP 710 do BID, exige-se a existência de um mecanismo de atendimento a queixas e reclamações que dê condições de se atender a população, proprietários de imóveis e expropriados quando existirem situações que gerem reclamações ou controvérsias ocasionadas pela implantação do Projeto.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibiliza diversas instâncias para o acolhimento de reclamações.

Para as queixas, reclamações, solicitações de informação, etc. relativas ao PIVF, atualmente, as Ouvidorias da SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Ouvidoria Geral são as instâncias usualmente acionadas, pelos seguintes telefones:

- OUVIDORIA DA SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura - (48) 3251-6351
- OUVIDORIA GERAL - (48) 3251-6043

Ainda sim, está prevista a estruturação de uma sistemática específica de atendimentos no âmbito do Programa, mediante a existência de entidades, procedimentos e recursos próprios para o acolhimento de queixas, gestão da informação e acompanhamento dos atendimentos realizados.

Nas Ouvidorias o cidadão pode apresentar suas sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Municipal colaborando para a melhoria dos processos de gestão, na qualidade do serviço prestado e no atendimento dos anseios da coletividade. Em todas as

instâncias, porém, os reclamantes podem encaminhar queixas, manifestações, comentários, opiniões, etc. da seguinte forma:

- Por meio de cartas ou e-mails;
- Por meio de contato telefônico com a Ouvidoria.

Todas as reclamações e reivindicações recebidas são devidamente encaminhadas para tratamento nas áreas de competência da Prefeitura e são respondidas em até 48 horas. As respostas são encaminhadas por telefone, e-mail ou correspondência, ou ainda, através de visitas técnicas.

A função desse mecanismo é de tratar as questões que geram desconfortos à população antes que se instalem controvérsias ou conflitos que normalmente demandam soluções mais complexas e desgastem a imagem do Projeto.

Aquelas reclamações consideradas mais complexas e/ou não resolvidas nessas instâncias poderão, a critério do reclamante, ser encaminhadas para a Defensoria Pública, que é o organismo oficial de defesa dos direitos da população e que, de acordo com as características do caso, poderá estabelecer um processo de resolução assistida ou de judicialização através do Ministério Público.

A existência e as formas de acesso ao mecanismo de atenção a queixas e reclamações será amplamente divulgado junto às partes interessadas.

8.3 Plano de Comunicação

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, implantará um Plano de Comunicação Social e manterá um programa de ações ao longo de todas as etapas do PIVF, tendo início na fase pré-constructiva e se estendendo até a pós-ocupação.

Esse Programa de Comunicação abrange atividades nas seguintes etapas:

- a) divulgação geral do empreendimento;
- b) realização de consultas públicas (vide Plano de Consultas Públicas);
- c) comunicação e diálogo social na etapa pré-obras;
- d) comunicação e diálogo social durante a execução das obras;
- e) comunicação e diálogo social durante a operação das obras, por prazo determinado.

O Plano destina-se ao atendimento da população diretamente afetada e ao público desse PERR, levando-se em conta as características socioculturais dos diferentes grupos sociais envolvidos.

A principal estratégia utilizada envolve reuniões nas comunidades, por meio das consultas públicas prévias, e o funcionamento permanente de canais de comunicação e atendimento à população em todo o período de implementação do empreendimento.

Tal Plano foi preliminarmente especificado, conforme consta do PDRR e do **Anexo IV deste PERR**, estabelecendo canais permanentes de diálogo e esclarecimentos às populações, direta e indiretamente afetadas pela implantação das obras do Corredor do Anel Central e Binários.

9 ESTRUTURA OPERACIONAL DE EXECUÇÃO

Todo o processo de remoção, desapropriação e reassentamento será coordenado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis.

Em função da extensão do trabalho social, dos procedimentos de comunicação e dos processos expropriatórios envolvidos, serão abrangidos– direta ou indiretamente - na execução do PDRR os seguintes órgãos:

- Procuradoria Geral do Município;
- Superintendência de Comunicação;
- Secretaria Municipal da Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Fazenda;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana;
- Conselho Municipal de Direitos LGBT;
- Conselho Municipal de Habitação;
- Coordenadoria da Juventude;
- Coordenadoria da Mulher;
- Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial;
- IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis;
- IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Todos os órgãos e entidades contam com pessoal especializado e registram uma longa experiência nas diversas funções associadas ao projeto, desde a liberação de áreas para a execução de obras viárias quanto o atendimento social no município.

Esse conjunto de entidades comporá o grupo de apoio às atividades de coordenação. As ações de cadastramento, avaliações e gerenciamento serão realizadas pela Prefeitura com o apoio de empresas especializadas disponíveis no mercado, que serão contratadas através de processos de licitações públicas.

10 COORDENAÇÃO COM O PLANO DE ATAQUE DE OBRAS

Um dos pontos fundamentais para evitar ou mitigar os problemas e interferências das obras sobre os moradores, comerciantes e transeuntes das áreas centrais (Corredores) e Binários é, precisamente, a compatibilização entre o cronograma de ações expropriatórias e de remoções com o plano de ataque das obras civis.

Como se sabe, o refinamento entre ambas as programações é essencial para que os danos e prejuízos sejam prevenidos ou atenuados. Essa é uma condição essencial para antever situações que interfiram no funcionamento de comércios e serviços ou, também, no processo de convívio, bem estar e inserção social e urbana por parte das famílias afetadas ou residentes no entorno das obras. São comuns em obras dessa natureza as interferências ambientais e de mobilidade decorrentes da geração de ruídos, emissão de partículas e de poeira no ar, geração de resíduos sólidos, problemas de tráfego, interrupção parcial de vias, interrupção parcial de acesso para pedestres etc.

Nesse sentido, a programação das desapropriações e remoções deve estar alinhada e planejada de acordo com as prioridades de obras, objetivando organizá-las de forma que o atendimento seja realizado satisfatoriamente e que as áreas sejam liberadas para as obras sem prejuízo para as partes envolvidas. Acessos provisórios, sinalizações adequadas,

A sincronização dos cronogramas de obras e de relocação da população e das atividades econômicas consiste em importante passo para a redução do tempo das obras, bem como para a manutenção do congelamento das áreas. Por esse motivo, esse PERR deverá realizar atualização sistemática do cadastro socioeconômico para fins de ajustes na quantificação das relocações, cujas áreas de afetação direta podem ter sofrido adensamento ou transformações urbanas.

A partir da liberação das áreas para o início das obras, o controle sobre as mesmas passa a ser de responsabilidade da empreiteira contratada, que deve implantar um sistema de proteção do perímetro desocupado, contratando serviços especializados de fiscalização e de segurança patrimonial. Assim, as empreiteiras serão contratualmente obrigadas a contar com pessoal social adequado e coordenar suas ações com as áreas sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

É fundamental, também, que os cronogramas e o plano de ataque das obras sejam adequados para reduzir ao mínimo ou evitar os impactos, paralisações ou interrupções temporárias das atividades econômicas, dos serviços e do funcionamento de entidades e instituições afetadas. Tratando-se de um projeto de infraestrutura viária, deverão ser providenciados desvios, rotas alternativas, sinalização e operações diferenciadas de tráfego para que se previnam ou atenuem os efeitos sociais e econômicos sobre esses imóveis, evitando conflitos.

Vale ressaltar a necessidade de intensa articulação institucional entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal da Assistência Social e Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana, estabelecendo as condições para essa desejada integração de cronogramas, sobretudo quando da contratação das Construtoras, a fim de que a mesma operacionalize as relações com as comunidades e comércios, incorporando esse *modus operandi* em sua estrutura organizacional.

Essa estrutura deve ter disponibilidade suficiente de recursos humanos e materiais, com equipes experientes na área de mobilização e desenvolvimento comunitário, vinculando-se as atividades, também, à supervisão técnica e ambiental das obras.

11 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução do trabalho apresenta o detalhamento das ações planejadas para o período abrangido pelo PIVF (36 meses) para o Corredor e Binários.

Quadro.11. 01. Cronograma das atividades – Corredor do Anel Central e Binários

Atividades	Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13 a 36
Elaboração e Publicação do DUP													
Projeto de Engenharia													
Processo de contratação - Apoio a Desapropriações													
Caracterização das áreas objeto de intervenção - Corredor e Binários													
Mobilização da população / Consultas Públicas													
Cadastramento dos imóveis													
Início das Obras													
Estudo socioeconômico													
PERR													
Avaliação dos imóveis e benfeitorias													
Instalação do Plantão Social													
Definição de Critérios/Políticas de atendimento													
Plano de atendimento													
Implementação das Alternativas de Atendimento													
Acomp.social aos afetados nas áreas													
Atualização dos dados cadastrais													
Preparação das remoções													
Ações operacionais para remoções													
Atendimento às famílias proprietárias de negócios													
Realização das remoções													
Demolição das benfeitorias													
Acompanhamento social às famílias da fase de transição/moradias													
Acomp. repasse da verba de transição													
Distribuição das unidades habitacionais													
Mudança para as unidades habitacionais													
Desenvolvimento de ações educativas													
Estudo do entorno dos empreendimentos													
Acompanhamento social no Pós - Ocupação													

 – Atividades em desenvolvimento ou já concluídas
 – Atividades a serem executadas

12 ORÇAMENTO DETALHADO

As ações de remoção, reassentamento, desapropriações e realocação de atividades econômicas, para as áreas abrangidas e afetadas no Corredor do Anel Central e dos Binários, totalizam um custo de US\$ 22,9 milhões.

Esse orçamento contempla as atividades de desapropriações, Remoções (Auxílio Habitacional, Apoio à Mudança, etc.), Aquisições de Unidades Habitacionais e Gerenciamento Social e Execução do PERR.

Ressalta-se que, como neste momento as famílias e comércios ainda não fizeram suas opções, trata-se de estimativas, ou seja, os números finais serão conhecidos somente após a colocação em solução definitiva.

Os orçamentos são ora apresentados em reais e dólares americanos, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1,00 = R\$ 3,00. Ressalta-se que, do orçamento completo constante das planilhas do **Anexo I** deste PERR, foram excluídos os valores indicados para os imóveis da Prefeitura de Florianópolis e, também, para o terreno da Universidade Federal de Santa Catarina, este último dotado de um Termo de Cessão de Uso Onerosa, tendo como objeto a cessão temporária da área pertencente à UFSC no entorno da Rua Deputado Edu Vieira. O referido termo consta do **Anexo VI** do presente PERR.

Quadro.22.01. Orçamento Estimativo (R\$)

Áreas de Abrangência da Amostra Representativa		INDENIZAÇÕES			INDENIZAÇÕES ASSISTIDAS (R\$)
		Terrenos (R\$)	Edificações / Benfeitorias (R\$)	TOTAL (R\$)	
Corredor	Corredor do Anel Central	46.077.718,96	3.175.335,73	49.253.054,69	97.870,80
Binários	Aracy V. Callado / Joaquim Nabuco	1.237.132,25	211.617,47	1.448.749,72	293.612,40
	Juscelino Kubistich	5.950.532,13	1.702.933,47	7.653.465,60	
	Patrício Caldeira de Andrade	1.622.148,90	8.477.055,78	10.099.204,68	
	Av. Atlântica	0,00	0,00	0,00	
	Sub-total Binários	8.809.813,28	10.391.606,72	19.201.420,00	293.612,40
SUB-TOTAL GERAL (Corredor+Binários)		54.887.532,24	13.566.942,45	68.454.474,69	391.483,20
TOTAL GERAL (R\$)				68.845.957,89	

Quadro.12.02. Orçamento Estimativo (US\$)

Áreas de Abrangência da Amostra Representativa		INDENIZAÇÕES			INDENIZAÇÕES ASSISTIDAS (US\$)
		Terrenos (US\$)	Edificações / Benfeitorias (US\$)	TOTAL (US\$)	
Corredor	Corredor do Anel Central	15.359.239,65	1.058.445,24	16.417.684,90	32.623,60
Binários	Aracy V. Callado / Joaquim Nabuco	412.377,42	70.539,16	482.916,57	97.870,80
	Juscelino Kubistichuk	1.983.510,71	567.644,49	2.551.155,20	
	Patrício Caldeira de Andrade	540.716,30	2.825.685,26	3.366.401,56	
	Av. Atlântica	0,00	0,00	0,00	
	Sub-total Binários	2.936.604,43	3.463.868,91	6.400.473,33	97.870,80
SUB-TOTAL GERAL (Corredor+Binários)		18.295.844,08	4.522.314,15	22.818.158,23	130.494,40
TOTAL GERAL (US\$)				22.948.652,63	

13 ANEXOS

Anexo I – Relação Nominal dos Imóveis e Usos Abrangidos pelo PIVF

Anexo II – Metodologia e Critérios da Pesquisa Socioeconômica

Anexo III – Relatório Fotográfico

Anexo IV – Plano de Comunicação

Anexo V – Volume 3 dos Projetos de Engenharia

Anexo VI – Termo de Cessão entre UFSC e Prefeitura de Florianópolis

PLANILHA DESAPROPRIAÇÃO RUA DEPUTADO ANTONIO EDU VIEIRA																	
Nº	NOME	END. PARA CONTATO	MATRICULA / CARTÓRIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ATIVIDADES (USOS)	AFETAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO (M2)		DIVIDAS	ÁREA EDIFICAÇÃO (M2)		USO DA PROPRIEDADE	VALOR DA DESPROPRIAÇÃO (R\$)			OBSERVAÇÕES
								TOTAL (m2)	ATINGIDA (m2)		ATINGIDA (m2)	OBS		TERRENO	EDIFICAÇÃO-BENFEITORIA	TOTAL	
1	Gilberto Souza Guerra (falecido)	Rua João Motta Espezim, S/N*	A. de Marinha	52.67.076.0281.001-003	Terreno Baldio	não	Rua João Motta Espezim, 1480	540,00	50,00	R\$ 10.911,73	-	Terreno Baldio	Baldio	574.569,20	-	574.569,20	
2	Lizoni Maria de Souza	X	A. de Marinha	X	Residência Unifamiliar	sim	X	226,64	226,64		-	Terreno Baldio	Residencial Unifamiliar	411.614,37	3.593,35	415.207,72	Existe outro imóvel na mesma edificação. Dona Lizoni aluga para uma família. Entrada da casa alugada é independente.
3					Desconhecido (vide observação)	sim			Outra residência	Residencial Unifamiliar							
3	Maria da Graça Vieira	Rua João Motta Espezim, 1452	X	52.67.076.0255.001-913	residência unifamiliar	sim	Rua João Motta Espezim, 1452	731,30	550,92	R\$ 429,40	310,37		Residencial	1.014.920,11	279.593,44	1.294.513,55	
4	Marlene Silva da Silveira	Avn. Prefeito Waldemar Vieira, 249 - Saco dos Limões	X	52.68.003.0602.001-825	Terreno Baldio	não	Rua João Motta Espezim, S/N*	885,00	774,36	R\$ 77.125,54	-	Terreno Baldio	Baldio	1.381.388,55	9.643,48	1.391.032,03	
5	Elcio José Lemos	Rua Sem Milton Campos, 179 / Casa - Coqueiros	41831	52.68.003.0642.001-605	Residência Unifamiliar: Simone Blandina Costa	não	Rua João Motta Espezim, 1463	15.284,17	15.284,17	R\$ 47.230,70	275,18	Cedido	Residencial	10.061.110,59	-	10.061.110,59	
6	Edejarde João Dias	Rua Lauro Linhares, 897, Apto 501E - Trindade	trans. 10.592LV3I-FL248	52.68.003.0650.001-066	locação de andaimes	sim	Rua João Motta Espezim, 1462	1.610,33	1.610,33		148,11		Outros	2.332.128,22	62.605,57	2.394.733,79	
7	Maria Cruz de Andrade (Espólio)	Rua João Motta Espezim, 1453	24580	52.68.003.0659.001-905	Residência Unifamiliar: Luiz Carlos Martins de A	sim	Rua João Motta Espezim, 1453	1.593,00	1.550,58		288,94		Residencial	2.286.361,22	161.583,92	2.447.945,14	
		Residência Unifamiliar: Isabel Cristina de Andre			sim												
		Residência Unifamiliar: Bruna de Andrade Anse			sim												
					sim												
8	Residencial Multifamiliar JAT Engenharia e constr.	Rua Santos Saraiva, 441 - Trindade	16428	52.68.003.0243.001-725	Residência Unifamiliar: Hilda Alonso	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 365	6.200,00	168,51		-	Muro	Residencial	1.392.574,19	28.851,53	1.421.425,72	
					Residência Unifamiliar: Alisson Antonio Tokoti	não											
					Residência Unifamiliar: Claudia Madalosso Lope	não											
					Residência Unifamiliar: Marcio Eraldo Sotero de	não											
					Residência Unifamiliar: Nelson da Silva Aguiar	não											
					Residência Unifamiliar: Wilbert Margraf	não											
9	Pantanal Incorporacoes Ltda - Posto de Gasolina	Rua Madre Benvenuta, 1477 Sl. 04 - Santa Monica	11380 45.754	52.68.003.0192.001-065	Posto de Gasolina	sim	Rua Dep Antonio Edu Vieira, 395	972,50	662,67	R\$ 7.779,75	-	Área Pavimentada	Posto Gasolina	306.095,04	10.198,23	316.293,27	
					Conveniencias	sim											
					Barbearia	sim											
					Chaveiro	sim											
					Lavação de Veículos	sim											
10												-	48.582,24	48.582,24			
11	Beno Hillmann Filho	Rua Souza Dutra, 377 - Estreito	10733	52.68.020.0207.001-177	Corpo e Saúde Academia	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 437	326,30	144,94		-	Área Pavimentada	outros	263.280,61	8.771,77	272.052,38	
					Comercio de Madeira	sim											
12	Ireno Euclides da Silva	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 443	X	52.68.020.0169.001-667	Cabeleireiro	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 443	308,00	157,23	732	277,75		Alimentos	285.605,15	213.045,47	498.650,62	
13	Aliton José Alves	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 101	TRANS:6.351 LV3E-FL175	52.56.039.0476.001-191	Lanchonee	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira,101	397,00	160,97		117,78		Outros serviços	292.398,79	98.153,52	390.552,31	
					Residência Unifamiliar: Rozeno Alberto Lúcio	sim											
14	Zoraide Anália Vieira	Rua Pedro Vieira Vidal, 64 - Pantanal	TRANS:11656-LV3J-FL150	52.56.039.0432.001-161	Terreno Baldio	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	422,50	174,79		-	Terreno Baldio	Baldio	317.502,54	-	317.502,54	
15	Robson Rodrigues Henrique e Outros	X	23133	52.56.039.0419.001-021	Hostel	sim	X	560,00	139,62	R\$ 4.590,15	156,10		Outros /serviços	253.616,94	184.210,72	437.827,66	
16	Alexandre Todescato e Outros (Abel Todeschato)	X	9126	X	Lanchonete	sim	X	612,00	248,89		91,97		Alimentos	473.602,83	89.661,11	563.263,94	
17	Gelcy Saul Guimarães Torquato	Rua Presidente Coutinho, 523 Apto 904 - Centro	51778	52.56.039.0018.001-071	Comercio de Alimentos	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 523	576,00	247,53		-	Área Pavimentada	Alimentos	471.054,54	14.305,53	485.360,07	
					Comercio Livro Usado	sim											
					Restaurante	sim											
18	Djalma Crescêncio Mariano e Outros	Rua Martinho Leandro dos Santos, 120 / Casa - Pantanal	88445	52.56.049.0687.001-791	Comunicação Visual	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 547	392,00	306,90		56,55		Outros serviços	581.664,50	9.633,11	591.297,61	
19	Antônio Carlos da Silveira	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 126 - Pantanal	TRANS: 396LV3I-FL151	52.56.049.0552.001-211	Pet Shop	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 126	510,00	275,21		97,12		Outros serviços	522.791,67	139.526,06	662.317,73	
20	Ivone Matalicia Santana	Rua Marli Maria da Silveira, 587 - Pantanal	51293	52.56.049.0312.001-721	Lavação de Veículos	sim	X	924,00	75,00	R\$ 20.031,83	54,57		Outros serviços	283.207,40	16.649,58	299.856,98	
21	Valter Agostinho		X	52.56.049.0300.001-101	Dividido em 3 residências: República de Estudantes	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira,597	213,00	194,76		200,43		Mista	353.759,48	240.274,56	594.034,04	República de estudantes. A edificação do Sr. Valter foi sub-dividida em 3 residências que encontram-se alugados
					Residência Unifamiliar: Valmir Lima da Silva	sim											
22	Antônio Carlos da Silveira	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 615 - Pantanal	9252	52.56.049.0552.001-211	Mecânica Veículos	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira,567	253,00	179,13		253,00		Oficina Mecanica	368.533,11	101.070,51	469.603,62	
23	Antônio Carlos da Silveira	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 615 - Pantanal	X	52.56.078.0495.001-639	Associação Esportiva	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 615	1.325,00	231,28	R\$ 580,78	127,90		Oficina mecanica	440.556,02	30.459,39	471.015,41	
24	José Manoel Inácio	Rua Duque de Caxias, 347 - Saco dos Limões	24332	52.56.078.0481.001-020	Mecânica Veículos	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N	2.070,00	207,63	R\$ 2.132,07	-	Área Pavimentada	Mercado	377.155,74	-	377.155,74	
					Comercio de Alimentos	sim											
					Açougue	sim											
					Assados	sim											
25	Espólio de Ivonio Gumercindo Vieira	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 651 - Pantanal	202	52.56.078.0352.001-899	Bar	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 651	2.070,00	184,91	R\$ 276,40	41,96		Mista	335.885,32	-	335.885,32	
					Residência Unifamiliar: Erica Lopes Vieira	sim											
26	Valdir Soldi / Marli Soldi e outros	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 679 Casa 4 - Pantanal	21616	52.56.078.0163.001-069	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 679	1.171,94	875,72		-	Área Pavimentada	Residencial	1.532.404,91	77.789,82	1.610.194,73	
	Altino Anacleto da Silveira			52.56.078.0227	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	Valda da Silveira Lemos			52.56.078.0165	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	Sebastião Lino Peres			52.56.078.0731	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	Valmor Ricardo Dutra			52.56.078.0784	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	Vilson da Silveira (terreno)			52.56.078.0161	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	Maristela Bedin (terreno)			52.56.078.0159	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
	José da Silveira Neto			52.56.078.0157	Cond. Horizontal Unifamiliar	sim											
27	Dezalda da Silva Dias	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 745 - Pantanal	TRANS:1.209LV3A-FL63I64	52.56.078.0155.001-799	Residência Unifamiliar: Silvio Dias	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 745	926,50	216,26		22,17		Misto	392.831,96	49.144,31	441.976,27	
28	Benvindo Fiamoncini	Rua Joaquim Nabuco, 1737 Apto 203 - Capeiras	22266	52.56.078.0083.001-607	Funilaria de Veiculo	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	370,00	170,89		70,20		oficina mecanica	310.418,27	13.002,76	323.421,03	
					Borracharia	sim											
29	Celso Antonelli Schuwab	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 775 - Casa - Pantanal	22325	52.56.078.0043.001-819	Restaurante (1)	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 775	480,00	173,14	R\$ 946,75	-	Área Pavimentada	Alimentos	314.505,35	2.415,12	316.920,47	
30	Recreativo Clube Corinthians Catarinense	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 797 - Pantanal	15004	52.56.078.0027.001-079	Restaurante (2)	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 797	904,00	877,11	R\$ 107.538,67	322,05		associação	1.534.407,46	107.434,00	1.641.841,46	
31	Maria Marques da Silveira	Rua Juvenal Pereira,19, Ap 304 - Kobrasol SJ	51679	52.56.091.1025.001-667	Comercio Fechado	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 817	900,00	651,63		225,94		mista	1.186.592,16	157.387,09	1.343.979,25	
					Residencial Unifamiliar	sim											
32	Centrais Elétricas do Sul do Brasil/S.A. - ELETROSUL	X	30391	52.56.091.0985.001-360	Lavação de Veículos	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira	1.290,00	551,80		-		instucional	1.019.340,14	-	1.019.340,14	
33	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	X	30389	52.56.091.1575.001-767	Institucional	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira	82.170,84	5.882,59		-		instucional	5.471.338,13	96.826,44	5.568.164,57	
34	Universidade Federal de Santa Catarina		X	52.44.077.1769.001-833	Institucional	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira	100.000,00	33.170,12		-		instucional	23.578.648,10	-	23.578.648,10	
		52.45.057.1140.001-801		Institucional	sim												
		52.56.082.0331.001-992		Institucional	sim												
		52.45.042.13888.001-020		Institucional	sim												
		52.34.036.2942.002-985		Institucional	sim												
35	Regina Maria Klemba	Rua Vladimir Herzog, 382, Casa - Carianos	15371	52.68.026.0900.001-054	Loja de Roupas	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	318,50	27,60	R\$ 1.851,60	-	Área Pavimentada	loja/roupas	50.134,85	-	50.134,85	
36	Junkes Construtora e Incorporadora/ edificio	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 376, 502 - Pantanal	24767	52.68.026.0930.001-303	Residencia Multifamiliar	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 376	1.601,56	154,20	R\$ 1.174,20	-	Terreno	multifamiliar	280.101,22	7.936,14	288.036,36	
37	Maria Regina Bonatto Schniro Garido	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 394, Casa	3463	52.68.026.0942.001-923	Residencia Unifamiliar	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira	12.000,00	112,70	R\$ 731,55	-	Área Pavimentada	residencial	204.717,30	10.167,24	214.884,54	
38	Antônio Carlos de Oliveira Gorski	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 408	35	52.68.026.0956.001-044	Residência Unifamiliar	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 408	15.075,00	233,75	R\$ 580,78	-	Terreno	balido	445.197,91	3.779,94	448.977,85	
39	Espólio de Alvaro José Dias	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	TRANS:3.396LV3B-FL104	52.68.026.1010.001-490	Residência Unifamiliar: Syrio José Dias (filho)	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	520,18	144,13	R\$ 379,88	-		residencial	261.009,26	5.392,46	267.201,72	
40	Balista Pacheco Pereira	Rua Evaldo Schaeffer, 742, Casa - Jardim Atlantico	3201	52.68.082.0304.001-162	Terreno Baldio	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	312,00	101,93	R\$ 14.828,27	-	Terreno Baldio	baldio	185.153,61	-	185.153,61	
41	Espólio de Julião da Silva Bravo	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 464	51859	52.68.082.0318.001-852	Residência Unifamiliar: Júlio Cesar Bravo	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 464	2.772,00	104,08	R\$ 1.235,80	131,53		residencial	189.059,24	98.245,50	287.304,74	
42	Terezinha de Fátima Pinheiro	Avenida Cesar Seara, 356, Ap 201 Bl 8 - Canoeira	51091	52.68.082.0331.001-992	Residência Comercial	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 478	520,00	93,94	R\$ 467,63	59,38		Comercial	170.640,13	38.504,96	209.145,09	
43	Espólio de Arlindo Patricio da Costa / Rogério de S. Rod	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 490 - Pantanal	1860	52.68.082.0341.001-332	Acessórios de Veículos	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 490	400,00	66,47	R\$ 339,80	83,02		outros comercios	120.741,43	16.132,45	136.873,88	
44	Junkes Construtora e Incorporadora/ palmas de maiorca	Avenida Prof Othon Gama D'eqa, 900, Sl. 311 - Centro	48894	52.68.082.0403.001-063	Residencial Multifamiliar	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 516	6.230,81	189,84	R\$ 1.174,20	-	Área Pavimentada	multifamiliar	344.840,55	-	344.840,55	
45	Manoel Issac da Costa	X	48893	52.68.082.0490.001-482	Comércio de Alimentos (1)	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 530	537,12	316,00		-	Área Pavimentada	alimentos	213.672,54	5.325		

PLANILHA DESAPROPRIAÇÃO RUA DEPUTADO ANTONIO EDU VIEIRA																			
Nº	NOME	END. PARA CONTATO	MATRICULA / CARTÓRIO	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ATIVIDADES (USOS)	AFETAÇÃO	ENDEREÇO	ÁREA TERRENO (M2)		DIVIDAS	ÁREA EDIFICAÇÃO (M2)		USO DA PROPRIEDADE	VALOR DA DESPROPRIAÇÃO (R\$)			OBSERVAÇÕES		
								TOTAL (m2)	ATINGIDA (m2)		ATINGIDA (m2)	OBS		TERRENO	EDIFICAÇÃO- BENFEITORIA	TOTAL			
60	Renato Wanderlinde	Rua Cap. Romualdo de Barros, 694, Bl C, Apto 202 - Saco dos Limões	28755	52.57.018.0357.001-249	lanchonete	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 762	360,00	93,15			-Área Pavimentada	outros serviços	169.205,11	-	169.205,11			
					salão de beleza	sim													
					academia	sim													
61	Hsieh Chien	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 784 - Pantanal	4247	52.57.018.0414.001-109	restaurante	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira,784	655,00	195,04		-	Área Pavimentada	Misto	354.286,26	13.110,31	367.396,57			
62	Pedro Laudelino Silveira	Rua Cap. Osmar Silva, 60, Casa - Pantanal	1000	52.57.018.0776.001-019	Salão de Beleza	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	287,00	85,62	R\$ 2.012,26	-	Escada e Toldo	alimentos	155.527,02	7.009,26	162.536,28			
					Comercio de Alimentos	sim													
63	Davide Debiasi	Rua Nilo Cordeiro Dutra, 57, Casa - Carvoeira	33059	52.57.018.1245.001-636	restaurante	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	250,00	78,91	R\$ 8.194,89	51,22		alimentos	143.338,44	17.596,63	160.935,07			
64	Antonio Pruner Junior	Av. Madre Benvenuta, 40, Apto 302 - Santa Monica	TRANS: 11095LV3J-FL051	52.57.018.1277.001-046	Comércio materiais de construção	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira,290	396,15	117,70		-		outros comercios	213.799,70	5.557,71	219.357,41			
65			12261					792,30	139,38		-			253.180,98	5.652,17	258.833,15			
66	Perdigão Serviços LTDA	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 880 - Pantanal	19190	52.57.018.1314.001-016	tv Barriga Verde	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 880	6.828,00	451,21	R\$ 44.007,66			institucional/multifamiliar	843.767,21	12.834,46	856.601,67			
					Residencia Multifamiliar	não													
67	Luciane Pereira Damas e Outros	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 920, Casa - Pantanal	TRANS:4042LV3C-FL250	52.57.018.1352.001-826	residencia unifamiliar/roupas	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 920	4.340,39	56,44		-	Muro	residencial	102.522,13	12.838,88	115.361,01	Mesma edificação a proprietária aluga 3 kitnets nos fundos da casa e na parte da frente aluga o espaço para uma loja de roupas. Também aluga espaço para placa de propaganda "Mida Mix", além de três garagens para os inquilinos		
68	Rosa Maria de Moraes Pruner	Av. Madre Benvenuta, 40, Apto 301 - Santa Monica	X	52.57.018.1366.001-416	farmácia	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 932	-	41,16		-	Rampa	farmácia	74.766,32	2.490,40	77.256,72	declaração do proprietário		
69	Oswaldo Costa Filho / Edite Inácio Costa	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 948 - Pantanal	51934	52.57.018.1280.001-096	restaurante	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	525,00	11,26			-Área Pavimentada	alimentos	20.453,56	680,85	21.134,41			
					restaurante	sim													
					serviço de impressão	sim													
70	Lino Tomaz Peres	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 996 - Pantanal	X	52.57.036.0028.001-603	Residência Unifamiliar	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 996	-	7,34	R\$ 616,95	-	Muro	residencial	13.332,96	2.496,21	15.829,17			
71	Residencial delle Alpi	Rua Luiz de Camões, 814, Casa - Lages	X	52.57.036.0052.001-723	Residencia Multifamiliar	não	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, S/N*	-	92,42	R\$ 28.867,47	-	Área Pavimentada	multifamiliar	167.879,08	5.592,05	173.471,13			
72	Oswaldo Costa Filho e Outros	Rua Profa Maria do Patrocinio Coelho, 1040 - Pantanal	TRANS:937LV3E-FL287/288	52.57.036.0102.001-853	Comércio de veículos e Residência Unifamiliar	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira	447,20	196,98		46,28		Misto	357.810,23	81.158,72	438.968,95	Processo nº 0000520-48.2000 cumprimento de sentença e domoção		
73	Aires Euclides Gemelli	Rua Maria Alexandre Machado, 212, Casa - Itacorubi	28985	52.57.035.0147.001-170	banca de revista	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 1074	350,15	224,77			543,24	misto	408.290,21	329.128,33	737.418,54	Processo nº 0000520-48.2000 cumprimento de sentença e domoção		
					lanchonete	sim													
					Acessórios de Veículos	sim													
					Residência Unifamiliar: Fernanda de Fátima Maciel	sim													
					Residência Unifamiliar: Renata Valentini	sim													
					Residência Unifamiliar: Igor Carneiro Lobo	sim													
74	Valda Josina Ribeiro (só a benfeitoria)	Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 694, Apto 207 - Pantanal	X	52.57.045.0015.001-110	Residência Unifamiliar: Roseli da Aparecida Alves S	sim	Rua Dep. Antonio Edu Vieira, 207	536,00	33,32		56,70		residencial	60.525,11	11.194,28	71.719,39	Informou que tem escritura da propriedade em nome de Sabino Correia Costa da Lagoa da Conceição. Adv. Ricardo Picoli 999616205		
75	Prefeitura Municipal de Florianópolis			52.57.045.0015.001-110	Institucional	não			153,64		-		institucional			-			
TOTAIS								335.882,58	70.074,50	394.458,43	4.582,60			70.103.405,65	3.175.335,73	73.278.741,38			

PLANILHA DE DESAPROPRIAÇÃO DOS BINÁRIOS

Nº		N.º INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ATIVIDADES (USOS)	AFETAÇÃO	ENDEREÇO	TERRENO (m²)			EDIFICAÇÃO (m²)		USO DA PROPRIEDADE	VALOR DA DESAPROPRIAÇÃO (R\$)			OBS
						ÁREA TOTAL	ÁREA ATINGIDA DESAPROPRIAR	ÁREA DE MARINHA	ÁREA ATINGIDA A DESAPROPRIAR	OBS		TERRENO	EDIFICAÇÃO BENFEITORIA	TOTAL	
1	BINÁRIO ARACY V. CALLADO /JOAQUIM NABUCO														
1.1	Natal Martins	5110002.0037.002-032	Residencia	Sim	Rua dos Navegantes, 58	235,98	235,98	235,98	67,60	Particular	residencial	666.660,18	73.651,56	740.311,74	
1.2	João Luiz Dutra	5110002.0044.001-062	Residencia	Sim	Rua dos Navegantes, 66 Casa 01	225,82	225,82	225,82	126,63	Particular	residencial	570.472,07	137.965,92	708.437,99	
			Gilvânio Augusto dos Santos		Rua dos Navegantes, 66 Casa 02										
			Vanderli Serafim da Silva		Rua dos Navegantes, 66 Casa 03										
			Marieta Mimosso		Rua dos Navegantes, 66 Fundos										
			Paulo Edson da Cunha Rosa	Rua dos Navegantes, 66 Lado											
	Total					461,80	461,80	461,80	194,23			1.237.132,25	211.617,47	1.448.749,72	
2	2. BINÁRIO JUSCELINO KUBITSCHECK														
2.1	Prefeitura Municipal de Florianópolis	44900231069			Rua Juscelino Kubitscheck	3.709,16	63,44	-	-	Público Municipal	Publico		-		
2.2	José Ramos Augusto	5120083.0731.001845	Pizzaria	Sim	Rua Afonso Penna, 827	470,00	445,42	-	208,34	Particular	Comercial	1.388.106,65	322.306,15	1.710.412,80	
			Residencia												
			Residencia												
2.3	Rosineia Matos Costa	5120083.0739.001135	Residencia/Escritorio	Sim	Rua Afonso Penna, 637	360,00	143,93	-	91,51	Particular	Misto	411.123,40	141.567,80	552.691,20	
2.4	Maria Florinda da Rosa	5120083.0146.002655	Residencia	Sim	Rua Souza Dutra, 724	720,00	432,51	-	196,11	Particular	Residencial	1.447.172,63	213.665,77	1.660.838,40	
			Residencia												
2.5	José Lourenço Matos do Amaral	5121023.0409.001405	Residencia	Sim	Rua Souza Dutra, 783	571,00	53,57	-	23,11	Particular	Residencial	180.529,99	25.178,81	205.708,80	
		Residencia													
2.6	Nelson Retzlaff	5120085.0065.001130	Residencia	Sim	Rua Nsa Das Graças, 229	390,64	164,94	-	346,95	Particular	Residencial	255.360,64	378.008,96	633.369,60	
2.7	Antonio Nicolau da Costa	5121024.0400.001728	Residencia	Sim	Rua Des Gil Costa, 846	153,00	61,95	-	84,26	Particular	Residencial	146.085,04	91.802,96	237.888,00	
2.8	Osmar Espiridão de Souza Filho	5122027.1163.001473	Comercio	Sim	Rua Santos Saraiva, 923	2.368,00	40,69	-	-	Particular	Comercial	156.249,60	-	156.249,60	
2.9	Olmir Favareto	5122027.1013.001893	Baldio	Não	Avn Pres Juscelino Kubitschek De Oliveira, Sn	810,00	23,91	-	-	Particular	Terreno Baldio	91.814,40	-	91.814,40	
2.10	José Sebastião da Silva (Justica)	5121019.0480.001401	Comercio	Sim	Rua Dep Benedito Teresio Carvalho Junior, 875	306,10	306,10	-	184,76	Particular	Comercial	889.596,58	285.827,42	1.175.424,00	
2.11	Avani Serafim Santana	5121019.0492.001002	Residência/Escritório	Sim	Rua Dep Benedito Teresio Carvalho Junior, 863	420,00	33,43	-	227,44	Particular	Misto	128.371,20	-	128.371,20	
2.12	Paulo dos Santos	5121019.0686.001431	Oficina Veiculos	Sim	Rua Prof Barreiros Filho, 90	728,00	286,64	-	225,00	Particular	Comercial	856.122,00	244.575,60	1.100.697,60	
	Total					11.005,90	2.056,53	-	1.587,48			5.950.532,13	1.702.933,47	7.653.465,60	
3	BINÁRIO PATRÍCIO CALDEIRA DE ANDRADE														
3.1	Aderaldo Gomes dos Santos	5107019.0350.001401	Residencia	Sim	Rua Joao Evangelista Da Costa, 492	222,00	15,27	-	-	Particular	Residencial	58.026,00	-	58.026,00	
3.2	Prefeitura Municipal de Florianópolis	5107019.0421.001042	Baldio	Não	Rua Joao Evangelista Da Costa, Sn	5.025,00	1.968,47	-	-	Público Municipal	Baldio		-	-	
3.3	Prefeitura Municipal de Florianópolis	5107019.0015.001241	Baldio	Não	Rua Joao Evangelista Da Costa, 000	450,00	445,19	-	-	Público Municipal	Baldio		-	-	
3.4	Ademar Muller	5107019.0027.001861	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	360,00	360,00	-	-	Particular	Baldio		1.382.400,00	1.382.400,00	
3.5	Ademar Muller	5107019.0039.001-381	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	360,00	360,00	-	-	Particular	Baldio		1.382.400,00	1.382.400,00	
3.6	Ademar Muller	5107019.0051.001-981	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	360,00	360,00	-	-	Particular	Baldio		1.382.400,00	1.382.400,00	
3.7	Ademar Muller	5107019.0063.001400	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	360,00	360,00	-	-	Particular	Baldio		1.382.400,00	1.382.400,00	
3.8	Gilsonmar Ademar de Souza	51070190075001000.	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	360,00	360,00	-	-	Particular	Baldio		1.382.400,00	1.382.400,00	
3.9	Gilsonmar Ademar de Souza	51070190115001600.	Baldio	Não	Rua Cel Caetano Costa, Sn	375,00	342,24	-	-	Particular	Baldio		1.314.201,60	1.314.201,60	
3.10	Prefeitura Municipal de Florianópolis	51190010552001800.	Publico	Não	Rua Araci Vaz Callado, Sn	4.416,70	2.155,00	-	-	Público Municipal	Baldio		-	-	Terreno da Secretaria do Continente
3.11	Prefeitura Municipal de Florianópolis	51190330460001600.	Publico	Não	Rua Araci Vaz Callado, 2045	7.158,00	364,45	-	-	Público Municipal	Baldio		-	-	
3.12	Prefeitura Municipal de Florianópolis	5119033.0460.001645	Publico	Não	Rua Araci Vaz Callado, 2045	7.158,00	519,59	-	-	Público Municipal	Baldio		-	-	
3.13	Maria Lelia Herro de Rodriguez	5119004.0026.001388	Residencia	Sim	Rua Luiz Carlos Prestes, 417	382,00	145,40	-	166,35	Particular	residencial	124.098,35	181.241,65	305.340,00	
3.14	Willian Mauricio de Barros	5119004.0062.001007	Residencia	Sim	Trv Pedro Antonio Corvalao, 85	1.508,00	245,52	-	-	Particular	Institucional	576.972,00	639,72	576.332,28	
3.15	Eni Valdete Ramp	5119004.0074.001538	Residencia	Sim	Trv Pedro Antonio Corvalao, 49	498,00	70,86	-	-	Particular	Residencial	166.521,00	-	166.521,00	
3.16	Marcelo Wojcikewicz	5119004.0086.001058	Residencia	Sim	Trv Pedro Antonio Corvalao, 37	496,00	70,86	-	-	Particular	Residencial	165.103,80	-	165.103,80	
3.17	ValmarMadeira Vieira	5119004.0127.001278	Residencia	Sim	Rua Joaquim Nabuco, 1894	387,00	90,93	-	64,48	Particular	Residencial	138.886,75	70.252,25	209.139,00	
3.18	Sidnei Andrade	5119025.0536.001460	Residencia/Comercio	Sim	Rua Luiz Carlos Prestes, 900	517,00	60,59	-	-	Particular	Prestação serviços / residencial	139.357,00	-	139.357,00	
3.19	Elzeu Machado	51190250430001800.	Baldio	Não	Trv Pedro Antonio Corvalao, 1854	410,00	82,45	-	-	Particular	Baldio	189.635,00	-	189.635,00	
3.20	Joel Conrado de Araujo	51670670752001000.	Residencia	Sim	Rua Des Pedro Silva, 3052	340,00	27,63	-	-	Particular	Residencial	63.549,00	-	63.549,00	
	Total					53.154,50	12.517,51	-	3.405,79			1.622.148,90	8.477.055,78	10.099.204,68	
4	BINÁRIO AV. ATLANTICA														
4.1	Prefeitura Municipal de Florianópolis	4489083.0060.001005	Publico	Não	Ligação Pc3 Atlantica, Sn	46,64	46,64	0,00	-	Público Municipal	Baldio		-	-	
	Total					46,64	46,64	-	-				-	-	
	TOTAL GERAL					64.668,84	15.082,48	461,80	5.187,50			8.809.813,28	10.391.606,72	19.201.420,00	



CADASTRO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO SISTEMA VIÁRIO DA AMOSTRA

1. APRESENTAÇÃO

O Poder Público Municipal, está desenvolvendo o Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis que tem como objetivo melhorar a qualidade da mobilidade urbana da cidade estabelecendo conexões viárias e corredores exclusivos de transporte público, além de incentivar o uso de transporte não motorizado e promover a gestão sustentável do transporte público.

No que diz respeito ao deslocamento involuntário de populações e afetação de comércio e imóveis habitacionais, a política operativa OP – 710 do BID define as diretrizes e os procedimentos que serão adotados, oferecendo alternativas de atendimento para todos os afetados.

Entre as ações previstas, está a aplicação de formulários através de entrevistas com moradores ou trabalhadores, a fim de obter um diagnóstico situacional das famílias e dos empreendimentos, que possa subsidiar os processos de desapropriação.

A pesquisa abrangerá a situação socioeconômica das famílias, dados de escolaridade, trabalho e renda, caracterização da moradia, condições de habitabilidade, titularidade do imóvel. Para as atividades econômicas, se é formal ou informal, número de funcionários e tempo de funcionamento.

2. OBJETIVO

Dispor de informações cadastrais que caracterizem as famílias, cujas propriedades serão atingidas pelas obras do PIVF, e assim, subsidiar o executivo municipal na definição de procedimentos condizentes com a necessidade dos atingidos.

3. METODOLOGIA

Este cadastramento foi desenvolvido junto às famílias afetadas pelas obras do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, através de instrumentos de coleta de dados específicos elaborados pela equipe técnica social da Secretaria Municipal de Infraestrutura, baseado nas orientações da OP 710. Os dados coletados foram compilados em planilha excel, a fim de construir o perfil socioeconômico das famílias.

Cabe ressaltar que com a posterior análise das informações, as famílias que se encontrarem em situação de vulnerabilidade social serão orientadas/encaminhadas a buscarem serviços ofertados pela rede socioassistencial do município de Florianópolis para atendimento e cadastramento no sistema único. O Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, é instrumento de identificação e caracterização socioeconômico das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas do Governo Federal. É constituído por uma base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, conforme Decreto Federal N. 6.135 de 26/06/2007. Esta ferramenta é aplicada através de um formulário em meio físico (gráfico) padronizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

No que tange aos estabelecimentos comerciais e empresas prestadoras de serviço (já mapeados em levantamento realizado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Infraestrutura em março de 2017), foi aplicado pelo SEBRAE através da Smart Consultoria, um formulário contendo questões padrão e outras acrescidas a fim de auxiliar nas principais dificuldades que os mesmos encontram no dia-a-dia da gestão do negócio, indicando outras soluções para as empresas e trabalhadores afetados pelo Programa.



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Infraestrutura

3.1 Etapas:

Planejamento

- Análise das planilhas de dados elaboradas durante o ano de 2016, a partir do projeto executivo do anel viário e de informações obtidas no Primeiro Cartório de Registro de Imóveis, Secretaria do Patrimônio da União e nos diversos setores da Prefeitura Municipal de Florianópolis: Secretaria da Fazenda, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis.
- Realização, em março de 2017, de um levantamento de campo onde foram identificados os usos comerciais das edificações lindeiras à rua Deputado Antonio Edu Vieira.
- Reuniões com IGEOF- Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas para tratar das alternativas de atendimento aos empreendedores e trabalhadores impactados com as obras. Desse trabalho prévio, surgiu a necessidade de aprimorar o mapeamento realizado em março, obtendo informações mais completas, incluindo a modalidade de gestão adotada, caracterização da edificação, das atividades, entre outras informações significativas, contidas no formulário padrão do SEBRAE.
- Aprimoramento do formulário do SEBRAE com questões de relevância ao PIVF a ser aplicado especificamente em estabelecimentos comerciais ou de serviços.
- Elaboração dos formulários sociohabitacional e institucional, atendendo as considerações contidas no PDRR a serem aplicados conforme os usos identificados.
- A aplicação do formulário foi direcionado aos imóveis afetados pelas obras, previamente identificados no projeto executivo e aprovados em reunião junto aos representantes do BID. Ficaram excluídos desta pesquisa os terrenos baldios e os condomínios multifamiliares verticalizados, pois já cumpriram os afastamentos regulamentares pelo novo sistema viário, com exceção do Lago Azul que foi definido levantamento amostral pois o muro de vedação do condomínio ainda não obedecia o recuo estabelecido.
- Definição da equipe de cadastradores, tendo por base os seguintes critérios: profissionais de nível superior, da área técnica-social com experiência em trabalhos comunitários. Equipe de trabalho: 01 coordenação, 04 cadastradores e 01 Motorista para o deslocamento da equipe;
- Realização de reuniões prévias com a equipe técnica social para nivelamento de informações, apresentação e discussão sobre a metodologia a ser empregada e para o estabelecimento de um padrão de apresentação para os entrevistados, a fim de evitar novas expectativas, uma vez que já foram realizadas Consultas Públicas no local.

Execução

- Os formulários e entrevistas foram aplicados durante uma semana considerado atípico pela brevidade. O formulário foi escolhido como instrumento privilegiado de coleta das informações, por permitir uma sistematização mais objetiva das respostas e foram aplicados de acordo com o uso: o sociohabitacional por unidade familiar; o comercial/serviços por estabelecimento e o institucional pela sua unidade correspondente.
- Com relação ao conteúdo dos formulários, todos contemplaram a caracterização do Imóvel: quanto ao uso, situação de ocupação, material construtivo, número de pavimentos, tempo de moradia. Especificamente no formulário sociohabitacional procurou-se obter dados que permitissem a caracterização socioeconômica dos moradores e no comercial/serviços buscou-se informações que caracterizasse o empreendimento/negócio.
- Durante os dias de aplicação do formulário, foram realizados encontros com a equipe técnica para feedback dos trabalhos diários. A coordenação estava online e/ou presencialmente durante todo o período da pesquisa para dirimir eventuais dúvidas dos pesquisadores e dos entrevistados.



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Infraestrutura

- As informações coletadas em campo foram autodeclaratórias, fornecidas pelos entrevistados;
- Em caso de edificações em construção, vagas ou fechadas, os pesquisadores foram orientados a identificar e cadastrar como tal, assim como no caso da família negar-se a efetuar a entrevista, os pesquisadores registravam a recusa.
- A totalidade dos imóveis afetados e que tinham algum tipo de ocupação, seja familiar, comercial, serviço ou institucional foram visitados pelos pesquisadores. Em caso de recusa, o pesquisador fez o registro. Em caso de domicílio fechado, o cadastrador efetuou a re-visita em horário diferenciado, deixando no referido domicílio uma notificação da visita.



- Os formulários sociohabitacional e o institucional foram aplicados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SMI, enquanto o comercial e de serviços foi pela SMART CONSULTORIA, empresa terceirizada pelo SEBRAE.

Tabulação e Análise dos Dados

Os dados dos questionários sociohabitacional e institucional foram digitalizados em planilha eletrônica Microsoft Excel 2010 pela equipe da APPE. Os dados referentes as informações dos comércios e serviços foram tabulados pela empresa Smart Consultoria.

Análise dos Dados

Os dados obtidos e tabulados, não foram analisados devido ao exíguo prazo para entrega das informações. Pretende-se aprofundar as informações obtidas realizando cruzamento com outros bancos de dados consolidados.

Maria Aparecida Napoleão Catarina
Assistente Social

Simone Ribeiro Caldeira
Assistente Social

FORMULÁRIO SOCIO HABITACIONAL Nº _____

I – LOCALIZAÇÃO

Endereço residencial:

Número: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Fone: _____

E-mail: _____

II - IDENTIFICAÇÃO

Nome do Responsável : _____ Apelido: _____

Idade: _____ Local de nascimento: _____ Gênero: () Masculino () Feminino () Outros

Nº. Identidade _____ Nº. CPF _____

Estado civil/ situação conjugal: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () União Estável () Separado (a) () Divorciado(a)

Cor/ Raça: () Indígena () Amarelo () Negro () Branco () Pardo

Escolaridade:

() Alfabetizado () Fundamental completo () Médio completo () Superior completo () Técnico

() Não alfabetizado () Fundamental incompleto () Médio incompleto () Superior incompleto

Recebe benefício social: () Não () Sim. Qual? () Bolsa Família () Auxílio Doença () BPC () Outros _____

Situação ocupacional:

() Desempregado () Assalariado com carteira () Assalariado sem carteira () Servidor ou Funcionário Público

() Bolsista ou estagiário () Profissional liberal () Autônomo () Empregador () Inativo

() Estudante () Do lar () Trabalho eventual (bico) () Aposentado/Pensionista

Atividade produtiva: _____ Local de trabalho: _____

Bairro onde trabalha: _____ Renda: _____

III - COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Nome	Idade	Parentesco	Gênero	Instrução	Ocupação	Renda
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			

Pessoa com Deficiência que mora na casa: () Sim () Não

Nome: _____ Qual deficiência? _____

Pessoa com Doença crônica que mora na casa: () Sim () Não

Nome: _____ Qual doença? _____

IV – CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:

Quanto ao uso: () Residencial () Misto _____

Situação da ocupação: () Ocupado () Vazio () Em construção

Regime de ocupação:

() Próprio () Financiado () Quitado () Cedido () Alugado - Proprietário: _____

Número de pavimentos: _____ Tipo de material construtivo: () Alvenaria () Madeira () mista () outros: _____

Tempo de moradia: _____ Florianópolis _____ Bairro/Comunidade _____ Edificação

Está conectado oficialmente: () Rede Água () Rede Esgoto () Energia Elétrica

V – COABITAÇÃO:

() Sim () Não

PESQUISADORA

ENTREVISTADA

DATA:

Coabitação

Nome	Idade	Parentesco	Gênero	Instrução	Ocupação	Renda
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			
			F ☐ M ☐ O ☐			

Pessoa com Deficiência que mora na casa: () Sim () Não

Nome: _____ Qual deficiência? _____

Pessoa com Doença crônica que mora na casa: () Sim () Não

Nome: _____ Qual doença? _____

VI - OBSERVAÇÕES:

PESQUISADORA

ENTREVISTADA

DATA:

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

CADASTRO DA EMPRESA

1. Empresa (nome fantasia):
2. Razão Social:
3. Ramo de atividade: () Comércio () Serviço () Indústria () Agronegócios
4. CNPJ: ____.____.____/____-____
5. Descrição CNAE:
6. Contato (nome completo):
7. Sexo: Masculino () Feminino ()
8. CPF: ____.____.____-____
9. Escolaridade:
10. Data de Nascimento: __ / __ / ____

11. Endereço Completo: (rua, número, complemento, bairro)
12. Cidade:
13. CEP:
14. Telefone:
15. E-mail:
16. Data de Início das Atividades: (Mês e Ano) __ / ____
17. Número de Funcionários:
18. Porte/classificação da empresa: () Micro Empreendedor Individual, Até 60.000,00 (MEI) () Micro Empresa - Até R\$ 360.000,00 (ME)
Você tem computador? () Sim () Não

PLANEJAMENTO 1: Sempre, 2: Às Vezes, 3: Nunca
19. Você busca informações, inovações como está o ramo de sua atividade/negócio? (participa de feiras e eventos do setor, busca novidades, participa de cursos, etc..). () Sempre () Às vezes () Nunca
20. Procura se informar a respeito de como seus concorrentes operam? Como eles atendem, produzem e administram? () Sempre () Às vezes () Nunca
21. Sua empresa possui cadastro de fornecedores? () Sempre () Às vezes () Nunca
22. Compara os preços de diferentes fornecedores? () Sempre () Às vezes () Nunca
23. Você costuma colocar no papel aquilo que deseja para o seu negócio (estratégia de marketing, ideias, projetos, etc..). () Sempre () Às vezes () Nunca

MERCADO 1: Sempre, 2: Às Vezes, 3: Nunca
24. Possui e atualiza cadastro de clientes? () Sempre () Às vezes () Nunca
25. Você sabe onde estão localizados e as características de seus clientes? () Sempre () Às vezes () Nunca
26. Sua empresa se preocupa em obter informações a respeito da satisfação dos seus clientes? () Sempre () Às vezes () Nunca
27. Procura expandir a quantidade de clientes? () Sempre () Às vezes () Nunca
28. Sua empresa faz algum tipo de divulgação do seu produto ou serviço? () Sempre () Às vezes () Nunca

29. Sua empresa costuma fazer promoções (datas comemorativas, etc..)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
RECURSOS HUMANOS 1: Sempre, 2: Às Vezes, 3: Nunca
30. Sua empresa possui cargos e funções definidos (quem faz o que)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
31. Você treina seus funcionários para que eles conheçam os produtos/serviços de sua empresa? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
32. A equipe possui objetivos e estratégias de ação definidas (metas de venda)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
33. Você monitora o clima organizacional de sua empresa e a motivação dos seus colaboradores? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
OPERACIONAL 1: Sempre, 2: Às Vezes, 3: Nunca
34. Preocupa-se com a eficiência (encontra maneiras de fazer as coisas melhores, mais rápidas, ou mais barato)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
35. Você controla o estoque? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
36. Sua empresa cumpre os prazos de entrega? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
37. Sua empresa antecipa-se a prováveis problemas operacionais (produção, atendimento e administração)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
FINANÇAS 1: Sempre, 2 : Às Vezes, 3 : Nunca
38. Sua empresa estabelece metas para as vendas? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
39. Calcula e registra a receita total (valor das vendas) periodicamente? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
40. Guarda dinheiro para imprevistos (possui capital de giro)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
41. Sua empresa controla as entradas e saídas de dinheiro? (atualiza o fluxo de caixa) ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
42. Você calcula os preços de venda do serviço/produto considerando todos os custos/despesas (fixos e variáveis)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca

43. Controla seus custos (gastos) periodicamente? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
44. Calcula o lucro periodicamente? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
45. Sua empresa gerencia as cobranças de crédito (cartões de crédito, cheques e crediários)? ☐ Sempre ☐ Às vezes ☐ Nunca
46. Nome do Proprietario da Empresa: _____
47. Empresa Formal? () Sim () Não
48. Gostaria de Formalizar () Sim () Não
49. Regime de ocupacao: () Proprio () Cedido () Alugado
50. Proprietario do imóvel
51. Com a duplicação da Rodovia Edu Vieira voce pretende manter seu negocio? ☐ sim ☐ não
52. Pretende mudar área de atuação? ☐ sim ☐ não
53. Iria para qual bairro? _____

Agente de Orientação Empresarial:
Diagnóstico: Data: __/__/____ Assinatura e Carimbo da Empresa:
Devolutiva: Data: __/__/____ Assinatura e Carimbo da Empresa:

FORMULÁRIO Institucional Nº _____

I – LOCALIZAÇÃO

Endereço:

Número: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Fone: _____

E-mail: _____

II - IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Entidade: _____ Sigla: _____

Data da fundação: _____ Tempo de funcionamento na localidade: _____

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

Cargo/ função do entrevistado: _____

Gênero: () Masculino () Feminino () Outros _____ Vínculo c/instituição: () Voluntário () Funcionário () Diretoria

Nome do Presidente/coordenador: _____

Número de associados: _____

Nº total de pessoas que trabalham na instituição:

Total: _____ homens _____ mulheres _____

III – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE:

() Associação civil, () Associação religiosa () Esportiva () Política () Outras

() Sem fins lucrativos () Lucrativo

() Assistencial () Filantrópica () Social () Educacional, () Cultural, () Saúde, () Estudos e pesquisa,

() Desportivo () Outros _____

Público alvo:

() Crianças () Adolescentes () Adultos () Idosos () Pessoas com deficiência Qual? _____

() Dependente químico () Escolares () Comunidade () Associados () Outros _____

Localidade do Público Atendido

() Majoritariamente moradores do Bairro () Majoritariamente moradores de outros Bairros () Pessoas de diversos Bairros e Municípios () Majoritariamente pessoas de outros Municípios () Empresas do Município () Empresas de outros Municípios

Fonte de recursos:

() Doação () contribuição ou taxa associativa () Convênio () Outros;

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

() Defesa de direitos () Socioassistencial () Apoio Pedagógica () Atividade Religiosa () Cursos () Oficinas

() outros: _____

IV – CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:

Regime de ocupação:

() Próprio () Cedido () Alugado - Proprietário: _____

Número de pavimentos: _____ Tipo de material construtivo: () Alvenaria () Madeira () Mista () Outros: _____

Está conectado oficialmente: () Rede água () Rede esgoto () Energia elétrica

VI - OBSERVAÇÕES:

PESQUISADORA

ENTREVISTADA

Data:

**BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

BR-L 11.444 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

ANEXO 3 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

**PLANO ESPECIFICO DE RELOCALIZAÇÃO DE POPULAÇÃO E APOIO À
REINSTALAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - PERR**

Agosto, 2017

ANEXO 3 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO
CORREDOR DO ANEL CENTRAL e BINÁRIOS



Foto 1 – Obras em execução na Av. Edu Vieira, na altura da UFSC



Foto 2 – Vista da Av. Edu Vieira



Foto 3 – Av. Edu Vieira – Vista do Armazén do Vieira



Foto 4 – Av. Edu Vieira – Vista da Entidade Religiosa e de Comércio



Foto 5 – Vista do Binário Juscelino Kubstichek



Foto 6 – Vista do Binário Juscelino Kubstichek



Foto 7 – Local de Passagem do Binário Juscelino Kubstichek e Comércio



Foto 8 – Binário Patrício Caldeira de Andrade



Foto 9 – Binário Av. Atlântica

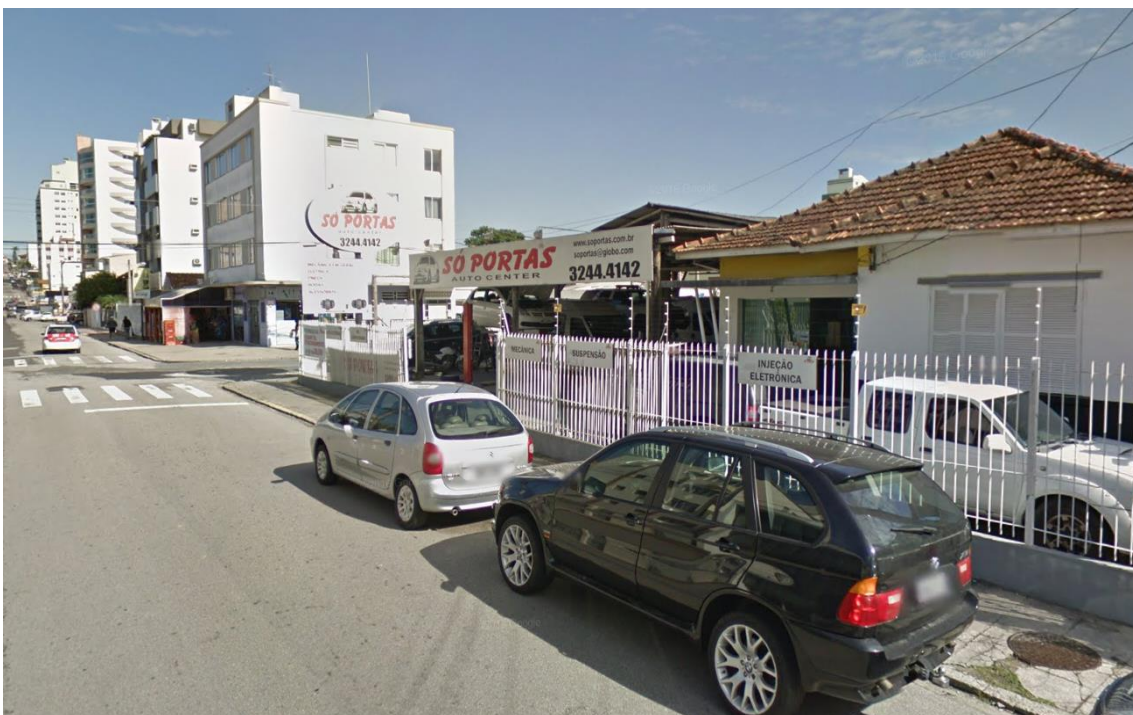


Foto 10 – Binário Av. Aracy Vaz Callado

**BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

BR-L 11.444 - PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Plano de Comunicação Social para as Áreas de afetação do Programa
Infraestrutura Viária de Florianópolis - PIVF**

Junho, 2017

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	5
1.1. o programa infraestrutura viária de florianópolis.....	5
1.2. objetivos gerais do plano de comunicação social	8
1.3. objetivos específicos do plano de comunicação social	8
1.4. conteúdo mínimo do plano de comunicação social	9
2. PÚBLICO ALVO	10
2.1. caracterização geral.....	10
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3.1. atendimento a queixas e reclamações	17
3.2. estratégias de comunicação.....	19
3.3. modelos de peças de comunicação	20
4. ETAPAS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	26
4.1. divulgação geral do programa.....	27
4.2. realização de consultas públicas.....	27
4.3. comunicação e diálogo social na etapa pré-obra	33
4.4. comunicação e diálogo social durante as obras	34
4.5. comunicação e diálogo social durante a operação das obras	35
5. RESPONSABILIDADE	36
6. CRONOGRAMA E ORÇAMENTO	36
ANEXOS.....	37

Lista de Tabelas

Tabela 2.01 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central	12
Tabela 2.02 Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central.....	13
Tabela 2.03 Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários	14
Tabela 2.04 Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários	14
Tabela 2.05 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Binários	15
Tabela 2.06. Estimativa das Remoções nos Projetos da Amostra Representativa	16

Lista de Figuras

Figura 3.02. Fluxo de informações do recebimento de queixas e reclamações	18
Figura 3.02. Comunicado de Interdição de Vias	21
Figura 3.03.. Comunicado de Cadastramento	22
Figura 3.04. Jornal das áreas afetadas	23
Figura 3.06. Comunicado Plantão Social.....	25
Figura 3.07. Informativo sobre atendimento Habitacional em UH	26
Figura 4.01. Site da Prefeitura com a agenda das Consultas Públicas.....	28

Lista de Quadros

Quadro 4.01. Divulgação das Consultas Públicas nos meios de comunicação	29
---	----

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura de Florianópolis, através da Secretaria de Infraestrutura, desenvolverá um Plano de Comunicação Social e manterá um conjunto de ações ao longo de todas as etapas do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis – PIVF, tendo início na fase anterior às obras e se estendendo até a fase denominada “pós-ocupação” (correspondente às etapas posteriores aos processos de desapropriação e reassentamento de famílias). Esse Programa de Comunicação abrangerá atividades nas seguintes etapas:

- divulgação geral do Programa;
- realização de consultas públicas (vide Plano de Consultas Públicas);
- Comunicação e diálogo social na etapa pré-obras;
- Comunicação e diálogo social durante as obras;
- Comunicação e diálogo social durante a operação das obras (ou da instalação do PIVF).

O Programa destina-se ao atendimento dos imóveis, dos comércios e da população diretamente e indiretamente afetada, cujo público-alvo está caracterizado no Plano Diretor de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas – PDRR, levando-se em conta as características socioculturais dos diferentes grupos sociais envolvidos.

As principais estratégias utilizadas envolvem reuniões junto a grupos e comunidades diversas, a realização de consultas públicas prévias e o funcionamento permanente de canais de comunicação e atendimento em todo o período de implantação do empreendimento, incluindo mecanismos de acolhimento e respostas a queixas e reclamações.

O Plano de Comunicação deverá estar suficientemente detalhado e em execução até o início de cada Projeto Específico de Relocação de População e Atividades Econômicas – PERR, estabelecendo estratégias e canais permanentes de diálogo e esclarecimentos ao público-alvo afetado e/ou interessado na implantação e operação do PIVF.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis

Com objetivo de orientar o desenvolvimento urbano numa perspectiva de transporte coletivo mais eficaz, de mudança no padrão de mobilidade visando a criação de novas centralidades urbanas, de criar maior conectividade entre bairros e a de promover a sustentabilidade econômica e social da RMF, foi desenvolvido o Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis.

Como antecedentes a esse Programa existem três planos que funcionam como meio de planejamento, estruturação e regulamentação da política de mobilidade do município. São eles o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis - PDFL, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS e o Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis – PMUF.

Promulgado pela Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014, o PDFL dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão do município.

O PDFL aponta diversas alternativas e projetos viáveis, objetivando a remodelação e requalificação do espaço viário disponível atualmente, bem como da atual dinâmica de deslocamento no município.

Em seu Capítulo IV: Da Estratégia e das Políticas de Mobilidade e Acessibilidade no Art. 21, a Lei diz que “Visando a mudança dos paradigmas atuais, a estratégia de mobilidade e acessibilidade complementada pela política de fortalecimento da multicentralidade, conterà a previsão da instalação de corredores de transporte de passageiros, de linhas circulares e intra-bairros para o transporte coletivo, bem como a diversificação dos modais de conexão entre as diversas localidades do Município e entre a Ilha e o Continente e também com a região metropolitana.”

Ainda em seu Art. 22, a Lei diz que “Para alcançar os resultados desta estratégia, o Município implementará as seguintes políticas:

- I - de transporte hidroviário;
- II - de desenvolvimento do transporte de massa;
- III - de reestruturação da malha viária, incluindo as ações de melhoria de fluxos; e
- IV - de incremento da mobilidade com base na autopropulsão de pedestres e ciclistas”.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis – PLAMUS, agrega estudos que permitiram uma avaliação da qualidade do sistema viário e das condições do transporte não-motorizado, de forma a diagnosticar problemas na mobilidade urbana e indicar as soluções mais adequadas de otimização, criando uma condição de

desenvolvimento e qualidade de vida baseada principalmente no uso massivo do transporte coletivo.

De acordo com a metodologia proposta, foi estabelecido um cenário base para representar projeções de situações futuras, mantendo os modelos vigentes de operação do sistema de transportes e de urbanização. Nesse cenário base, as alternativas e projeções ali constantes mensuram os benefícios socioeconômicos e a viabilidade financeira de cada uma das soluções propostas. Estruturando-se nessas projeções, elaborou-se, então, uma proposta em que se priorizam: (i) os meios de deslocamento não motorizados; e (ii) o transporte público, em detrimento dos meios motorizados individuais.

Dessas leituras decorreram os passos necessários à estruturação das principais vias da Grande Florianópolis, que passaram a constituir um sistema troncal, integrando uma rede alimentadora entre bairros e intra-bairros. Nesse sentido, a tecnologia que se apresentou como a mais adequada para atender aos critérios do Plano, de acordo com as alternativas simuladas para esse sistema, foi a do corredor exclusivo de ônibus.

Além da construção dos corredores de ônibus, foi proposta a estruturação de sistemas de ligação entre bairros e no interior dos próprios bairros. Os objetivos desses sistemas são destinar faixas preferenciais para ônibus, favorecer a circulação de pedestres e implementar uma rede ciclovária.

Em agosto de 2015, apresentou-se o Plano de Mobilidade Urbana de Florianópolis - PMUF, que se integra ao Plano Diretor do município e ao Plano Nacional de Mobilidade Urbana. O PMUF utiliza, entre outros, o PLAMUS como referência para a consolidação das suas propostas, valendo-se dos diagnósticos urbanísticos e das soluções nele apresentadas.

As propostas e soluções apresentadas no PMUF foram agrupadas nestes cinco grandes grupos:

- i. Priorização de modais não-motorizados;
- ii. Gestão da demanda;
- iii. Implantação do sistema BRT e revisão do modelo de transporte público;
- iv. Transporte aquaviário complementar;
- v. Reestruturação do transporte de carga.

Em 2016, por meio da Lei Municipal nº 10.092, foi autorizada a contratação de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para a execução do Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis.

O PIVF planeja executar as soluções consolidadas nos planos de referência anteriormente descritos e, dessa maneira, se propõe a melhorar a qualidade da mobilidade urbana, estabelecendo conexões viárias e corredores exclusivos de ônibus, além de incentivar o uso

do transporte não motorizado e, ainda, fortalecer a capacidade institucional do município de Florianópolis para a gestão sustentável do transporte público.

Os objetivos específicos do Programa são:

- i. Melhorar a infraestrutura viária local do município de Florianópolis;
- ii. Consolidar um sistema de transporte urbano eficiente, com a qualificação de vias e a segregação de corredores para o transporte público; e
- iii. Promover o fortalecimento da gestão financeira, tributária, bem como do uso dos recursos públicos para o Transporte Público Coletivo.

Entre os principais resultados esperados, estima-se a redução dos custos de operação do transporte, a diminuição das emissões de gases de efeitos estufa e do tempo de viagem dos usuários e a melhoria da gestão dos recursos públicos destinados ao transporte coletivo.

Para alcançar os objetivos e resultados planejados, o Programa foi estruturado em componentes, com destinações específicas de recursos. O total de recursos previstos para o Programa é de US\$ 291 milhões, sendo US\$ 145,5 milhões (50%) financiados pelo Banco e o restante como contrapartidas locais.

Trata-se de financiamento de obras múltiplas, destinado a “financiar grupos de obras similares que sejam fisicamente independentes entre si e cuja viabilidade não dependa da implantação de projetos de outras obras”¹.

Ressalte-se que o Programa adotou uma amostra representativa de projetos, correspondendo a pelo menos 30 % das obras previstas. Esse recorte é assim caracterizado:

- i. **Corredor Central Exclusivo de Ônibus na parte insular de Florianópolis, nos seguintes trechos:**
 - a. Trecho I nas vias: Av. Gustavo Richard, Av. Paulo Fontes, Av. Prefeito Waldemar Vieira e Rua Dep. Antônio Edu Vieira; e
 - b. Trecho II nas vias: Av. Professor Henrique da Silva Fontes, Av. Governador Irineu Bornhausen, Av. Jornalista Rubens Arruda Ramos e Av. Osvaldo Rodrigues Cabral.
- ii. **Implantação de 25.928,14 metros de Binários na porção continental de Florianópolis, nas seguintes vias:**
 - a. Av. Atlântica, com 4.691,96m de extensão;

¹ Cf. (Acessado em 09/05/2017).

- b. Rua Aracy Vaz Calado, com 6.157,48m de extensão;
- c. Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, com 6.269,43m de extensão; e
- d. Av. Patrício Caldeira de Andrade, com 8.809,27m de extensão.

O projeto do Corredor do Anel Central consiste em implementar corredor exclusivo de ônibus no conjunto de vias que circundam o Morro da Cruz, na porção insular do município. Esse é um dos componentes do Sistema Troncal de alta capacidade a ser desenvolvido, tal como indicado no PLAMUS e no PMUF.

Para a porção continental do Município, onde se prevê a implementação dos Binários Aracy Vaz Calado, Juscelino Kubitschek, Patrício Caldeira de Andrade e Av. Atlântica, haverá priorização do sentido único do tráfego nas vias, para a implementação de faixa de ônibus, de malha cicloviária, além da qualificação das calçadas. Esses projetos são parte da rede alimentadora e auxiliar planejada no PMUF, com o intuito de facilitar a conectividade do sistema ligando os bairros.

1.2. Objetivos Gerais do Plano de Comunicação Social

O objetivo principal do Plano de Comunicação Social é o estabelecimento de canais e mecanismos de comunicação contínuos entre o Mutuário e os Executores do PIVF e o público-alvo afetado e/ou interessado no Programa (proprietários de imóveis residenciais, de comércio e serviços; inquilinos; instituições e comunidades em geral), de forma a manter esses atores devidamente informados.

1.3. Objetivos Específicos do Plano de Comunicação Social

São igualmente objetivos do Programa de Comunicação Social:

- Divulgar a importância do PIVF nos âmbitos municipal e regional e sua inter-relação com o sistema de tráfego regional;
- Garantir o amplo, antecipado e transparente acesso às informações sobre o PIVF, tanto em relação ao andamento das obras, principalmente no que se refere aos possíveis impactos ambientais e sociais associados, em conformidade com as premissas da OP 102 do BID;
- Contribuir para a minimização dos impactos ambientais e sociais do empreendimento através da informação ao público-alvo durante todas as fases de implantação, execução e operação do PIVF;
- Mitigar os transtornos causados à população durante o período de obras;

- Integrar e compatibilizar as diversas ações do projeto que envolvam comunicação e interação comunitária com o público;
- Apoiar o “diálogo social” entre o poder público e o público impactado, em relação às interferências da obra;
- Registrar, acompanhar e dar resposta/ encaminhamento às demandas, aprimorando os canais de comunicação e orientando a população na busca de soluções conjuntas entre os operadores do PIVF e o público diretamente afetado.

1.4. Conteúdo mínimo do Plano de Comunicação Social

De acordo com os objetivos acima enunciados, o Plano de Comunicação Social que será elaborado deverá tratar minimamente das seguintes questões:

- Atendimento a consultas ou esclarecimento de dúvidas a respeito das características do projeto e avanço das obras;
- Divulgar o traçado das obras;
- Informar sobre os planos de uso de vias locais e alterações na circulação dos meios de transporte privado e coletivo;
- Informar sobre os canais de contato com o Poder Público para consultas e reclamações e, também, sobre a operacionalização dos serviços de atendimento;
- Informar sobre a programação e avanço das frentes de trabalho (Plano de Ataque de Obras);
- Informar sobre interrupções programadas no fornecimento de água, energia elétrica, serviços de telefone e outros serviços públicos;
- Informar sobre os limites das áreas de intervenção;
- Informar a população afetada dos prazos e procedimentos do empreendimento;
- Informar a população interessada sobre as ações de compensação e mitigadoras do empreendimento;
- Informar a população interessada sobre as intervenções ambientais do empreendimento;
- Orientar sobre a circulação de veículos e pedestres no entorno das frentes de obras;
- Informar sobre a importância do empreendimento para a cidade;

2. PÚBLICO ALVO

2.1. Caracterização Geral

2.1.1. Áreas de inserção dos projetos da amostra representativa

O PIVF e todos os seus empreendimentos estão localizados no município de Florianópolis. O Corredor do Anel Central abrange os seguintes bairros com populações e imóveis afetados: Centro, Agronômica, Trindade, Pantanal, Saco dos Limões, Córrego Grande, Santa Mônica e José Mendes. Para os binários na parte continental, os bairros afetados são: Capoeiras, Monte Cristo, Canto, Jardim Atlântico, Abraão, Coloninha e Itaguaçu. Embora o Corredor do Anel Central e os Binários estejam destacados, ressalta-se que o Plano de Comunicação e as estratégias metodológicas nele constantes aplicam-se a todas as demais áreas abrangidas pelo Programa.

2.1.2. Caracterização socioeconômica dos bairros afetados pelo Corredor do Anel Central

O centro de Florianópolis é o bairro no município com maior população (44.315 habitantes em 20.756 domicílios, segundo o censo de 2010²). A região é caracterizada por densa urbanização e ocupação diversificada, com áreas residenciais próximas à Avenida Mauro Ramos se estendendo em direção ao Morro da Cruz, neste, com populações mais vulneráveis. Na região que perpassa as ruas Conselheiro Mafra, Felipe Schimidt, Tenente Silveira, Deodoro, Trajano, João Pinto e Tiradentes há uma área de importante fluxo, com concentração de comércios e serviços.

Também no Centro está presente a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos, conhecida como Beira Mar Norte, caracterizada por ter em seu entorno uma das áreas mais valorizadas do município, com edifícios de alto padrão. Além de residências, há hotéis, restaurantes e comércio de alto padrão.

O Centro possui cobertura quase total de serviços básicos de infraestrutura urbana, com 99,8% dos domicílios com abastecimento de água via rede geral e com coleta de lixo, 96,1% com esgotamento sanitário via rede geral e 99,9% com energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora.

Como dito acima, o bairro possui uma grande parcela da população de renda elevada, cerca de 50% dos domicílios possuem uma renda *per capita* superior a 5 salários mínimos – SM e 5,9% dos domicílios com renda inferior a meio SM *per capita*.

Situado na extremidade norte do Morro da Cruz, o bairro Agronômica apresentou uma população de 15.588 habitantes em 2010, segundo o IBGE, e se localiza entre o centro e o bairro de Trindade.

² IBGE, Censo, 2010.

Também sendo abrangido pela Avenida Beiramar Norte, mostra-se praticamente como uma área contínua ao centro, sendo também área de alto interesse imobiliário³.

O bairro passou por inúmeras transformações a partir dos anos 1980, com o aterro para a construção da avenida beira mar norte estimulando novas ocupações residenciais de maior padrão. Isso levou a uma fragmentação da comunidade pesqueira ali presente tendo, como impacto, a perda do contato com o mar pelas populações⁴.

Em termos de infraestrutura urbana, mais de 99% dos domicílios no bairro possuem fornecimento de água e luz pela rede geral de distribuição e coleta de lixo, enquanto que 94% possuem esgotamento sanitário ligado à rede geral.

Sobre a renda no bairro da Agrônômica, uma parcela de 8% dos domicílios possui ganhos de até meio SM e 28,7% renda maior do que 5 SM por componente familiar. Importante ressaltar que neste bairro, segundo o Censo 2010, 20% da população reside em setores classificados como subnormais⁵.

Já o bairro Trindade, segundo mais populoso da área de afetação com 18.812 habitantes em 2010, tem parte de sua área abrangendo o Morro da Cruz. Uma de suas características importantes é a proximidade do campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o que torna a região um polo de atração populacional e de tráfego. É um bairro predominantemente residencial, mas que possui uma grande presença de bares e restaurantes, principalmente ao longo da Rua Lauro Linhares, devido ao público universitário.

Os domicílios em Trindade são quase que em sua totalidade, abrangidos pelos serviços regulares de fornecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, com 98,9%, 98,6% e 99,9% respectivamente. O serviço de esgotamento sanitário possui uma inserção menor em relação aos anteriores, com 11% dos domicílios não ligados à rede geral.

Relativo à renda, 9,5% das famílias possuem renda de até meio SM *per capita*, sendo que em 6% dos domicílios foi declarado não haver renda. Uma proporção de 22% dos domicílios em Trindade declarou possuir renda maior do que 5 salários mínimos por pessoa. Destaca-se, ainda, que 6% dos moradores moram em setores censitários em aglomerados subnormais.

O bairro Pantanal, por sua vez, tem como principal via a rua Dep. Antônio Edu Vieira, sendo ela o principal acesso entre a Avenida Beira Mar Norte e a Via Expressa Sul. Isso leva a um intenso fluxo de veículos nos horários de pico. Segundo o IBGE, em 2010, a população residente era de 5.496 habitantes.

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. RAP para Licenciamento Ambiental de parte do Anel Viário, 2013.

⁴ Idem.

⁵ Segundo o IBGE, aglomerado subnormal “é um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).”

O bairro é predominante residencial, com muita procura por parte de estudantes da UFSC, e conta com um comércio que atende as necessidades locais. Também tem importância na região a presença da sede da Eletrosul, empresa pública que atua nas áreas de geração, de transmissão e de comercialização de energia.

No Pantanal todos os domicílios são cobertos pelos serviços regulares de coleta de lixo e energia elétrica, segundo o Censo, e 95% tem abastecimento de água regular. Relativo ao esgotamento sanitário há uma cobertura inferior do serviço com quase 40% dos domicílios sem ligação com a rede geral.

O padrão da renda neste bairro é similar aquele encontrado em Trindade, com 9,5% dos domicílios com baixa renda de até meio salário mínimo por pessoa e 21,4% com renda superior a 5 SM. Contudo, no Pantanal não há nenhum domicílio em setores localizados em aglomerados subnormais. A **Tabela 2.01**, a seguir, demonstra o valor da renda *per capita* para todos os domicílios localizados nos bairros que serão afetados pelas obras do Corredor do Anel Central.

Tabela 2.01 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Corredor do Anel Central

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Agrônômica	8,1%	16,7%	23,6%	10,8%	12,2%	28,7%
Centro	5,9%	6,7%	13,0%	10,3%	17,7%	46,3%
Córrego Grande	3,0%	7,3%	16,6%	14,9%	23,0%	35,2%
José Mendes	13,9%	28,3%	29,5%	11,8%	9,4%	7,0%
Pantanal	9,5%	11,5%	25,0%	16,1%	16,5%	21,4%
Saco dos Limões	9,3%	18,5%	25,6%	13,1%	15,8%	17,8%
Santa Mônica	3,5%	3,1%	11,3%	14,0%	25,2%	42,9%
Trindade	9,5%	11,2%	22,4%	16,0%	18,7%	22,3%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O bairro do Córrego Grande, está localizado a leste do Morro da Cruz, próximo do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, e possui uma população de 10.563 habitantes. Relativo ao acesso aos serviços de infraestrutura básicos, 99,9% dos domicílios possuem fornecimento regular de energia elétrica e de coleta de lixo, 97,8% têm abastecimento de água pela rede geral e apenas 66% são ligados à rede geral de esgotamento sanitário.

Relativo a renda, apenas 3% dos domicílios se encontram na parcela de menor renda, recebendo até meio salário mínimo *per capita*. Já a parcela de maior renda, que recebe mais de 5 SM por componente familiar, corresponde a 35% do total no bairro.

O bairro Santa Mônica também está localizado próximo ao centro de Florianópolis e foi construído sobre uma área de manguezal. Possuía em 2010, segundo o IBGE, uma população de 1.658 habitantes. Atualmente o bairro teve um grande crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços diversificados.

Este bairro também possui quase que a totalidade de seus domicílios com cobertura das redes gerais de água (98,6%), energia elétrica (99,6%), além do serviço de coleta de lixo (99,8%). A ligação à rede geral de esgotamento sanitários é um pouco menor do que em relação aos outros serviços mencionados, chegando a 87% dos domicílios.

Santa Mônica tem uma grande proporção de famílias de alta renda, com 42,9% dos domicílios com renda *per capita* maior do que 5 SM e apenas 3,5% com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. O bairro Saco dos Limões possui uma população de 10.563 habitantes. Ele se encontra na parte sul da região central do município junto ao Morro da Cruz.

Neste bairro, mais de 98% dos domicílios são cobertos pelas redes regulares de água, energia elétrica e coleta de lixo, enquanto que um quarto das residências não possui ligação com a rede geral de esgotamento sanitário. Relativo à renda, 9,3% dos domicílios possuem renda *per capita* de até meio salário mínimo, enquanto 17,8% possuem renda superior a 5 SM por pessoa. Destaca-se, ainda, que 15% dos moradores do Saco dos Limões moram em setores censitários localizados em aglomerados subnormais.

Também ao sul da região central está o bairro José Mendes, que possui uma população de 3.385 habitantes. Sobre os serviços urbanos, 99,7% dos domicílios tem acesso a rede geral de distribuição de água, 99,4% a fornecimento regular de energia elétrica e 99,6% tem acesso ao serviço de coleta de lixo.

Em relação à renda, José Mendes tem uma menor parcela de domicílios com renda *per capita* mais elevada em relação àqueles de menor renda. Enquanto 13,9% das famílias possuem renda de até meio salário mínimo por componente familiar, 7% possuem renda maior do que 5 SM por pessoa.

Tabela 2.02 Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Corredor do Anel Central

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Agrônômica	99,0%	99,0%	99,9%
Centro	99,8%	99,9%	99,8%
Córrego Grande	97,8%	99,9%	99,9%
José Mendes	99,7%	99,4%	99,9%
Pantanal	94,9%	100,0%	100,0%
Saco dos Limões	98,4%	98,4%	99,8%
Santa Mônica	98,6%	99,6%	99,8%
Trindade	98,9%	98,6%	99,9%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

2.1.3. Caracterização socioeconômica dos bairros afetados pelos Binários

Na região continental, que será feita implementação dos Binários, o bairro de afetação com maior população é o Capoeiras com 18.632 habitantes, seguido pelo bairro de Monte Cristo com população de 12.707 habitantes. Já os bairros de menor população entre os afetados pelas obras dos Binários são Coloninha e Itaguaçu com 4.779 e 2.114 de população respectivamente.

No que se refere ao acesso a serviços urbanos, todos os bairros têm quase que em sua totalidade a cobertura pelos serviços de água e energia elétrica e são abrangidos pela coleta de lixo, conforme demonstrado na **Tabela 2.03**.

Tabela 2.03 Acesso aos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo nos bairros afetados – Binários

Bairro	Domicílios com abastecimento de água da rede geral	Domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora	Domicílios com coleta de lixo
Abraão	99,1%	100,0%	99,8%
Canto	94,6%	99,7%	100,0%
Capoeiras	99,7%	99,9%	100,0%
Coloninha	99,3%	99,9%	99,9%
Itaguaçu	99,7%	100,0%	100,0%
Jardim Atlântico	99,5%	99,8%	100,0%
Monte Cristo	100,0%	99,6%	100,0%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

O esgotamento sanitário coletado pela rede oficial, por sua vez, possui abrangências muito distintas entre os bairros em questão. Aquele com maior proporção de domicílios com ligação são Itaguaçu e Canto, com 96% e 93,9% respectivamente. Já os bairros com menor difusão da rede de esgotamento sanitário são Capoeiras com 65,7% e Abraão com apenas 34,7%. Neste, 46,6% dos domicílios fazem o esgotamento sanitário via fossa séptica e cerca de 20% por meio improvisados como fossa rudimentar, valas, rio/mar/lago ou outras formas, conforme demonstra a **Tabela 2.04**.

Tabela 2.04 Forma de Esgotamento Sanitário encontrada nos bairros afetados – Binários

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Abraão	34,7%	46,4%	18,9%
Canto	93,9%	5,2%	0,9%
Capoeiras	65,7%	29,0%	5,2%

Bairro	Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto	Esgotamento sanitário via fossa séptica	Outras formas de esgotamento sanitário (fossa rudimentar, valas, rios, lagos, mar, etc.)
Coloninha	82,9%	12,7%	4,2%
Itaguaçu	96,0%	3,4%	0,5%
Jardim Atlântico	87,3%	9,2%	3,2%
Monte Cristo	80,7%	16,0%	3,1%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

Quanto à renda *per capita*, o bairro de Monte Cristo é, entre os afetados na porção continental, o que possui maior proporção de domicílios com renda de até meio SM, sendo pouco mais de 20% do total. Esse bairro possui, também, a menor proporção de domicílios com renda *per capita* superior a 5 SM, com apenas 1% do total. Entre os bairros em questão, o que possui maior proporção de famílias de alta renda é Itaguaçu, com 41,5% dos domicílios com renda *per capita* superior a 5 salários mínimos e apenas 2,4% com renda inferior a meio SM por pessoa, conforma dados da **Tabela 2.05**.

Tabela 2.05 Renda per capita para os domicílios localizados nos bairros – Binários

Bairro	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais que 5 salários mínimos
Abraão	5,2%	11,2%	22,7%	17,8%	21,7%	21,4%
Canto	2,7%	8,0%	22,2%	18,1%	24,3%	24,7%
Capoeiras	8,0%	16,1%	29,1%	16,8%	17,1%	13,0%
Coloninha	7,5%	18,2%	29,7%	17,4%	15,8%	11,4%
Itaguaçu	2,3%	6,0%	14,1%	11,2%	25,2%	41,0%
Jardim Atlântico	7,1%	18,1%	32,2%	16,5%	15,3%	10,7%
Monte Cristo	21,4%	34,9%	30,9%	8,1%	3,4%	1,2%

Fonte: IBGE, Censo, 2010.

2.2. Estimativa do número de imóveis e lotes afetados

Após visita de campo da equipe de engenharia e de trabalho social da Secretaria Municipal de Infraestrutura, foram preliminarmente identificados os impactos diretos nos lotes e imóveis, contabilizando, de forma estimada, a quantidade que será afetada pelo provável traçado das obras, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2.06. Estimativa das Remoções nos Projetos da Amostra Representativa

Local	Identificação do Uso	Nº lotes	Nº imóveis
Corredor do Anel Central	Exclusivamente residencial	21	21 ⁽⁶⁾
	Misto	3	6
	Atividade Econômica	32	51
	Terreno Baldio	8	0
	Institucional	3	3
Implantação dos Binários⁷	Exclusivamente residencial	15	15
	Misto	2	4
	Atividade Econômica	24	38
	Terreno Baldio	7	0
	Institucional	2	2
TOTAL ESTIMADO DA AMOSTRA REPRESENTATIVA		117	140

Conforme apresentado no quadro acima, o total estimado de áreas afetadas pelas obras da amostra representativa é de 140 imóveis, admitindo-se que esse universo corresponde a cerca de 30% do total da área afetada.

Caso se considere que os demais 70% de áreas afetadas mantenha o padrão de afetação dos binários, pode-se inferir, preliminarmente, que o número adicional de imóveis a serem removidos e/ou desapropriados no PIVF será em torno de 170 imóveis complementares. No total, portanto, estima-se que 310 imóveis serão afetados no PIVF.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ações e estratégias aqui apresentadas estão de acordo com o OP 102 – Política de Acesso à Informação do BID que estabelece como princípio básico o máximo acesso à informação nas suas operações. Também está de acordo com a OP 703 – Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas, que estabelece a realização de consultas públicas com a população e a disponibilização dos planos de mitigação de impactos sociais e ambientais para os impactados.

Em função do seu caráter de canal de comunicação e interação entre o Programa e a sociedade, a Comunicação Social caracteriza-se como Plano de grande abrangência em relação ao público a ser atingido e aos impactos associados às intervenções provocadas pela implantação, execução e operacionalização do PIVF. Contudo, no seu desenvolvimento, deve-se priorizar a população e os imóveis diretamente afetados pelo empreendimento – público do PDRR – seja por deslocamentos compulsórios, seja pela

⁶ Número estimado, considerando 1 imóvel por lote.

⁷ O dimensionamento do número de imóveis afetados na implantação dos binários está em fase de consolidação. Por este motivo, as quantidades apresentadas são estimadas.

presença de trabalhadores e equipamentos ou demais transtornos causados à população, às residências e aos estabelecimentos lindeiros, durante o período das obras.

O importante na etapa de contratação dos serviços é integrar o conceito de comunicação estratégica de maneira a adaptar as mensagens às características socioculturais dos diferentes grupos sociais envolvidos. Outra questão importante é ter compatibilidade entre a comunicação institucional dirigida ao grande público e a comunicação social dirigida ao público-alvo diretamente afetado, de maneira a não criar entendimentos diferenciados que possam dificultar o processo de liberação de áreas.

Para tal, as ações de comunicação devem estar em consonância com as atividades desenvolvidas pelo Trabalho Social com vistas a envolver a comunidade no processo de execução das obras de forma ativa e participativa. Neste sentido, deverão ser criados canais de interlocução comunitária como estratégia metodológica, seguindo as diretrizes constitutivas de participação voltadas a assegurar o direito à informação e ampliar os meios de interação com o poder público no processo de implementação do Programa.

As estratégias a serem desenvolvidas terão como princípio o respeito às necessidades dos afetados, de acordo com os limites do Programa, de forma a minimizar conflitos, inerentes às intervenções urbanas.

3.1. Atendimento a queixas e reclamações

Conforme exige a OP 710 do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, deve-se estruturar a existência de um mecanismo de atendimento a queixas e reclamações que dê condições de se atender a população, proprietários de imóveis e expropriados quando existirem situações que gerem reclamações ou controvérsias ocasionadas pela implantação do PIVF.

Atualmente, a Prefeitura de Florianópolis disponibiliza diversas instâncias para o acolhimento de reclamações. Para as queixas, reclamações, solicitações de informação, etc relativas ao PIVF, as Ouvidorias da SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Ouvidoria Geral são as instâncias usualmente acionadas, pelos seguintes telefones:

- OUVIDORIA DA SMI - Secretaria Municipal de Infraestrutura - (48) 3251-6351
- OUVIDORIA GERAL - (48) 3251-6043

Além dos canais acima mencionados, atualmente a Prefeitura Municipal já dispõe das seguintes instâncias para comunicação em geral que podem ser acessados pelo cidadão e servir de alternativa de comunicação no âmbito do PIVF:

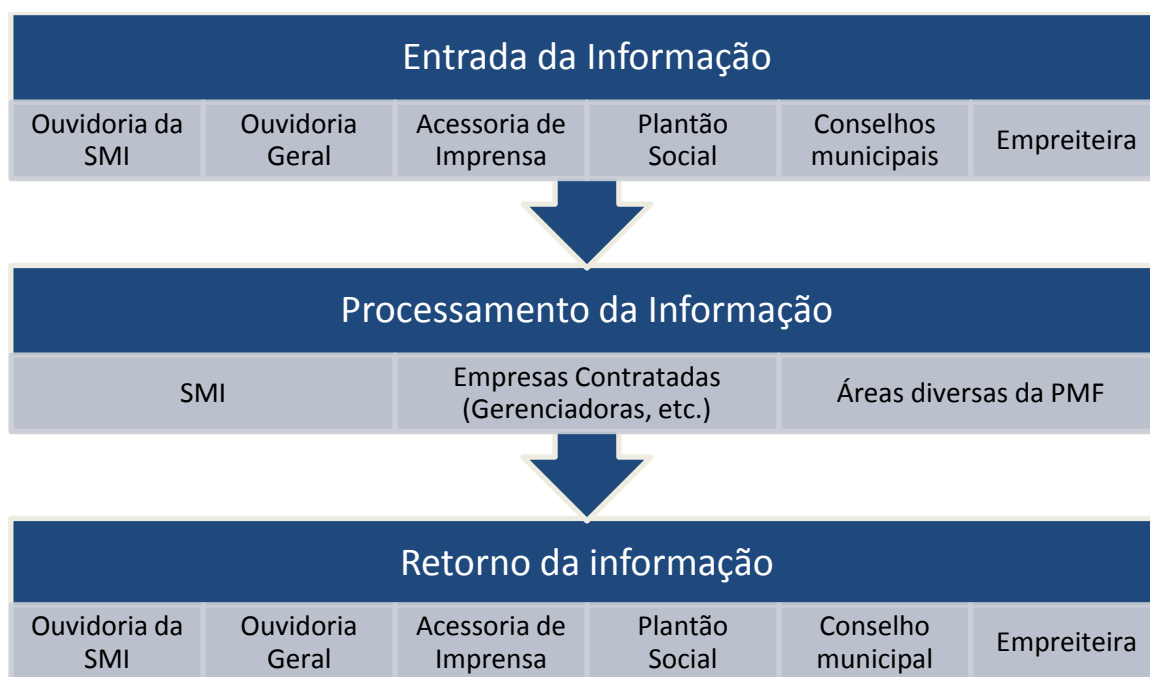
- (i) Plantões Sociais: de segunda a sexta feira, a Prefeitura mantém um/a assistente social, disponível das 13h às 18h30min, designado/a para atender as demandas da população;

- (ii) Redes Sociais (facebook);
- (iii) Conselhos Municipais de Habitação, Transportes e Saneamento;
- (iv) Website da Prefeitura (notícias e assessoria de imprensa);
- (v) Outdoors.

Ainda sim, deverá ser prevista a estruturação de uma sistemática específica de atendimentos no âmbito do Programa, mediante a existência de entidades, procedimentos e recursos próprios para o acolhimento de queixas, gestão da informação e acompanhamento dos atendimentos realizados.

É essencial que o sistema de acolhimento de queixas e reclamações tenha um fluxo estabelecido para a entrada das informações pelos diversos canais, processamento no setor responsável de acordo com o tipo de informação e de resposta para munícipe, conforme o modelo na figura abaixo.

Figura 3.3.11. Fluxo de informações do recebimento de queixas e reclamações



Nos canais disponibilizados o cidadão pode apresentar suas sugestões, críticas, reclamações, denúncias, solicitação de informações pertinentes ao âmbito da Administração Municipal colaborando para a melhoria dos processos de gestão, na qualidade do serviço prestado e no atendimento dos anseios da coletividade.

Para cada mecanismo deverá ser feita uma sistematização da forma de processamento por esse canal, o tipo de informação a ser acolhida e como será dada a resposta.

Para todas as queixas deverá ser assegurado o atendimento e/ou a resposta devida, nos prazos previamente definidos e informados ao público. As respostas deverão ser encaminhadas por meios de livre e amplo acesso aos interessados, tais como telefone, e-mail, correspondência, visitas técnicas, entre outros.

A função desse mecanismo é de tratar as questões que geram desconfortos à população, antes que se instalem controvérsias ou conflitos que normalmente demandam soluções mais complexas e desgastem a imagem do Programa.

A existência e as formas de acesso ao mecanismo de atenção a queixas e reclamações serão amplamente divulgadas junto às partes interessadas, de acordo com as estratégias estabelecidas para a Comunicação Social.

3.2. Estratégias de Comunicação

As estratégias básicas a se adotar na execução do Plano de Comunicação Social são as que seguem:

- Instalação de placas informativas, contendo dados dos responsáveis pela obra, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Supervisora e Construtora, data de início e de término e valor total do empreendimento;
- Divulgação e disponibilização de canais de contato, nas placas informativas, com um número de telefone e endereço de e-mail onde qualquer dúvida possa ser esclarecida ou qualquer informação de ocorrência ou inconformidade ambiental que for identificada possa ser imediatamente repassada para que as medidas cabíveis sejam providenciadas. Estes canais devem ser disponibilizados pela Prefeitura, que deverá receber as informações e respondê-las, tomando as providências necessárias;
- Criar e produzir materiais gráficos que complementarão toda e qualquer divulgação realizada sobre o Projeto;
- Realizar mobilização porta-a-porta, em especial quando for necessário fazer convocação acerca de alguma atividade ou informar os afetados sobre questões referentes à frente de obras e desapropriações/remoções;
- Atender as lideranças formais e informais e realizar reuniões com as comunidades. Essas ações envolvem a participação de órgãos estaduais e municipais da região, associações de moradores, sindicatos, entidades comerciais, empresariais etc.
- Identificar os equipamentos comunitários e entidades da sociedade civil com atuação nas áreas de intervenção, além de projetos e programas públicos nos locais em execução que possam servir como meios de interlocução com o público afetado;

- Estimular a formação de fóruns de discussão entre os atores identificados, para apresentação do plano de ações e discussão sobre as estratégias de apoio, acolhimento das informações e encaminhamento/solução para os casos identificados;
- Articular com as instituições públicas e privadas existentes no território, informando o início dos trabalhos e requerendo parcerias na constituição de uma rede de apoio social às famílias que necessitem ser transferidas da área, bem como no envolvimento e participação em propostas de desenvolvimento local;
- Instalar e operar Plantões Sociais, para o atendimento aos afetados das áreas de intervenção do PIVF;
- Produzir guia explicativo do processo de desapropriação e reassentamento, contendo as modalidades de atendimento previstas;
- Produzir guias contendo listagem dos recursos disponíveis no raio de 2 km dos territórios de reassentamento das famílias removidas e desapropriadas (educação, saúde, assistência social, segurança pública, lazer, dentre outros);
- Informativos voltados à divulgação de informações sobre a atuação Prefeitura Municipal nos trechos de obras dos projetos do PIVF.
- Elaboração de cartilhas educativas, folders, jornais, e demais materiais de comunicação visual para divulgação de informações relevantes à execução do PIVF;
- Promover palestras sobre o PIVF, seus benefícios e sobre as ações de desapropriação e reassentamento.

Além desses, outros mecanismos ligados à comunicação com o público alvo são: as visitas domiciliares, as reuniões grupais, as assembléias e reuniões gerais, realizados sistematicamente pelas equipes sociais junto às famílias moradoras nas áreas afetadas pelo Programa.

No caso de ocorrerem atividades de reassentamento, deverão ser produzidos materiais educativos para apoio às ações propostas de preparação para a ocupação das Unidades Habitacionais definitivas, bem como para o trabalho socioeducativo a ser realizado na fase de pós-ocupação.

As estratégias e questões específicas para cada área deverão ser detalhadas nos PERR's correspondentes.

3.3. Modelos de peças de comunicação

De acordo com as estratégias de comunicação acima enunciadas, a título meramente ilustrativo, seguem abaixo sugestões com modelos de peças comunicativas de referência para a execução do Plano de Comunicação Social.

Comunicado de Interdição de Vias: quando da necessidade e em decorrência das obras de implantação do PIVF. Nesta peça devem estar informadas as vias que serão interditadas (totalmente ou parcialmente) destacando dias, horários e alternativas de caminhos.

Figura 3.02. Comunicado de Interdição de Vias



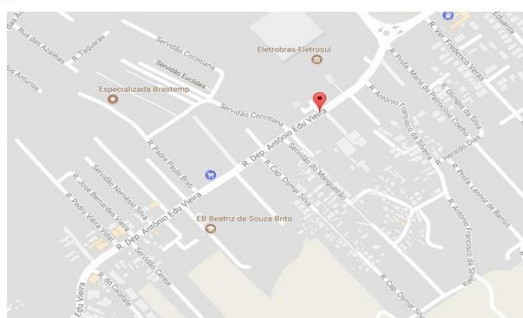
Comunicado de interdição de vias

Senhores moradores,

A Prefeitura Municipal de Florianópolis informa que serão temporariamente interditadas durante o período XX as seguintes vias:

- Rua XXX
- Avenida XXX

O bloqueio será necessário devido as obras para implementação do Corredor do Anel Central.



Informações

Ouvidoria do PIVF (tel XX XXXX-XXXX)

Plantão Social (Local: XX e data: XX)

Comunicado de Cadastramento: para informar os moradores afetados pelas obras do processo de cadastramento dos domicílios, atividades econômicas e lotes. Nesse comunicado devem estar informadas as datas e horários que serão realizados os cadastramentos além de outras informações relevantes (por ex. a documentação necessária).

Figura 3.03.. Comunicado de Cadastramento



Cadastramento de Propriedade

A Prefeitura Municipal de Florianópolis estará fazendo o cadastramento dos imóveis e lotes da área XX para a construção do Corredor do Anel Central entre os dias XX e XX. A equipe de cadastramento estará devidamente uniformizada e identificada.

Informações

Ouvidoria do PIVF (tel XX XXXX-XXXX)

Plantão Social (Local: XX e data: XX)

Jornal Informativo das áreas de afetação (físico ou digital): onde podem constar informações de relevância que os responsáveis pelo Programa queiram difundir nas áreas e comunidades afetadas direta e indiretamente pelas obras.

Figura 3.04. Jornal das áreas afetadas

 		Jornal do Corredor do Anel Central	
Nesta edição:		Volume I, edição I	Data do Jornal
Artigo Interno 2	Artigo Interno 2	Título do artigo principal	
Artigo Interno 2	Artigo Interno 2	felis donec et odio pellentesque diam volutpat commodo sed egestas egestas fringilla phasellus faucibus scelerisque eleifend donec pretium vulputate sapien nec sagittis aliquam malesuada bibendum arcu vitae elementum curabitur vitae nunc sed velit dignissim sodales ut eu sem integer vitae justo eget magna fermentum iaculis eu non diam phasellus vestibulum lorem sed risus ultricies tristique nulla aliquet enim tortor at auctor urna nunc id cursus metus aliquam eleifend mi in nulla posuere sollicitudin aliquam ultrices sagittis orci a scelerisque purus semper eget duis at tellus at urna condimentum mattis pellentesque id nibh tortor id aliquet lectus proin nibh nisl condimentum id venenatis a condimentum vitae sapien pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas sed tempus urna et pharetra pharetra massa massa ultricies mi quis hendrerit dolor magna eget est integer eget aliquet nibh praesent tristique magna sit amet purus gravida quis blandit turpis.	
Artigo Interno 3	Artigo Interno 3		
Artigo Interno 4	Artigo Interno 4	Legenda da imagem ou do elemento gráfico.	
Artigo Interno 5	Artigo Interno 5	Título do artigo secundário	
Artigo Interno 6	Artigo Interno 6	felis donec et odio pellentesque diam volutpat commodo sed egestas egestas fringilla phasellus faucibus scelerisque eleifend donec pretium vulputate sapien nec sagittis aliquam malesuada bibendum arcu vitae elementum curabitur vitae nunc sed velit dignissim	sodales ut eu sem integer vitae justo eget magna fermentum iaculis eu non diam phasellus vestibulum lorem sed risus ultricies tristique nulla aliquet enim tortor at auctor urna nunc id cursus metus aliquam eleifend mi in nulla posuere sollicitudin tortor id aliquet lectus proin nibh nisl condimen-
Informações	Ouvidoria do PIVF (tel XX XXXX-XXXX) Plantão Social (Local: XX e data: XX)	tum id venenatis a condimentum vitae sapien pellentesque habitant morbi tristique senectus	

Informativo para divulgação de campanha de contratação de mulheres: para divulgação dos postos de trabalho destinados para mulheres, que poderão ser criados pelo Programa nas obras dos projetos do PIVF.

Figura 3.05. Informativo sobre Campanha de Incentivo a contratação de mulheres nas obras



PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS



**Campanha de incentivo a contratação de
mulheres na obra**

Entregue seu currículo no Plantão Social ou no Canteiro de Obras.

Atendimento

Plantão Social
Segunda à quarta
Horário: XX às XX

Canteiro de Obras
Segunda à sexta
Horário: XX às XX

Campanha válida até XX de XX

Contato
Ouvidoria do PIVF (tel XX XXXX-XXXX)

Comunicado Plantão Social: informando a realização do Plantão Social em área, com destaque para os dias, horários de atendimentos e indicação do local onde se realizará os plantões.

Figura 3.06. Comunicado Plantão Social



Plantão Social

Dias: Segunda e quarta-feira

Horários: 14h às 18h

Contato

Ouvidoria do PIVF (tel XX XXXX-XXXX)

Informativo sobre Atendimento Habitacional em UHs que venham a ser entregues para o reassentamento de famílias removidas pelo Programa. Esse deve conter material com informações relevantes, para que as famílias possam se apropriar dos projetos de Conjuntos Habitacionais que venham a ser construídos.

Figura 3.07. Informativo sobre atendimento Habitacional em UH



Independente de layout, todas as peças de comunicação devem estar identificadas com logos oficiais dos responsáveis pelos Projetos (PMF, BID, Empreiteira, Gerenciadora Social, etc.) e com os contatos da equipe responsável pelo Trabalho Social e dos contatos para submissão de queixas e reclamações e busca de informações sobre o PIVF.

4. ETAPAS DO PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

As estratégias de comunicação social deste plano distribuem suas ações em momentos distintos da intervenção ou a formas específicas de informar o público diretamente afetado. Para a melhor efetivação dos objetivos e diretrizes propostas, divide-se em cinco etapas que se integram aos cronogramas de obras do Programa e do trabalho social a ser

desenvolvido, principalmente no que se refere as ações de desapropriação, remoção e reassentamento das populações diretamente afetadas.

4.1. Divulgação geral do Programa

Esta etapa ocorre, geralmente, antes do início da implantação do empreendimento e do Trabalho Social, pois abrange as primeiras atividades de comunicação, buscando informar a população sobre o Programa e os projetos a ele associados. Nesta etapa o objetivo é a divulgação geral do PIVF em meios de maior alcance como veículos de mídia (TV, jornais, rádio), redes sociais, outdoors, entre outros.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Florianópolis já realizou algumas ações de divulgação geral do empreendimento, em especial no momento da convocação e divulgação de Audiências e Consultas Públicas do Programa. Também há o destaque para os Projetos que fazem parte do PIVF, discutidos nas consultas para formulação do PDFL. Estas consultas também tiveram ampla divulgação em veículos de mídia e institucionais, contribuindo para a divulgação dos projetos do PIVF.

4.2. Realização de consultas públicas

As três consultas públicas específicas do Programa foram realizadas nos dias 2 e 3 de junho de 2017. Estas tiveram ampla divulgação em meios de comunicação, espaços institucionais do município, espaços públicos e demais meios.

A publicação dos convites no Diário Oficial do Município de Florianópolis ocorreu no dia 17 de maio de 2017, observando o prazo de 16 dias de antecedência em relação à primeira Consulta Pública, realizada no dia 2 de junho. Conforme indicado no convite publicado no Diário Oficial, a Avaliação Ambiental e Social do PIVF - AAS foi disponibilizada na íntegra em meio digital no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a partir da mesma data de publicação.

Além disso, foram disponibilizadas cópias impressas do documento nos seguintes locais, com a mesma antecedência de 16 dias:

- (i) Secretaria Municipal de Infraestrutura- Rua Tenente Silveira, 60 - 4 andar;
- (ii) Biblioteca Municipal Professor Barreiros Filho - Rua João Evangelista da Costa, 1160 – Estreito;
- (iii) Paróquia Nossa Senhora do Carmo - Rua Professor Bayer Filho, 81 – Coqueiros;
- (iv) Sala de Cinema do Centro Integrado de Cultura - Avenida Governador Irineu Bornhausen, 5600- Agrônômica.

Houve ampla e abrangente divulgação da agenda das Consultas Públicas, utilizando-se dos meios disponíveis: veículos de comunicação, aplicativos sociais, mailing eletrônico, fixação de cartazes e distribuição de convites em locais de atendimento público (postos de saúde, escolas, entre outros) e em reuniões formais organizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os convites para as Consultas Públicas foram divulgados no site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, na página da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 18 de maio, como demonstra a figura a seguir:

Figura 4.01. Site da Prefeitura com a agenda das Consultas Públicas

The screenshot shows the website of the Prefeitura de Florianópolis, specifically the 'Secretaria Municipal INFRAESTRUTURA' page. The main heading is 'Consulta Pública sobre Obras'. Below the heading, there is a brief description of the consultation's purpose. A table lists the dates, times, and locations for the consultations. To the right of the table, there are three vertical banners for other municipal initiatives: 'CONSULTA PÚBLICA SOBRE OBRAS', 'Ações da SMHSA', and 'Plano Municipal de Coleta Seletiva'.

Dia	Horário	Local
02/06/2017 (sexta-feira)	16 às 18 hs	Biblioteca Pública Municipal Professor Barreiros Filho - Rua João Evangelista da Costa, 1.160 - Estreito
02/06/2017 (Sexta-feira)	20 às 22 hs	Salão da Paróquia Nossa Senhora do Carmo - Rua Professor Bayer Filho, 81 - Coqueiros
03/06/17 (Sábado)	9 às 11 hs	Centro Integrado de Cultura (CIC) - Avenida Governador Irineu Bornhausen, 5.600 - Agrônômica

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2017

As informações sobre as consultas, divulgando assunto, data, hora e local, foram veiculadas nos seguintes meios:

Quadro 4.01. Divulgação das Consultas Públicas nos meios de comunicação

Veículo	Matéria/conteúdo	Data
Site da Prefeitura de Florianópolis	Publicação da agenda das Consultas Públicas	18/5
Jornal Notícias do Dia	Publicação da agenda das Consultas Públicas	18/5
Jornal Notícias do Dia - Coluna de Fábio Gadotti	Publicação da agenda das Consultas Públicas	19/5
Portal Informe	Prefeitura da Capital realiza a partir de sexta (2) consultas públicas voltadas à Infraestrutura Viária	19/5
Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis	Prefeitura fará três Consultas Públicas sobre obras de Infraestrutura Viária	19/5
Portal do Jornal Hora de SC	Audiências Públicas apresentarão os projetos dos binários e do anel viário em Florianópolis	25/5
Diário Catarinense - De Ponto a Ponto/Florianópolis	Publicação da agenda das Consultas Públicas	26/5
Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis	Prefeitura realiza Consultas Públicas sobre Infraestrutura Viária	30/5
Rádio CBN Diário - Programa Notícia na Manhã - apresentador Mário Motta	Entrevista do engenheiro Américo Pescador	30/5
Portal G1 SC	Prefeitura de Florianópolis realiza consultas públicas sobre obras de infraestrutura viária	30/5
Portal Tudo Sobre Floripa	Prefeitura promove consultas públicas para mostrar projetos de infraestrutura	30/5
Rádio CBN Diário - Programa Notícia na Tarde - apresentador Renato Igor	Entrevista do Diretor de Obras da Secretaria de Infraestrutura, Tiago Schmitt	01/6
TV Catarina (Band) / Programa Band Cidade	Reportagem sobre a Audiência	02/6

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2017

Algumas lideranças comunitárias foram convidadas através de aplicativos sociais (Conselho Comunitário Monte Verde, Conselho Local de Saúde do Pantanal, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Comunitário da Armação, Liderança do Bairro Saco Grande, Conselho Comunitário do Pantanal, Associação de Moradores do Bairro João Paulo e Intendentes Distritais). Também foram afixados cartazes nos pontos de grande circulação de pessoas, em estabelecimentos localizados nas proximidades das obras da amostra.

Além dos cartazes afixados no Terminal de Integração do Centro (TICEN), foram colocados diversos cartazes nos ônibus que circulam pelas vias do Corredor do Anel Central, para que usuários do transporte coletivo e população em geral pudessem ter acesso à agenda das Consultas.

As Consultas Públicas foram divulgadas em reuniões setoriais: no Colegiado da Prefeitura Municipal de Florianópolis no dia 29 de maio e na reunião do Comitê Gestor do Maciço do Morro da Cruz.

Vale lembrar que as consultas públicas obedeceram ao que dispõe o Plano de Consultas Públicas (Anexo II) e as demais orientações do BID.

No Plano de Consultas Públicas estão estabelecidas as diretrizes para realização das consultas vinculadas ao Programa no que se refere às questões a serem tratadas; às etapas de realização; à abrangência; ao levantamento das partes interessadas (stakeholders); à forma de divulgação; como se dará o registro das informações; e à sistemática de incorporação das intervenções dos participantes aos planos do PIVF.

O Município de Florianópolis já realizou uma série de encontros, reuniões e consultas públicas que envolveram a temática da mobilidade urbana, tanto no âmbito do Plano Diretor quanto para o PIVF.

Para o Plano Diretor foram realizadas 16 audiências públicas, sendo 4 delas realizadas nas sedes insular e continental. Os eventos mobilizaram mais de 2.500 participantes, envolvendo comunidades, lideranças e entidades de todos os bairros do município de Florianópolis. As estratégias de mobilidade identificadas pelo PLAMUS foram abordadas em todas as audiências públicas, com ênfase especial na adoção de faixas exclusivas para ônibus e implementação de ciclovias.

O Programa Infraestrutura Viária de Florianópolis, igualmente, foi alvo de debate em 2 audiências realizadas na sede insular (em 30/06/2016 e 01/08/2016, respectivamente) e nas outras 2 audiências ocorridas na sede continental (realizadas em 15/06/2016 e 09/08/2016), registrando-se mais de 1.000 participantes.

Nessas reuniões foram amplamente debatidos os espaços destinados exclusivamente ao transporte coletivo e corredores de ônibus, especialmente na Rua Dep. Antônio Edu Vieira e na Beira Mar Norte, além do corredor Norte e Sul e priorização do transporte coletivo no Centro Histórico. Outros temas, como ciclovias e melhorias das calçadas, também foram destacados.

Com respeito às obras do Programa, foram realizadas diversas reuniões, coordenadas pela Secretaria de Infraestrutura, com representantes do Bairro Pantanal, nas proximidades da UFSC, onde estão concentrados os esforços de desapropriação necessários ao andamento das obras. Esse trecho foi licitado e as obras iniciaram no final de maio de 2016, nas áreas pertencentes à UFSC.

A primeira consulta pública sobre as obras do Programa foi realizada em dezembro de 2015, no auditório da UFSC. Foi dada ampla divulgação nos meios de comunicação, sendo que os convites impressos foram afixados no campus e nas imediações da Universidade. Representantes do Conselho Comunitário do Pantanal também foram convidados. Ao todo, 200 pessoas participaram da audiência, que contou com a presença de representantes da UFSC, da comunidade do Pantanal e estudantes, em grande parte usuários do sistema de transporte coletivo e das vias de circulação. Entre os temas discutidos, incluem-se:

- i. Dados Gerais do Projeto de Mobilidade;
- ii. Projeto Corredor do Anel Central;
- iii. Projeto da Rua Deputado Edu Vieira;

- iv. Empresa contratada e valor do projeto;
- v. Etapas de execução do projeto;
- vi. Cronograma de atividades por etapa;
- vii. Interferências junto à comunidade;
- viii. Alterações no trânsito de veículos – soluções;
- ix. Desapropriação – conceitos e etapas.

Foram apresentadas informações sobre mobilidade urbana sustentável, baseadas nos estudos do PLAMUS. Também foram apresentados os projetos do Corredor do Anel Central, com ênfase no traçado da Rua Deputado Antônio Edu Vieira. Foram apresentados os conceitos e quais as etapas do processo de desapropriação.

Uma segunda reunião ocorreu em julho de 2016, no CCPAN – Conselho Comunitário do Pantanal, e contou com a presença de lideranças e representações institucionais e comunitárias da localidade. O objetivo da reunião foi a apresentação do projeto de duplicação da Rua Deputado Antonio Edu Vieira, que integra as obras do Corredor do Anel Central, apontando a priorização do transporte coletivo e de ciclistas em detrimento ao transporte particular. Após as apresentações, os participantes puderam expressar suas dúvidas e opiniões sobre o projeto. Todos os questionamentos foram respondidos na reunião. Nessa segunda reunião, os temas abrangeram:

- i. Localização de estações de embarque;
- ii. Traçado de servidões;
- iii. Interrupções no andamento das obras;
- iv. Recursos para desapropriação;
- v. Reconstruções de benfeitorias (muros, etc);
- vi. Imóveis afetados;
- vii. Critérios para remanejamento de afetados;
- viii. Processo de desapropriação quando o imóvel atende a coletividade (p ex igrejas, etc.).

Após à segunda reunião, houve um encontro entre técnicos da Prefeitura Municipal com representantes da Associação de Moradores. O objetivo dessa reunião “intermediária” consistiu na análise das informações apresentadas na primeira reunião, bem como a forma de apresentação e - caso fosse necessário – realizar ajustes para a próxima reunião geral.

A última reunião ocorreu em setembro de 2016, no CCPAN- Conselho Comunitário do Pantanal, com 56 presentes. Destes, 34 moradores de 28 propriedades diretamente afetadas foram envolvidos. Para abranger a totalidade da população diretamente afetada no Pantanal, os técnicos da Prefeitura realizaram contatos telefônicos e enviaram convites para os que possuíam endereços eletrônicos. Entre os temas abordados, destacaram-se:

- i. Questões técnicas de projeto;
- ii. Conceitos urbanísticos (boulevard, centralidade linear, áreas verdes, etc.);
- iii. Planos de trânsito (e interferências) durante as obras;
- iv. Áreas de lazer e revitalização arbórea;
- v. Acesso às informações de projeto;
- vi. Conexões de transporte e ciclovias;
- vii. Sinalização;
- viii. Recuos para as paradas de ônibus;
- ix. Regras e detalhes dos processos de desapropriação;
- x. Critérios para desapropriações em relação a IPTUs;
- xi. Planos de realocação dos moradores atingidos;
- xii. Recursos para as desapropriações;
- xiii. Cálculos do valor do imóvel;
- xiv. Com as dificuldades financeiras da PMF interferem nas desapropriações;
- xv. Espaços para habitação social (novas moradias);
- xvi. Expectativas quanto ao cronograma de interação com os proprietários;
- xvii. Expectativas para o envolvimento da população;
- xviii. Relação do Programa com o Plano Diretor Municipal;
- xix. Zoneamento Urbano;
- xx. Comércio e serviços para a região.

Ainda específico para o PIVF, foram realizadas três consultas públicas nos dias 2 e 3 de junho de 2017 com foco na apresentação dos projetos da amostra representativa. Duas das consultas foram realizadas no dia 2 de junho na parte continental do município e tinham

como objeto principal a apresentação dos projetos dos Binários. Já no dia 3 de junho, a consulta foi no Centro Integrado de Cultura e tinha como público participante a população dos bairros afetados pelo Projeto do Corredor do Anel Central.

Nessas consultas, além da apresentação do PIVF e dos projetos da amostra representativa, foram apresentadas as diretrizes do BID para o tratamento dos impactos ambientais e sociais e os respectivos planos de mitigação. Para estas consultas, foi disponibilizada de forma pública a citada versão preliminar da Avaliação Ambiental e Social – AAS (ANEXO III).

A AAS é o documento que trata das questões socioambientais, abrangendo diagnóstico e prognóstico no contexto do Programa e das obras da amostra, incluindo o Plano Diretor de Relocalização de População e Apoio à Reinstalação de Atividades Econômicas – PDRR, que trata especificamente das alternativas de atendimento ao público diretamente afetado pelas obras. O conteúdo das apresentações nas Consultas Públicas dos dias 2 e 3 de junho de 2017 abrangeram os seguintes aspectos:

- a) Contexto Geral
- b) Objetivos do programa
- c) O Programa
- d) Principais Impactos (Sociais, Ambientais, etc.)
- e) Ações, Alternativas e Planos de Mitigação e Atendimento (Programas Ambientais, itens do PDRI, etc)
- f) Benefícios do Programa
- g) Informes sobre locais para o acesso permanente às Informações e envio de solicitações, queixas, denúncias, etc (site da PMF, e-mail, ouvidoria)

Em síntese, todas as questões levantadas pelos participantes sobre o projeto e as obras foram respondidas nas consultas públicas. A Prefeitura de Florianópolis reiterou nos debates a sua preocupação em buscar a melhor alternativa de traçado, tanto do ponto de vista técnico quanto social, privilegiando o menor impacto possível sobre as residências, comércios e imóveis da região.

4.3. Comunicação e diálogo social na etapa pré-obra

Esta etapa corresponde ao início das ações de campo do Plano de Comunicação Social, em especial, junto à população diretamente afetada pelas obras. Este momento deverá deflagrar o processo de divulgação e mobilização comunitária, tendo em vista que todo o cidadão que reside na área de abrangência direta e indireta do projeto tenha seu direito à informação e possa participar ativamente das intervenções propostas. As ações de

mobilização e divulgação são decisivas para o processo de implantação de intervenções urbanas estruturantes, na medida em que torna possível desenvolver estratégias diferenciadas que possibilitem a ampliação do fluxo de informações, cria canais de diálogo e interação com a população e garante o processo de transparência necessário à execução das políticas públicas.

A primeira ação do plano será a mobilização de todas as comunidades afetadas para divulgação do início das intervenções e participação nas reuniões de partida nas áreas de intervenções.

Principais atividades desta etapa:

- Vistoria na área de abrangência dos projetos;
- Identificação de stakeholders, isto é, mapeamento de grupos, lideranças, entidades e empresas que poderão participar/influenciar no desenvolvimento do Programa;
- Realização de reuniões iniciais com a população afetada para consolidar um pacto de participação comunitária, com direito e deveres e divulgação do calendário de atividades;
- Produção de material gráfico (informativos e cartazes) para o processo de mobilização orientada e divulgação junto à população beneficiária e do entorno;
- Mobilização da população para realização de cadastramento;
- Divulgação local da abertura de frentes de obra e das interferências, por meio da distribuição de panfletos, afixação de cartazes e contatos diretos com a população vizinha;
- Divulgação prévia dos programas de uso de vias locais e alterações na circulação dos meios de transporte privado e coletivo, utilizando os mesmos instrumentos citados anteriormente.

4.4. Comunicação e diálogo social durante as obras

O Plano de Comunicação durante as obras dos projetos tem por objetivo divulgar aspectos técnicos e programáticos sobre o Programa, informando sobre as medidas de controle de impacto e outros aspectos exigíveis das construtoras, além de esclarecer dúvidas das comunidades diretamente afetadas pelas frentes de obra.

As atividades a serem realizadas no âmbito desta etapa incluirão:

- Sinalização de orientação para circulação de veículos e pedestres;

- Divulgação sobre interrupções programadas no fornecimento de água, energia elétrica, serviços de telefone e outros serviços públicos;
- Divulgação sobre a programação e avanço das frentes de trabalho e início de atividades em novos locais;
- Atendimento a consultas ou esclarecimentos de dúvidas a respeito das características do projeto e avanço das obras;
- Treinamento de todos os envolvidos com as obras sobre a necessidade de evitar problemas nos locais onde há interferência com a comunidade do entorno, em especial as equipes que realizarão o cadastro físico de propriedades afetadas;
- Ações específicas de comunicação do PDRR;
- Elaboração de cartilha sobre desapropriação e reassentamento e demais materiais de apoio ao trabalho técnico social;
- Apoio para as reuniões e consultas comunitárias;
- Organização de informativos periódicos para as comunidades afetadas;
- Apoio ao funcionamento do mecanismo de atenção a queixas e reclamações.

Além disso, a Prefeitura Municipal de Florianópolis deverá manter equipes e canais de comunicação para recebimento, registro e análise de reclamações provenientes da população do entorno, com relação a incômodos ou eventuais prejuízos que a mesma venha a alegar em decorrência da execução das obras.

4.5. Comunicação e diálogo social durante a operação das obras

Esta etapa se dará após a conclusão das obras nas áreas afetadas e após as desapropriações e reassentamentos das famílias removidas, visando à apropriação dos benefícios implementados e apoio as atividades de pós-ocupação. Será dar continuidade às ações iniciadas na etapa de obras junto à comunidade, agora com um foco mais amplo, com ações voltadas a:

- (i) Comunicação social durante a operação da infraestrutura implementada;
- (ii) Orientação ao usuário;
- (iii) Apoio de comunicação ao trabalho de pós-ocupação;
- (iv) Uso e manutenção das UHs e dos equipamentos comunitários;
- (v) Integração das famílias reassentadas ao novo local de moradia;

- (vi) Campanha de comunicação dirigida à população do entorno dos locais de reassentamento.

Após a conclusão das obras, deverá ser realizada uma campanha informando aos diversos públicos-alvo, especialmente à população lindeira, o término das obras e as novas condições de operação das vias.

5. RESPONSABILIDADE

A implantação deste Programa é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

6. CRONOGRAMA E ORÇAMENTO

O cronograma e o respectivo orçamento de implantação do Plano de Comunicação deverá ser consolidado a partir da compatibilização com os cronogramas e orçamentos de implantação do empreendimento (especialmente das obras) e dos PERRs.

ANEXOS

ANEXO I – Plano de Consultas

ANEXO II – Avaliação Ambiental e Social

ANEXO III – Relatório das Consultas Públicas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DA REITORIA

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade
CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC
Telefone: (48) 3721-9320 - Fax: (48) 3721-8422
E-mail: gr@contato.ufsc.br

**TERMO DE CESSÃO DE USO ONEROSA QUE
CELEBRAM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL
DE FLORIANÓPOLIS, TENDO COMO OBJETO A
CESSÃO TEMPORÁRIA DE ÁREA PERTENCENTE À
REFERIDA UNIVERSIDADE NO ENTORNO DA RUA
DEPUTADO ANTONIO EDU VIEIRA.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, doravante denominada "UFSC", autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, inscrita sob o CNPJ nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, bairro Trindade, em Florianópolis/SC, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, Prof.^a ROSELANE NECKEL, portadora do RG nº 1.812.211-6, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 641.354.119-91, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, doravante denominada "PMF", pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Tenente Silveira nº 60, 5º andar, bairro Centro, em Florianópolis/SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Florianópolis, CÉSAR SOUZA JÚNIOR, portador do RG nº 3095368, SSP/SC e do CPF nº 028.251.449-08, com domicílio especial à Rodovia Aroldo Soares de Glavan, 2275, Cacupé, Florianópolis/SC, resolvem celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO ONEROSA em conformidade com os elementos que integram o Processo nº 23080.049997/2011-10 e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E REGULAMENTAR E DAS CONVENÇÕES

- 1.1 O presente Termo de Cessão é celebrado de acordo com a legislação listada a seguir:
 - 1.1.1 Lei nº 6.120/74;
 - 1.1.2 Lei nº 8.666/93;
 - 1.1.3 Lei nº 9.636/98;
 - 1.1.4 Lei nº 12.587/12;
 - 1.1.5 Decreto-lei nº 9.760/46.
- 1.2 Ficam convencionadas as seguintes designações:
 - 1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina: **UFSC**;
 - 1.2.2 Prefeitura Municipal de Florianópolis: **PMF**.
- 1.3 Integram este documento os seguintes anexos:
 - 1.3.1 Anexo I – Projeto Executivo (CD-ROM);
 - 1.3.2 Anexo II – Cronograma Geral de Execução (CD-ROM).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 O presente Termo de Cessão tem por objeto a cessão temporária de área pertencente à UFSC à PMF para o acesso diário de máquinas, caminhões e veículos destinados ao atendi-

mento da execução de obras referentes à duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, localizada no bairro Trindade, no município de Florianópolis/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Compete à UFSC:

3.1.1 Garantir o acesso diário de máquinas, caminhões e veículos destinados à obra referente à duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira.

3.2 Compete à PMF:

3.2.1 Licitar, contratar, fiscalizar e realizar os serviços abaixo elencados:

3.2.1.1 Quanto às condicionantes ambientais apontadas no Ofício nº 8136/2013-GAB/AAH-DITC/PR/SC e no Laudo Técnico nº 039/2012 do MPF, cabe à PMF:

a) promover a implantação de rede de esgotamento sanitário na região da Bacia do Campus Universitário, contemplando as comunidades de Serrinha, Pantanal, Carvoeira, Trindade (100% de cobertura), mediante convênio com a Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) e a CASAN. O prazo previsto para implantação é de trinta e seis meses;

b) ceder uma área equivalente a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) para a UFSC implantar um parque ambiental, denominado "Parque do Mirante", na região da comunidade do Pantanal/Carvoeira, mediante convênio específico a ser firmado entre a UFSC e a PMF;

c) apresentar projeto habitacional de interesse social para sessenta e quatro famílias (já cadastradas pela SMHSA) na região da comunidade do Pantanal/Carvoeira. O prazo previsto para a implantação é de quarenta e oito meses e tem como valor aproximado de investimento a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

3.2.1.2 Quanto à compensação territorial pelo espaço que a UFSC cederá, cabe à PMF:

a) por meio do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), proceder a estudo que possibilite ampliar o índice de ocupação do solo (compactação) de uma área específica dentro do Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, levando em consideração os acessos, a capacidade de estacionamento e a mobilidade no sistema viário no entorno do *campus*;

b) formalizar um fluxo para aperfeiçoar os processos de consulta de viabilidade, análise e aprovação de projetos de modo a agilizar os trâmites entre a UFSC e a PMF.

3.2.1.3 Quanto à reconstrução do prédio do Centro de Desportos que será atingido pela obra, cabe à PMF reconstruir os prédios atingidos por demolição com a mesma área existente, comprometendo-se a UFSC a fornecer o projeto arquitetônico e complementar das edificações. O prazo previsto para a realização da obra é de doze meses. O valor do investimento será definido oportunamente.

3.2.1.4 Quanto à construção de ciclovias ao longo de todo o trecho da obra, até o Saco dos Limões, assim como nas ruas de entorno da UFSC e nas ruas internas, cabe à PMF cuidar da implantação do anteprojeto de ciclovias fornecido pela UFSC, perfazendo 10,3 km (dez quilômetros e trezentos metros) de extensão. Caberá a UFSC fornecer os projetos executivos. O prazo previsto para implantação é de trin-

ta meses; o valor previsto para o investimento é de R\$ 2.123.000,00 (dois milhões e cento e vinte e três mil reais).

3.2.1.5 Quanto à implementação de sinalização horizontal e vertical, com faixas de segurança para pedestres ao nível da calçada, semáforos e redutores de velocidade – com especial atenção ao trânsito de pedestres em pontos críticos da região do entorno da UFSC, cabe à PMF promover a instalação de sinalizações como parte integrante das obras de implantação do anel viário e da requalificação do sistema viário no entorno da UFSC. O prazo previsto para a implantação é de doze meses. O valor do investimento será definido oportunamente.

3.2.1.6 Quanto à necessidade de reformulação das alças de acesso à UFSC; implantação de passeios com 2,5 m ao longo do trecho a ser duplicado; recuperação adequada de todos os espaços dos estacionamentos internos da UFSC atingidos pela obra; previsão, no projeto de execução da obra, de estrutura de drenagem das águas, para que sejam conduzidas para os canais existentes dentro do *campus* da UFSC; planejamento e execução de paisagismo, arborização e mobiliário ao longo de toda a via objeto da obra e reforma das paradas de ônibus internas da UFSC, cabe à PMF atender os pontos acima mencionados no projeto e na execução das obras do anel viário, quando ocorrerá a revitalização do sistema viário no entorno da UFSC. O prazo previsto para implantação é de trinta meses (ou à medida que as obras sejam executadas). O valor do investimento será definido oportunamente.

3.2.1.7 Quanto à Rua Delfino Conti e à questão referente ao tráfego externo aberto ao transporte coletivo, cabe à PMF promover estudo do sistema viário a partir da implantação do anel viário, considerando a alteração do uso da via apenas para a implantação de um corredor exclusivo para o transporte coletivo. O prazo previsto para a implantação é de trinta meses (ou à medida que as obras sejam executadas).

3.2.1.8 Quanto à colocação de barreiras bloqueadoras de som ao longo da via Deputado Antônio Edu Vieira, nos locais próximos aos prédios da UFSC, cabe à PMF implantar barreiras de som de forma vegetal ou mecânica no entorno dos prédios da UFSC. O prazo previsto para a implantação é de trinta meses (ou à medida que as obras sejam executadas).

3.2.1.9 Quanto à preocupação da UFSC em trazer benefícios à comunidade do bairro Pantanal, cabe à PMF:

a) promover a construção de um posto de saúde, com área de cerca de 560 m² (quinhentos e sessenta metros quadrados). O prazo previsto para a implantação é de doze meses. O valor a ser investido é de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

3.2.1.10 Quanto à necessidade de melhorias na iluminação das vias públicas internas e externas do *campus* da UFSC, registra-se que a PMF já realizou a Operação Presença no entorno da UFSC e se compromete a dar continuidade ao projeto. No que diz respeito à parte interna, cabe ao Município elaborar projeto e promover a execução da melhoria do sistema de iluminação dentro do *campus* a partir da autorização da cessão da área para a implantação do sistema viário. O prazo previsto para a implantação é de doze meses. O valor estimado para o investimento é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.2.1.11 Quanto às obras de desassoreamento de toda a Bacia do Itacorubi (incluindo o *campus* da Trindade), cabe à PMF desassorear os rios Itacorubi e Sertão, desde que obtenha as licenças ambientais junto à FATMA. Ressalta-se que tanto o projeto como o EIA/RIMA encontram-se em análise naquele órgão ambiental. O prazo previsto para a execução é de doze meses. O valor do investimento é de R\$ 2.7000.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

Obs.: A UFSC compromete-se a elaborar os projetos e os estudos ambientais para o desassoreamento do restante dos canais e cursos de água da Bacia do Itacorubi, relativos ao seu *campus*, que não foram contemplados no projeto anteriormente mencionado. Posteriormente, o Município providenciará a execução em parceria com a UFSC.

3.2.1.12 Quanto à necessidade de recapeamento asfáltico das vias internas da UFSC, cabe à PMF implantar a Operação Presença no *campus* da UFSC (tapaburaco). Quanto à necessidade de recapeamento asfáltico das vias internas do *campus*, a UFSC compromete-se a apresentar projeto executivo para a implantação do sistema viário. O prazo previsto para a execução é de quatro meses. O valor do investimento será definido oportunamente.

3.2.1.13 Quanto à garantia de viabilidade para a construção do Parque da Ciência da UFSC no aterro da Baía Sul (Saco dos Limões), cabe à PMF, por meio do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), incluir como premissa no projeto de urbanização do aterro da Baía Sul a implantação do Parque da Ciência da UFSC. O prazo previsto para a execução é de vinte e quatro meses.

3.2.1.14 Quanto ao conflito em torno da largura do trecho 2 (da rótula da Eletrosul até a Rua Pedro Vieira Vidal), recomenda-se que a PMF faça o traçado com o menor impacto possível à população local, que não descaracterize a sociabilidade do bairro, não transformando a Rua Deputado Antônio Edu Vieira numa simples extensão da Beira-Mar Norte, como se fosse um eixo norte-sul de ligação rodoviária da ilha.

3.2.1.15 Quanto à melhoria das condições internas de mobilidade no Centro Tecnológico e no Centro de Ciências da Saúde, que atualmente são muito penalizados pelo trânsito pesado que por ali circula, cabe à PMF promover o fechamento da Rua Delfino Conti ao trânsito de passagem, deixando essa via como caminho exclusivo para transporte coletivo. O valor e o prazo do investimento serão definidos oportunamente.

3.2.1.16 O presente Termo de Cessão de Uso Onerosa fica condicionado ao cumprimento integral, por parte da PMF, de todas as condicionantes e exigências impostas pelos entendimentos posteriores sobre os consensos estabelecidos pela Comissão de Estudo e Mobilidade Urbana do Campus da Trindade e da Bacia do Itacorubi (CETMU). Em hipótese que a providência solicitada pela CETMU não for possível de ser acatada, seja por restrições técnicas, econômicas e/ou sociais, a PMF deverá justificar o não atendimento da providência ao Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE) da UFSC, e este, por sua vez, terá a incumbência de analisar o mérito da questão.



CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE

4.1 Fica a cargo da PMF a responsabilidade por quaisquer prejuízos ao serviço público de ensino prestado por essa unidade ou danos materiais e morais, diretos e indiretos, por dolo ou por culpa, à UFSC e a terceiros (responsabilidade cível, criminal, trabalhista, previdenciária e ambiental) por eventuais danos que ocorrerem na área objeto do presente Termo de Cessão de Uso, no período de sua vigência.

4.2. A PMF se resguarda no direito de, a qualquer tempo, solicitar à UFSC a revisão dos prazos contidos na Cláusula Terceira que se mostrarem incompatíveis com as obras e dispositivos que eventualmente apresentem incompatibilidade com a Lei do Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a Lei do Orçamento Anual e com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, visando a compatibilização e adequação.

4.3 A PMF se compromete a incluir as respectivas dotações orçamentárias necessárias para o cumprimento do estabelecido na Cláusula Terceira do presente Termo de Cessão de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1 O valor das obras e serviços e das demais obrigações previstas na Cláusula Segunda do presente Termo de Cessão de Uso será de inteira responsabilidade da PMF.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente instrumento é de quarenta e oito meses e passa a vigorar a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

6.2 O presente instrumento poderá ser prorrogado por interesse das partes, por igual período, mediante a formalização de respectivos termos aditivos devidamente justificados, cuja proposição por qualquer das partes deverá ser encaminhada ao outro partícipe em prazo mínimo de sessenta dias antes do término da vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1 Constitui motivo para a rescisão do presente Termo de Cessão de Uso o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, principalmente na constatação, pela UFSC, das seguintes situações:

- a) o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) a constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- c) a conveniência administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 O extrato do presente Termo de Cessão de Uso e suas alterações serão publicados pela PMF no Diário Oficial da União, de acordo com o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROIBIÇÃO DA PROMOÇÃO PESSOAL

10.1 Deverá ser observada a proibição do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, que veda expressamente qualquer menção de nome, símbolo ou imagem que caracterizem promoção pessoal de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Este instrumento foi analisado e aprovado pelas assessorias jurídicas dos partícipes e vai rubricado pelos representantes legais das partes.

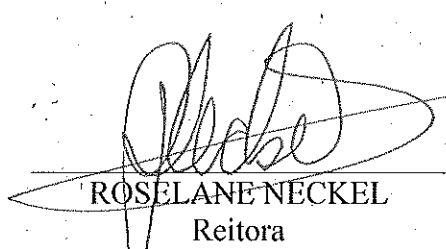
11.2 O presente documento deve ser arquivado nos setores competentes da UFSC e da PMF, observadas as formalidades legais.

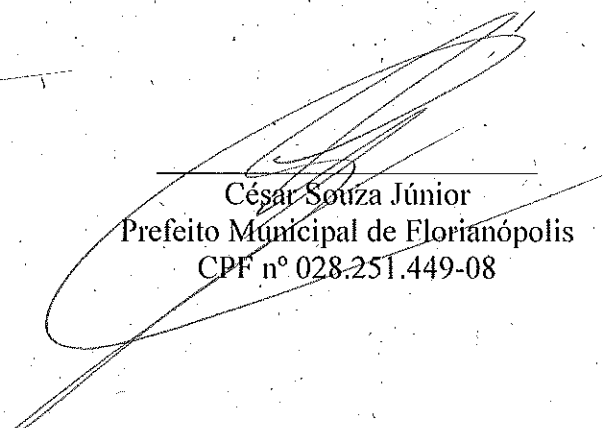
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, Circunscrição de Florianópolis, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em três vias, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Florianópolis, ____ de _____ de 2016.


ROSELANE NECKEL
Reitora
CPF nº 641.354.119-91


César Souza Júnior
Prefeito Municipal de Florianópolis
CPF nº 028.251.449-08

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: